



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - MESTRADO



LUCAS CARNEIRO DE LIMA E SILVA

**O PROBLEMA DA UNIDADE DA PSICOLOGIA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO NACIONAL**

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Arja Castañon

Juiz de Fora
2016

LUCAS CARNEIRO DE LIMA E SILVA

**O PROBLEMA DA UNIDADE DA PSICOLOGIA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia, na Área de Concentração História e Filosofia da Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia por Lucas Carneiro de Lima e Silva.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Arja Castañon

Juiz de Fora
2016

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida e aprovada, em 24/02/2016, pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Gustavo Arja Castañon – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Helmuth Ricardo Kruger
Universidade Católica de Petrópolis

Prof. Dr. Richard Theisen Simanke
Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora
2016

AGRADECIMENTOS

A meus pais, pelo dom da vida. Especialmente para minha mãe pelo amor incondicional e todos os suportes necessários para meu crescimento pessoal e profissional;

Ao Professor Dr. Gustavo Arja Castañon, amigo e orientador deste trabalho, pela confiança depositada, liberdade criativa, inspiração, sinceridade e carinho que foram imprescindíveis para conclusão desse trabalho e para minha formação;

Ao Professor Dr. Saulo de Freitas Araújo, pela inspiração, paciência, conselhos e ajuda que certamente foram de importância inestimável para esse trabalho e para meu futuro profissional;

Ao Professor Dr. Helmuth Ricardo Krüger, pelo exemplo de profissional, pelos ensinamentos e conhecimento legados que aproveitei indiretamente através do seu trabalho e do prof. Marcos Emanuel Pereira e meu orientador Gustavo Castañon, e por ter aceitado o convite para participar desta banca;

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, especialmente, aos professores da linha de pesquisa de História e Filosofia da Psicologia, pelo conhecimento compartilhado;

A FAPEMIG, pela bolsa concedida para realização desse Mestrado.

Tudo o que é poderoso assim é porque é unidade.

Lao Tsé

RESUMO

Esta dissertação aborda o problema endêmico de unidade que a psicologia atravessa desde seu nascimento como ciência moderna até os dias atuais. Esse problema pode ser caracterizado pela falta de consenso em relação aos pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos adotados pelas diferentes abordagens psicológicas e a crescente fragmentação do campo em diversas teorias e práticas totalmente distintas. Dentro dessa temática mais ampla, tem-se como objeto específico a descrição e análise crítica de como essa problemática vem sendo tratada por teóricos na psicologia brasileira. Pretender-se-á aqui mapear o debate e descrever os aspectos básicos que caracterizarão a discussão sobre o problema da unidade da psicologia na literatura nacional para que, posteriormente, possa-se avaliá-los e discuti-los. Por fim, concluiu-se que a produção nacional apresenta três características principais: presença hegemônica do que chamamos de Teóricos da Dispersão (conjunto de teóricos que avaliam a dispersão do campo psicológico como irremediável e sua unificação impossível e adotam uma estratégia cética ou valoração positiva); a falta de sistematicidade na discussão do tema e o pouco desenvolvimento institucional. Com relação às teses e aos argumentos utilizados por estes teóricos para sustentar seus posicionamentos, concluímos que estes são, na sua maioria, filosoficamente inconsistentes e não oferecem obstáculos significativos ao trabalho teórico necessário para uma possível unificação da psicologia.

Palavras-chave: Problema da Unidade. Psicologia Filosófica. Unificação da Psicologia. Psicologia Brasileira. Filosofia da Psicologia.

ABSTRACT

This dissertation addresses the endemic problem of unity that Psychology goes through from birth as modern science to the present day. This problem can be characterized by a lack of consensus regarding the ontological, epistemological and methodological assumptions adopted by different psychological approaches, and the growing fragmentation of the field in various completely different theories and practices. Within this broader theme, it has the specific purpose of being a description and critical analysis of how this problem is being addressed by brazilian theorists in Psychology. Here we are going to map the debate and describe the basic aspects that characterize the discussion of the unit problem in the national literature in order to subsequently evaluate it and discuss it. Lastly, it was concluded that the brazilian production is characterized by three main features: hegemonic presence of what we call theoreticians of dispersion (set of theoreticians that evaluate the dispersion of the Psychological field as irremediable and its unification impossible, adopting a skeptical strategy or positive valuation), the lack of systematic in the argumentation of the theme and poor institutional development. Regarding the theses and the arguments of these theoreticians to support their thesis and positions, we concluded that these are mostly philosophically inconsistent and under no circumstances they hinder a possible unification of Psychology, or even less, definitely settle the subject.

Keywords: Unit question. Philosophical Psychology. Unification of Psychology. Brazilian Psychology. Philosophy of Psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: VISÃO PANORÂMICA SOBRE O PROBLEMA DA UNIDADE DA PSICOLOGIA E AS TRÊS FORMAS DE LIDAR COM ELA	3
1.1 Panorama do problema da unidade.....	3
1.2 Três formas de lidar com o problema da unidade.....	10
1.2.1 Estratégia reducionista.....	11
1.2.2 Estratégia pluralista	18
1.2.3 Estratégia cética ou valoração positiva da dispersão.....	24
1.3 Categorias de análise para avaliação da produção nacional	29
1.3.1 Questão ontológica	29
1.3.2 Questão epistemológica	31
1.3.3 Metodologia utilizada	34
1.3.4 Possibilidade de a psicologia como ciência moderna.....	35
1.3.5 Influências filosóficas.....	36
1.3.6 Estratégia para o problema da unidade.....	38
CAPÍTULO 2: O PROBLEMA DA UNIDADE DA PSICOLOGIA NA PRODUÇÃO BRASILEIRA	39
2.1 Metodologia e procedimentos	39
2.1.1 Orientação geral e metodologia de pesquisa	39
2.1.2 Procedimentos de pesquisa	41
2.2 Posições sobre a unidade na produção nacional.....	43
2.2.1 Antônio Gomes Penna (AGP) – A Dispersão do pensamento psicológico.....	43
2.2.1.1 Primeira fase de AGP – Possibilidade de uma Unificação.....	45
2.2.1.2 Segunda fase de AGP – A irremediabilidade da dispersão	47
2.2.1.3 Principais questões passíveis de problematização em AGP	61
2.2.2 Alfredo Garcia-Roza (AGR) – Psicologia: um espaço de dispersão do saber	62
2.2.2.1 Esboço de uma história do saber psicológico.....	63
2.2.2.2 Se a Dispersão é inerente à psicologia: o que é possível fazer?	65
2.2.2.3 Conclusões de AGR	73
2.2.2.4 Principais questões passíveis de problematização em AGR	74
2.2.3 Luis Claudio Figueiredo (LCF) – Acentuação da dispersão da Psicologia.....	74
2.2.3.1 Sobre o problema da unidade da psicologia: vetos ontológicos.....	77
2.2.3.2 Desdobramentos para a psicologia enquanto ensino e profissão.....	90
2.2.3.3 Principais questões passíveis de problematização em LCF.....	95
2.2.4 Arthur Arruda Leal Ferreira (AALF) – Psicologia produtora de dispersão	96
2.2.4.1 Máquina de múltiplas capturas	100
2.2.4.2 Modernidades cindidas	103

2.2.4.3	Principais questões passíveis de problematização em AALF	106
---------	--	-----

CAPÍTULO 3: AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL E CRÍTICAS 108

3.1	A produção nacional e os teóricos da dispersão.....	109
3.2	Pressupostos e posicionamentos dos teóricos da dispersão.....	114
3.2.1	Posição Ontológica.....	114
3.2.2	Posição Epistemológica	115
3.2.3	Posição Metodológica	115
3.2.4	Posição em relação à cientificidade da psicologia.....	116
3.2.5	Influências Teóricas e Filosóficas	117
3.2.6	Estratégia para Lidar com o Problema da Unidade da Psicologia.....	117
3.3	Avaliação crítica dos teóricos da dispersão	118
3.3.1	É a dispersão da psicologia irremediável?.....	118
3.3.2	A dissolução da cultura epistemológica	138
3.3.3	A unificação da Psicologia seria impossível devido à existência nela de dois projetos de ciência inconciliáveis e a falta de especificidade do seu saber?	160

CONSIDERAÇÕES FINAIS 169

REFERÊNCIAS 175

INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado nesta pesquisa é o do problema de unidade endêmica que a psicologia atravessa desde seu nascimento como área do conhecimento e ciência moderna até os dias atuais. Esse problema pode ser caracterizado pela falta de consenso em relação os pressupostos ontológicos, epistemológicos, metodológicos e conceituais adotados pelas diferentes abordagens psicológicas e a crescente fragmentação do campo em diversas teorias e práticas totalmente distintas entre si. Dentro dessa temática mais ampla, tem-se como objeto específico: a descrição e a análise crítica de como essa problemática vem sendo tratada por teóricos na psicologia brasileira. Pretender-se-á aqui mapear o debate e descrever os aspectos básicos que caracterizarão a discussão sobre o problema da unidade da psicologia na literatura nacional para que, posteriormente, possa-se avaliá-los e discuti-los.

Sendo assim, os problemas específicos desse trabalho podem ser definidos melhor através das seguintes perguntas: Como o problema da unidade da psicologia vem sendo tratado por autores dentro da psicologia brasileira? Quais são as principais estratégias adotadas para lidar com esse problema? Quais são as principais teses defendidas? Existe alguma tese consensual ou posicionamento hegemônico? Se sim, como ele pode ser caracterizado? Quais são suas influências filosóficas? Esse posicionamento apresenta alguma relevância filosófica e prática para a psicologia como ciência, instituição e profissão?

A pesquisa aqui delineada encontra-se, apesar de ter entre seus objetivos a descrição de como esse problema vem sendo tratado dentro da psicologia brasileira, sobretudo dentro da área da Filosofia da Psicologia. Especificamente, dentro do contexto Psicologia Teórica que, de acordo com Castañon (2012), realiza investigações “a) indispensáveis para o avanço do conhecimento científico psicológico e b) totalmente não empíricas”. (p.193) Nesse caso, seu principal objetivo é a identificação de pressupostos; a clarificação conceitual e análise crítica das principais teses e posicionamentos que os teóricos desse debate utilizam.

Para alcançar os objetivos a que nos propomos e levando em consideração que essa dissertação é, principalmente, um estudo filosófico, utilizam-se o método bibliográfico e a análise lógica como os principais no contexto desse trabalho. No que tange ao método bibliográfico, é importante frisar que a pesquisa bibliográfica possui uma metodologia própria

que deve ser considerada para melhor desenvolvimento do trabalho e que não deve ser limitada e confundida com outros aspectos, como uma simples revisão da literatura ou análise bibliométrica.

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se, sobretudo, como um método exploratório-descritivo, constituindo-se assim como adequada para os objetivos do presente estudo, possibilitando acesso a uma grande quantidade de informações, no momento que se vale de inúmeras publicações e dados dispersos na literatura da área. No que diz respeito à análise lógica (método-dedutivo), serão utilizados os pressupostos da lógica argumentativa para a análise das principais tese e argumentos dos teóricos que constituem o debate dentro da psicologia brasileira.

O presente trabalho se divide em três capítulos. O primeiro tem como objetivo fazer uma breve introdução do problema da unidade da psicologia, descrever três estratégias de enfrentamento desse problema e estabelecer as categorias de análise que utilizaremos para avaliar a produção nacional.

O segundo capítulo se detém em dois objetivos. O primeiro, descrever a metodologia e procedimentos de pesquisa com o intuito de explicitar a orientação geral do trabalho, procedimentos realizados, as dificuldades metodológicas para a realização dessa pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão de textos, e, por fim, justificar os motivos de seleção de determinados autores. O segundo, descrever detalhadamente o posicionamento dos teóricos selecionados (Antônio Gomes Penna, Luiz Alfredo Garcia Roza, Luis Cláudio Figueiredo e Arthur Arruda Leal Ferreira) sobre o problema da unidade da psicologia.

O terceiro consiste em uma rápida descrição de como esse debate apresenta-se no Brasil e uma análise crítica sobre as principais teses e argumentos utilizados por esses teóricos. Busca-se, também, analisar a coerência dessas teses e argumentos, e seus pressupostos filosóficos.

CAPÍTULO 1: VISÃO PANORÂMICA SOBRE O PROBLEMA DA UNIDADE DA PSICOLOGIA E AS TRÊS FORMAS DE LIDAR COM ELA

O presente capítulo tem três objetivos. No primeiro, apresentaremos uma visão panorâmica de como o problema da unidade vem sendo tratado no decorrer da história da psicologia. Aqui, iremos apresentar os principais problemas relacionados, explicações, relevância e opiniões sobre o tema. O segundo, iremos descrever três estratégias utilizadas para lidar com o problema da unidade da psicologia. São as estratégias reducionista, pluralista e cética ou valoração positiva. Dentro de cada uma dessas estratégias, iremos descrever o pensamento dos seus principais teóricos. O terceiro, e último, iremos descrever as categorias de análise que usaremos para avaliar os teóricos que discutem o tema dentro da psicologia brasileira. As categorias são sobre a natureza do objeto da psicologia (questão ontológica); origem e possibilidade de conhecimento desse objeto (questão epistemológica); metodologia mais apropriada para compreender o problema da unidade da psicologia (internalista ou externalista); a cientificidade do conhecimento produzido pela psicologia, influências filosóficas e, por fim, a estratégia adotada para lidar com o problema da unidade da psicologia.

1.1. PANORAMA DO PROBLEMA DA UNIDADE

As críticas às tentativas de fundamentação filosófica de seu próprio campo epistêmico vêm sendo uma marca constante na história da psicologia¹. Numerosas são as

¹ Para evitar confusões conceituais sobre o sentido do termo, ao longo deste primeiro capítulo, será adotada a distinção conceitual proposta por Gundlach (2012) para a historiografia da psicologia. Segundo ele, inúmeros problemas conceituais são cometidos em consequência da má definição do termo “psicologia”. Por isso, para solucionar essa questão, ele propôs duas formas de defini-lo: como uma área de conhecimento e como uma disciplina institucionalizada exigida para a formação obrigatória de um profissional. No primeiro sentido, o termo psicologia é muito mais antigo do que o segundo, pois descreve uma área de conhecimento e uma tradição de investigação independente da existência da disciplina institucionalizada que só passou a existir a partir do século XIX. Desta forma, adotaremos o uso do termo no seu primeiro sentido, pois o assunto investigado (problema da unidade na psicologia), dentro da história da psicologia, preexiste ao uso do termo em seu segundo sentido, como nos inúmeros vetos à possibilidade da psicologia ser uma ciência autônoma, a exemplo de Kant (1989) e Comte (1973), e críticas à falta de unidade da disciplina, tal como sugere, Brentano (1973), em 1874, no prefácio do seu livro – *A Psicologia do Ponto de Vista Empírico* – um pouco antes da fundação do laboratório experimental de Psicologia da Universidade de Leipzig em 1879 (o marco fundador da psicologia como disciplina autônoma para alguns historiadores antigos).

manifestações de filósofos e psicólogos sobre a fragilidade e/ou impossibilidade de se obter essa façanha (Canguilhem, 1956; Comte, 1973; Koch, 1981; Kant, 1989; Foucault, 1999; Tolman, 2001; Gardner, 2005; Zittoun *et al.*, 2009). Correntemente, a ideia de que a psicologia sofre uma crise em seus fundamentos básicos está intrinsecamente associada à possibilidade desta legitimar-se como campo autônomo de investigação científica (Castañon, 2009; Staats, 1983; Westmeyer, 1994). No que tange à natureza e à metodologia de estudo do fenômeno psicológico, remontando à querela filosófica entre os defensores da psicologia como ciência da natureza e os defensores da psicologia como ciência do espírito, desde o final do século XIX, vem sendo elencadas, por perspectivas bem distintas, inúmeras declarações de crise na psicologia, envolvendo tanto aspectos de cunho teórico (conceitual, ontológicos, epistemológicos) quanto metodológicos. A primeira, segundo Annette Mülberger (2012, 2012b), foi publicada no final do século XIX por Rudolf Willy, que criticava o desenvolvimento da psicologia como campo disperso (inúmeras abordagens diferentes sem ter nenhuma unidade ou consenso entre elas) e os posicionamentos relativos à psicologia defendida por Wundt e por outros psicólogos. Depois de Willy, o caminho da crítica à dispersão da psicologia, aos seus fundamentos epistemológicos e ao seu estatuto científico, continuou sendo seguido por inúmeros autores em toda Europa durante o século XIX e os subsequentes. Entre eles estão: Constantin Gutberlet (1837-1928); William James (1842-1910); Alfred Binet (1857-1911); Hans Driesch (1867-1941); Nicolas Braunshausen (1874-1956); Nikolai Kostyleff (1876-1956); John Watson (1878-1958); Karl Bühler (1879-1963); Juan Vicente Viqueira (1886-1924); Lev Vigotsky (1896-1934); Georges Politzer (1903-1942), dentre outros.

Como até os dias de hoje, por não haver consenso definitivo entre as diversas disciplinas e abordagens psicológicas, sobre a natureza, formas epistemológicas e metodológicas de estudá-lo e, até mesmo, como conceituar seu objeto (comportamento, mente, inconsciente, cognições ou percepção?), a psicologia tem, constantemente, sua autonomia e identidade ameaçadas. De acordo com Araújo (2007, p.25-26), as dificuldades de definir o lugar e a identidade da psicologia são muitas e, se recuamos até a primeira metade deste mesmo século XIX, quando começaram a surgir os primeiros e diversificados projetos de uma ciência psicológica, veremos que na própria origem dessa ideia encontra-se o mesmo problema, na medida em que há pouco ou nenhum consenso entre esses “psicólogos” sobre como deve ser caracterizado seu objeto de estudo e/ou sobre a própria concepção de ciência.

Mesmo considerando que há um tempo, os manuais de introdução dessa disciplina, para fazer justiça à pluralidade do campo, definem quase consensualmente seu objeto de estudo, como sendo o comportamento e os processos fisiológicos e cognitivos subjacentes ao comportamento (Wetten, 2002; Atkinson, 2002). Entretanto, sempre nos parece mais atuais as afirmações, a exemplo de Marx e Hillix (1973), de que não existe nenhuma maneira de definir o objeto de estudo da psicologia de uma forma que seja considerada aceitável por todos os psicólogos, mesmo porque qualquer definição neste sentido poderia restringir muito seu campo de pesquisa.

Em decorrência dessas várias dificuldades, a tarefa de encontrar uma identidade única ou definição hegemônica para a psicologia sempre foi um trabalho quase impossível. De acordo com Henley e colaboradores (1989), em seu esforço para analisar essa questão, a psicologia percorreu um percurso circular a respeito de sua definição. Após a análise das definições dessa disciplina, entre 1887 e 1987, apresentadas em 233 livros textos de psicologia, publicados nos Estados Unidos da América, concluiu-se que a psicologia inicialmente foi caracterizada como ciência da vida mental, depois, a partir da metade do século XX, ciência do comportamento, para posteriormente voltar a ser caracterizada ciência da vida mental, no início dos anos 1960. A dificuldade de sua definição é tamanha que Canguilhem (1956) caracterizou a psicologia com cinco possíveis projetos psicológicos totalmente distintos. E por conta das suas divergências sobre suas origens filosóficas e pressupostos básicos, não apresentariam nenhuma relação entre si. Constituir-se-iam mais em ciências diferentes do que abordagens distintas de uma mesma ciência. Pereira (1996b), da mesma maneira, mesmo restringindo sua análise à psicologia enquanto ciência, afirmou que a diversidade de projetos era tão grande, que se viu obrigado a caracterizá-la de forma tríplice: psicologia como ciência natural, psicologia como ciência da vida mental e psicologia como ciência social.

Em decorrência dessa dificuldade, muitas foram as tentativas de explicar essa situação. Segundo Abib (2009, p.196), por exemplo, a história da ciência psicológica começaria com Wundt e James no final do século XIX, através de suas tentativas de distinguir a psicologia como ciência da psicologia como metafísica. Entretanto, logo nesse início, o projeto científico da psicologia já se fragmentaria, pois, tanto Wundt quanto James apresentavam concepções diferentes sobre “mente” e ciência psicológica e, na sequência, o que o século XX testemunhou foi a multiplicação de acepções de psicologia, como o estruturalismo, funcionalismo, gestaltismo, behaviorismo, psicanálise e humanismo. No entanto, suas diferenças eram tamanhas em relação à concepção de objeto, forma de estudá-lo,

conceitos utilizados e objetivos práticos, que poderíamos afirmar que seria mais correto denominar essa área do conhecimento de “psicologias” ao invés de “psicologia”. Vale lembrar que até mesmo antes do surgimento dos projetos de uma ciência psicológica, podemos apontar divergências cruciais a respeito da natureza do fenômeno psicológico, a exemplo da querela entre os associacionistas e a psicologia do ato (Brentano, 1973). Já para Miotto (2007) e Barreto e Morato (2008), o embrião desse problema encontra-se desde o projeto wundtiano de uma ciência psicológica, por conta da sua cisão entre “psicologia fisiológica”, com método experimental, característico das ciências naturais e foco no estudo dos processos elementares da consciência, e a “Psicologia dos povos”, que enfocava o estudo das produções da mente coletiva (fenômenos culturais) pelos métodos comparativos e descritivos característicos da antropologia e das ciências sociais. Atualmente, por observar um conjunto de disciplinas psicológicas que se vinculam estritamente ao modelo das ciências naturais, como no caso da psicologia experimental ou da psicologia fisiológica, e outras, que se vinculam apenas ao modelo de ciência humanas como, por exemplo, psicologia clínica e a psicologia histórica, que se orientam por considerações de natureza metodológica fenomenológica, hermenêutica e compreensiva, provavelmente concordariam com Snow (1964), sobre a afirmação de que dentro da psicologia sempre existiram dois modelos irreduzíveis de ciências – das ciências naturais e o das ciências humanas. Ou então, concordariam com Gregory Kimble (1984), em seu famoso artigo *Psychology's two cultures* no *American Psychologist*, que a dificuldade de definição da disciplina se daria por conta da existência de dois sistemas de valores divergentes – o naturalismo e o humanismo, como grande diferença, em termos de valores profissionais, científicos, pressupostos ontológicos, epistemológicos e axiológicos. Outros, como Koch (1981, 1993), advogariam que o grande problema para questão residiria na própria natureza do objeto psicológico. Por conta da simultaneidade entre o sujeito e objeto, o pesquisador acabaria se confundindo com o objeto a ser pesquisado durante a investigação, e como ele partiria de abordagens com pressupostos diferentes, acabaria selecionando aspectos diferentes do mesmo fenômeno, assim, impossibilitando sua definição de maneira hegemônica. Outro dificultador, apesar da maioria deles serem derivados de problemas ontológicos, são os problemas metodológicos da psicologia, a exemplo da dificuldade de mensuração dos dados e quantificação dos fenômenos psicológicos; limitação dos controles (limites éticas da pesquisa psicológica); complexidade do fenômeno (número elevado de variáveis envolvidas no fenômeno psicológico) e impossibilidade de observá-lo diretamente (Castañon, 2009).

É dentro desse contexto que a relevância da temática do problema da unidade da psicologia, alvo dessa dissertação, torna-se evidente. Dentre os vários impasses que acompanham a psicologia antes mesmo do momento de sua constituição como ciência independente, o mais importante e mais central de todos, para alguns teóricos, é esse da unidade e da diversidade (Cronbach, 1957; Fowler, 1990; Heidbreder, de 1933; Kantor, 1922; Koch, 1976; Staats, 1983; Sternberger, 2001), que, por sua vez, está visceralmente relacionado com inúmeras outras tensões de extrema relevância dentro da disciplina como, por exemplo, entre a ciência e a profissão (Bevan, 1982; Fowler, 1990; Pereira, 1995, 1996; Roberts, 2006); a pesquisa de base e a pesquisa aplicada (Sternberg, 2005); o naturalismo e o humanismo (Snow, 1964; Kimble, 1984; Kendler, 1987; Fishman, 1990); questões institucionais e sobre formação do currículo (Altman, 1987; Spence, 1987; Viney, 1989; Bower, 1993; Benjamin, 2001) e questões sobre a cientificidade da psicologia (Kantor, 1979; Bunge, 1990; Simonton, 2004).

Segundo Penna (1997, p.58), o tema da unidade da psicologia sempre esteve presente na reflexão de todos os que se dedicam ao estudo dessa área do conhecimento. Na verdade, ele se impôs diante de uma extensa dispersão por ela sofrida, imposta pela utilização de perspectivas epistemológicas, metodológicas e conceituais totalmente diversas. Referências a esse problema marcaram a publicação de inúmeros filósofos e historiadores da psicologia. Cabe o registro de que todo esse processo expressou-se por meio da produção de diferentes teorias e sistemas que marcaram muito as discussões epistemológicas durante meados do século XIX até os dias atuais². De acordo Yurevich (2009, p.2), a fragmentação desse campo da psicologia pode ser descrita em três dimensões: a “vertical”, devido às várias abordagens psicológicas, como cognitivismo, o behaviorismo e a psicanálise; a “horizontal”, devido à polarização entre a psicologia como ciência da natureza e psicologia como ciência humana; e a divisão “diagonal”, devido à separação entre a psicologia como ciência voltada para pesquisa e produção acadêmica e psicologia como profissão voltada para prática profissional

² Segundo Staats (1991), na *Convenção Anual 1984 da American Psychological Association*, um pequeno grupo, composto por G. Leonard Burns, Cyril M. Franks, Albert R. Gilgen, Leonard Krasnel; Arthur W. Staats, e Arthur Wiens, reuniram-se para discutir a necessidade de fazer um esforço para debater a questão da unidade da psicologia. Em decorrência disso, eles decidiram organizar simpósios sobre a importância de discutir o problema da unidade da psicologia frente à crescente diversidade e fragmentação do campo. O impulso dado levou à criação da *The Society for Unification Psychology* (SUNI), em 1985, e a partir desse momento, a discussão sobre essa temática vem cada vez mais se intensificando. Exemplo disso foi o livro *Unity in psychology: Possibility or pipedream?*, organizado por Sternberg, em 2005, onde se encontram inúmeros autores manifestando suas opiniões sobre a temática; e, em julho de 2013, a edição especial da *Review of General Psychology* foi dedicada especificamente para revitalizar e expandir o interesse na unificação, reunindo 19 artigos com apresentações de uma grande variedade de teóricos e convidando-os cada para discutir a questão da integração da perspectiva, nos termos de seus respectivos paradigmas de pesquisa. Esses 19 artigos curtos, e os problemas que cada um se propõe a resolver, podem fornecer uma plataforma oportuna para comparar e contrastar os esforços contemporâneos de unificação da psicologia.

(clínica na sua maioria)³. Atualmente, esta problemática, segundo Pereira (1996b), pode ser caracterizada pela fragmentação das grandes abordagens psicológicas em vários campos especializados. Em decorrência, das inúmeras dificuldades encontradas para conseguir sua unidade, a fragmentação do campo foi tamanha, devido ao alto grau de especialização conceitual e metodológica alcançado pelas novas disciplinas e abordagens, que se argumentam duas coisas: a falta de sentido em fazer referências às grandes abordagens psicológicas, atualmente, uma vez que se observa neste campo de estudos uma forte tendência para elaboração de teorias de curto e médio alcance; e a possibilidade da unidade desta área do conhecimento estar irremediavelmente comprometida.

Diante da constatação da crescente fragmentação do campo, as opiniões divergem sobre a sua natureza. Para alguns, não há, de fato, uma “crise de fragmentação” (Bower, 1993; McNally, 1992; Viney, 1996; Goertzen, 2008b). Aquilo que alguns autores nomeiam como “fragmentação” ou “dispersão” seria, em última instância, a diferenciação saudável derivada de seu amadurecimento e especialização (Bower, 1993; McNally, 1992; Derksen, 2005; Goertzen, 2006). Outros como Altman (1987), levando em consideração a existência de tendências centralizadoras e descentralizadoras em permanente tensão, como a relação dialética entre polos opostos consideram a fragmentação o reflexo da real identidade da psicologia e aquilo que favoreceria o seu desenvolvimento.

É igualmente comum entre os defensores dessa posição a valoração positiva desse estado de dispersão e crítica ao projeto epistemológico da modernidade. Segundo Zittoun, Gillespie e Cornish (2009, p.107), baseados em Foucault (1990) e Lyotard (1984), a dispersão da psicologia só poderia ser considerada antecipadamente um mal a ser remediado ou um problema, se já partíssemos de pressupostos típicos do projeto epistemológico da modernidade que já conjecturam, sem a devida problematização, um estado ideal de “saúde”. Entretanto, como os ideais de progresso, objetividade e cumulatividade, que tenderiam a analisar a psicologia como ciência natural, segundo eles, não condizem com essa área do conhecimento, deveríamos reinventar o conceito de “ciência” para analisar essa disciplina e avaliar positivamente a multiplicidade radical desse campo, como uma característica singular desse saber, ao invés como marca de inferioridade e/ou a-cientificidade de seu saber. É muito comum entre os teóricos que adotam essa posição, a proximidade de teóricos da dita “pós-modernidade”.

³ Para maiores aprofundamentos sobre essa distinção entre as duas tradições denominadas de acadêmica e clínica, ver Schneider (1990).

Por outro lado, perante o atual cenário da psicologia “de uma caótica fragmentação e diversidade” (Maher, 1985, p.17) e de produção contínua de conhecimento desarticulada (Rappard, 1985; Wertz, 1999), outros teóricos concordariam com Staats (1991) que “os produtos da psicologia são inconsistentes, não relacionados, e mutuamente excludentes” (p. 910). Assim, seguindo essa linha de raciocínio, a fragmentação é percebida de maneira negativa ou como apenas uma fase temporária (pré-científica) para o crescimento de uma forma mais unificada e científica da disciplina, pois, segundo eles, a evolução do saber científico sempre caminharia em direção da unidade e da separação cada vez maiores entre o conhecimento científico (episteme) e o senso comum (doxa). Para exemplificar, nas palavras de MacIntyre: “certamente, a contínua fragmentação do campo só pode corroborar com a visão da nossa disciplina como pré-científico”. (1985, p.20) Desta forma, como era de se esperar, também é muito frequente que esses teóricos apresentem inúmeros aspectos negativos desse problema endêmico de unidade, tal como brigas internas, enfraquecimento político da disciplina; perda da identidade da disciplina; redução da credibilidade externa (público de fora da psicologia) e pouco aprendizado com a pluralidade do campo (Sternberg, 2005); ou, até mesmo, críticas à promoção do relativismo epistêmico e a ausência de progresso na produção de conhecimento da área, como alerta Wertz (1999, p.139):

Mas o que mais temo, eu acho, é que a nossa disciplina fragmentada, onde habita um relativismo epistêmico, em que nos faltam regras gerais para avaliar a validade do conhecimento ou justificar sua contribuição para a disciplina como um todo, não se possa ter, de maneira nenhuma, a possibilidade de construir um corpo coerente e progressivo de conhecimento. Tenho medo que se continue a produzir uma grande quantidade de conhecimento e resultados incompatíveis com pouca ou nenhuma acumulação de conhecimento ou progresso científico.

Além dessas, muitas outras questões sobre o problema da unidade da psicologia foram sendo conjecturadas, ao longo do tempo como, por exemplo: é necessária uma análise epistemológica para estabelecer uma base comum para a realização dos diversos interesses das diferentes abordagens psicológicas, como propôs Gosling (1986) e Fishman (1987)? A unidade da psicologia teria apenas sua importância ou exigência apenas no âmbito institucional e não epistêmica ou lógica (Canguilhem, 1956; Stam, 2004; Spence, 1987)? Será realmente possível argumentar, perante a pluralidade de “psicologias”, que existe um tronco comum, uma espécie de psicologia geral, que direciona as práticas e aplicações em diferentes campos (Matarazzo, 1987)? Será mais correto falar que existe uma psicologia ou várias ciências psicológicas (Japiassu, 1983; Gardner, 2005; Abib, 2009; Smith, 2012)? A psicologia é de fato uma ciência coerente (Koch,

1969, 1993)? Será o objeto da psicologia a-histórica, permanecendo o mesmo por vários períodos da história (Robinson, 2013)? Ou ele é constituído socialmente e assim se modificando de acordo com as mudanças sociais de cada época (Danziger, 1990)? A psicologia deve “identificar-se” com a fragmentação ou devemos atentar para esse “processo” antes que se torne irreversível (Sternberg, 2005)?

Como podemos ver, o único consenso em torno do problema da unidade da psicologia parece ser que esta se encontra num profundo estado de fragmentação. Como, e se isso deve ser resolvido, parece estar longe de ser decidido.

Por fim, tomando como norte para os fins dessa dissertação a divisão de Clegg (2013)⁴, aceito três maneiras diferentes de se lidar com essa questão: a reducionista, a pluralista e a especialização. Apenas farei, para fins didáticos, uma pequena mudança na última categoria. Ao invés de chamá-la apenas de “especialização” (tradução direta), optarei por uni-la com a categoria “cética”, criada por Walsh-Bowers (2010), originando uma nova – céticos ou valorização positiva da dispersão.

1.2. TRÊS FORMAS DE LIDAR COM O PROBLEMA DA UNIDADE

Como a definição dos conceitos de unificação e de unidade da psicologia não são unívocos⁵ e muitas vezes de difícil distinção, é muito comum a utilização dos dois conceitos como se fossem sinônimos. No entanto, grosso modo, para os fins dessa dissertação, iremos diferenciar os dois conceitos com uma definição pessoal, sem pretensão à normatividade, apenas para evitar mal-entendidos futuros. Assim, entender-se-á por “unidade da psicologia”, o resultado prático das tentativas de unificação das diferentes abordagens psicológicas e interesses em um eixo ou núcleo comum. Já a “unificação da psicologia” será compreendida como o meio utilizado para conquistar essa unidade, seja ela por meios epistêmicos – através de uma teoria, método, base filosófica, definição de objeto e linguagem (base conceitual) comuns; ou, simplesmente, por meio de convenções políticas e institucionais. Em outras

⁴ Para Clegg (2013) divisão tripartite (três abordagens gerais) feita por Walsh-Bowers (2010) dividindo as diferentes reações ao problema da unidade da psicologia em: “unificação, pluralismo e ceticismo” (p.244.), parece amplamente correta, embora pudesse possuir rótulos melhores. Pois, unificação é uma meta, enquanto que o pluralismo é um meio e ceticismo um estado mental. Por isso, ele as redefiniu as estratégias em termos de seus objetivos e possibilidades, renomeando-as em reducionismo, pluralismo e especialização.

⁵ Como exemplos dessa afirmação podemos citar o livro *Unity in psychology: Possibility or pipedream?*, organizado por Sternberg, em 2005 e, mais recentemente, em julho de 2013, a edição especial da *Review of General Psychology*, onde se encontram inúmeros autores manifestando suas opiniões sobre a temática e propondo diferentes formas de delimitar o que venham a ser esses conceitos.

palavras, a unidade seria o fim, e a unificação, o meio. Ou seja, apenas se pode chegar à unidade através de uma estratégia de unificação. Todavia, em decorrência da originalidade dessa definição e da dificuldade de circunscrevê-los, optamos por descrevê-los e exemplificá-los melhor nas suas diferentes acepções (dentro de três formas de lidar com o problema da unidade), já que, tanto a estratégia reducionista quanto a pluralista e a céticas ou a valoração positiva da dispersão apresentam representantes que definem e interpretam de maneira específica o que venham a ser esses conceitos. Por fim, cabe ressaltamos que a unificação da psicologia não pode ser confundida com o projeto de unificação das ciências proposto pelos positivistas. A primeira, através de inúmeras propostas diferentes, pretende unificar uma ciência regional. Já a segunda, pretendia unificar todas as ciências, tanto através da ideia de uma unidade metodológica das ciências, de modo que o método positivo poderia ser empregado não só pelas ciências naturais, mas podendo ser estendido ao estudo dos fenômenos humanos e sociais (versão comtiana), quanto através da proposta, do positivismo lógico, de desenvolvimento de uma linguagem comum, no modelo da física (fiscalismo), em que todas as afirmações científicas pudessem ser expressas.

1.2.1. Estratégia reducionista⁶

A estratégia reducionista, segundo Clegg (2013), tem como objetivo, através de uma grande teoria ou pensamento filosófico, criar um único conjunto compartilhado de conceitos universais, práticas e linguagens que padronizem todas as descobertas psicológicas para um único conhecimento. Essa estratégia é, muitas vezes, justificada pela suposição de que “as ciências começam em desunião e progridem em direção a unificação” (Staats, 2005, p.166) ou que elas progridem de um estado pré-científico para um estado genuinamente científico. Estão ligados a esse argumento, Staats (1991, 2005), Kimble (2005), e outras mais antigas, como as de Vygotsky (1999), Politzer (1998); Lewin (1973) e Lagache (1988). Todas estas propostas têm como característica comum a busca da unificação da psicologia, seja por uma grande teoria, método ou adoção de conceitos partilhados por todas as abordagens, sem que haja qualquer

⁶ Para evitar problemas conceituais e de interpretação, aqui o termo reducionista, extraído do trabalho de Clegg (2013), está definido de maneira diferente ao da filosofia da ciência. Enquanto para essa última, o sentido do termo refere-se, segundo Abbagnano (2007, p.832) a 1) transformação de um enunciado em outro equivalente mais simples ou mais preciso, ou capaz de revelar a verdade ou a falsidade do enunciado originário; 2) ou a explicação que consiste em considerar que certas ordens de fenômenos estão sujeitas a leis mais bem estabelecidas ou mais precisas que uma outra ordem de fenômenos. O sentido utilizado por Clegg, apesar de afirmar que a escolha desse termo para nomear a estratégia deve-se ao reducionismo das antigas propostas de unificação da psicologia, está sendo utilizado no sentido de sendo comum de restrição ou limitação.

necessidade desses serem construídos coletivamente. Devido a este posicionamento, muitas críticas a essa estratégia vem sendo feitas, como, por exemplo: postura anacrônica com relação à concepção de ciência; não levar em consideração os avanços da filosofia e da história da ciência; o desrespeito à pluralidade do campo e a postura totalitária de supostamente tentar impor de “cima para baixo” as suas posições e pressupostos para os demais.

Georges Politzer foi um dos primeiros filósofos a declarar o estado de crise na psicologia⁷. Em seu livro *Crítica aos fundamentos da psicologia*, ele realizou uma leitura marxista da obra *A Interpretação dos Sonhos*, de Freud, para construir as bases do que denominou “psicologia concreta”, como forma de remediar a fragmentação do campo. Em meio ao esforço de diversas escolas para dar à psicologia o estatuto de cientificidade, a sua psicologia concreta seria uma forma de denunciar e dissolver alguns mitos da “psicologia clássica”⁸ e prenunciar uma nova psicologia. Para Politzer, as abordagens da psicologia clássica, apesar de suas contribuições, tal como a psicanálise, a psicologia da Forma e o behaviorismo de Watson acabavam incorrendo em erros que as afastavam de sua orientação para o concreto. Isso ocorreria na medida em que tratavam o comportamento humano como resultado de processos em terceira pessoa ou como atos do homem em geral, e não como atos de um sujeito concreto. Todavia, esses erros de generalização apressada não eliminavam totalmente seus méritos e suas contribuições para a renovação da psicologia.

Para superar essa situação, Politzer apontou a necessidade de uma crítica renovadora da psicologia que ultrapassasse a oscilação entre uma psicologia subjetiva (psicologia introspectiva ou conceitual) e uma psicologia objetiva (psicologia de laboratório ou experimental). Esta crítica renovadora deveria criar as bases para uma psicologia voltada para o concreto, ou seja, uma psicologia capaz de apreender e interpretar os fatos vividos pelo indivíduo singular (primeira pessoa). Seu alvo crítico seria a psicologia abstrata ou toda a psicologia que assumisse implícita ou explicitamente os pressupostos da psicologia clássica e

⁷ A ideia de Politzer, apesar de não tratar do problema da unidade como temática principal, era realizar a crítica aos fundamentos da psicologia em três livros, um para cada abordagem: a psicanálise, psicologia da forma e o behaviorismo de J. Watson. Contudo, no seu primeiro livro realizou apenas a análise da psicanálise, antes de ser preso, torturado e executado pela Gestapo, na França, por ser militante comunista.

⁸ Para Politzer, a psicologia clássica se constrói em torno de mitos por não conseguir atender às condições de existência de uma psicologia positiva. Segundo ele, são três as condições de existência de uma psicologia positiva: 1. ser uma ciência *a posteriori*, ou seja, ser o estudo adequado de um grupo de fatos; 2. ser original, isto é, estudar fatos irreduzíveis aos objetos das outras ciências; 3. ser objetiva ou, em outros termos, ser capaz de definir o fato e o método psicológicos, de tal forma que sejam, de direito, universalmente acessíveis e verificáveis (Politzer, 1998, p.82). Considerando esses critérios, Politzer procurou avaliar os esforços de diversas escolas, no sentido de dar à psicologia o estatuto de cientificidade. Mas, segundo ele, o que na verdade caracteriza a história da psicologia do final do século XIX e início do século XX é muito mais o esforço para se libertar de seus mitos do que o esforço no sentido de sua organização (Politzer, 1998, p.38).

que, portanto, pensasse o “homem em geral” (terceira pessoa) e se construísse em torno do mito da dupla natureza humana (orgânica e psicológica), ou em torno do que Politzer considerava ser a “mística burguesa”: a vida interior. Assim, para ele, a tarefa da psicologia científica seria a de deixar falar o concreto. Isso ocorreria, em sua opinião, com a psicanálise, pois ela permite ao psicólogo adquirir certa sabedoria do real, ultrapassando o plano da linguagem para captar algo do mistério que seu objeto encerra. Segundo ele, até então, a verdadeira psicologia havia se refugiado na literatura e no drama, vivendo à margem ou mesmo fora da psicologia oficial, como a física experimental teve de viver, inicialmente, à margem da física especulativa, oficial (Poltzer, 1998, p.55). Vale salientar que a psicanálise, segundo Politzer, seria um saber paradigmático para psicologia, contanto que ela estivesse sem sua metapsicologia (especulações e explicações abstratas do funcionamento do aparelho psíquico).

Vygotsky (1999), em seu artigo *O Significado Histórico da Crise na Psicologia: uma investigação metodológica*, de 1926, propõe o materialismo dialético como uma filosofia científica e visão de mundo que poderia realizar a integração metodológica que ele supunha necessária para dar à psicologia uma unidade norteadora (“Psicologia Geral”). Para Vygotsky (1999), a psicologia sofria de uma crise metodológica. Faltava à psicologia uma unidade norteadora, a partir da qual os pesquisadores pudessem coordenar os dados pesquisados e sistematizar leis dispersas. Para isso, o problema de uma psicologia geral (ou mesmo de uma “psicologia básica”) passaria a ser fundamental, como um remédio a partir do qual todos os outros dados deveriam ser agrupados. Haveria a necessidade de um “princípio explicativo”, pois “é precisamente porque esse princípio falta e não existe, como que alguns princípios parciais ocupam seu lugar”. (Vygotsky 1999, p.228) Como podemos ver nas palavras de Vygotsky (1999, p.212-213):

Para além desses princípios parciais, a “psicologia geral” deveria dar conta do que é geral a todos os homens, da mesma forma que o que é geral na botânica ou na zoologia estuda o que há de comum em todas as plantas e todos os animais. Dentro de todo o caos dos fenômenos pesquisados isoladamente, dever-se-ia estabelecer um “conceito abstrato e comum para todas as disciplinas psicológicas”, conceito que permita responder a séria pergunta sobre o que é que a psicologia como ciência geral (e não como amontoado de disciplinas particulares) estuda.

Desta forma, segundo ele, não haveria valor algum em disciplinas parciais dentro de uma pretensa ciência sem uma unidade que lhes dessem coerência, pois, se cada uma das disciplinas particulares figurasse como disciplina geral, a oposição entre as teorias tenderia a

um valor nulo e qualquer uma poderia ser reduzida à outra. Nas palavras irônicas do autor, eis uma exemplificação dessa dificuldade de diálogo entre as diferentes abordagens:

Atualmente, a psicanálise, o behaviorismo e a psicologia subjetiva operam não apenas com diferentes conceitos, mas também com fatos diferentes. Fatos tão indubitáveis, tão reais, tão comuns a todos, como o complexo de Édipo dos psicanalistas, que simplesmente não existem para outros psicólogos; para muitos se trata da mais louca fantasia. (Vygotsky, 1999, p.214-215)

Assim como Lev Vygotsky, Kurt Lewin estava angustiado com a dispersão da disciplina e com a liberdade de criação conceitual pelas diferentes abordagens dentro da psicologia. Contudo, em seu livro *Princípios de Psicologia Topológica*, publicado em 1936, ele propõe outra solução para essa problemática. Como ele mesmo aponta, seu objetivo (e um dos seus principais incentivos nesse livro) “é ajudar a desenvolver uma linguagem psicológica geralmente compreensível e independente de escolas”. (Lewin, 1973, p.13) Para isso, ele aposta em uma nova ciência (a topologia), intermédio para uma psicologia vetorial como futura solução do problema de unidade da psicologia. Este *insight* pode ser melhor ilustrado nas palavras do autor, no prefácio do seu livro:

Conhecendo algo a respeito da teoria geral de disposição de pontos, pressenti vagamente que a jovem disciplina matemática da “topologia” talvez pudesse ajudar a fazer da psicologia uma verdadeira ciência. Comecei estudando topologia e utilizando os seus conceitos, que em breve me pareceram particularmente adequados aos problemas específicos da psicologia. (Lewin, 1973, p.11)

Para Lewin, no presente estado de desenvolvimento, a psicologia deveria ser considerada como uma ciência jovem e, na medida em que a psicologia se aproximasse do estado de uma ciência logicamente sólida, suas definições deixariam de ser uma questão arbitrária. Sempre evidenciando a importância de o trabalho conceitual e o empírico caminharem lado a lado, Lewin menciona que os conceitos devem estar lastreados na prática, e a compilação de fatos deve ser orientada e organizada por uma teoria bem elaborada. Outra característica importante a ser mencionada de sua proposta, apesar da advertência de que não se devem derivar todos os fatos psicológicos de um só conceito (como, por exemplo: associação, reflexo, instinto ou totalidade), Lewin argumenta que a psicologia necessita de conceitos que possam ser aplicados não apenas aos fatos de um único domínio, como a psicologia infantil, a psicologia animal ou a psicopatologia, mas que sejam igualmente

aplicáveis a todos eles. Assim, as diferentes abordagens deveriam estar aptas “a usar os mesmo conceitos, tanto para os problemas da vida emocional como para os problemas do comportamento; ou para os problemas respeitantes à criança, ao adolescente e ao adulto; o saudável e o doente; seres humanos e animais; a personalidade e o meio”. (p.21) Nas palavras de Lewin (1973, p.21):

A psicologia necessita de conceitos que possam ser aplicados não apenas aos fatos de um único domínio, como a psicologia infantil, psicologia animal ou a psicopatologia, mas que sejam igualmente aplicáveis a todos eles. Deveríamos estar aptos a usar os mesmos conceitos tanto para os problemas da vida emocional como para os problemas do comportamento; ou para os problemas respeitantes à criança, ao adolescente e ao adulto; o saudável e o doente; seres humanos e animais; a personalidade e o meio.

No entanto, para isso, o sistema de conceitos capaz de reunir os diferentes campos da psicologia de um modo empírico teria de ser suficientemente rico e flexível para fazer justiça às enormes diferenças entre os vários acontecimentos e organismos com os quais se venha a lidar. Portanto, teria de ser orientado em duas direções, a saber: a conexão teórica e empírica. Em outras palavras, teria de ser igualmente adequado para a representação de leis gerais e de características dos casos individuais.

Daniel Lagache publicou, em 1949, sob o título de *L'Unité de la Psychologie*, uma das mais conhecidas propostas de unificação da psicologia. Neste livro, Lagache (1988), incomodado com a multiplicidade que existia no seio da disciplina com relação “a sua finalidade, o seu método ou a sua doutrina” (p.26), ao conceber e estudar o “substrato da vida psíquica” (p.28) e inúmeras oposições entre o naturalismo e humanismo; entre experimentalistas e clínicos, propõe uma integração entre a psicologia clínica e a experimental, sob a égide do funcionalismo⁹ como meio de conferir unidade à psicologia. Reconhecendo os limites de cada uma dessas abordagens e a impossibilidade de distingui-las de maneira rígida, sugere como solução a convergência para um objeto de estudo comum entre elas – a conduta. A conduta é por ele definida como “o conjunto de respostas significativas pelas quais o ser vivo em situação integra as tensões que ameaçam a unidade e o

⁹ Para Daniel Lagache, a interpretação funcional, através da comparação dos princípios da conduta, segundo as teorias - da aprendizagem e da psicanálise, proporcionaria subsídios para unificar a psicologia experimental e a psicologia clínica. Como podemos ver na citação a seguir: “A interpretação funcional da conduta é exatamente a mesma: o sentido da conduta é sempre o de restabelecer a unidade do organismo quando ela está comprometida pela tensão inerente a uma necessidade fisiológica ou adquirida. O princípio da Homeostasis, de Cannon (Cannon, 1929), ao qual recorrem de boa vontade os psicólogos americanos, tem um papel análogo ao do princípio de constância, tomado por Freud e Fechner (Freud, 1920): segundo um e outro, o organismo tende sempre a reduzir as tensões a um nível ótimo, isto é, a obedecer a uma motivação mais forte”. (1988, p.57-58)

equilíbrio do organismo”. (Lagache, 1988, p.70) Em outras palavras, para Lagache, a oposição entre a explicação naturalista e a compreensão psicológica reduz-se à distinção entre as leis abstratas e as leis concretas (descrevem e explicam a conduta), permitindo a aplicação desta última à interpretação dos dados – apenas uma representação do encadeamento dos fenômenos físicos ou psicológicos. Assim, segundo ele, existiria um acordo notável entre a interpretação da conduta à luz do estudo experimental da aprendizagem e segundo a psicanálise (clínico). Desta maneira, a unidade da doutrina apareceria de uma forma notável. Nas palavras de Lagache (1988, p.71):

Em psicologia, a experimentação e a clínica prestam um apoio mútuo. A clínica tem essencialmente uma função de prospecção e de aplicação. A experimentação representa um estágio terminal da investigação científica. O conflito entre psicologia experimental e psicologia clínica é um momento ultrapassado da história da psicologia.

Arthur Staats (1983, 1991, 2005), por último, apresenta outro tipo de proposta unificadora, intitulada de *Positivismo Unificado*, cujo objetivo principal para alcançar a tão sonhada unificação da psicologia seria desenvolver uma grande teoria/base do comportamento/aprendizagem. Alcançando esse feito, poderíamos, assim, lidar amplamente com o comportamento humano e seus problemas sem gerar tanta dispersão ou fragmentação do conhecimento produzido. Para isso, o autor propõe um verdadeiro movimento de unificação da psicologia envolvendo a história da ciência, da sociologia da ciência e da filosofia da ciência, em que todas essas disciplinas, em conjunto, antes de construir essa grande “teoria-base”, buscariam construir “teorias-pontes” (visando uma unidade vocabular entre os diferentes conceitos) que ligariam teorias distintas nos níveis mais simples para depois ir para os níveis mais complexos. Desta maneira, de acordo com Staats (1991), não cometeríamos os mesmo erros das antigas propostas de unificação da psicologia¹⁰ que visavam remediar a dispersão do campo através de uma teoria mais ampla ao tentar inter-relacionar um grande leque de fenômenos considerados diferentes. Para melhor ilustrar:

¹⁰ Staats (1991) cita como exemplo desse fracasso – C.Hull, B. F. Skinner e E.Tolman. Para Staats, as antigas propostas pautadas em uma “grande teoria” de unificação da psicologia falharam porque não trabalhavam interdisciplinarmente na busca por associar níveis distintos da teoria. A teoria interdisciplinar seria a busca de uma ponte entre níveis diferentes de análise do fenômeno, assim como a aplicação de princípios básicos de aprendizagem para aprendizagem de uma linguagem. Assim, a ideia de Staats é a de buscar as conexões entre um nível de análise elementar, a exemplo da teoria da aprendizagem, e o segundo nível de análise, que é presumivelmente mais molar como, por exemplo, o aprendizado de uma linguagem. Desta forma, as antigas tentativas de unificação da psicologia falharam, segundo Staats, porque buscavam unificar a psicologia, sem procurar pontes entre diferentes formas de análise do mesmo fenômeno ou conexões entre disciplinas diferentes que estudam o mesmo problema, porém com diferentes métodos e diferentes perspectivas, como a química e a biologia.

relacionar teorias de áreas separadas que lidam com problemas diferentes, como a “teoria–ponte”, que estabelece ligações entre os princípios dos aspectos emocionais da personalidade e o princípio do condicionamento básico. (Staats, 1975, cap. 4, Staats, & Eifert, 1990)

Tomando como pressuposto básico o ideal de progresso científico, Staats (1991) afirma, aqui sob a influência do historiador da ciência Thomas Kuhn¹¹, “que todas as ciências em seu estágio pré-científico são, a princípio, desorganizadas e que apenas através de muito trabalho e esforço, elas chegam ao estado de unificação com o passar do tempo”. (p.900) Em outras palavras, o ponto principal a se considerar no projeto de Staats é o pressuposto de que o estado atual de fragmentação da psicologia pode ser superado, pois, em última instância, faz parte da ordem natural de desenvolvimento de todas as ciências. Desta forma, a psicologia ainda seria uma pré-ciência ou uma ciência moderna pré-unificada. Para alcançar ou almejar o *status* de uma ciência unificada, a psicologia deveria fazer um grande investimento em analisar todos os fenômenos psicológicos, com o objetivo de estabelecer relações e semelhanças entre eles – que, muitas vezes, são obscurecidos por estar circunscritos por princípios, conceitos, linguagens e teorias diferentes. Assim sendo, para a psicologia se tornar uma ciência madura, deve alcançar, dentro da pluralidade do campo, um conhecimento comum, compacto, parcimonioso, inter-relacionado.

Após defender sua tese central de que o grande problema da unidade enfrentado pela psicologia está intimamente relacionado ao fato de que seu desenvolvimento tenha se dado sem habilidade de articulação da produção de seu conhecimento, Staats (1983) expõe em seu livro *Crisis of Disunity* os problemas que a disciplina enfrenta para desenvolver-se e ser aceita como uma ciência. Entre eles, está a diferença de enfoque entre os cientistas de uma ciência madura e unificada e de uma pré-ciência (desunificada). Enquanto os primeiros buscam relações entre os

¹¹ Kuhn (1922-1996) propôs um modelo de evolução histórica para as ciências segundo o qual elas passariam por três estágios: o pré-paradigmático, o paradigmático e o revolucionário. Para Kuhn (1977), o termo ‘paradigma’ deveria ser usado em dois únicos sentidos: o de matriz disciplinar, que usaremos aqui, e o de exemplar (exemplo-padrão de problema resolvido ou experimento em uma ciência). Paradigma como matriz disciplinar seria o conjunto de crenças compartilhadas por um grupo de praticantes especialistas de uma disciplina que inclui: generalizações simbólicas, modelos metafísicos, valores epistemológicos, metodologia e exemplos-padrão de problemas resolvidos. Enquanto uma ciência não estabelece nenhum paradigma (matriz disciplinar) hegemônico, estamos num período pré-paradigmático. Quando um paradigma se estabelece sobre os demais concorrentes, entramos na ciência normal, onde podemos encontrar acúmulo de conhecimento e progresso indisputado. Finalmente, quando o paradigma dominante é posto em dúvida por um acúmulo de anomalias (fenômenos resistentes a explicações pelo atual paradigma), surgem outras propostas de paradigma e então se suavizam as normas que governam a pesquisa normal. Isso leva a uma perda de confiança dos cientistas na teoria que haviam abraçado. A busca agora é por um novo paradigma, e a crise resultante disso só findará quando conseguir erguer-se esse novo paradigma incompatível (incomensurável) com o anterior: uma revolução científica. Essa revolução é uma mudança qualitativa, e não quantitativa do conhecimento científico.

fenômenos considerados diferentes, tentando explicá-los por um princípio comum; os segundos, também, por não serem treinados, não procuram estabelecer relações e significados gerais entre os fenômenos. Desta forma, a psicologia, como um exemplo do segundo grupo, estaria fadada a dedicar seus esforços para a produção de novos e originais aparatos, testes, fenômenos, conceitos, teorias, princípios, sem nunca progredir como ciência. Por esse motivo, em outro momento, Staats (2005) argumenta que a produção de diversidade na psicologia seria uma produção artificial. Apesar de os fenômenos analisados por diferentes teorias terem muitas conformidades, cada abordagem tende a tratar o mesmo fenômeno com diferentes termos, diferentes teorias – a título da relação entre o fenômeno elétrico e o magnético (sobre os quais se julgava não haver qualquer proximidade, porém depois, descobriu-se profunda relação entre os mesmos). Ao ignorarem, contudo, as similitudes entre eles seria produzido muito conhecimento sem articulação ou cumulatividade, o que colocaria o progresso da disciplina, como um todo, em questão. Um exemplo disso, que seria um avanço para área de pesquisa cognitiva não o é, também, para outra área da psicologia – este seria um dos maiores obstáculos enfrentados pela psicologia para alcançar o *status* de ciência madura e unificada.

1.2.2. Estratégia pluralista

De acordo com Clegg (2013, p.152), os pluralistas propõem outra estratégia de unificação. Primeiro, eles reconhecem a fragmentação como um problema (mal colocado) e buscam meios de remediá-la através de projetos de conhecimento compartilhados. As abordagens pluralistas reconhecem a importância de métodos de investigação em colaboração e, geralmente, com o foco em comunicação e colaboração entre tradições diferentes – muitas vezes por meio de “uma abordagem que enfatiza o estudo de fenômenos psicológicos de uma variedade de perspectivas”. (Sternberg, 2005, p.13) Essas abordagens orientadas para o fenômeno (Ral, 2006; Drob, 2003) assumem que, apesar de diferentes tradições não terem, obviamente, teorias compatíveis, “através da colaboração em torno de um objeto parcialmente compartilhado, a comunicação e a coordenação [...] tornam-se possíveis”. (Zittoun; Gillespie; Cornish, 2009, p.111) São exemplos dessas abordagens Joseph Royce, Jason Goertzen, Robert Sternberg e Elena Grigorenko, que se diferenciam da reducionista pelo simples fato de buscarem o trabalho em conjunto das diversas abordagens psicológicas antes do estabelecimento “de cima para baixo” de uma teoria, método ou postulado que sirvam para todas. Apesar da postura ecumênica dessa estratégia parecer mais coerente e plausível, muitos

problemas com ela vem sendo evidenciados. Segundo Clegg (2013), o problema com este tipo de estratégia é que a maioria das abordagens psicológicas está em conflito fundamental, não apenas na forma como concebem seus fenômenos, mas também na forma como estes são constituídos empiricamente. O erro dos pluralistas, segundo ele, seria que eles partem do pressuposto de que as diferentes abordagens já concordam com o que os fenômenos psicológicos “são” – o que não acontece. Como poderia haver diálogo entre elas, se as mesmas partem de pressupostos ontológicos, epistemológicos e filosóficos totalmente diferentes? Será que elas estariam falando da mesma coisa? Como superar esses obstáculos? Parece que os pluralistas colocam todos os psicólogos com diferentes abordagens dentro de uma sala para, juntos, resolverem o problema, porém, não lhes diz como seria possível uma conversação entre eles. É por isso que os reducionistas afirmam veementemente que sem um entendimento comum do que seja o fenômeno psicológico e um conjunto básico de conhecimento compartilhado, não podemos aprender uns com os outros e muito menos haver progresso como uma disciplina.

Joseph Royce é um dos primeiros psicólogos a defender abertamente uma proposta pluralista de unificação da psicologia. Chamando a sua abordagem de “dialética construtiva”, Royce (1977, 1985, 1987) propõe uma maneira alternativa à posição reducionista de unificar a psicologia através da construção de uma teoria mais ampla. Sua proposta está baseada, em grande parte, em sua visão de que a “psicologia contemporânea é conceitualmente pluralista, e, além disso, uma filosofia da psicologia não pode ser caracterizada como verdadeiramente psicológica, a menos que leve em conta a ‘multi’ natureza da psicologia”. (Royce, 1977, p.23) Assim, o autor nos mostra que uma interpretação da psicologia só seria verdadeira se levasse em consideração a multiplicidade da disciplina em suas várias formas como, por exemplo, a multimetodológica e a multiteórica. (Royce, 1976) Entretanto, como o foco da psicologia, segundo ele, se concentra fortemente na produção de dados empíricos, e não na integração teórica dessa produção, consequentemente, a psicologia acumula dados sem a devida articulação e comparação. Por isso, Royce oferece sua “dialética construtiva” em resposta a este problema da psicologia. Basicamente, sua proposta se define em sua explicação para o nome de sua abordagem: “construtivas” refere-se às teorias formuladas por psicólogos e “dialética” alude ao processo de sustentar a tensão entre teorias concorrentes ao longo do tempo, na esperança de produzir resoluções integradoras ou resoluções avaliativas que justificariam teorias individuais como superior a teorias concorrentes. Desta forma, essa abordagem estaria equipada para lidar, cientificamente, com a complexidade do fenômeno

psicológico em sua totalidade, porque “filosofias e teorias simplistas não dão contas adequadas à complexidade global do assunto psicológico”. (Royce, 1977, p.29) Em outras palavras, ele argumenta que a psicologia – equipada com uma nova filosofia pós-kuhniana da ciência – tem de lidar, obrigatoriamente, sob o risco de superficialidade, com a complexidade total do fenômeno psicológico, caso não perceba a necessidade de avaliação e integração de teorias concorrentes.

Em resposta a esta multiplicidade de teorias recém-construídas, Royce sugere, opondo-se à prematura rejeição, corroboração ou outra forma decisiva de avaliação, que as teorias deveriam ser apenas provisoriamente refutadas, aceitas ou sujeitas a mais uma prova antes de avaliá-las. Assim, as teorias precisam ser avaliadas criticamente em seus próprios termos, mas especialmente em relação às outras. Ele explica que, porque as teorias em psicologia são tão difíceis de confirmar ou refutar, é que um conjunto de critérios de avaliação terá que ser desenvolvido para fazer essas avaliações preliminares. No entanto, Royce reconhece que qualquer conjunto de critérios de avaliação exige suposições prévias e, portanto, pode estar sujeito a controvérsias. Por isso, como solução provisória, além de propor uma base pragmática¹² para a ação, propõe “promover a proliferação de teorias potencialmente viáveis e, simultaneamente, desenvolver um pequeno número de teorias que mostram o maior potencial para, eventualmente, tornarem-se conceitualmente poderosas”. (Royce, 1985, p.314) Em outras palavras, os psicólogos devem ter expectativas modestas e procederem de uma forma de “baixo para cima”, com foco na construção e avaliação de miniteorias antes de passarem para as teorias mais amplas e gerais.

Apesar de reconhecer, em vários pontos, que sua abordagem está longe de ser infalível e que, provavelmente, nenhuma outra possa resultar em uma teoria única, Royce afirma que sua proposta é “uma aposta viável na direção da unificação teórica” (Royce, 1977, p.16), sendo “comparável a jogar o mercado de ações” em termos de segurança (1985, p.313).

Jason Goertzen, em sua proposta pluralista, chamada de pluralismo dialético¹³, dá continuidade, fazendo algumas correções, críticas e acréscimos ao construtivismo dialético de Joseph Royce. Goertzen (2009) argumenta que sua proposta é uma maneira mais eficiente e eficaz de conceituar o pluralismo em psicologia para o progresso científico da psicologia.

¹² Refere-se à corrente de ideia e/ou de pensamento filosóficos que confirma a utilização prática de uma doutrina como o princípio básico para seu êxito; esta corrente tem como fundamento os conceitos formulados por Charles Sanders Peirce (1839-1914) e William James (1842-1910).

¹³ Goertzen (2009), antes de começar, no entanto, a discorrer sobre sua proposta, salienta que o seu uso do termo “dialético” no artigo não é derivado a partir das famosas teorias de Hegel e Marx, mas em vez disso, de forma mais modesta, do psicólogo teórico Joseph Royce: “dialética construtiva”. “A plataforma de Royce fornece um ponto de partida teórico que eu, então, alterei e ampliei para desenvolver o pluralismo dialético.” (p.203)

Sendo essa uma postura mais benéfica para o campo do que a estéril valoração positiva do atual estado de fragmentação da disciplina ou das defesas da forma não desenvolvida de “pluralismo” (que, segundo ele, não possuiria articulações entre as diferentes teorias e abordagens), em suma, sua proposta pode ser resumida em três componentes principais. Em primeiro lugar, no plano teórico, o pluralismo da psicologia, através de uma relação dialógica, deve sustentar as tensões entre teorias concorrentes de cada época, na busca de avaliações de sucesso e integrações teóricas. (p.205) Sendo assim, no que diz respeito à teoria psicológica, a tensão entre teorias concorrentes deve ser sustentada ao longo do tempo com o intuito de alcançar resoluções integrativas¹⁴ (deve notar-se que esta abordagem, portanto, começa com o reconhecimento de teorias e perspectivas concorrentes). Cabe salientar que esse componente é baseado na dialética construtiva do Joseph Royce, que visa explicações mais completas, complexas e mais ricas de fenômenos e eventos psicológicos, pois abrangem níveis de análise diferentes e diversos quadros teóricos. Em segundo lugar, em termos de fundamentos teóricos e metodológicos da psicologia, a disciplina deveria ficar oscilando ciclicamente entre períodos de unidade relativa e desunião, de tal maneira, que só facilitaria o progresso científico. Este componente é o que Goertzen chama de “contínuo – unidade/desunidade”. Neste nível, especificamente, em contraste com Royce, ele propõe que a ênfase de pesquisa psicológica, em termos de financiamento, publicação e apoio em geral, deverão oscilar ao longo do tempo entre os períodos de convergente e divergente pluralismo – abrandamento e agravamento da dispersão. Para ele, essa posição facilitaria o progresso científico da psicologia, pois, até, em períodos de pluralismo divergente poderia ser valiosos para a disciplina, uma vez que a diversidade e a inserção de novos elementos são, quando não levada ao extremo, desejáveis para um sistema complexo. Desta forma, a postura de reconhecimento da oscilação entre períodos, seria muito melhor do que continuar a agravar a fragmentação da psicologia, com posturas monolíticas de valoração positiva da dispersão como se fosse algo irremediável ou permanente, ou ainda buscar homogeneizar todas as abordagens através da imposição, de cima para baixo, de uma determinada teoria “unificada. Por fim, o último

¹⁴ Goertzen (2009) nos dá um exemplo de como seria possível essa integração: “Uma tática possível para tais avanços que têm sido propostos (Martin, 2007) é a de procurar e descobrir aspectos salientes (por exemplo, de um fenômeno psicológico ou evento), que cada uma das teorias individuais tinha esquecido anteriormente. Por exemplo, se uma teoria psicológica enfatiza as influências dos pais em um determinado comportamento de uma criança, e uma teoria concorrente enfatiza influência dos colegas sobre o mesmo comportamento, pode haver um ou mais fatores relevantes que estão sendo negligenciados por ambas as teorias, como o mediador efeitos da autoestima da criança, que poderia servir de base para a avaliação, integrando, ou de outra forma relacionado as duas teorias. Em suma, esses fatores salientes negligenciados podem ser a base para a avaliação e aprimoramento das teorias concorrentes”. (p.206)

componente, fruto de sua tese de doutorado, é o intercontextualismo (Goertzen, 2009b) – o fundamento filosófico de seu pluralismo dialético. Segundo Goertzen (2009, p.207), o intercontextualismo baseia-se em filosofias contextualistas e teria como pretensão abranger os vários níveis de análise (biológica, cognitiva, social, cultural, cross-cultural, e assim por diante) do fenômeno psicológico junto com suas relações complexas entre seu contexto. Caracterizando-se, segundo o autor, tanto pela crítica ao anticontextualismo da filosofia da ciência dominante em psicologia – positivista/empirista, por não levar em consideração desenvolvimentos importantes na filosofia da ciência e por buscar impor de “cima para baixo” uma panaceia metodológica e de unificação; quanto pela crítica ao contingencialismo exacerbado das direções sugeridas por muitas alternativas contextualistas¹⁵, que recomendam foco em uma contingência particular e, portanto, em fazer avaliações somente dentro de um determinado contexto, evitando generalizações e análise de contextos diferentes. Outro problema destas abordagens demasiadamente contextualistas, seria, segundo Goertzen (2009), a utilização do critério pragmático de verdade, pois este não seria um critério avaliativo suficiente para conferir unidade à disciplina e escapar as avaliações contingenciais de cada local específico. Desta forma, o intercontextualismo forneceria uma solução para integrar as teorias psicológicas, pois, além de incorporar análise contextual de cada contexto específico, reconhecendo sua complexidade, supriria a necessidade de explicação dos fenômenos psicológicos de maneira integrada e abrangente. Outro aspecto positivo do intercontextualismo seria a promoção de certa sensibilidade em psicólogos para perceber a necessidade de analisar a complexidade dos fenômenos psicológicos em seus vários contextos e relações. Seria, desta forma, com a junção desses três componentes que Goertzen (2009, p.208) buscaria aliviar a fragmentação da psicologia. Em suma, para concluir com suas palavras esperanças de:

[...] o pluralismo não deve ser simplesmente oferecido como uma solução óbvia para a crise da fragmentação da psicologia, mas, em vez disso, deve ser rigorosamente conceituado de uma forma que evite os extremos problemáticos de qualquer homogeneidade ou fragmentação. Além disso, a psicologia pluralista não precisa ser concebida como estática, mas, em vez disso, a disciplina pode e deve flutuar dinamicamente entre períodos de convergência e pluralismo divergente ao longo do tempo. Esta concepção do progresso científico fornece meios eficazes e eficientes

¹⁵ No entanto, esta abordagem pragmática, contextual, é problemática por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, como já foi mencionado anteriormente, uma dependência exclusiva em um foco micronível de análise, ocorreria o risco de negligenciar seriamente as relações complexas entre contextos; e, em segundo lugar, uma abordagem que recomenda um foco exclusivo em contextos particulares não teria nada a oferecer aos psicólogos que visam a avaliar a “Multi-” natureza dos fenômenos psicológicos, ou o mesmo avaliar o mesmo fenômeno em diferentes contextos. (Goertzen 2009, p. 207)

para a psicologia desenvolver uma base de conhecimento produtivo. Em outras palavras, o pluralismo dialético, apoiado por uma base filosófica do intercontextualismo forneceu uma conceituação que pode ajudar os psicólogos a lidar com a complexidade dos fenômenos psicológicos e a contingência seu do conhecimento. Além disso, pode ajudar os psicólogos a lidar com o problema desconcertante da avaliação, especialmente em relação às relações complexas e variadas que existem entre os contextos. Minha esperança para o pluralismo dialético é que, ao longo do tempo, essa abordagem pode ajudar a aliviar a fragmentação da psicologia e fornecer um meio-termo entre um *mainstream* positivista e as margens contextualistas que estão em constante crescimento.

Sternberg e Grigorenko (2001) também concordam com a proposta pluralista de unificação. Tomando como pressuposto que a história da psicologia pode ser vista como uma história de sequências de paradigmas que falharam, não por serem certos ou errados, mas por fornecem apenas perspectivas incompletas para os problemas para os quais são aplicados. Eles defendem que a unificação da psicologia deve ser uma proposta multiparadigmática e multidisciplinar de estudo integrado dos fenômenos psicológicos através de operações convergentes¹⁶. Ou seja, ao invés de analisar dos fenômenos psicológicos por uma única e exclusiva abordagem, que está restrita aos seus pressupostos básicos e formas de pesquisa e investigação, é preciso, para um estudo integrado do fenômeno, observá-lo através de múltiplos paradigmas para entendê-lo de uma maneira mais global.

Outra característica importante para unificar a psicologia, segundo Sternberg e Grigorenko (2001, p.1.069), envolve deixar de lado ou desistir do que eles acreditam ser os três maus hábitos entre os psicólogos. Inicialmente, o uso exclusivo ou quase exclusivo de uma única metodologia ao invés de uma convergência de várias metodologias de estudo do fenômeno psicológico. Posteriormente, a identificação das abordagens e escolas de pensamentos psicológicos dentro da disciplina nos termos de subdisciplina da psicologia como, por exemplo, psicologia social, psicologia do desenvolvimento, neuropsicologia e etc., ao invés de identificá-las em termos de estudo dos fenômenos psicológicos. Por fim, a aderência a um único paradigma ou abordagem para investigação de um fenômeno psicológico, como, por exemplo – behaviorismo, cognitivismo, psicanálise e etc. Cabe frisar que, para eles, não existe uma perspectiva mais correta ou mais errada, cada uma apresenta um modo diferente de entender o fenômeno e o “tocam” de formas diferentes. Cada

¹⁶ Segundo, Sternberg e Grigorenko (2001, p.1071), operações convergentes referem-se ao uso de múltiplas metodologias para o estudo de um fenômeno psicológico particular. A ideia básica é que qualquer perspectiva, dentro de todas as possibilidades, é inadequada para o estudo compreensivo de qualquer fenômeno psicológico. Desta forma, a busca de conversão de múltiplas metodologias para o estudo de um único fenômeno psicológico, terá uma maior riqueza de perspectivas e uma análise mais profunda e global. Cabe frisar, que para isso acontecer, os psicólogos deverão ser devidamente treinados em uma ampla variedade de metodologias.

abordagem colabora com sua perspectiva. Para melhor ilustrar, no estudo da inteligência humana, os psicometristas, convencidos que o fator G (geral) explica melhor o fenômeno, investigam para descobrir esse fator; os psicólogos biologicistas investigam a localização no cérebro durante a ressonância magnética suspeitando que a parte do cérebro acionada explica inteiramente a inteligência; os culturalistas, por acharem que a inteligência é um fenômeno social que é explicado pelas suas variações culturais, investigam a diversidade de sua interpretação em culturas diferentes.

Assim, pautando pela melhor compreensão e entendimento do fenômeno psicológico particular, eles sugerem que a organização do campo, departamento e programas de graduação sejam mudadas. Além de conferir maior credibilidade externa para disciplina, essa mudança contribuiria para maior autonomia política, evitaria brigas internas entre as abordagens, atrairia mais recursos; seria mais justificado e menos arbitrário organizar a disciplina em termos de fenômenos psicológicos ao invés de subcampos.

1.2.3. Estratégia cética ou valoração positiva da dispersão

Já na estratégia cética ou valoração positiva da dispersão, segundo a definição de Clegg (2013, p.152), os teóricos pensam que a psicologia não deve lutar contra sua dissolução, ou contínua “especialização”, em disciplinas funcionalmente independentes. Caberia a eles apenas a tarefa de afirmar a impossibilidade de uma unificação da psicologia no futuro e valorar positivamente sua dispersão. Os defensores dessa posição (Koch, 1981; Gardner, 2005; Zittoun et al., 2009) argumentaram que a psicologia já é muito ampla para qualquer integração coerente das suas conclusões díspares e que a “fragmentação” é, na verdade, um sinal positivo de crescimento da disciplina. Dentro dessa estratégia, muitos teóricos como Stam (2004), Spence (1987), Koch (1993), apesar de não acreditarem em uma possível unificação da psicologia no futuro (em termos lógicos e epistêmicos), não são contra e nem negam a importância de uma unidade institucional da disciplina, representada por grandes organizações “guarda-chuvas”, a exemplo da *American Psychological Association* (APA) e da *American Psychological Society* (APS), devido aos benefícios institucionais proporcionados elas. Outros, como Gardner (2005), parecendo retomar os vetos comtianos sobre ausência de especificidade da psicologia no quadro das ciências, apontam para dissolução da disciplina em áreas cientificamente mais bem estabelecidas, como as neurociências. Apesar, do ponto de vista histórico, ser notório que a psicologia nunca operou sob qualquer conjunto de pressupostos comuns ou teve unidade (fora a

institucional), esse posicionamento em relação ao problema da unidade da psicologia vem recebendo muitas críticas. A citar: fazer apologia ao relativismo epistêmico; reduzir as possibilidades de progresso da disciplina; transformar as discussões epistemológicas em discussões éticas e políticas; promover a ilusão de um aparente aprendizado com a pluralidade do campo; enfraquecimento político da disciplina e muitos outros. A seguir, os autores utilizados para ilustrar essa abordagem serão: Canguilhem (1956), Koch (1969, 1981) e Bernard (1983).

Na conferência intitulada “*Qu’est-ce que la psychologie?*”¹⁷, Georges Canguilhem procura dar uma resposta para a tentativa de unificação da psicologia esboçada por Daniel Lagache, em 1949. Depois de abrir a conferência pondo em dúvida o próprio estatuto científico da psicologia¹⁸ e a relação entre a teoria e a efetividade da sua prática, para dar uma resposta para a questão “O que é a psicologia?” (título da sua conferência), Canguilhem se vê obrigado a esboçar uma espécie de história da psicologia, em caráter teleológico, para esclarecer o sentido originário suposto das diversas abordagens psicológicas. Todavia, antes de proceder ao exame, ele deixa subentendido que o objeto da psicologia seria o homem e que para se compreender a multiplicidade desses projetos devemos nos atentar para as diversas imagens de homem que cada uma dessas abordagens, por não existir consenso filosófico nem científico a respeito, formavam arbitrariamente. Como é explicitado pelo epistemólogo francês na citação abaixo:

A partir disso, pode-se rigorosamente falar de uma teoria geral da conduta, enquanto não se tiver resolvido a questão de saber se há continuidade entre linguagem humana e linguagem animal, sociedade humana e sociedade animal? É possível que, neste ponto, caiba não à filosofia decidir, mas à ciência de fato, às várias ciências, inclusive a psicologia. Mas, então, a psicologia não pode, para se definir prejudicar aquilo a que ela é chamada a julgar. Sem o que é inevitável, que se propondo ela própria como teoria geral da conduta, a psicologia faça alguma ideia de homem. É preciso, então, permitir à filosofia perguntar à psicologia de onde ela tira esta ideia – se não seria no fundo, de alguma filosofia. (Canguilhem, 1956, p.2)

¹⁷ A Conferência foi realizada no *Collège Philosophique* em 18 de dezembro de 1956 e publicada na *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 1, 1958; no *Cahiers pour*.

¹⁸ Esta crítica pode ser ilustrada na sua célebre frase proferida nessa conferência: “De fato, de muitos trabalhos de psicologia, se tem a impressão de que misturam, a uma filosofia sem rigor uma ética sem exigências e uma medicina sem controle. Filosofia sem rigor, porque eclética sob pretexto da objetividade; ética sem exigência, porque associando experiências etológicas elas próprias sem crítica, a do confessor, do educador, do chefe, do juiz e etc.; medicina sem controle, visto que das três espécies de doença, as mais ininteligíveis e as menos curáveis, doenças da pele, doença dos nervos e da doença mentais, o estudo e o tratamento das duas últimas forneceram sempre à psicologia observações e hipóteses”. (Canguilhem, 1956, p.1)

Após essa breve introdução, Canguilhem (1956) aponta para cinco possíveis projetos psicológicos, que, por partirem de origens filosóficas com pressupostos básicos tão distintos e de definições de homem diferentes, não apresentam nenhuma relação entre si. São eles: a) a psicologia como ciência da alma (tendo inspiração aristotélica); b) a psicologia como ciência do sentido interno; c) a psicologia como física do sentido externo; d) a psicologia como ciência do sentido íntimo (inspirada em questões psicopatológicas); e) a psicologia como ciência das reações e do comportamento (apoiada na biologia e, também, no tecnicismo). Depois dessa breve digressão histórica, Canguilhem demonstra-se cético com relação à unidade no projeto de uma ciência psicológica ou possível unificação futura (ou a unidade da psicologia), pois ela pareceria “mais com um pacto de coexistência pacífica concluído entre profissionais do que com uma essência lógica, obtida pela revelação de uma constância numa variedade de casos”. (Canguilhem, 1956, p.2) Assim, não havendo unidade de projeto, não há racionalidade ou positividade. Ou seja, não se poderia anexar a história da psicologia ao seletivo grupo da história científica, pois esta, segundo ele, estaria pautada pela noção de progresso, de purificação dos erros e da acumulação de conhecimento, o que não aconteceria com a psicologia. Talvez essa história da psicologia, conforme Canguilhem, só seria possível no interior de cada projeto, mas não na psicologia como um todo. Desta forma, levando em conta que cada abordagem dentro da psicologia parte de pressupostos básicos diferentes e apresentam desdobramentos históricos distintos, não caberia se falar em uma história da ciência ao se tratar da psicologia, mas sim, em história das psicologias, pois, na verdade, cada uma das abordagens constituir-se-ia em ciências diferentes. Por fim, apesar de não valorar positivamente o estado de fragmentação que a psicologia se encontrava, conclui, ratificando que a diversidade de projetos deve ser compreendida através de variadas imagens de homem e de pressupostos básicos, que a unidade ou a unificação da psicologia seria muito mais um sonho do que uma realidade que pudesse ser alcançada.

Sigmund Koch (1969, 1981, 1993) foi um dos primeiros e mais conhecidos psicólogos a enfatizar de maneira sistemática a dispersão da psicologia e a impossibilidade de sua unificação. A tese central de seu pensamento, depois de concluir com base em dados histórico¹⁹ que a psicologia nunca conseguiu verdadeiramente, desde sua independência institucional no século XIX, estabelecer-se como ciência e se tornar independente de outros

¹⁹ “A crença do século XIX que a psicologia pode ser uma disciplina integral, que levou à sua institucionalização como ciência independente, foi em cada dia dos 112 anos sendo desconfirmada, desde a sua fundação. Quando os detalhes dessa história são atendidos, a tendência patente foi em direção ao fracionamento teórico e substantivo (aumento do caráter insular entre as suas abordagens), não para a integração”. (KOCH, 1993, p. 902)

saberes, é que o grande problema da psicologia reside na natureza do seu objeto de estudo. Para defender sua posição, ele utiliza-se da ideia kantiana de antinomias da razão pura para lastrear sua afirmação sobre a indecifrababilidade do significado de algumas questões postas pelos psicólogos. Segundo o autor, elas, por princípio, por apresentarem essa estrutura antinomial, não poderiam ser resolvidas racionalmente, pois teriam um significado muito complexo para os seres humanos decifram. (1981, p.262) Assim, como essas estruturas aparecem em muitos dos fenômenos estudados pelos psicólogos, a dispersão e a fragmentação do campo, bem como a coexistência de abordagens e de teorias incompatíveis poderiam ser explicadas. Dito de outra maneira, o aspecto inacessível da natureza do fenômeno psicológico impossibilita a certeza a respeito da veracidade ou a falsidade do enunciado acerca do fenômeno em estudo e, em decorrência disso, a dispersão torna-se inevitável, já que se torna possível a coexistência de afirmações contraditórias sem que nenhuma refute a outra. Outra dificuldade epistemológica caracterizar-se-ia pelo fato de o próprio sujeito do conhecimento ser também o objeto a ser conhecido. Desta forma, essa simultaneidade sujeito/objeto, somada à estrutura antinomial do seu objeto colocaria, também, limites ao conhecimento do fenômeno psicológico, haja vista que cada psicólogo, guiado por abordagens com diferentes pressupostos, seleciona aspectos diferentes do mesmo fenômeno. Seria esse mais um fator de aumento da multiplicidade e da incompatibilidade de teorias, pois estas deixariam em dúvida qualquer critério de avaliação empírica. Nas palavras de Koch (1993, p.903):

Caracteristicamente, os fenômenos psicológicos são multiplamente determinados, ambíguos em seus significados humanos, polimorfos, situados contextualmente ou complexos e delimitados de forma vaga, evanescente, e lábil ao extremo. Isto implica algumas limitações óbvias sobre a tarefa do pesquisador e os limites do conhecimento que ele ou ela pode esperar para descobrir. Diferentes teóricos dispostos em relação aos seus diferentes efeitos de análise preditiva, ou objetivos práticos, sensibilidades perceptivas, capacidades e repertórios de discriminação, que preexistam, farão recortes sistematicamente diferentes do mesmo domínio. Assim, eles irão identificar variáveis e significados muito diferentes, pois sua seleção estaria intimamente ligada aos seus diferentes pressupostos básicos.

Desta forma, a dispersão seria sempre uma constante na história da psicologia e a unificação restringida como consequência direta da própria ontologia do seu objeto de pesquisa. Em outras palavras, seria a natureza do seu próprio objeto que promoveria a dispersão da psicologia. É por isso que Sigmund Koch, em quase todos seus textos sobre a temática, argumenta que a psicologia não é e não poderá ser uma disciplina unificada ou

ciência coerente, mas sim “um conjunto de estudos diversos, dos quais a maioria não pode ser considerados ciência e alguns poucos, sim”. (1993, p.902) Em decorrência disso, ele argumenta que o termo “psicologia” deve ser modificado para “estudos psicológicos”. (1981, p.268; 1993, p.902) Restando assim, para os psicólogos, diante da complexidade que está na essência do objeto da psicologia e que impõe limites epistêmicos a sua investigação, valorar positivamente a dispersão “aceitando humildemente a finitude intelectual humana perante uma temática de significado tão profundo e a diversidade dos diversos estudos psicológicos – cada qual com teorias, métodos e conceitos inconciliáveis”. (1981, p.268)

Em outra perspectiva, Michael Bernard, influenciado pelo construtivismo social, aponta outra direção para a compreensão da dispersão dentro da psicologia e afirmação da impossibilidade de sua unificação. A sua tese central é que a dispersão psicológica seria uma consequência da produção ou construção de objetos oriundos das culturas psicológicas das diferentes abordagens psicológicas em relação com suas próprias práticas. Assim dessa maneira, a unificação da psicologia seria impossível porque cada abordagem produziria objetos diferentes durante o ato de sua investigação. Para melhor compreender essas questões, segundo Bernard (1973), seria necessário orientar olhar para um conjunto de psicotécnicas ou de práticas sociais em que a psicologia estaria assentada e os efeitos delas sobre seus próprios objetos. Desta forma, a diversidade do campo psicológico, para além da pluralidade epistemológica, seria entendida como o efeito de diversos cruzamentos, utilizados pelas distintas abordagens, de projetos científicos oriundos de outros saberes com práticas sociais ou psicotécnicas utilizadas pelos psicólogos. Assim, o que sustentaria a diversidade de abordagens psicológicas, com fundamentos, atuações e resultados tão diversos seria, segundo ele, a produção do que ele chama – “cultura psicológica”. Neste sentido, essas múltiplas abordagens dentro da disciplina, como efeito de suas práticas, fabricam a dispersão pelos seus próprios efeitos no próprio objeto de estudo – os sujeitos em pleno processo de psicologização. Em outras palavras, a dispersão e a pluralidade das práticas psicológicas seriam, em última instância, consequência da produção de subjetividade oriunda da própria cultura psicológica ao investigar seus objetos.

1.3. CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL

Este item tem como escopo descrever as categorias e os tópicos que serão utilizados para analisar o posicionamento dos teóricos nacionais que discorrem sobre o tema do problema da unidade da psicologia. A utilização dessas categorias tem como finalidade facilitar a análise e esclarecer o posicionamento filosófico dos teóricos que serão selecionados. Tendo em vista que o objetivo desta dissertação não é o de uma investigação filosófica acerca deste grave problema da teoria do conhecimento, só abordarei aqui alguns pontos relativos a esse tema, que creio, terem relevância em relação à questão do problema da unidade da psicologia. Nesse intuito, serão utilizadas seis categorias ou tópicos: natureza do objeto da psicologia (questão ontológica); origem e possibilidade de conhecimento desse objeto (questão epistemológica); metodologia mais apropriada para compreender o problema da unidade da psicologia (internalista ou externalista); posição em relação à possibilidade da psicologia ser uma ciência moderna, influências filosóficas e, por fim, a estratégia adotada para lidar com o problema da unidade da psicologia.

1.3.1. Questão ontológica

A questão ontológica é a mais fundamental das questões a se abordar num processo de reflexão do problema da unidade da psicologia. Para muitos, o principal foco da dispersão teórica na psicologia é o problema da natureza do objeto de estudo. (Bernard, 1973; Koch, 1991; Castañon, 2001) O objeto da psicologia é real ou ideal? Manifesta-se de forma regular? É determinado por leis próprias? Apresenta alguma característica universal ou trans-histórica? Questões como estas são fundamentais para o entendimento do problema da unidade da psicologia, pois os pressupostos que se admita sobre a natureza do objeto de estudo da disciplina trazem implicações determinantes, não somente sobre a forma de interpretar e lidar com a questão da unidade, mas, também, sobre a possibilidade ou não de se obter qualquer tipo conhecimento sobre ela.

A ontologia é tradicionalmente definida como a parte da filosofia que trata da natureza do ser, da realidade, da existência dos entes e das questões metafísicas em geral. Trata do estudo do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres, daquilo que elas são em si mesmas,

apesar das aparências que possam ter e das mudanças que elas possam sofrer. Ou até mesmo, segundo Castañon (2006, p.89), antes dos possíveis questionamentos que possam surgir quanto à possibilidade da realização de tais estudos depois de Kant, podemos encarar a ontologia, também, como o estudo das condições necessárias para o conhecimento do objeto, ou seja, a determinação daquelas características, mesmo que em caráter conjectural, sem as quais o estudo dos objetos das outras ciências seria impossível.

Dentro da psicologia, o estatuto ontológico do seu objeto de estudo sempre foi um fator de dispersão entre as teorias e abordagens psicológicas. Nunca se houve um consenso entre elas sobre sua definição. Mesmo considerando que há tempos, os manuais de introdução dessa disciplina, para fazer justiça à pluralidade do campo, definem quase consensualmente seu objeto de estudo como sendo o comportamento e os processos fisiológicos e cognitivos subjacentes ao comportamento (Wetten, 2002; Atkinson, 2002). Entretanto, sempre nos parece mais atuais afirmações, a exemplo de Marx e Hillix (1973), de que não existe nenhuma forma de definir o objeto de estudo da psicologia de uma maneira que seja considerada aceitável por todos os psicólogos, mesmo porque qualquer definição neste sentido pode restringir muito seu campo de pesquisa.

Muitas foram as disputas sobre o estatuto ontológico do objeto da psicologia. Em relação à questão da cientificidade do conhecimento da psicologia, a principal delas, segundo Castañon (2001, p.40; 2006, p.114), diz a respeito ao modelo antropológico a ser adotado. Essa questão, exemplificada na querela entre psicólogos behavioristas e humanistas, pode ser traduzida pela postura em relação à autonomia ou não do ser humano em face dos condicionamentos biológicos, psicológicos e sociais a que ele está exposto. Para os behavioristas, o objeto da psicologia se comportaria dentro da ordem natural e seria determinado por leis próprias. Deste modo, o trabalho do psicólogo seria descobrir e estudar essas leis para poder prever e controlar o comportamento. Já para os humanistas, o ser humano seria proativo, dotado de livre-arbítrio humano, orientado por escolhas e mutável. Deste modo, o principal objetivo dos psicológicos seria buscar compreender o sentido da experiência particular de cada indivíduo, já que o ser humano não seria uma resultante de uma série de coisas. Entretanto, no que concerne ao problema da unidade da psicologia, a principal disputa, para muitos historiadores da psicologia, no que diz respeito ao estatuto ontológico, é sobre a continuidade e descontinuidade²⁰ do seu objeto. (Richards, 1987; Robinson, 2013; Danziger,

²⁰Cabe frisar aqui que a utilização dos conceitos “continuismo” e “descontinuísmo” estão sendo usadas prioritariamente no sua ênfase ontológico, e não nos seus outros sentidos, mais popularmente, utilizados pela

1990, 2013; Smith, 2012) Esta questão, que será nossa principal categoria de análise no quesito ontologia, está relacionada com o posicionamento diante da questão da existência ou não de alguma característica ou aspecto do fenômeno psicológico que seja trans-histórica, universal ou atemporal e de sua existência ou não, independente da mente humana para além do contexto social em que ele está situado. Os teóricos, que apresentam o posicionamento afirmativo, adotam uma postura continuísta (esta se aproxima muito de uma posição “realista científica”²¹). Já os que apresentam o posicionamento negativo, adotam uma postura descontinuísta (esta aproxima mais de uma postura antirrealista ou instrumentalista²²).

Desta forma, as categorias de análise de cunho ontológico visam classificar o posicionamento dos teóricos sobre a natureza do fenômeno psicológico (é real, ideal ou uma construção social?) e a questão da continuidade ou descontinuidade desse fenômeno.

1.3.2. Questão epistemológica

A epistemologia definida, em sentido estrito, como o estudo das condições de obtenção e validação do conhecimento sobre os objetos é, também, fundamental para

história da ciência cuja ênfase é na análise das transformações do conhecimento científico. Nesse âmbito mais usual, pode-se definir o continuísmo como a teoria na qual a ciência progride sem sobressaltos, uma vez que cada teoria contém fragmentos, as bases ou os embriões da teoria seguinte. A afirmação de que a ciência cresce lenta e gradualmente, sem quaisquer mudanças bruscas, sem a ocorrência de revoluções, é parte da concepção encontrada para o continuísmo. Já o descontinuísmo, como a teoria na qual a ciência progride através de rupturas, por negação de teorias anteriores. Estas epistemologias estão especialmente atentas, não às filiações, mas às rupturas, não àquilo que liga as teorias entre si, mas àquilo que as separa. O progresso dos conhecimentos científicos faz-se através de rupturas, isto é, através de grandes alterações qualitativas que não podem ser reduzidas a uma lógica de acréscimo de quantidades; faz-se através de momentos em que se quebra a tradição e em que esta é substituída por uma nova teoria.

²¹ Para os propósitos desta dissertação, sem a pretensão de discorrermos sobre as diferentes concepções de realismo, entender-se-á como *realismo científico* a doutrina que “afirma que os objetos do conhecimento científico existem independentemente das mentes ou atos dos cientistas e que as teorias científicas são verdadeiras à medida que se refiram a esse mundo objetivo (independente da mente)”. (Fine, 1998, p.581)

²² Segundo Simanke (2009, p.100), tal como acontece com o realismo, pode-se falar de diversos “antirrealismos” que, de modo geral, negam a existência independente das entidades ou processos de que fala a ciência: o *instrumentalismo* (que coloca a ênfase na função pragmática, na confiabilidade e na adequação empírica, e não na verdade das proposições científicas), o *ficcionalismo* (variante do primeiro, que nega a existência das entidades postuladas pelos realistas e as considera como criações mais ou menos livres do espírito), o *convencionalismo* (que afirma que as verdades científicas são convenções, em vez de descrições), o *fenomenalismo* (que só leva em conta a realidade das sensações) e o *construtivismo* (que considera como construções sociais os próprios “fatos” que a ciência investiga). Nem sempre a distinção entre eles é estabelecida claramente, e é comum na literatura sobre o tema vermos um filósofo realista eleger uma das formas do antirrealismo para representar o todo ao qual se opõe, e vice-versa. Por conta disso, a título da dissertação, não entraremos no mérito de distinguir esquematicamente o instrumentalismo. Assim, iremos adotar a definição sugerida por Castañón (2004, p.72) na qual ele aproxima o antirrealismo ao construtivismo social ontológico. Segundo ele, o antirrealismo é a crença de que o sujeito do conhecimento constrói esse conhecimento através da linguagem e com nada mais que ela, a linguagem se constitui na *realidade mesma* para o sujeito. Não existe realidade além da linguagem construída pelo sujeito através de suas interações sociais.

compreensão do problema de unidade da psicologia. Devido às dificuldades ontológicas e metodológicas de estudo do seu objeto, as perguntas epistemológicas sobre a origem, possibilidade e tipos de conhecimento sobre a realidade sempre foram fatores de dispersão do campo psicológico. No entanto, como o problema da relação entre epistemologia e psicologia é bastante amplo e o objetivo desta dissertação não é o de uma investigação filosófica acerca deste grave problema da teoria do conhecimento, só abordarei aqui superficialmente alguns pontos relativos a esse tema, creio, por terem relevância para análise do problema da unidade da psicologia. A primeira se refere à questão da origem do conhecimento; a segunda é questão da sua obtenção; e a terceira é a diferença entre as abordagens explicativa e compreensiva, nomotética e idiográfica em psicologia.

De maneira geral, no que diz respeito ao problema da origem do conhecimento, as teorias psicológicas, apesar de misturá-las muitas vezes de maneira implícita e inconsistente, costumam admitir três fontes: a empírica, a racional e a hermenêutica. (Krüger, 1984) O programa de pesquisa científica da tradição behaviorista costuma atribuir à experiência a única fonte de origem do conhecimento válido. Esta postura empirista caracteriza-se por colocar a razão em segundo plano, atribuindo a ela apenas a organizar em formas lógicas os dados adquiridos através dos sentidos, e pela crença que, através da observação neutra de fenômenos particulares, podemos indutivamente extrair leis universais sobre o funcionamento de determinada classe de fenômenos. A tradição cognitivista costuma aceitar que a origem de todo conhecimento válido nasce da razão. Esta postura racionalista compreende que todo conhecimento se inicia por hipóteses, proposições e teorias prévias a nossa observação. Ou seja, não existe olhar neutro sobre a realidade, pois a própria escolha de objetos de investigação já indica a existência de hipóteses prévias a essa observação, hipóteses sobre qual campo da realidade é relevante observar para resolver aquele problema. Já algumas abordagens da tradição humanista de cunho hermenêutico fenomenológico costumam encarar a realidade como constituída de significado, tanto setores acessíveis, quanto setores menos acessíveis à percepção e ao entendimento humano. E seus processos investigativos desses setores da realidade costumam ser através da aplicação de variadas técnicas interpretativas e adequados sistemas de referência.

A questão da obtenção do conhecimento em psicologia, para além da divergência de método indutivo, dedutivo, hermenêutico e fenomenológico, no que tange a perspectivas individualistas e coletivistas, também é um fator de divergências entre teorias psicológicas, especialmente dentro da área da psicologia social. O posicionamento individualista,

característico, por exemplo, das psicologias sociais de vertente cognitiva, considera que conhecimento é produzido pelos processos cognitivos do sujeito em sua relação com objeto. Ordinariamente, podemos pensar no conhecimento como uma determinação do sujeito pelo objeto. Mas também poderíamos pensar tomando como parâmetro abordagens mais empiristas como behaviorismo watsoniano, no conhecimento como uma determinação em sentido inverso, do objeto pelo sujeito. Já o posicionamento coletivista, característico da psicologia social comunitária e psicologia pós-moderna (Castañon, 2001; 2004a), o conhecimento é construído através de interações sociais. Dentro desse posicionamento, a noção de sujeito costuma ser dissolvida em forma de jogos de linguagens ou é considerada ultrapassada por presumir a primazia da mente individual em detrimento das relações sociais.

A diferença epistemológica entre as abordagens nomotética e idiográfica em psicologia também costuma ser um fator de dispersão das teorias. Levando em consideração a divisão proposta por Wilhelm Dilthey (1833-1911) entre as ciências da natureza e ciências do espírito, respectivamente caracterizadas pelo método explicativo e compreensivo, encontramos a distinção correlata entre as abordagens nomotéticas e idiográficas em relação à pesquisa psicológica. Em suma, a perspectiva nomotética buscaria explicar as causas do comportamento, enquanto a perspectiva idiográfica buscaria compreender os motivos de sua expressão. A pesquisa psicológica nomotética, por partir do pressuposto da crença ontológica da regularidade do objeto, ou seja, que existam relações funcionais estáveis entre variáveis antecedentes e variáveis consequentes, teria como pretensão a obtenção de teorias e hipóteses de aplicação geral sobre o fenômeno psicológico. Já a pesquisa idiográfica, por assumir a posição ontológica de relativa autonomia do objeto da psicologia frente aos condicionamentos que lhe são impostos, considera os fenômenos psicológicos como únicos, irrepetíveis e não submetidos a leis físicas. Desta maneira, considerariam que objetivo da investigação psicológica seria a busca de compreensão do significado da experiência humana em sua individualidade, e não a busca de teorias e hipóteses de aplicação generalizada.

Desta forma, nossas categorias de cunho epistemológico, tendo em vista o problema ontológico da continuidade ou descontinuidade, visarão elucidar como os teóricos analisados avaliam as possibilidades de conhecer o fenômeno psicológico. Buscarão mapear suas posições sobre duas questões: É possível conhecer algo sobre essa característica trans-histórica e universal dos fenômenos psicológicos que existem independentemente da mente? Como se dá o conhecimento do fenômeno psicológico?

A resposta à primeira pergunta, tomando como base Castañon (2009b, p.11), serão classificados em três posições: dogmatismo (é possível conhecer o objeto em si mesmo); criticismo (é possível conhecer o modo como os objetos afetam nossas representações sensíveis) e ceticismo epistemológico (não é possível conhecer nada sobre esses aspectos do fenômeno psicológico para além de contingências sociais na qual ele está situado). A segunda pergunta terá suas respostas classificadas em posicionamentos individualistas e coletivistas.

1.3.3. Metodologia utilizada

O debate acerca da abordagem internalista e externalista da história da ciência é muito amplo e complexo. São muitos os sentidos atribuídos a essa dicotomia como, por exemplo, ela pode ser usada como critério de explicação do surgimento e transformações das teorias científicas ao longo do tempo, critério de avaliação do papel do indivíduo na construção das ciências e enfoque metodológico de um programa de pesquisa na história das ciências.

Mesmo tendo consciência da complexidade desse debate (e ainda mais de sua complexidade acentuada dentro do contexto da psicologia), de sua má definição conceitual e escassez de esforços institucionais em debatê-lo em contextos acadêmicos por teóricos das diferentes posições, concordamos com Shapin (1992) sobre a importância de não eliminá-los. Primeiro, por que o debate ainda não foi superado, pois propostas de dissolução dessa dicotomia, a exemplo da teoria ator-rede de Bruno Latour, ainda não são muito claras²³. Segundo, a abolição das palavras internalismo e externalismo em-si não melhoraria em nada a discussão. Nesta medida, sem entrarmos em muitos detalhes sobre essa questão, para os fins dessa dissertação, entender-se-á por internalista – a análise de um problema teórico através da lógica interna do desenvolvimento das teorias, conceitos, métodos e técnicas de uma disciplina. Ou seja, aqui se privilegia a história intelectual e análise de critérios internos e cognitivos do desenvolvimento da psicologia. Normalmente essa abordagem é mais utilizada por filósofos da ciência. Já por externalista, entender-se-á o enfoque metodológico, muito próximo da sociologia do conhecimento, utilizado por filósofos e historiadores da psicologia para compreender o problema da unidade da psicologia através do estudo das suas condições sócio-históricas. Aqui, os fatores sociais, políticos, culturais, estéticos e até mesmo religiosos

²³ Para maiores aprofundamentos, ver Shapin (1992).

assumem papel principal determinante para compreensão da questão. A abordagem genealógica de F. Nietzsche e a arqueológica de M. Foucault são exemplos.

Desta maneira, a construção dessa categoria visa classificar o posicionamento dos teóricos que iremos analisar a respeito de seu enfoque metodológico utilizado para compreender o problema da unidade da psicologia – internalista ou externalista?

1.3.4. Possibilidade de a psicologia ser uma ciência moderna²⁴

Este subitem não tem pretensão de debater ou fechar questão em torno do que é a ciência, mas apenas estabelecer uma definição básica do que se deve considerar o que é ela para modernidade para que, depois, a partir dessa definição, possamos avaliar o posicionamento dos teóricos analisados sobre a possibilidade da psicologia estar em seus moldes. A questão do significado do termo e da atividade na atualidade requer muita reflexão, que sucintamente será esboçada neste subitem, mas que longe ficará de ser esgotada, pois foge aos nossos objetivos aqui. Por isso, apenas buscaremos estabelecer um significado coerente com alguns consensos básicos sobre o que é ciência para a modernidade.

A criação dessa categoria deu-se por conta da proximidade visceral entre a questão da unidade da psicologia e a sua cientificidade. Ao longo de nossas leituras, percebemos que as estratégias de lidar com a dispersão do campo se relacionava diretamente com o posicionamento que os teóricos tinham sobre a ciência. Os que tendiam à adoção de posturas em prol da unificação tinham posicionamentos favoráveis em relação à possibilidade da psicologia ser uma ciência moderna. Já os que apresentavam posturas céticas ou valoração positiva da dispersão, negavam essa possibilidade e tentam, sob a influência de teóricos pós-modernos, desconstruir seu significado. Por isso, essa categoria de análise foi criada junto à categoria subsequente – a das influências filosóficas.

Antes de esboçarmos uma definição do que venha a ser ciência moderna, cabe a nós alertarmos que ela se refere à ciência empírica, não às formais. De maneira geral, a forma de conhecimento que a modernidade denomina ciência é conhecimento que pode ser empiricamente testável, no sentido de ser sistemático, controlável, reproduzível e intersubjetivamente observável, e que almeje descrever a realidade objetiva, para além das contingências sócio-históricas. Segundo Abbagnano (2007) e Mora (1994), ciência pode ser

²⁴ Essa discussão sobre a possibilidade da psicologia ser uma ciência nos moldes da modernidade está embasada nos escritos de Gustavo Castañon. Para maiores aprofundamentos ver Castañon (2001; 2004a; 2006; 2009).

definida como um modo de obtenção de conhecimento que visa formular, através de procedimentos sistemáticos, experimentação e linguagens rigorosas, e se possível matemáticas, teorias gerais e leis universais que expliquem de forma cada vez mais aproximada fenômenos da realidade. Estas leis devem ter a capacidade de expressar linguisticamente de forma precisa séries de fenômenos (característica de descritividade), a possibilidade de serem testáveis por meio da observação sistemática e matematizada dos fatos (de experimentação) e, por último, à capacidade de prever, seja de forma exata ou estatística, acontecimentos futuros relativos aos fenômenos estudados (de predição).

Deste modo, segundo (Castanõn, 2004, p.68; 2009, p.22-23), aceitar que tal atividade é possível significa aceitar implicitamente uma série de crenças mais básicas, de pressupostos filosóficos, sem os quais tal tipo de atividade e tal tipo de produto (leis naturais explicativas, descritivas e preditivas) não seriam possíveis. Eles são no mínimo cinco. O primeiro é a crença de que o objeto de investigação e algumas de suas características existe independentemente da mente do observador, a isto se denominará *realismo ontológico*. O segundo é a crença na estabilidade, pelo menos em alguns de seus aspectos, do objeto que se estuda, a isto se denominará princípio da *regularidade do objeto*; o terceiro é a crença de que, através do método adequado, podemos vir a conhecer algo sobre o objeto, a isto se referirá como *otimismo epistemológico*; o quarto é a assunção das leis básicas da lógica clássica na formulação de argumentos válidos, os *pressupostos lógicos*, e, por último e não menos importante, a crença de que podemos representar adequada e estavelmente o mundo através da linguagem, a isto se denominará aqui, *representacionismo*.

Assim, diante desta definição e de tais pressupostos, a pergunta que aqui nos cabe fazer é: como os teóricos que iremos analisar dentro da psicologia brasileira que debatem o tema da unidade da psicologia, concebem a possibilidade da psicologia se adequar aos moldes de uma ciência moderna. Ou seja, a psicologia é capaz de produzir leis como as definidas acima, criar critérios objetivos de avaliação que independem das diferenças teorias de suas abordagens, e possui um objeto de investigação que se enquadra nestas crenças ontológicas?

1.3.5. Influências filosóficas

Essa categoria tem como objetivo evidenciar as influências filosóficas dos teóricos que iremos estudar, particularmente as que se refletem diretamente em seus posicionamentos sobre o problema da unidade da psicologia. Dividiremos entre influências mais próximas aos

cânones da modernidade, já descritos no subitem anterior, e influências mais próximas da dita “pós-modernidade”²⁵, que definiremos a seguir.

Tendo em perspectiva que a definição do termo é incerta e que não é o foco desse trabalho problematizar os meandros conceituais de sua definição, coerência ou origem, buscar-se-á aqui apenas apontar seus traços básicos, sem a pretensão de encerrar a discussão. Desta maneira, para os fins dessa dissertação, concordamos com Castañon (2001), que assume a posição de que, ao invés de usar o termo “pós-modernidade” para defini-la, seria mais adequado se referir a pensamento pós-moderno ou pós-modernismo como uma vertente cultural e filosófica contemporânea avessa ao pensamento epistemológico que dá suporte ao projeto de ciência moderna. Mardones (1994), por exemplo, considera várias tentativas do pensamento pós-moderno de dissolver os pressupostos que fundamentam a prática da ciência moderna. Esse é o caso de Lyotard (1990) que alegou que a “era pós-moderna” seria a ultrapassagem do projeto da ciência moderna e estaria caracterizada por uma espécie de sensibilidade contra os grandes pilares que norteavam pensamento dos homens e das mulheres da modernidade ocidental: Verdade, Liberdade, Justiça, Razão. Já Eagleton (1998) afirma ser o pós-modernismo uma forma de pensamento que se caracteriza pelo questionamento das noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas e os fundamentos definitivos de explicação.

Assim, em decorrência dessas características, as sínteses de Rouanet (1993) e Castañon (2004) para pós-modernismo parece-nos adequadas. De acordo com Rouanet (1993), a pós-modernidade é caracterizada em seus aspectos mais gerais por seu antirracionalismo, anti-individualismo e antiuniversalismo, ou seja, pela sua rejeição global ao projeto da modernidade iluminista. O antirracionalismo seria uma crítica à possibilidade de encontrar bases racionais seguras para fundamentar o conhecimento. Esta postura tenderia considerar a razão como um mero agente de dominação sobre a natureza e sobre o homem e a ciência como apenas ideologia (dissolução do privilégio do conhecimento científico em detrimento à opinião e ao senso comum). O anti-individualismo seria uma declaração de guerra ao indivíduo e ao próprio conceito de indivíduo em todas as esferas dos comportamentos sociais. Aqui, temáticas como a da crise, descentração e morte ao sujeito e críticas a noções humanistas e iluministas de pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, costumam ser

²⁵ A definição de pós-modernidade resumida neste sub-item está embasada em Castañon (2001).

o centro do debate. O antiuniversalismo seria a tentativa de dissolver as grandes narrativas (metanarrativas) e teorias com pretensão a explicação universal. Ao invés disso, o foco estaria na produção de discursos particulares que se restringiriam apenas a contextos específicos em que estão situados, sem pretensões a grandes generalizações. Isto é, o universalismo que sucumbe ao particularismo, ao “discurso da diferença”. Já para Castanõn (2004, p.68), em epistemologia, essa rejeição do pensamento pós-moderno pode ser descrita como uma virtual inversão de todas as crenças que fundamentam a atividade da ciência moderna. Na união das teses epistemológicas relativistas e pessimistas de Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, às peculiares postulações antirrealistas ontológicas de Jacques Derrida e do construtivismo social ontológico de Bruno Latour e Steve Woolgar, às postulações sobre a irregularidade do objeto sob ataque dos intérpretes leigos da física quântica (Sokal, & Bricmont, 2001), e às postulações antirrepresentacionistas de Richard Rorty e Ludwig Wittgenstein acerca da natureza essencialmente linguística da realidade, temos o caldeirão intelectual do qual emerge o pensamento pós-moderno. Por isso, podemos apontar seus “fundamentos epistemológicos basicamente” como: (1) *Antirrealismo*: não há realidade fora da linguagem; (2) *Irregularidade do objeto*: não existem aspectos na realidade que fujam do condicionamento sócio-histórico, portanto, não existe regularidade nem aspectos universais a serem estudados; (3) *Pessimismo epistemológico*: mesmo que a realidade exista para além da linguagem, ela é impermeável a ela, portanto, não se pode conhecê-la nem imediata nem mediatamente; (4) *Antirrepresentacionismo*: se existe tal coisa como o “mundo”, a linguagem não é capaz de representá-lo adequada e estavelmente.

1.3.6. Estratégias para o problema da unidade

Para finalizar, esta última categoria terá como classificar a posição dos teóricos que serão analisados em relação aos seus posicionamentos diante do problema da unidade da psicologia. Quais são suas estratégias para lidar com essa questão: reducionista, pluralista ou valorização positiva da dispersão?

CAPÍTULO 2: DESCRIÇÃO DE COMO O PROBLEMA DA UNIDADE DA PSICOLOGIA VEM SENDO TRATADA POR TEÓRICOS DENTRO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

O presente capítulo tem dois objetivos principais. O primeiro é o de descrever a metodologia e procedimentos de pesquisa. Aqui, irei explicitar a orientação geral do trabalho, procedimentos realizados, as dificuldades metodológicas para a realização dessa pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão de textos, e, por fim, justificar os motivos de seleção de determinados autores. O segundo objetivo será descrever o posicionamento sobre a problemática da unidade da psicologia de cada um dos teóricos selecionados através dos critérios de inclusão e exclusão. Foram selecionados apenas quatro teóricos: Antônio Gomes Penna, Luiz Alfredo Garcia Roza, Luís Cláudio Figueiredo e Arthur Arruda Leal Ferreira. Desta forma, o capítulo será dividido em duas partes.

2.1 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

2.1.1. Orientação geral e metodologia de pesquisa

O objetivo geral desta dissertação é o de investigar como a problemática da unidade da psicologia vem sendo tratada por teóricos na psicologia brasileira, desde 1951, como advento do Boletim do Instituto de Psicologia – periódico do Instituto de Psicologia da UFRJ que, segundo Jacó-Vilela (2001), é de extrema importância para a produção acadêmica no país até os dias atuais. Como podemos caracterizar a produção nacional sobre esse tema? Como ela se posiciona? Quais são seus principais interlocutores? Existe algum posicionamento comum entre os teóricos que participam desta discussão? Quais são as estratégias mais frequentes para lidar com o problema da unidade (a reducionista, a pluralista, as céticas ou a valoração positiva da dispersão)? Essas são algumas perguntas-chaves para a sua compreensão. Contudo, dentro desse objetivo geral, tivemos o objetivo específico de mapear esse debate através da descrição detalhada do posicionamento dos principais teóricos envolvidos, para posteriormente avaliarmos e discutirmos criticamente essa produção. Aqui se buscou estabelecer núcleos comuns de análise (argumentos, pressupostos e questões) para serem analisados e esclarecidos.

Para alcançarmos os objetivos a que nos propomos, levando em consideração que esta dissertação é um estudo filosófico e o único tipo de investigação que poderia ser efetuada para esse tipo de pesquisa é a bibliográfica, seguimos um método específico para levantarmos a produção acadêmica na psicologia brasileira sobre tema. Este método pode ser resumido como sendo uma síntese dos métodos apresentados por Castañon (2006), Moura (1998) e Eco (1995), apresentado em uma sequência de oito etapas: a) Indicações de especialistas; b) Busca em bases de dados computadorizados através de palavras chaves; c) Elaboração do arquivo bibliográfico provisório através da leitura dos resumos dos textos – *abstract*; d) Busca nos acervos das bibliotecas pelos textos selecionados; e) Leitura dinâmica dos textos; f) cruzamento de bibliografias; g) laboração de arquivo bibliográfico definitivo e; h)Elaboração de arquivo de leitura.

No que diz respeito à orientação metodológica, antes de detalharmos algumas dessas etapas que serão importantes para compreensão do procedimento investigativo e as dificuldades encontradas, faz-se necessário evidenciarmos os dois critérios de inclusão e exclusão adotados para seleção das fontes que, posteriormente (devido a dificuldades a alguns problemas na seleção bibliográfica), fomos obrigados a reformular.

Tendo em vista que essa investigação visava descrever e analisar simultaneamente a produção literária sobre o tema dentro da psicologia brasileira, os critérios foram criados com dois intuitos – o de propiciar uma descrição panorâmica acurada e, também, o de nos oferecer recursos para aprofundar a análise crítica desta. Assim, partimos do pressuposto de que, ao descrever detalhadamente o posicionamento dos principais teóricos envolvidos na discussão na psicologia brasileira, estaríamos cumprindo com os objetivos dessa pesquisa. Deste modo, o primeiro critério de inclusão e exclusão foi o da formação dos autores dos textos. Nesse caso, apenas seriam selecionados autores que possuísem a formação ou tivessem desenvolvido a vida acadêmica na psicologia. Teóricos brasileiros de outra área do conhecimento como filosofia ou sociologia, dentre outros, não foram considerados. O segundo critério foi com relação à temática dos textos selecionados. Apenas seriam inclusos no arquivo bibliográfico os escritos que tratassem do problema da unidade da psicologia como seu assunto principal – seja sob a luz da unidade, da unificação, da dispersão, da fragmentação, da crise de identidade ou da pluralidade da psicologia. Trabalhos que tratassem do tema como assunto secundário ou ferramenta de contextualização ou de ilustração de outro debate seriam excluídos.

2.1.2. Procedimentos de pesquisa

Como mencionado anteriormente, esta investigação teve como objetivo pesquisar dentre toda a produção acadêmica da psicologia brasileira, no período de 1951 até os dias atuais, aquelas que discorressem sobre o tema do problema da unidade da psicologia. A escolha desse período tão amplo deve-se, sobretudo, a dois fatores preponderantes: a preocupação em fazer uma boa descrição panorâmica de como a discussão do tema vem sendo tratada em território nacional e a consciência de que a produção acadêmica nacional sobre a temática não seria muito vasta. Os fatores que nos levaram a essa escolha foram diversos, a exemplo da brevidade da institucionalização da psicologia no Brasil e a consequente brevidade da existência de periódicos e acervos especializados na área (Jacó-Vilela, 1999); o fato do ensino superior no país priorizar a formação profissional dos alunos para o mercado de trabalho em detrimento das discussões filosóficas e metacientíficas²⁶, pouca ênfase das discussões no curso de graduação; a escassez de disciplinas sobre a temática na grade curricular (Araujo, 1997); a relação tímida dos psicólogos e dos alunos com o conhecimento metacientífico e os fundamentos básicos da disciplina (Pereira, Araujo, & Vianna, 1995, 1996). Entretanto, apesar de todos esses fatores apontarem para a falta de uma produção acadêmica nacional sobre o tema, a experiência do autor em pesquisa, feita de forma independente durante o período da graduação, apontavam para o contrário: já tinha conhecimento de algumas obras de Luís Cláudio Figueiredo, Arthur Arruda Leal Ferreira, Garcia-Roza e outros autores brasileiros sobre a temática – todos com posicionamentos muito parecidos. Por isso, surgiu o interesse de investigar esse assunto. Haveria ou não certa tradição de pesquisa nesse tema dentro do território nacional? Como se daria essa discussão? Como ela poderia ser caracterizada? Será que ela possuiria algum posicionamento hegemônico sobre o tema? Essas foram as perguntas que guiaram a investigação.

Devido à escolha desse período e a notada ausência de uma tradição de pesquisa e incentivos na área de filosofia e história da psicologia dentro do Brasil²⁷, já sabíamos que

²⁶ Dado este que pode ser comprovado através do fato: durante todo o período abrangido por essa dissertação, o primeiro programa de pós-graduação em História e Filosofia da Psicologia em território brasileiro surgiu apenas em 2010, através da fundação do Núcleo de História e Filosofia da Psicologia Wilhelm Wundt (NUHFIP), cujo objetivo é desenvolver pesquisas e promover debates sobre temas relacionados à História e à Filosofia da Psicologia, no âmbito tanto da graduação quanto da pós-graduação.

²⁷ Apesar de que, a partir de 2010, muito por conta do surgimento da revista *Clio-Psyché* e do Núcleo de História e Filosofia da Psicologia Wilhelm Wundt (NUHFIP), vem havendo uma maior produção acadêmica e interesse, dentro do território nacional, em as temáticas de filosofia e história da psicologia. Porém, ainda assim, podemos considerar a produção e o interesse nessas áreas muito tímidos.

encontraríamos algumas dificuldades para nossa investigação. Dentre essas, podemos citar: a inexistência de periódicos específicos na área de filosofia da psicologia, a possibilidade de existência de material sobre o tema em periódicos já extintos, a possibilidade de alguns textos deixarem de ser rastreados pela busca em bancos de dados digitais em virtude da digitalização dos mesmos ou até mesmo pelo uso não direcionado de palavras-chave em seu cadastro. Todos esses poderiam ser empecilhos para o acesso a tais publicações. Porém, durante a fase da coleta de dados para elaboração do arquivo bibliográfico provisório surgiram outros três problemas. O primeiro foi a dificuldade de encontrar os artigos e materiais publicados utilizando as palavras-chaves em base de dados computadorizadas, a exemplo da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), do portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Google Acadêmico, dos Arquivos Brasileiros de Psicologia, Psicologia: Teoria e Pesquisa, do PsycINFO e do Capes. Foram encontrados apenas alguns trabalhos na área, variando entre artigos, capítulos de livros, resenhas e resumos de livros. O segundo problema foi que alguns textos indicados por especialistas e/ou encontrados nas bases de dados não faziam referência direta alguma ao assunto (seja na sua introdução, resumo ou palavras-chaves), apesar de apresentarem algum vínculo ou citarem o problema da unidade da psicologia (unificação, fragmentação, dispersão ou pluralidade da psicologia) no corpo do texto: compreendeu-se que ele era somente utilizado como ferramenta de contextualização ou de ilustração de outro assunto, a exemplo de Abib (2009), Pereira (1995, 1996), Araujo (1997, 1998), Krüger (1984), Castañón (2006, 2008), Maluf (2002), Xavier (2008), Senne (2005), Seminério (1980,1986). O terceiro problema com o qual nos deparamos foi o seguinte: a maioria dos teóricos que se debruçaram sobre o tema não apresentam assiduidade e sistematicidade na sua produção acadêmica sobre o mesmo. Regularmente foram encontrados autores que escreveram apenas uma vez sobre a questão (um artigo isolado ou um capítulo de livro) e depois não mais retornaram a ela²⁸, a exemplo de Lordelo (2011), Miotto (2007) e Barreto&Morato (2008), Xavier (2008b), Moraes (2004), Bock, Furtado e Teixeira (1999). Outros escreveram apenas duas vezes sobre o tema, a exemplo de Penna (1962; 1997) e Garcia-Roza (1975; 1977). Dentre todos os investigados, apenas Luís Cláudio Figueiredo e Arthur Arruda Leal Ferreira apresentaram assiduidade e certa sistematicidade ao abordar o problema.

Desta forma, após esse levantamento inicial de todos os artigos publicados no período investigado, ler todos os resumos (*abstracts*), da análise de conteúdo e bibliografia

²⁸ Esse aspecto foi averiguado através da verificação do currículo *Lattes* de cada um desses autores.

cruzada brasileira, e da avaliação dos critérios de inclusão e exclusão, os teóricos selecionados foram: Antônio Gomes Penna, Luiz Alfredo Garcia Roza, Luis Claudio Figueiredo e Arthur Arruda Leal Ferreira. Os demais, a exemplo de Miotto (2007), Barreto e Morato (2008), Moraes (2004), além abordarem o tema da unidade da psicologia em uma única obra, não acrescentavam, em termos de novidades, o debate feito pelos teóricos relacionados. Uma vez selecionado esses teóricos, diante do problema específico e objeto da pesquisa teórica, os dados pesquisados terão como fonte primária – textos originais onde teóricos brasileiros da psicologia discutem o problema da unidade da disciplina; e como fontes secundárias – textos de outros teóricos brasileiros que discutem o trabalho dos teóricos selecionados.

2.2 POSIÇÕES SOBRE A UNIDADE NA PRODUÇÃO NACIONAL

Este tópico tem dois objetivos principais. O primeiro, como o título sugere, é o de descrever detalhadamente o posicionamento de cada um dos teóricos selecionados sobre o problema da unidade da psicologia. O segundo é o de enumerar os principais argumentos, questionamentos e posicionamentos de cada teórico passíveis de problematização para, posteriormente, no terceiro capítulo, podermos compará-los, estabelecermos núcleos comuns de análise e criticá-los.

2.2.1. Antônio Gomes Penna (AGP) – A Dispersão do pensamento psicológico

Antônio Gomes Penna (AGP) é um dos mais relevantes personagens da psicologia brasileira (Jacó-Vilela 2010; Figueiredo, 2002). Sua importância é notória dentro da disciplina, tanto na área do magistério quanto da produção acadêmica e da política. No magistério, foi professor querido e admirado por muitos psicólogos brasileiros; na produção acadêmica, escreveu mais de vinte livros com temáticas diversas, que vão desde a história da psicologia a estudos sobre a antropologia, além de comunicação, filosofia moral e filosofia da religião. Na política, após a promulgação da Lei n. 4.119 de 1962, que dispõe sobre Cursos de Formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo, exerceu papel importante, em 1964, na organização e na instalação do Curso de Psicologia da Universidade do Brasil, um dos primeiros do país, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro. Posteriormente, ajudou a fundar ainda outros cursos de psicologia no Rio de Janeiro. Sua influência e contribuição para a psicologia brasileira, tanto para sua institucionalização quanto

para seu desenvolvimento (especialmente para área de história e filosofia da psicologia²⁹), é tão marcante que, frequentemente, costuma-se tê-lo como tema em trabalhos de muitos pesquisadores da história e filosofia da psicologia, a exemplo de Ferreira (2007), Jacó-Vilela (2010), Figueiredo (2002), Krüger (1998).

Apesar da vastidão da sua obra, tanto em quantidade quanto em abrangência temática, bem como sua postura exploratória e ecumênica com relação às referências teóricas (Figueiredo, 2002; Ferreira, 2007), sobre o problema da unidade da psicologia, diferentemente, AGP escreveu pouco e expressou claramente sua opinião. Independente de seus escritos sobre a temática serem poucos em quantidade, são de grande relevância e contribuição para os teóricos subsequentes que discutiram esse assunto no Brasil. Vale lembrar que foi ele o primeiro brasileiro a discutir academicamente, em território nacional, essa questão.

Para melhor entendermos o posicionamento de AGP sobre a temática, iremos dividi-lo em duas fases. A primeira fase, mais antiga, está representada por um único artigo, no qual AGP apresenta uma postura tanto quanto favorável à unificação, ao descrever com simpatia o posicionamento de Stanford C. Ericksen sobre o assunto. A segunda, de acordo Figueiredo (2002, p.73), AGP, “em um dos seus últimos livros, irá retornar ao tema da unidade da psicologia, porém ‘pelo lado do avesso’”. Nesta fase o autor, com uma análise um pouco mais profunda, apresentou a dispersão como irremediável e a unificação como um sonho utópico. Para melhor compreensão dessa fase, iremos subdividi-la em quatro partes³⁰: A Nova Aliança – uma breve “excurso” acerca da história e filosofia da ciência; Acerca da identidade da psicologia e de sua dispersão em termos conceituais, metodológicos e epistemológicos: alguns dados históricos; A dispersão do pensamento psicológico e a impossibilidade de sua unificação; O problema de identidade: conflito entre a psicologia e a psicanálise.

²⁹ Segundo Jacó-Vilela (2010, p. 243), embora tenha sempre demonstrado interesse por História – haja vista sua primeira experiência de magistério ter sido em História da Economia e ter lecionado, durante muitos anos, História da Psicologia na UFRJ – foi somente a partir dos anos de 1980 que Penna passou a se interessar vivamente pela história da Psicologia no Brasil, pesquisando e produzindo trabalhos que se tornaram fontes importantíssimas de informação para os pesquisadores da área. Isto levou a que fosse considerado um “patrono” pelos pesquisadores que, já na década de 1990, constituíram um Grupo de Trabalho em História da Psicologia na ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

³⁰ Todos os títulos desse subtópico fazem uma alusão aos títulos e subtítulos dos dois primeiros capítulos do livro – Repensando a Psicologia - de AGP.

2.2.1.1. Primeira Fase de AGP – Possibilidade de uma Unificação

O primeiro escrito de AGP sobre a questão da unidade da psicologia foi o seu artigo – O Problema da Unidade da Psicologia – publicado pelo Boletim do Instituto de Psicologia, do qual ele foi um dos idealizadores, em 1952. Apesar de ser um artigo bem sucinto, não podemos perder de vista o seu valor para a discussão do problema da unidade da psicologia no Brasil: foi a primeira vez que alguém introduziu academicamente a discussão do tema em território nacional. Além disso, ele apresenta ao público brasileiro uma boa quantidade de referências teóricas estrangeiras atualizadas.

O objetivo geral deste artigo foi de fazer uma breve apresentação de como se estava desenvolvendo na psicologia “um considerável esforço no sentido de se alcançar um estado de total unificação e sistematização de seus diferentes setores” (Penna, 1952, p.5) nos últimos anos, diante da crescente dispersão da disciplina. Já o seu objetivo específico foi o de fazer uma descrição resumida de uma dessas tentativas – a defendida por Stanford C. Ericksen, especialmente em seu artigo “*Survey Of Some Opinions*”. Entretanto, antes de começar a descrever o posicionamento de Ericksen, AGP traz alguns exemplos de teóricos que, como ele, criticou esse estado de dispersão e buscaram para ela soluções. Primeiro, ele descreve a proposta de Kurt Lewin e sua exposição dos Fundamentos da Psicologia Topológica como o antídoto para unificar conceitualmente os vários campos de especialização da disciplina. Nessa época, só o campo da percepção, a rigor, conforme Lewin, na introdução de seus “*Principles of Topological Psychology*”, havia alcançado uma situação de amadurecimento científico. O mesmo não poderia ser dito sobre os estudos da motivação, vontade e personalidade. Lewin também acentuava a falta de consenso entre as explicações na psicologia infantil, anormal e social. Por isso, para ele, existia a necessidade de uma urgente construção teórica, suficientemente compacta para unificá-las. Logo em seguida, ele descreve a proposta de C. L. Hull que, inspirado no operacionalismo de Bridgman, propôs analogamente a K. Lewin extrair, por deduções rigorosas, todas as leis da psicologia de um conjunto de postulados sujeitos a revisões periódicas. A obra de Hull, segundo Penna (1952, p.6), logo mobilizou outros psicólogos, os quais vêm trabalhando na esperança de resolver o problema da unificação e da sistematização ambicionada. Naturalmente, essas tentativas, ao lado de outras que por igual foram se esboçando, deram margem ao aparecimento de trabalhos de crítica às propostas de unificação vigentes – dos quais AGP apenas menciona os de Conklin, E. S.; Dashiell, J. F., Stanford C. Ericksen (que será descrito a seguir) e Daniel

Lagache. Entretanto, apesar de mencionar tantos nomes, AGP irá apenas resumir o ponto de vista defendido por um desses críticos – Stanford C. Ericksen – especialmente pelo próprio caráter de “*survey of Some opinons*”. (p.6)

Para entendermos sua crítica aos modelos de unificação anteriores, AGP começa descrevendo a divisão proposta por Ericksen do movimento de unificação da psicologia em dois períodos fundamentais:

[...] o primeiro, caracterizar-se-ia pelo esforço realizado no sentido de se obter a sistematização graças a uma exata definição do objeto dessa ciência; o segundo, dominante na atualidade, empenha-se em obter a unificação através do método. Conforme observa, distinguem-se, ainda, nesta segunda fase, duas direções características: uma, pretendendo que o objeto será fixado pela própria metodologia, e Hull é apontado como seu representante proeminente; a outra, mais radical, considerando a questão do objeto uma questão insuperável e preocupando-se exclusivamente com o problema do método, C. C.Pratt (*The Logic Of Modern Psychology*) é o representante dessa corrente. (Penna, 1952, p.6-7)

Após a distinção, AGP nos descreve as críticas de Ericksen ao operacionismo e a proposta de unificação de C. Hull. A crítica ao operacionalismo que, segundo o autor, é o mais importante movimento visando à sistematização através do recurso metodológico, influenciando a psicologia postulacional neobehaviorista e a psicologia matemática, pode ser resumida nos seguintes termos. O operacionalismo e seus desdobramentos não seriam uma proposta promissora para unificação da psicologia, pois visam obter uma sistematização integral do conhecimento através da utilização de determinados métodos particulares. Estes, segundo Ericksen, poderiam até ser satisfatórios no estudo de certos problemas, porém, não há nada que assegure que a sua aplicação ofereça invariavelmente bons resultados em relação a outros problemas. Outra crítica aos operacionalismos é o fato de ele ser irreconciliável com a teoria, visto que a consequente aplicação não encoraja a interpretação dos resultados, obtidos experimentalmente, em termos de largas construções teóricas. Já nas críticas a C. Hull, o autor alega que as esperanças postas na matematização da psicologia eram apenas um “mero retorno a velhos e veneráveis métodos científicos, tem sido até agora muito limitado”. (p.8) Apesar de ratificar a legitimidade do desejo de se dar aos problemas psicológicos uma formulação quantitativa, ele não acredita ser possível pensar que, com isso, estarão “afastadas para sempre as formulações qualitativas, e muito menos, que a simples quantificação seja inquestionável garantia para unificação da Psicologia”. (p.8) Para concluir esse breve artigo, AGP descreve o posicionamento do autor:

Ponto de vista desse autor é que a sistematização reivindicada pelos psicologistas contemporâneos não pode ser uma simples consequência da utilização de um método particular. A rigor todos os métodos são legítimos e devem plenamente ser utilizados onde quer que sua utilização produza resultados vantajosos. A unidade é um problema independente. Sua conquista terá que ser alcançada através da integração compacta de todos os resultados fixados pela utilização dos vários métodos aplicados na Psicologia. (p.8-9)

Apesar de APG não manifestar diretamente sua opinião sobre o tema, podemos inferir que o mesmo, pelo foco de seu trabalho, enxergava com simpatia a proposta de Stanford C. Ericksen que muito se assemelha a estratégia pluralista descrita no primeiro capítulo. Vale ressaltar que, nessa época (início da década de cinquenta), não existiam ou eram muito poucos os trabalhos de psicólogos ou filósofos que avaliavam a dispersão do campo psicológico como algo positivo ou característica constitutiva desse saber. A grande maioria interpretava como um mal a ser remediado.

2.2.1.2. Segunda fase de AGP – A irremediabilidade da dispersão

Como já havíamos exposto, iremos dividir essa parte em quatro subtópicos para melhor compreensão dessa fase do autor. Para realizar essa tarefa, utilizaremos os dois primeiros capítulos do livro – Repensando a Psicologia³¹ – e a entrevista concedida por AGP à Elza Dutra, psicóloga e professora da UFRN, no Rio de Janeiro, em outubro de 1996. No primeiro subtópico, iremos expor as mudanças na concepção de ciência e de mundo que, na concepção de AGP, fazendo referência a Ilya Prigogine, constituir-se-ia em uma “Nova Aliança”. No segundo, iremos descrever alguns dados históricos que ajudarão a compreender o problema acerca da identidade da psicologia e de sua dispersão em termos conceituais, metodológicos e epistemológicos. No terceiro, iremos descrever o posicionamento de AGP em relação ao problema da unidade da psicologia e sua tentativa de explicá-lo. E, no quarto e último subtópico, iremos descrever a opinião de AGP sobre o conflito entre a psicologia e a psicanálise.

1. A Nova Aliança: Uma Breve “excursão” acerca da história e filosofia da ciência

³¹ Este livro constitui um resumo do curso de oito aulas dadas por AGP, na Puc/MG, nos dias 4 e 5 de novembro de 1992, sob a iniciativa e coordenação do Núcleo de Pesquisas Multidisciplinares responsável pela organização da série dedicada ao exame do tema “Nas Fronteiras da Ciência Moderna”. As oito aulas acima referidas ocuparam-se da questão “As Ciências Humanas – a Psicologia”, na qual o autor preferiu desenvolvê-las sob o título “Repensando a Psicologia”. O objetivo maior dessas aulas era repensar de maneira geral as ciências, em especial a psicologia, tendo em vista as grandes mudanças que nelas se vêm registrando nos últimos anos, inclusive com base nas grandes contribuições de Ilya Prigogine centrada na relevância do tempo simultaneamente definido pelo seu poder de criação e “elemento de unificação entre ciência, cultura e sociedade”.

Julgamos necessária a inserção desse subtópico para entendermos melhor a mudança de posicionamento de AGP, em relação ao problema da unidade da psicologia, por dois motivos. O primeiro, o próprio autor expõe, em seu livro, como uma breve introdução à sua tese sobre a irremediabilidade da dispersão do pensamento psicológico e a impossibilidade de sua unificação, uma descrição das mudanças epistemológicas sofrida na concepção de ciência ao longo do tempo. Segundo, julgamos possível inferir que a nova postura do autor em relação ao problema da unidade da psicologia acompanhe esta mudança de paradigma apontada por ele.

Nesse breve “excurso” sobre a história e a filosofia da ciência, AGP pretende registrar os momentos mais significativos desse período, especialmente no domínio da epistemologia e sempre com as vistas voltadas para suas repercussões no campo da reflexão psicológica. Nesse “excurso”, ele buscou fixar-se nos últimos anos do século XX, na medida em que eles registram, segundo ele, a grande intervenção de Ilya Prigogine marcada, pelo anúncio de um novo tempo – “tempo de novas alianças”.

Diferentemente de AGP, que dividiu seu escrito em cinco partes:

1) a superação do velho antagonismo entre o mundo celeste e o mundo sublunar, com a proclamação da validade das leis que regem o primeiro, em relação ao segundo; 2) a separação entre ciências físicas/naturais e as ciências humanas, sob o impacto do dualismo cartesiano e a resumida indicação das características que foram atribuídas aos dois domínios; 3) o desenvolvimento da concepção definida como expressão da ciência clássica em termos de mecanismo e determinismo com o apoio da filosofia positivista proposta sobretudo por Hume; 4) a grande revolução da mecânica quântica e a contestação da mecânica clássica com a reivindicação da perspectiva indeterminista e 5) a contribuição de Ilya Prigogine com o conceito de caos apontando para uma ordem derivada da desordem e radicalização da tese da imprevisibilidade no domínio das ciências físico/naturais com exceções que apontam fundamentalmente para o domínio da astronomia. (Penna, 1997, p.12-13)

Iremos focar nosso subtópico em apenas dois aspectos dessa divisão, que acreditamos abranger bem o pensamento do autor nesse quesito. O primeiro, o problema da diferenciação entre as ciências físico/naturais e as ciências humanas. O segundo, as mudanças sofridas na concepção de ciência e mundo, devido, em grande parte, às contribuições de Ilya Prigogine.

Para Penna (1997, p.18), o problema da diferenciação entre ciências físico/naturais e as ciências humanas é complexo em extremo. Na verdade, permanece aberto a muitas outras tentativas de discriminá-las. Ao longo dos debates, uma das tentativas mobilizadas foi a de sublinhar a relevância da historicidade no que concerne às ciências humanas. Essa característica estaria excluída do campo das ciências físico/naturais, sempre operando com

regularidades atemporais e universais. AGP argumenta que essa separação é uma das consequências do dualismo ontológico postulados por Descartes. Esse dualismo que separava em naturezas distintas o corpo e a mente (*res extensa* e *res cogitans*, respectivamente) foi sendo reeditado, ao longo da história, de maneiras diferentes, por diversos pensadores, a exemplo da distinção de Giambattista Vico entre natureza e cultura. Isto seria o que implicitamente sustenta a distinção entre as ciências físico/naturais e as ciências humanas. Assim, posteriormente, muitos outros teóricos foram acentuando as diferenças entre esses domínios como, por exemplo, a distinção de regularidades do mundo físico e as regularidades observadas nas ciências humanas. As primeiras, por serem causais, seriam necessárias, já as segundas, por serem consensuais, não apresentam nenhuma relação de necessidade. Ou seja, podem ser desobedecidas. Essa diferenciação foi especialmente trabalhada por Peter Winch e Ludwig Wittgenstein, que sustentavam que as regularidades observadas no domínio das ciências humanas não são causais, pois o comportamento humano é guiado por regras e consequentemente não pode ser explicado em termos de relações de causa e efeito. Outra distinção muito explorada é a diferenciação entre explicações que se sustentam em regularidades causais (explicações das ciências físico/naturais) e explicações que se apoiam em razões (explicações das ciências humanas). Desta maneira, diferentemente das explicações das ciências físico/naturais, que são avaliadas por suas relações mecânicas de causa e efeito, e não admite juízo de valor, as explicações pautadas em razões pressupõem a existência de um agente que arbitra sobre o que faz e podem ser taxadas como boas ou más, próprias ou impróprias etc. Desta maneira, as explicações psicológicas para explicar o comportamento humano pareceriam recorrer, não a causas, mas a razões, pois as possibilidades para ação humana são infinitas e nunca há um único evento possível que não pudesse ser diferente, dados seus antecedentes. Ao longo desse debate, pode-se perceber a notória tentativa de evidenciar a importância da historicidade para os domínios das ciências humanas em detrimento das ciências físico/naturais. Para muitos, essa característica seria excluída desta última, pois ela operaria com regularidades a-históricas e universais e não históricas.

Como esse problema, todavia, permanece aberto, e uma das tentativas de abordá-lo, segundo Penna (1997), está ligada à contribuição de Ilya Prigogine. Entretanto, antes de considerá-la junto com a alegada mudança de concepção de conhecimento científico, AGP ressalta o modelo de ciência anterior, cujas concepções estariam centradas nas noções de determinismo e na preditibilidade dos eventos incluídos na mecânica clássica. Vale ressaltar que, por esse modelo estar fortemente embasado na filosofia positivista, que prioriza o

empírico (fenomenismo, nominalismo e tese da unidade das ciências – fisicalismo), aplicava o mesmo método científico a todos os domínios da ciência. Neste caso, seria aplicação dos métodos das ciências físico/naturais às ciências humanas.

Segundo Penna (1997, p.21), em seus aspectos mais relevantes, todo esse quadro começa a mudar a partir do surgimento, nos anos 1920, da mecânica quântica. Graças às informações que ela nos possibilitou recolher, todos os grandes enunciados da mecânica clássica foram postos à margem. Rejeitou-se, de um modo bastante significativo e extenso, a tese determinista, tanto quanto, segundo ele, se rejeitou a ideia da predictibilidade dos eventos. Proclamou-se, já em Prigogine, a ideia de um caos capaz de responder pela ordem e isso não só no domínio tradicional das ciências físico/naturais como no das ciências humanas. Em decorrência desses acontecimentos, Penna afirma, seguindo Prigogine, que podemos dizer que entramos em uma nova era, uma “nova aliança”, cuja noção cosmológica de mundo e de ciência foram modificadas. O que era um relógio transformara em caos e o que era predictibilidade e certeza transformara em imprevisibilidade e incerteza. A seguir, descrevo um trecho da entrevista de Prigogine dada a Guy Sorman e publicada em *Os Verdadeiros Pensadores de Nosso Tempo* (Imago, Rio, 1989), transcrita por AGP, que sintetiza muito bem essa mudança de paradigma, na perspectiva do autor:

Foi no início dos anos 20 que o mundo científico assistiu à revolução desse esquema pela física quântica. Sabemos que ao nível dos elétrons, a física clássica não é mais válida e que entramos no mundo das incertezas. A estrutura da matéria não é mais definida por leis deterministas, mas por modelos de probabilidade. No começo, a interpretação dominante dos cientistas considerava que as perturbações verificadas em seu universo determinista eram introduzidas pela medida humana. Era o observador, pensava-se, que criava a instabilidade. Mas, neste final de século XX, afirma Prigogine, nós sabemos que a matéria é instável e o universo que acreditávamos imutável tem uma história. Nosso mundo físico não é um relógio, mas um caos imprevisível! (*apud* Penna 1997, p.23-24).

AGP, empolgado com o pensamento do autor, afirma a necessidade de repensar as áreas do conhecimento humano, realizando sobre elas um trabalho de revisão conceitual, pois, de fato, estaríamos em uma nova era e não podemos conceber a ciência e o mundo da mesma forma. Nas palavras do autor:

Todas essas transcrições valem para efeito de nos assegurar que estamos em outro tempo histórico e que importa um processo muito amplo de se repensar cada uma das áreas do conhecimento humano com o objetivo de se evitarem as “compulsões à repetição” que nos prendam ao passado e nos inviabilizem para o trabalho de revisão conceitual, de fato absolutamente necessário. (Penna, 1997, p.24)

E é com essa empolgação com a nova forma de conceber a ciência e o mundo que AGP encerra esta parte do seu primeiro capítulo revelando-nos o motivo da escolha do título do seu livro:

Eis a razão pela qual recusei o tema “As Ciências Humanas – a Psicologia” e optei pelo tema “Repensando a Psicologia”. O tema que recusei subentendia a permanência de categorias diferenciadoras no domínio da ciência distanciando-nos da anunciada “nova aliança” que reintegra o homem na natureza em moldes totalmente diversos dos que sempre foram sugeridos pelo movimento positivista. (Penna, 1997, p.24)

Para concluir essa parte, podemos levantar algumas conjecturas sobre a mudança de postura de AGP nessa segunda fase em relação à primeira fase. Será que essa mudança de paradigma em relação à concepção de ciência e de mundo estaria por trás da sua mudança de posicionamento em relação à unificação da psicologia? Será que a entrada nesse “mundo das incertezas” (nova aliança) e a derrocada do positivismo como filosofia da ciência seriam argumentos suficientemente bons para afirmar a irremediabilidade da dispersão do pensamento psicológico e de sua impossível unificação? Essas são questões que poderemos trabalhar no próximo capítulo dessa dissertação.

2. Acerca da identidade da psicologia e de sua dispersão em termos conceituais, metodológicos e epistemológicos: alguns dados históricos.

Este subtópico, cujo título é homônimo ao da segunda parte do primeiro capítulo do livro – Repensando a Psicologia- de AGP, começará também da mesma maneira: demonstrando o embaraço do autor em tentar tecer comentários sobre psicologia. Logo no início dessa parte do seu livro, Penna (1997) confessa sua imensa dificuldade ao tentar falar sobre a psicologia. Simplesmente, por ela não ter ainda uma indicação de objeto e categorias conceituais que lhes sejam própria ou exclusiva de seu domínio, sofrer uma grande influência de outros campos do saber e apresentar diferentes abordagens que se sustentam em fundamentos discrepantes entre si. AGP alega não dispor de meios suficientes para capacitá-lo à tarefa de definir o que seja a psicologia. Entretanto, para ilustrar essa sua dificuldade e o auxiliar em sua tarefa de repensar a psicologia (objetivo maior de seu livro), AGP recorre ao recurso da história para ratificar a falta de unidade dessa área do conhecimento.

AGP começa seu trajeto recuando até Comte, que antes mesmo da metade do século XIX, no seu livro – *Cours de Philosophie Positive*, através dos seus critérios empíricos de

validação do conhecimento, nega à psicologia um lugar no seu quadro de classificação das ciências, pois, segundo ele, ela não havia atingindo a condição de saber positivo. Para ele, se algum dia a psicologia viesse a ser uma ciência positiva teria que ser “fundada na biologia e inspirada na sociologia”. Cabe lembrar, que Comte foi um crítico vigoroso da metodologia introspectiva na investigação dos processos mentais, pois, segundo ele, o sujeito do pensamento não poderia ser ao mesmo tempo o objeto do experimento.

Essa dificuldade de definir um lugar específico da psicologia entre o biológico (ciência natural) e o social (ciência humanas) e delimitar qual seria a metodologia apropriada para o estudo de seus fenômenos, também, esteve presente na obra de W. Wundt. Essa polarização entre o fisiológico/biológico e o social pode ser evidenciada no desdobramento da sua psicologia em – psicologia fisiológica (experimental) e uma psicologia dos povos, em que os recursos metodológicos para efeito de investigação dos processos mentais superiores revelam-se através da abordagem histórica. Com o passar dos anos, essa dificuldade foi cada vez mais se acentuando, o surgimento de trabalhos, a exemplo de F. Brentano, E. Husserl e W. Dilthey, que criticavam veementemente o método experimental para o estudo do fenômeno psicológico, são exemplos disso. Brentano, partindo do pressuposto da indivisibilidade dos fenômenos psicológicos, considerou prematura a introdução do método experimental para estudá-los. Para ele, antes de investigá-los, era necessário uma prévia delimitação entre o físico e o mental, bem como uma adequada classificação dos processos definidos como psíquicos. A psicologia experimental seria impossível para Husserl, pois, segundo ele, ela, ao invés de investigar os fenômenos psicológicos, respeitando sua originalidade, construiria um objeto que nada teria a ver com a consciência e, assim estaria fadada a apresentar resultados pouco proveitosos para nossa vida. Por isso, ele proporia a fenomenologia como método investigativo ideal não só para a psicologia como para todas as ciências. Já Dilthey aumentaria essa dicotomia, afirmando a distinção metodológica entre uma abordagem explicativa (nas ciências naturais) e uma abordagem compreensiva (nas ciências humanas). Enquanto a primeira focaria na descoberta de leis gerais de aplicação generalizada, a segunda, por lidarem com fenômenos únicos e irrepetíveis no universo, só restaria a tarefa de compreendê-los em sua individualidade. Vale lembrar que, para Dilthey, os métodos mais apropriados para se estudar a vida psicológica, a história e a sociedade seriam os métodos compreensivos, uma vez que as experiências vividas são dadas em sua unidade significativa e seria um erro estudá-las através de uma abordagem explicativa. Como o próprio Penna (1997, p.26) salienta, a partir desse período até os dias atuais, essa “polarização básica da psicologia

permanece centrada, de um lado, no fisiológico e, de outro, no social com uma compartimentação excessiva no que toca à pesquisa”.

Depois da descrição dessa querela sobre a especificidade do saber da psicologia, AGP continua seu percurso histórico mencionando como processo de dispersão, que ainda se acentua nos dias de hoje, foi-se agravando com as contribuições de Nietzsche, W. James, Freud e outros, tendo, no século XX, com o surgimento das diferentes escolas com pressupostos filosóficos e metodológicos totalmente divergentes entre si, um significativo agravo. Segundo Penna (1997, p.28), no começo do século XX, a psicologia continuou com seu processo de dispersão, envolvendo inicialmente a Escola de Würzburg e logo adiante o gestaltismo de Berlim e o behaviorismo de Watson. Enquanto os primeiros insistem na pesquisa do pensamento através do método introspectivo-experimental, tanto os behavioristas quanto os gestaltistas se revelam no caso dos behavioristas intimamente vinculados ao movimento positivista e, no dos gestaltistas, à metodologia fenomenológica exemplarmente aplicada, inclusive no domínio da percepção. Depois, esse quadro foi só aumentando como o acréscimo da corrente piagetiana, psicologia existencial e humanista e do movimento cognitivista.

Outra contribuição que, segundo Penna (1997), foi de altíssima relevância para o acentuamento desse quadro de dispersão da psicologia, foi o surgimento do movimento da psicologia histórica. Este movimento teria sido fortemente influenciado pelos escritos de F. Nietzsche, formalmente proposto por Ignace Meyerson e posteriormente enriquecido pelos trabalhos de J. P. Vernant, Van den Berg Hizinga e Norbert Elias. Operando sobre o conceito de “mentalidade”, definido a condição do homem por sua historicidade e crítica violenta às análises a-históricas e universais de características da humanidade, a psicologia histórica desenvolveu um intenso debate a respeito da natureza dos fenômenos psicológicos. Como Penna (1997, p.32) salienta, a tese da historicidade foi muito enfatizada por Vernant, que inclusive foi bastante incisivo quando teria corrigido a clássica tese de que devemos aos gregos a razão, afirmando que, na verdade, deles recebemos um determinado tipo de razão e não um tipo a se definir como único ou universal. Apesar de AGP não expor nesses termos, podemos apontar que esse debate promovido pela psicologia histórica encaixa-se perfeitamente com a questão do continuísmo ou do descontinuísmo do objeto da psicologia, mencionada no primeiro capítulo. Um exemplo desse debate foi discussão promovida no domínio da psicologia social por Kenneth J. Gergen e Barry Schlenker. Para Gergen, o continuísmo dos fenômenos psicológicos (princípio da permanência), característica essa, que segundo ele, sempre esteve presente no domínio da psicologia social, seria um equívoco. A

seu ver, o estudo dos fenômenos psicológicos realizados pela psicologia social não passaria de uma simples reflexão situada no tempo e espaço, sujeita a mudanças históricas como todas as outras. Em outras palavras, para Gergen, os fenômenos psicológicos estudados na psicologia social não apresentariam nenhuma característica atemporal ou imutável, todas suas características estariam condicionadas às suas contingências históricas e sociais. Já Barry Schlenker em seus trabalhos buscou evidenciar a existência de permanências ou invariâncias nesses fenômenos que justificariam enunciados universais. Em seguida, para concluir essa questão do debate entre Gergen e Schlenker, AGP tece um comentário um tanto emblemático, que trabalharemos no próximo capítulo:

Obviamente sua posição se insere na concepção clássica de ciência como tipo de saber que se assenta em proposições universalmente válidas, marcando-se pelo sentido da atemporalidade. No caso de Gergen, a perspectiva adotada revela-se dominada pelo sentido da historicidade inserindo-se na corrente que optou pela produção de uma “psicologia histórica”. Considerando-se as grandes mudanças operadas no campo do conhecimento científico e representado especialmente pelos trabalhos de Ilya Priogogine, a posição de Gergen ganha vantagem. (Penna, 1997, p.32-33)

Em seguida, AGP segue descrevendo os debates a respeito do historicismo (tipos diferentes, teóricos que o defendem e os que o criticam, a diferença entre historicismo ontológico e epistemológico, sua influência em teorias da economia) para acentuar a impossibilidade de predizer o comportamento individual. E, por fim, AGP, ratificando a importância da visão historicista da psicologia para o “repensar” a psicologia, termina essa parte do livro com outra citação emblemática, que parece corroborar com nossa hipótese sobre sua mudança de posicionamento em relação ao problema de unidade da psicologia:

Toda essa exposição centrada na visão “historista” da psicologia e de outros domínios que se incluem no campo das ciências humanas, além de justificar o investimento num repensar-se a psicologia, oferece uma visão do quanto aprofundada é a dispersão do conhecimento psicológico, no caso, inclusive, mobilizando uma atitude compreensivista e, ao mesmo tempo, ressaltando as dificuldades de se operar com a predição do comportamento. Como critério de diferenciação entre ciências naturais e ciências humanas, a “historicidade” deixa de ser aceitável na medida em que hoje, também vale como característica do mundo físico. (Penna, 1997, p.39-40)

3 – A dispersão do pensamento psicológico e a impossibilidade de sua unificação

Este subtópico, homônimo do capítulo dois do livro *Repensando a Psicologia*, é, com certeza, o mais importante para o entendimento do posicionamento de AGP sobre o problema

da unidade da psicologia. É justamente nele que iremos descrever a tese de AGP sobre a irremediabilidade da dispersão do pensamento psicológico e sua unificação “impossível”.

Após ter preparado o “solo” para exposição de sua tese, mostrando-nos que já estamos em uma “nova era” em relação à concepção de ciência e mundo, e nos descrever historicamente o processo de dispersão que vem sofrendo a psicologia desde seus primórdios até o dia de hoje, AGP, para embasar sua tese, lança mão de uma análise em quatro perspectivas epistemológicas distintas que permeariam a psicologia até os dias atuais. Seu objetivo é tentar nos demonstrar que cada uma dessas perspectivas que partem de pressupostos filosóficos e metodológicos bastante diferentes, envolvendo conceitos e métodos antagônicos, determinariam diferentes trajetórias para análise dos fenômenos psicológicos, e sim, conseqüentemente, tornaria a dispersão como irremediável e o sonho de uma possível unidade uma utopia. Em outras palavras, a tese de AGP sobre a irremediabilidade da dispersão do pensamento psicológico e a sua impossível unificação seria, em última instância, consequência direta “da utilização de perspectivas epistemológicas, metodológicas e conceptuais totalmente diversas” (Penna, 1997, p.57) para se conceber e analisar os fenômenos psicológicos. As diferenças de pressupostos básicos, definição de objeto, metodologia, concepção de homem e toda a dispersão do pensamento psicológico, seriam arrazoadas pelas adoções de perspectivas epistemológicas diferentes por cada uma das abordagens psicológicas. Cabe assinalar que, antes de descrever as quatro perspectivas adotadas para ilustrar sua posição, AGP tece um comentário muito importante sobre a condição de conhecimento “no singular” da psicologia. Para ele, esse quadro de dispersão e a sua impossível unificação, não comprometeria essa condição, pois “o fato de contarmos com uma variedade significativa de abordagens não é exclusivo dela, podendo registrar-se em outros domínios do saber. E não se fala em ‘sociologias’, por exemplo, ou em ‘físicas’”. (Penna, 1997, p.58) Então não teria por que falar as “psicologias” ao invés de psicologia.

As quatro perspectivas escolhidas por AGP para ilustrar sua posição foram: A *positivista*, essencialmente fundamentando o behaviorismo; a *crítica*, desenvolvida pela Escola de Frankfurt e especialmente representada por Habermas, sobre a qual, na opinião do autor, seria a que melhor fundamenta a psicanálise; a *fenomenológica*, sobre a qual se propõem uma psicologia eidética, e a *existencial*, produzida por Heidegger (exposta basicamente em Ser e Tempo). É interessante realçar que AGP distingue as posições Husserl e Heidegger, embora ambos operem com o método fenomenológico, trabalham de maneira diferente com o mesmo.

O positivismo seria a perspectiva epistemológica utilizada como fundamento pelo behaviorismo. Usando como referência Kolakowski, AGP aponta para quatro características básicas do positivismo: o fenomenalismo, que deriva da tese empirista sobre a origem e validação do conhecimento, que afirma que todo conhecimento provém da experiência e só é possível validá-lo se este for empiricamente verificável (observável); o nominalismo que sustenta a inexistência de universais no mundo supondo que todo saber abstrato (formulado em termos gerais) é apenas um recurso de linguagem para classificar os dados experimentais observados de objetos concretos e singulares; a tese da unidade das ciências fundada na unidade do método científico, cujo modelo seguia o da física (fiscalismo), pressupondo, como ressalta Kolakowski, que “os modos de aquisição do saber são fundamentalmente os mesmos em todos os domínios da experiência, como são igualmente idênticas as etapas de elaboração da experiência através da reflexão teórica” (apud Penna, 1997, p.64); e a rejeição de qualquer valor cognitivo aos julgamentos de valor e aos enunciados normativos, pois estes caracteres não existem no mundo sensível e, por isso, não são passíveis ao conhecimento empírico.

Nomes como D. Hume, A. Comte, Claude Bernard, Stuart Mill, E. Mach, integrantes do círculo de Viena, como R. Carnap e o primeiro Wittgenstein, como principais agentes de sua evolução e propagação durante os anos, o Positivismo Lógico, segundo Penna (1997, p.66), inspirou, a partir de 1913, o movimento behaviorista. Este último se caracterizou por proclamar o comportamento como objeto da psicologia, operar com métodos experimentais (típicos das ciências naturais) e rejeitar qualquer preocupação com a subjetividade se ela não possibilitasse a verificação empírica do enunciado que viesse a propor sobre seus “processos”. Centrou-se, no início, com J. Watson, no estudo das relações entre estímulo e resposta, admitindo um controle e previsibilidade altamente probabilista. Viveu esse movimento fases diversas, entre eles, valendo o destaque às dominadas por Watson, Hull e Skinner.

A segunda perspectiva epistemológica – a teoria crítica na versão proposta por J. Habermas – segundo AGP, seria a perspectiva que melhor fundamenta a psicanálise, além de permitir uma proveitosa aproximação entre Freud e Marx. As raízes históricas dessa abordagem, segundo Penna (1997, p.68), apontam para o iluminismo e, mais remotamente, para Platão, quando concebeu à filosofia como o equivalente da morte, pelo fato mesmo de, através da reflexão crítica, ela nos possibilitar o esclarecimento e, em decorrência, a emancipação. Suas principais características, de acordo com Raymond Geuss, são:

1 “teorias críticas têm posição especial como guias para ação humana, visto que: a) elas visam produzir esclarecimento entre os agentes que as defendem, isto é,

capacitando esses agentes a estipular quais são seus verdadeiros interesses; b) elas são inerentemente emancipatórias, isto é, elas libertam os agentes de um tipo de coerção que é, pelo menos parcialmente, a autofrustração da ação humana consciente.” 2. “Teorias críticas têm conteúdo cognitivo, isto é, são formas de conhecimento.” 3. “Teorias críticas diferem epistemologicamente de teorias em ciências naturais de maneira essencial. As teorias em ciência natural são objetificantes; as teorias críticas são reflexivas.” (*apud* Penna, 1997, p.70)

Dessa maneira, por as teorias críticas objetivarem a emancipação por meio do processo de esclarecimento, AGP, com uma interpretação estritamente hermenêutica da psicanálise, aproxima a prática psicanalítica da prática da teoria crítica que visa à eliminação da falsa consciência para que as pessoas tenham uma clara consciência de suas necessidades e, por decorrência disso, possam a viver uma existência autêntica lutando pelos seus verdadeiros interesses. Afirmo AGP:

De qualquer modo, o que interessa nesse texto é mostrar que é sobre a teoria crítica que melhor se fundamenta a psicanálise. Bem examinada, ela é essencialmente uma concepção teórica voltada para o “esclarecimento” e, por decorrência, para “emancipação”. Nesse sentido é que em meu livro *Freud, as Ciências Humanas e a Filosofia* (Imago, Rio, 1994) identifiquei-a como uma teoria da desalienação orientada para a exclusão das “ilusões” e da falsa consciência. (Penna, 1997, p.73)

Da terceira perspectiva epistemológica – a fenomenologia de E. Husserl – registram-se as “contribuições da mais alta importância como a que se propôs no campo da percepção, do domínio da linguagem, na área do corpo enquanto corpo próprio etc.” (Penna, 1997, p.80) Segundo Penna (1997, p.80-81), no que toca à percepção, a corrente gestaltista desenvolveu contribuições muito significativas tanto quanto Sartre o fez na área da emoção e da imaginação e Merleau-Ponty, por igual, nos setores da percepção, da linguagem etc. No domínio da estética, destacar-se-iam os trabalhos de Dufrenne. Essa perspectiva preconizada por E. Husserl, além de nos apresentar uma forma inovadora de conceber os fenômenos psicológicos (contrária ao do empirismo clássico) através do conceito de intencionalidade, uma crítica contundente ao naturalismo e ao cientificismo da época, também nos apresentou um método alternativo ao experimental para a investigação. Diferentemente do método indutivo que parte das descrições das regularidades contingentes para se chegar aos enunciados de leis gerais, a tarefa da fenomenologia não é descrever os fenômenos singulares, mas detectar neles a universalidade válida (sua essência). Husserl refutava a tese dos empiristas de que só experienciamos aspectos singulares na experiência. Nessa concepção, o conhecimento de universais não acrescentaria nada à experiência dos indivíduos e não teriam

autonomia cognitiva, pois não revelariam nos objetos nada que não estivesse já presente nas percepções particulares. Para ele, era o contrário, os universais não seriam inferidos de objetos individuais, mas seriam dados diretamente. Ou seja, não era pela abstração ou generalização ou indução que se chegaria ao conhecimento universalmente válido, mas através de uma espécie de experiência direta de universais, os quais se revelam a si mesmos com irresistível evidência. Enquanto os nominalistas afirmam que os universais decorrem de atos de comparação, Husserl sustenta que a experiência das essências, que são atemporais e inespaciais, seria a condição necessária para que se faça qualquer comparação ou juízo significativo sobre algo. Ou seja, nós não poderíamos afirmar a singularidade sem conhecimento prévio com respeito àquilo que os objetos são similares. Assim, de acordo com o exemplo utilizado por Penna (1997, p.78), “quando digo que esta pedra é cinza, não aponto para uma particular condição de cinza, mas o gênero mesmo do cinzento e este gênero nos é imediatamente dado”.

A quarta abordagem – a existencial de Martin Heidegger (especialmente em seu livro – *Ser e o Tempo*), segundo Penna (1997), seria a base epistemológica para psicologia existencial e análise existencial (*Daseinsanalyse*). A primeira foi desenvolvida pelo psicólogo suíço Ludwig Binswanger (1881-1966), que atentou para quanto a concepção de Heidegger sobre o existir humano e o sentido do Ser poderiam ser úteis para uma nova compreensão de fenômenos psiquiátricos. A segunda, desenvolvida por Medard Boss, construiu-se através de uma tentativa de aproximação entre Heidegger e Freud.

A proposta fenomenológica desenvolvida por Heidegger, apesar de derivar-se da abordagem erigida por E. Husserl e nutrir o mesmo caráter crítico em relação ao naturalismo e ao cientificismo, é bastante distinta dessa. Diferentemente de Husserl, seu professor, que operou no domínio da epistemologia visando alcançar, através das reduções transcendentais e eidéticas, um conhecimento absolutamente rigoroso e à prova de qualquer dúvida, Heidegger tinha como objetivo a produção de uma ontologia para explicitar as características constituintes do existir humano e compreender o sentido do ser enquanto tal. Tentando estudar existência como ela é, sem tentar suspender o juízo a respeito dela (sem cindir sua temporalidade), Heidegger desenvolveu um novo método fenomenológico a partir da distinção entre o ser e os entes; e da percepção de que “o único caminho capaz de lhe proporcionar a detecção do significado do ser é o que toma como ponto de partida o único ente que, dotado de consciência, revela-se capaz de nos oferecer dados essenciais” (Penna 1997, p.83) – Homem. Segundo Heidegger, a compreensão do ser seria ao mesmo tempo uma

determinação do ser do homem. O homem, único ente que é capaz de conhecer o ser, seria a porta de acesso para o ser – o Dasein (o ser-no-mundo³²). É dessa forma que Heidegger, centra sua análise sobre o estudo do Dasein e aplica seu método fenomenológico com o intuito de alcançar o sentido da existência humana em sua totalidade, sem tomar *a priori* aspectos definidores de cada indivíduo que possam desfigurar o fenômeno que se mostra. Por fim, AGP, para terminar esse quadro, acentua as contribuições de Heidegger à psicologia, em especial ao domínio da psicologia existencial. Segundo ele, os pontos relevantes que merecem destaques são: 1) a apreensão da natureza do Dasein; 2) a distinção entre os dois modos de se assumir a existência, ou seja, entre a existência autêntica e a existência inautêntica; 3) o estudo da espacialidade e da temporalidade; 4) a distinção entre o medo e a angústia etc. (Penna, 1997, p.88)

Após análise dessas quatro perspectivas epistemológicas, AGP termina o capítulo do livro ratificando a irremediabilidade da dispersão e afirmando a limitação de seu exame, pelo fato de não incluir outros recortes epistemológicos que também tiveram grande influência nas abordagens psicológicas. Nas palavras de AGP:

O exame dessas quatro formas de se abordar a problemática da psicologia ressalta o quadro disperso que se tem desse tipo de saber, conduzindo-nos à convicção de que ele é irremediável. E vale assinalar que a abordagem que aqui se produziu foi bastante limitada. Na verdade, várias outras formas de se considerar a temática psicológica foram deixada de lado. Tal o caso do gestaltismo e da psicologia genética de Piaget. E caberia, ainda, uma referência à psicologia humanista que, bastante próxima das abordagens fenomenológica e existencial, com elas, todavia, não se confunde. (Penna, 1997, p.89)

Posteriormente, quando perguntado, em uma entrevista realizada por Elza Dutra, psicóloga e professora da UFRN, no Rio de Janeiro, em outubro de 1996, sobre o que ele quis dizer com a falta de unidade na psicologia, AGP, aparentando uma postura relativista, deu outro exemplo de sua posição:

Eu não vejo saída, continuo achando que nós temos de conviver com uma diversidade de enfoques muito grande [...] Você pode dar uma ênfase muito grande em abordagens neurocientíficas, abordagens biológicas, mas não pode esquecer que tudo quanto você faz, tudo quanto vê, pensa, está sob a influência da cultura, da linguagem. Da linguagem exprimindo a cultura, sendo ao mesmo tempo um obstáculo, porque a cultura ao cunhar a linguagem, cunha de tal maneira, que você vê apenas aquilo para o qual a cultura tem palavras. Então, desde aí, você tem uma divisão da psicologia. A História da Psicologia não foi outra: de um lado a

³² Ser-no-mundo é uma estrutura originária e sempre total, onde o homem se revela e se realiza nesse encontro, não podendo ser decomposta em elementos isolados.

Psicologia Social, e de outro, a Psicologia Biológica. Quando se fala de uma Psicologia Biológica, pensa-se numa Psicologia totalmente dominada pela metodologia das ciências físicas naturais. Mas aí também cabe outra divisão: você pode descobrir que o corpo não é um corpo qualquer, ele está dominado pela mente, que é um produto emergencial. Surge emergentemente a partir do momento que ela emergentemente surge e passa a dominar o corpo. Então, não posso estudar o corpo como um objeto qualquer, tenho de estudar o corpo próprio, tal como eu experimento, e eu experimento não como uma coisa, mas como algo que é totalmente diferente do resto. Então, já há uma divisão e a divisão permanece. Quando os neurocientistas se debruçam procurando as bases da memória no cérebro, estão fazendo algo que é científico, mas quando se estuda a memória do ponto de vista social, também é ciência pura, mas a metodologia é outra. Então, pensar na unidade da Psicologia é, a meu ver, difícil de conseguir, embora tenha sido sonho dos positivistas. (Penna, 1997b, p.123-124)

4. Problema de identidade: os conflitos entre a psicologia e a psicanálise

Este subtópico foi feito apenas com o intuito ilustrar posicionamento de AGP sobre o problema de unidade da psicologia, por isso irei apenas me prender a solução do autor à querela sobre se a psicanálise seria ou não psicologia.

Desde seus primórdios, a psicanálise teve a cientificidade do seu saber questionada. Para muitos psicólogos, especialmente os behavioristas, a psicanálise estaria excluída da psicologia pelo simples fato de ela não produzir um conhecimento passível de previsões, testes empíricos e falsificações. Em contraposição a essa exclusão, alguns psicanalistas, rejeitando a condição de ciência e aproximado mais da filosofia, adotaram uma posição de negação qualquer vínculo de parentesco com a psicologia. Esta postura advém da convicção de que a psicanálise e a psicologia, por terem diferentes pressupostos básicos, objetos e métodos de estudos, seriam formas de saber totalmente diferentes.

Para AGP, esse debate não teria fundamento ou razão de ser, pois para afirmar que a psicanálise não poderia ser psicologia, teríamos que saber antes o que a psicologia é. Fato esse, de acordo com a falta de unidade na psicologia apontada pelo excursus histórico e sua análise sobre a dispersão do pensamento psicológico, não seria possível definir. Segundo Penna (1997), falar que objeto da psicanálise, por ser o inconsciente, seria diferente do objeto da psicologia, não teria muito sentido, pois historicamente nunca se houve consenso a respeito desse, e quando houve, os objetos apresentavam formas totalmente diversificadas de conceituação. AGP segue essa mesma linha de raciocínio para desacreditar o argumento que o método da psicanálise, por ser interpretativo, seria distinto do utilizado pela psicologia. Segundo Penna (1997, p.42), apesar de existir um predomínio do método experimental na psicologia, este não seria o único. Haveria outros métodos presentes, como o histórico ou como o fenomenológico ou, ainda, como o clínico de Piaget. Na verdade, operando com

muitos métodos, o máximo que se poderia dizer é que a psicanálise opera com outro método que se soma a muitos disponíveis para quem se propõe à pesquisa.

Por fim, podemos resumir o posicionamento de AGP sobre o conflito entre a psicologia e a psicanálise, da seguinte maneira: a reivindicação por parte de alguns psicanalistas sobre ausência de vínculos de parentesco entre a psicanálise e a psicologia, não teria fundamento, pois a própria psicologia não tem uma unidade ou critério que defina o que é ou não é psicologia? Para ilustrar esse posicionamento, ao ser perguntado sobre a questão, AGP respondeu:

Neste trabalho, eu falo da necessidade de acabar com esta estória de que a psicanálise não tem nada a ver com a psicologia. É preciso salientar que a psicologia não tem unidade. O que caracteriza a psicologia é o fato dela mobilizar muitas metodologias: quando se fala em psicanálise, mobiliza-se uma metodologia hermenêutica, quando se fala em Psicologia Experimental, mobiliza-se uma metodologia positiva; uma metodologia fenomenológica, quando se fala em gestaltismo, uma concepção realmente fenomenológica, não existencial. Então acho uma estupidez separar a psicanálise da psicologia. O que eu discuto é a impossibilidade de unificação da psicologia. (Penna, 1997b, p.122)

2.2.1.3. Principais questões passíveis de problematização em AGP

As principais questões passíveis de problematizações retiradas do posicionamento de AGP sobre o problema da unidade da psicologia foram: 1) A irremediabilidade da dispersão no pensamento psicológico e impossibilidade da unificação da psicologia ser uma consequência da diversidade epistemológica nas diferentes abordagens; 2) Será que as mudanças na forma de conceber a ciência e o conhecimento científico (“nova aliança”) através de novas referências, estariam relacionadas com a tese da irremediabilidade da dispersão e impossibilidade de unificação da psicologia? Será que a unificação da psicologia é apenas um anacrônico sonho positivista?; 3) Falta de especificidade da psicologia no quadro das ciências (a psicologia ainda não tem uma indicação de objeto e categorias conceituais que lhes sejam próprias ou exclusiva de seu domínio, sem sofrer grande influência de outros campos do saber? Será que os vetos comteanos ainda não foram superados?); 4) Por que não há critérios para definir o que é ou não a psicologia? Será que não são possíveis critérios ou consensos na psicologia que superem as diferenças epistemológicas das diferentes abordagens do campo psicológico (problema da incomensurabilidade de paradigmas)?

2.2.2. Alfredo Garcia-Roza (AGR) – psicologia: um espaço de dispersão do saber³³

Alfredo Garcia-Roza (AGR), aluno, amigo e assistente de AGP na cadeira de Psicologia Geral na UFRJ no final da década de 1960, mais conhecido pelos seus livros sobre a psicanálise e seus romances, assim como seu professor, também, contribuiu para o debate nacional acerca do problema da unidade da psicologia. Especialmente por introduzir nessa discussão a relação entre a questão da unidade da psicologia com a da cientificidade do seu saber, a possibilidade de se fazer história desta área e por, também, apontar, sem especificar muito, o veto ontológico à possibilidade de unificação. Com apenas uma dissertação de mestrado e um artigo (produto desta dissertação) escritos sobre o tema, teve e ainda tem grande influência no debate nacional sobre o tema. Frequentemente encontramos referência a esses seus trabalhos em ementas de disciplinas na graduação de psicologia³⁴, por aqueles que discutem o tema da unidade da psicologia, a exemplo de Miotto (2007), Ferreira (1999), Ferreira e outros (2012), Figueiredo (1992), e, também, por aqueles que discutem outros temas de fundamentos, a exemplo de Goia (2007) ou Vieira e Boris (2012). Podemos utilizar como argumento o relativo sucesso que seu artigo fez em detrimento ao de seus interlocutores nas edições de número cinco da revista *Rádice* como mais uma evidência da influência de seus escritos no cenário nacional. Ao contrário do artigo do Garcia-Roza, os publicados por G. Baremlitt e José de Nóbrega, que contra-argumentam sua posição e expõem seus pontos de vista sobre a condição epistemológica e a cientificidade da psicologia, não são mais referências para discutir o tema atualmente.

Tendo em vista a complementaridade dos dois escritos desse autor sobre a questão, optamos em dividir esse tópico em três partes para melhor entender seu posicionamento. A primeira parte ocupar-se-á em descrever a estratégia traçada por Garcia-Roza para sustentar sua tese sobre a inerência da dispersão na psicologia. Esta se encontra basicamente em sua dissertação de 1975, que apresenta uma dedicatória especial à AGP. A segunda parte terá

³³O título desse tópico é uma alusão ao nome do artigo do Luiz Alfredo Garcia Roza – “Psicologia: Um Espaço de Dispersão do Saber” – publicado, em 1977, pela revista *Rádice* – uma revista de psicologia, produzida por psicólogos cariocas entre 1976 e 1981. Segundo, Santos e Jacó Vilella (2005, p.26) esta revista foi de grande importância (intelectual e afetiva) para a geração que, durante o período da ditadura militar brasileira, graduava-se em psicologia. Levava aos seus leitores matérias sobre temas variados e polêmicos, não existentes nas revistas de psicologia da época, como a repressão política, o tratamento desumano nos hospitais psiquiátricos, a regulamentação da profissão de psicólogo, as terapias corporais, entre outros. E foi justamente nas edições de número quatro com o artigo de Garcia-Roza, iniciou-se um debate teórico sobre a cientificidade da psicologia que foi estendido às edições de número cinco e seis.

³⁴Eu mesmo tive o meu artigo – Psicologia: Um Espaço de Dispersão do Saber – na ementa de três disciplinas diferentes, dadas por professores oriundos de diferentes estados do Brasil, na grade curricular do Curso de Psicologia da UFBA.

como objetivo aprofundar o pensamento de AGR sobre a unidade da psicologia através da descrição de suas teses sobre duas questões: a da cientificidade da psicologia e a da história da psicologia. Essa parte terá como base majoritariamente o artigo de Garcia-Roza – Psicologia: Um Espaço de Dispersão do Saber – publicado em 1977. A terceira parte terá como objetivo apenas enumerar as dez conclusões que o autor chega ao término de seus dois trabalhos.

2.2.2.1. Esboço de uma história do saber psicológico

A tese central de Garcia-Roza (1975; 1977) sobre o problema da unidade da psicologia pode ser identificada facilmente em seus dois trabalhos. Tanto na sua dissertação quanto em seu artigo, AGR defende que a dispersão sempre presente na psicologia não pode ser remediada, pois esta é uma característica constituinte desse saber. Apesar de não ser bastante claro em qual nível opera sua tese: ontológico, epistemológico ou ambos, AGR defende explicitamente a tese de que a dispersão é inerente à própria natureza do conhecimento psicológico e, sendo assim, não poderia ser analisada como um simples acidente passível de remoção. Da mesma forma, não poderíamos considerar o fracasso dos psicólogos que tentaram remediá-la como um erro epistêmico. Em decorrência dessa característica do saber psicológico, os argumentos: da complexidade de seu objeto de estudo (o homem); da falta de especificidade de saber no quadro das ciências (ora ciência natural, ora ciências humanas); da dependência de outros saberes (biologia, fisiologia, sociologia, linguística etc.) e a forte proximidade de seu saber com a filosofia não seriam suficientes para explicar o motivo da dispersão da psicologia e sua dificuldade em tornar-se uma ciência coerente.

Além dessa tese central, que julgamos ser a pedra angular de seus dois trabalhos, Garcia-Roza (1975, p.5) também nos revela outras duas teses implícitas que têm relação direta com a questão da cientificidade da psicologia e a possibilidade de se fazer uma história desse saber. A primeira é que o termo “psicologia” designa um espaço de dispersão do saber, cuja coerência interna é um ideal provavelmente inatingível. A segunda (que nos parece ser mais uma consequência da primeira) é que a história da psicologia não é contínua e evolutiva, mas descontínua, e que se podemos falar em progresso, ele somente ocorre no interior de uma mesma região deste saber e não de uma região para outra. Cabe ressaltar que ambas as teses serão trabalhadas no subtópico seguinte.

Para ratificar essas suas teses, Garcia-Roza (1975) teve como objetivo fazer um trabalho puramente descritivo, sem pretender entrar em questões epistemológicas, para estabelecer através

de uma perspectiva histórica as condições de emergência do saber psicológico³⁵, seja científico ou não. Para isso, ele tomou como hipótese de trabalho a divisão clássica em três grandes regiões encontradas nos grandes manuais de história da psicologia: a psicologia entendida como “ciência natural”; entendida como “ciência do psiquismo” e entendida como “ciência do comportamento”. Entretanto, cabe ressaltar que a análise proposta por esse autor não se estendeu à psicologia contemporânea, para evitar, em suas palavras, “uma impositiva disputa epistemológica sobre o que é científico e o que não é científico em psicologia”. (Garcia-Rosa, 1977, p.26) Desta forma, AGR manteve sua análise dentro dos limites compreendidos por Aristóteles até a emergência da noção de comportamento na psicologia.

A psicologia entendida como “ciência natural” se iniciaria com Aristóteles e iria até Pavlov no século XX, passando por Herófilo e Erasistrato, Galeno, Avicena, Albrech Von Haller, Gall e Spurzheim e o biologismo positivista de Comte. Esta região seria caracterizada, desde o início, como sendo nitidamente biologizante (visão naturalista do indivíduo), podendo ser chamada tanto de “psicologia” como de “biologia”, “fisiologia” ou “física”. A segunda divisão, a psicologia como ciência do psiquismo, é posta inteiramente ao nível da representação. Com o ponto de partida no conceito de “mente” e na famosa distinção cartesiana entre “res cogitans” e “res extensa”, teria como objetivo principal a busca de validação do conhecimento através da associação da realidade objetiva e a representação. Este caminho iniciado por Descartes iria até as verticalizações da fenomenologia e psicologia fenomenológica, passando pelo empirismo inglês, W. James, Bergson, Dilthey, Wundt e Brentano. A terceira, a psicologia como ciência do comportamento, teria como característica principal a influência do positivismo e a modificação do objeto de estudo da psicologia. Com a pretensão de apenas se ater ao observável, positivo e verificável, para evitar qualquer referência a entidades não observáveis ou à metafísica, esse seguimento, iniciado nos trabalhos de Pierre Janet e tendo como marco o Behaviorismo de Watson, teria como tarefa a substituição da subjetividade como objeto do saber científico da psicologia pelo comportamento.

Após percorrer um longo trajeto, descrevendo, com certa profundidade, o pensamento de cada um desses pensadores de cada região, Garcia-Roza (1977) conclui, de maneira parecida a Penna (1997), que no interior dessas diferentes regiões da psicologia o objeto, as teorias, os métodos, a problemática e até mesmo o termo “psicologia” são tão

³⁵ Aqui saber psicológico é entendido por Garcia-Roza (1975, p.1) como: “conjunto de noções, métodos, teorias, sem separar o que é científico daquilo que não é”.

diferentes entre si que poderiam ser considerados como ciências completamente distintas, e que na ausência de um critério de unidade para que se possa definir com segurança a identidade da psicologia (o que é e o que não é a psicologia?) a sua própria cientificidade e possibilidade de fazer história seriam colocadas em dúvida. Deste modo, ratificando sua tese, AGR argumenta que a dispersão não seria característica de um período pré-histórico da ciência psicológica ou significaria incompetência dos que buscaram remediá-la, ao invés disso, seria melhor aceitarmos a ideia de que a dispersão é uma característica constitucional desse saber e que o termo psicologia possui vários significados sem possibilidade de haver um só. Porém, Garcia-Roza (1977) alerta que, devido às pretensões científicas da psicologia, a aceitação da dispersão seria algo muito difícil de acontecer. Para alguns psicólogos seria preferível disfarçá-la sobre o manto da unidade do que aceitá-la, como podemos ler nas palavras do autor:

Ao invés de vermos a história da psicologia como uma história dos precursores, o melhor é aceitarmos a ideia de que o termo psicologia possui vários significados, ou seja, que significa exatamente esta dispersão que pretendem eliminar. A aceitação da dispersão é que nos é intolerável. O homem gosta de unidade. Pretende um deus único, uma verdade única e, por que não, uma psicologia única. A dispersão, a descontinuidade, a multiplicidade, incomodam. Daí, a necessidade de ocultá-las sob a capa do único, do contínuo, do permanente. (Garcia-Rosa, 1975, p.25)

É embasado nessa análise que Garcia-Roza (1977, p.22), através do seu trabalho afirma, sem a pretensão de dar respostas definitivas, o que denominamos de psicologia é um imenso espaço de dispersão do saber, constituído mais por diferenças do que por identidades, e isso não implica num menosprezo por este saber, nem tampouco negação de sua eficácia.

2.2.2.2. Se a Dispersão é inerente à psicologia: o que é possível fazer?

O objetivo deste subtópico é o de descrever os desdobramentos da tese de AGR sobre o problema da unidade da psicologia através de seu posicionamento sobre duas questões: a da cientificidade da psicologia e o da possibilidade de fazer história da psicologia. Desta maneira, esperamos esclarecer melhor o pensamento do autor, já introduzido no tópico anterior.

Garcia-Roza (1975, p.3; 1977 p.20), nas suas palavras, não pretendeu ser polêmico, no sentido em que se propôs a demonstrar a cientificidade ou não da psicologia, nem tampouco no sentido em que se coloca a favor ou contra seu direito à existência. No entanto, ele também não pretendeu ser neutro. Seus trabalhos representaram uma tomada de posição,

e, portanto, um compromisso com a forma de mostrar as questões, mais do que com algumas das soluções já apresentadas. A intenção de não fazer epistemologia – apesar de ser inevitável colocarmos questões epistemológicas – deriva do fato que autor tentou fazer outro tipo de análise, “mais preocupada com as condições de emergência do saber psicológico, sua articulação com outros saberes e seu caráter institucional, sem a preocupação de determinarmos a cientificidade ou não cientificidade deste saber”. (Garcia-Roza, 1977, p.22)

1– A psicologia pode ser uma ciência coerente?

Vetos à possibilidade de a psicologia tornar-se uma ciência genuína

Antes de expormos o posicionamento de AGR sobre a questão da cientificidade da psicologia, julgamos ser necessário apresentar, dentro da sua perspectiva, as dificuldades históricas encontradas pela psicologia para constituir-se em ciência coerente e o que tornaria um saber em ciência.

Para Garcia-Roza (1977), a psicologia, desde que surgiu, tem estado às voltas com o problema de legitimar-se enquanto ciência. Não foram poucos os teóricos, a exemplo de Comte e Pavlov, que tentaram vetar sua entrada nesse seletivo campo das ciências. Muitos argumentos foram usados durante todos esses anos, dentre eles o da impossibilidade de matematização do conhecimento produzido por ela. Segundo AGR, os críticos que utilizavam esse argumento, normalmente embasados pelo modelo de ciência proposto pelo positivismo, vetavam a entrada da psicologia no campo das ciências, visto que grande parte do conhecimento produzido por ela não ser observável e nem quantificável. Ou seja, para esses críticos, a cientificidade de uma disciplina estaria intimamente relacionada com sua possibilidade de matematização. Segundo essa concepção, a psicologia só se tornaria uma ciência propriamente dita a partir do momento em que um conjunto de saberes puramente empíricos recebesse uma codificação matemática. Não acreditando que o problema da psicologia devesse ser focado por essa ótica, Garcia-Roza (1977) afirma, depois de apontar para alguns problemas dessa posição e admitir a extrema importância da matemática para a psicologia, que seria uma grande ingenuidade acharmos que a matemática sozinha poderia ser a condição e o critério de constituição de um saber em ciência, pois, além de a “matemática não transformar nada em ciência, seria perfeitamente possível matematizarmos grande parte do saber existente sem que com isso este saber se torne científico”. (p.20) Outra crítica apontada por AGR é que, se fossemos tomar como objeto de conhecimento psicológico

somente aquilo que fosse matematizáveis, estaríamos reduzindo grosseiramente o escopo de análise e a prática dos psicólogos.

Outro problema apontado por AGR, que costuma ocupar o centro dessas discussões, é a falta de especificidade (lugar definido) da psicologia, tanto dentro do quadro dos saberes, quanto à dependência em relação à biologia e, em particular, à fisiologia para explicar seus fenômenos. Dentro do quadro do saberes, Garcia-Roza (1977, p.21), lembrando e ressaltando a incrível atualidade dos vetos comteanos à psicologia, afirma, usando a terminologia althusseriana, que podemos encontrar a psicologia tanto no interior de um saber científico quanto numa prática ideológica, pois essa ora poderia ocupar um lugar no espaço das ciências físicas e biológicas, ora se instalar no interior das chamadas ciências humanas, ou então trabalhar com conceitos pertencentes às ciências, com noções retiradas das práticas ideológicas ou com categorias filosóficas. Já em relação à dependência da psicologia em relação à biologia, AGR alega que as tentativas de atribuir as explicações últimas do fenômeno psicológico, por intermédio da redução, a explicações neurológicas ou fisiológicas, são algumas das consequências da falta de autonomia da psicologia ou consenso sobre sua especificidade no quadro do saber. Entretanto, sendo um crítico dessa proposta redução do fenômeno psicológico ao fenômeno fisiológico, Garcia-Roza (1977) afirma que, mesmo que haja uma dependência ontológica do fenômeno psicológico ao fenômeno biológico, a redução de um ao outro em termos explicativos seria o decreto da morte da psicologia e, por isso, os psicólogos deveriam manter-se ao nível da especificidade do seu fenômeno sob a pena de nunca chegarem a ser considerados cientistas genuínos. Não se pode confundir o fenômeno psicológico da percepção com o fenômeno fisiológico da visão ou sensação. Ambos têm suas especificidades e são irreduzíveis, pois o “saber que a fisiologia possa acumular sobre minha visão de um determinado livro em nada me servirá para a explicação da minha percepção desse livro. O livro percebido não é redutível aos processos fisiológicos concomitantes à sua percepção”. (p.21)

As duas últimas questões utilizadas para vetar as pretensões da psicologia a constituir-se como ciência autônoma e genuína é: a da extrema complexidade do objeto da psicologia e a da proximidade da psicologia. No primeiro caso, o obstáculo seria traduzido pela seguinte pergunta: “como pretender a cientificidade e a autonomia de uma disciplina que tem por objeto o comportamento humano, cuja densidade e profundidade metafísica o demonstram há séculos a filosofia?”. (Garcia-Rosa, 1977, p.21) Já no segundo caso, o problema maior da psicologia seria a “contaminação” metafísica de suas teorias devido à proximidade com a filosofia. Vale lembrar que a tentativa de superação desse veto foi o que

levou J. Watson a forjar sua noção de comportamento, proposta em seu manifesto-programa de 1913, para livrar a psicologia da qualquer conotação metafísica e subjetivista e guiá-la rumo à ciência. Ambos os casos são rejeitados por AGR, pois esses culminariam em preconceitos típicos do empirismo positivista. No primeiro caso ainda teríamos o agravante de culminar em um preconceito antropomórfico de pensar que apenas o homem é complexo.

2- O que tornaria um saber científico?

Após o rechace desses vetos à possibilidade da psicologia ser uma ciência, fica a pergunta: na concepção de AGR, o que tornaria um saber uma ciência autônoma? Segundo Garcia Roza (1977), de maneira muito breve devido a sua pretensão de não fazer epistemologia, embasado em Gaston Bachelard e Althusser, fazer ciência seria produzir um objeto irreduzível a saberes empíricos ou a conceitos de outras disciplinas. Para AGR, questionando o modelo de ciência positivista, ciência alguma tem ou teria por objeto a realidade empírica. O objeto das ciências seria os conceitos que estas produzem ou venham produzir e nunca as generalizações obtidas a partir da observação de dados empíricos. Assim, após eliminar a noção do empirismo positivista de que os conceitos científicos seriam obtidos através de processos de generalização a partir do mundo empírico, AGR questiona a complexidade do objeto da psicologia como um obstáculo à sua cientificidade:

Assim sendo, não é a complexidade de que se reveste o comportamento do homem empírico, individual, que é obstáculo à ciência, posto que este indivíduo jamais será objeto de ciência nenhuma. A ciência pode ter por objetivo o homem, já que ela vem explicar a realidade concreta, mas o seu objeto serão os conceitos e as teorias que ela produzir. Voltando ao exemplo da física: não é a pedra, o fogo ou a árvore individuais e concretos que fazem dela uma ciência, mas os conceitos de gravitação, energia, campo de forças, etc., que constituem seu objeto teórico. (Garcia-Rosa, 1977, p.21)

Seria exatamente essa falta de produção conceitual inovadora, segundo AGR, que impossibilitaria a psicologia a tornar-se uma ciência com “C” maiúsculo. É isso que faltaria quando os psicólogos tentam “reduzir os conceitos e os princípios psicológicos a conceitos e princípios fisiológicos ou quando julga ser suficiente introduzir um formalismo matemático nas noções empíricas: colhê-las a partir da observação”. (Garcia-Rosa, 1977, p.22)

3 – Por que a psicologia não poderia ser uma ciência para AGR?

Mas se é falta de produção conceitual inovadora que impediria a psicologia de tornar-se uma ciência genuína, por qual motivo AGR afirma ser impossível ela se tornar uma ciência com coerência interna? A resposta é simples: a psicologia não poderia ser uma ciência genuína e nem ter coerência interna por causa da própria constituição do seu saber. Embasado no artigo “Psychology cannot be a coherent science” de S. Koch e utilizando uma analogia da psicologia com a literatura, Garcia-Roza (1977) afirma que da mesma maneira que os escritores não conseguirão tornar a literatura uma ciência um dia, devido à própria natureza do discurso literário e da forma de saber que ele representa, os psicólogos, também, não conseguiriam tornar seu saber uma ciência. E se um dia esses saberes se tornassem científicos, eles automaticamente deixariam de ser, respectivamente, literatura e psicologia, pois seriam constitutivos da estrutura discursiva desse saberes não possuir as características do discurso científico. Outro argumento usado por AGR é que o saber psicológico, após a análise destes 2.500 anos de “história da psicologia” não poderia ser considerado um saber nem acumulativo nem progressivo, como qualquer saber científico. Ou seja, devido as suas grandes diferenças filosóficas, teóricas e metodológicas de cada região da psicologia, não haveria critérios para legislar sobre a superioridade de um tipo de saber sobre o outro, ou para afirmar que um saber evoluiu ou progrediu em detrimento dos demais. Dessa maneira, de acordo com Garcia-Roza (1977, p.26), mesmo que aceitássemos a tese epistemológica segundo a qual uma ciência não se forma pelo acúmulo de dados empíricos e a consequente formalização matemática, mas sim por intermédio de um trabalho de produção conceitual irreduzível ao saber empírico acumulado pela experiência, não seria possível tornar a psicologia uma ciência coerente.

Prosseguindo como sua argumentação, AGR explica que devido à própria constituição do saber psicológico, evidenciado pela falta de unidade ao longo da história desse saber e pela multiplicidade de pressupostos expostos na análise das três regiões da psicologia, qualquer tentativa de denominação de “psicologia” que tenha o intuito de conferir a ela uma unidade ou coerência será epistemicamente contraditória. Seja chamando de psicologia aquele saber empírico ou o especulativo ao qual as histórias da psicologia se referem, ou ainda a ciência constituída por uma produção teórica específica. Contudo, isto não implicaria uma desqualificação do saber psicológico, a não ser que vejamos a ciência como o valor mais alto da cultura humana ou compactuássemos com a avaliação hierárquica de que há um progresso ou evolução no saber em sua passagem da não ciência para a ciência. Porém, como AGR é contrário a esse posicionamento, afirma que o fato de negar a cientificidade da psicologia não

implicaria em negar sua eficácia ou a possibilidade de sua existência, pois nem sempre a eficácia de uma determinada prática decorreria de sua consistência lógico-teórica. E além do que, no dia-a-dia, cobra-se muito mais de um psicólogo real e particular a eficácia do que a consistência lógico-teórica, e o resultado dessa busca obsessiva por coerência teórica poderia desembocar em redução do campo de atuação eficaz dos psicólogos.

É desta maneira que AGR nos apresenta a imagem do triedro foucaultiano como forma de exemplificar seu posicionamento. Pois, segundo Garcia-Roza (1977, p.26), o francês Michel Foucault, de maneira semelhante à dele, não pretendeu fazer epistemologia em sua arqueologia do saber. Sua tese sobre as dificuldades das ciências humanas (e nela incluída a psicologia) se justificarem como uma ciência é mais “uma reflexão sobre a possibilidade de aceitarmos a dispersão e a não coerência da psicologia como sendo constitutivas deste saber”. Vale lembrar que Michel Foucault, no capítulo dez do livro “As Palavras e as Coisas”, ao tentar analisar o problema da emergência das ciências humanas, encontrou sérias dificuldades para situar seu lugar dentro das três dimensões do seu triedro dos saberes³⁶. Segundo ele, a razão para as ciências humanas terem dificuldades em justificar-se como ciência e o motivo delas não estarem em nenhuma dimensão específica ou interseções desse triedro, é a complexidade de sua configuração epistemológica. Porém, em decorrência dessa complexa configuração epistemológica, as ciências humanas estariam em constante relação com as três dimensões, por isso possuiriam uma paradoxal posição no quadro do saber: o de estar em vários lugares simultaneamente sem estar em nenhum especificamente.

4 – É possível fazer história da psicologia?

A resposta de AGR para essa questão provavelmente seria “não”. Não seria possível fazer história da “psicologia” no singular por dois motivos: primeiro, a dispersão é uma característica constituinte do seu saber; segundo, cada região deste saber é totalmente diferente das demais (conceitos, métodos, teoria e pressupostos básicos). A história da psicologia só seria possível se fosse a história das “psicologias”. Ou seja, devido à inerência da dispersão e das diferenças ontológicas, epistemológicas e metodológicas de cada região seria impossível fazer

³⁶ O triedro dos saberes se encontra distribuído da seguinte forma: um dos planos seria ocupado pelas ciências matemáticas e físicas; outro plano, pela linguística, pela biologia e pela economia; o terceiro seria ocupado pela filosofia. Cada uma destas dimensões ao se encontrar com a outra, formaria uma interseção. No caso dos dois primeiros, surgiria o campo de aplicação da matemática a essas ciências empíricas, ou o domínio do matematizável na linguística, na biologia e na economia; a intercessão do plano da biologia, da linguística e da economia com o da filosofia, determinaria o campo da várias ontologias regionais, as filosofias da vida, do homem alienado, das formas simbólicas; finalmente, a interseção do plano das ciências matemáticas com o da filosofia, determinaria o campo da formalização do pensamento. (Garcia-Roza, 1977, p.26)

uma história da psicologia como ela se fosse um saber único, unificado e contínuo. Ao invés disso, seria possível escrever histórias das várias histórias da psicologia sem que uma exclua as outras. Em decorrência dessas características peculiares do saber psicológico, Garcia-Roza (1977, p.24) afirma que não poderíamos falar da história da psicologia da mesma maneira que falamos da história da física, da história da filosofia ou da história de uma pessoa. Nestes casos, haveria um “mesmo” que permanecesse por detrás das mudanças. No caso da psicologia, não haveria este “mesmo”. Como, por exemplo, se tomássemos o material que nos oferecem as histórias da psicologia, verificaríamos que entre psicologia entendida como ciência natural e a psicologia entendida como saber sobre o psiquismo, não teriam nada em comum. Nem mesmo o termo “psicologia”, posto que este foi introduzido a *posteriori*. Por isso, AGR pergunta em nome de que fator este saber, que vai desde Aristóteles até Comte, deveria ser chamado de psicológico. Mesmo que, por convenção, resolvamos denominá-lo assim, o que tem ele em comum com aquele outro que tem por objeto a subjetividade? Segundo o autor, nada. Nem o objeto, nem o método, nem o tipo de problemática.

Outro argumento utilizado por AGR é o da ausência de critério de unidade para definir ou demarcar o que é ou não é psicologia. Este argumento se relaciona diretamente com o problema da unidade da psicologia, e pode ser traduzido na seguinte pergunta: se não há unidade no saber psicológico ou critério de unidade que possa definir o que é ou não é psicologia, como nós escreveríamos sua história? Por onde e quando começaríamos? Que autores poderíamos incluir e excluir? Como para AGR, até o dado momento do seu artigo, não existe e dificilmente surgirá algum dia um critério que podemos utilizar para demarcar com segurança o que é e o que não é psicologia, a própria história da psicologia se tornaria arbitrária. Desta maneira, resposta mais sincera para as perguntas: por que se dividiu a História da Psicologia em três grandes regiões e não em duas ou quatro? Por que foram incluídos tais autores e não outros? Por que um determinado autor foi incluído em tal região e não em outra? Seria: porque os historiadores que a escreveram assim quiseram.

Fazendo a analogia da colcha de retalhos, Garcia-Roza (1977) compara o historiador da psicologia com um costureiro que escolheria a seu bel prazer na diversidade de retalhos (tamanhos, cores, formas e texturas) a costura que ligaria um determinado retalho a outro. Da mesma forma que os costureiros, os historiadores escolheriam através dos critérios selecionados por eles mesmos qual tipo de história iriam contar. Por exemplo, podem contar a história da psicologia como uma história de continuidade sem rupturas, onde através do aperfeiçoamento progressivo do seu conhecimento se teria passado do período filosófico (pré-científico) para o

período experimental (científico). É esse tipo de história que AGR visa denunciar, enfatizando que a história da psicologia não seria a história de uma coisa única – a psicologia, e que os aspectos de dispersão e descontinuidade dos discursos por ela abrangidos são majoritários. Um exemplo desse tipo de historiografia, tomando a divisão das três regiões da psicologia, seria a tentativa de muitos historiadores em apontar o behaviorismo de Watson como o início da psicologia realmente científica e as outras “fases” anteriores como parte da pré-história da psicologia. Em outras palavras, para esses historiadores a história da psicologia seguiria uma linha reta onde a psicologia como ciência natural e a psicologia como ciência do psiquismo constituiriam a fase pré-científica da psicologia e desembocariam na psicologia como ciência do comportamento – a fase genuinamente científica da psicologia. Vale lembrar que AGR nos aponta para dois grandes perigos desse modelo continuísta de historiografia: o problema do precursor e o problema da construção de uma falsa unidade e a coerência da psicologia para ocultar a dispersão e a pluralidade do seu saber. O precursor seria um problema, pois ele seria uma entidade histórica ininteligível, não podendo ser compreendido pelo motivo de não poder atribuir méritos a um indivíduo que não realizou determinada coisa ou não fez algo antes mesmo desse algo existir. Para AGR, o intuito da sua construção deveria ser as tentativas de alguns historiadores de dar um aspecto de continuidade e coerência a um saber e, por isso, buscariam as origens passadas e pré-históricas do saber dos dias atuais. Já o problema da falsa promoção de unidade e coerência da psicologia seria traduzido como uma atitude de alguns historiadores visando conferir a psicologia um ar de ciência, com a “costura” de continuidades onde não haveria, ocultando assim a dispersão, a multiplicidade e a descontinuidade desse saber sob “a capa do único, do contínuo, do permanente”. (p.25) Um exemplo das associações absurdas seria, segundo Garcia-Roza (1977, p.24), a tentativa de aproximar a “anima” aristotélica, o “cogito” cartesiano e a consciência, esquecendo-se que a “anima” aristotélica é um princípio material, físico, nada tendo em comum com o “espírito” dos cristãos e ainda menos com o “cogito” cartesiano. Se o tratado “De Anima” tivesse que fazer parte da pré-história de algum saber, melhor seria que o fosse da biologia, e, mesmo assim, por uma enorme benevolência dos epistemólogos. Da mesma maneira, o “cogito ergo sum” pertence a um discurso filosófico no interior do qual adquire pleno sentido. Assim, para Garcia-Roza (1977), utilizando Nietzsche como referência, a visão continuísta da história da psicologia escamotearia o verdadeiro sentido da história, pois nos apresentaria uma história erigida sob pressupostos equivocados de um precursor, de um início único e aspecto invariável em todos os momentos e regiões possíveis da psicologia. A seguir, nas suas palavras:

A procura das origens – e não dos começos – e dos precursores reflete o mesmo modo de pensar. Já no final do século passado, Nietzsche, referindo-se à história, opunha o termo “origem” aos termos “proveniência” e “emergência”. Sua razão para rejeitar a busca da origem está no fato de que isto implicaria na procura de uma essência da coisa, algo que se mantivesse idêntico a si mesmo, alheio a tudo que fosse accidental, singular, mutável. Algo que, como um conceito metafísico, fosse invariável, intemporal, universal e, portanto, “verdadeiro”. O que inspira a procura da origem é da mesma natureza daquilo que leva alguns historiadores à procura de precursores. A procura da origem, assim como a dos precursores, supõe que apesar de todas as peripécias da história algo se mantém idêntico a si mesmo e que cabe ao historiador a tarefa de remover todos os disfarces para descobrir o “mesmo”, o que já era o que já é desde o começo dos tempos. (Garcia-Rosa, 1977, p.25)

2.2.2.3. Conclusões de AGR

Após a descrição de sua tese sobre a inerência da dispersão do saber psicológico e seu posicionamento sobre a cientificidade da psicologia e a possibilidade de fazer uma historiografia do seu saber, como mencionado anteriormente, iremos expor as conclusões que AGR chega, ao final dos seus trabalhos, sobre o saber psicológico. Julgamos que a compreensão das dez conclusões de Garcia-Rosa (1977, p.26; 1975, p. 97) e de seu intuito de “conjurar a ilusão da unidade, de continuidade, de progresso, de unicidade da chamada história da psicologia, assim como de sua inexorável marcha rumo à ciência”, serão melhor compreendidas. Vale lembrar que o próprio autor alerta que é possível que nenhuma destas conclusões seja original e que elas possam ser encontradas dispersas em vários textos de vários autores:

1. O termo “psicologia” não designa um saber unitário, mas um saber disperso não-coerente;
2. Que esta dispersão não decorre de uma insuficiente ou ainda não completa evolução histórica, mas da própria constituição deste saber;
3. Que a história deste saber é, necessariamente, descontínua e não-progressiva podendo-se falar em continuidade (e, portanto em progresso) apenas no interior de cada umas das grandes regiões que o compõem;
4. Que um “estágio” de completa cientificidade deste saber implicará na emergência de um novo saber irreduzível ao anterior (não sendo, portanto, um “estágio”);
5. Que no interior deste saber há “procedimentos” científicos, mas não produção científica;
6. Que a existência e a positividade deste saber independem de sua cientificidade;
7. Que a emergência da noção de comportamento não caracterizou a passagem da pré-ciência para a ciência psicológica;
8. Que poderíamos escrever várias histórias da psicologia tendo, cada uma delas, pleno direito à existência;
9. Que o termo “psicologia” seria mais adequado se escrito no plural;
10. Que não pode haver nenhum critério preciso segundo o qual um determinado saber é ou não psicológico.

2.2.2.4. Principais questões passíveis de problematização em AGR

As principais questões passíveis de problematizações retiradas do posicionamento de AGR sobre o problema da unidade da psicologia foram: 1) a dispersão seria irremediável e unificação impossível por causa da própria natureza do saber psicológico; 2) a irremediabilidade da dispersão e impossibilidade da unificação da psicologia seria uma consequência dos diferentes pressupostos dos quais as três grandes regiões da psicologia partiriam; 3) a irremediabilidade da dispersão e a impossibilidade de uma unificação da psicologia estaria relacionada com a impossibilidade da psicologia ser uma ciência coerente. Será que a natureza do saber psicológico impediria a psicologia de tornar-se uma ciência? Qual é a relação da unidade e da unificação da psicologia com a cientificidade desse saber? A natureza do objeto da psicologia é descontínua?; 4) a busca de outro tipo de análise do problema da unidade da psicologia com referências novas, a exemplo de M. Foucault, sem ser através da análise epistemológica; 5) a falta de especificidade da psicologia no quadro das ciências (retomada dos vetos comteanos?); 6) a ausência de critérios para definir o que é ou não a psicologia e para fazer uma história da psicologia seria uma consequência do fato de cada região (a psicologia entendida como “ciência natural”, a psicologia entendida como “ciência do psiquismo” e a psicologia entendida como “ciência do comportamento”) partir de pressupostos (filosóficos, metodológicos, concepção de homem) totalmente distintos. Será que não é possível existirem critérios ou consensos na psicologia que superem as diferenças epistemológicas das diferentes abordagens do campo psicológico (problema da incomensurabilidade de paradigmas)?

2.2.3. Luis Claudio Figueiredo (LCF) – Acentuação da dispersão da psicologia

Luis Claudio Figueiredo é o primeiro teórico dentro da psicologia brasileira a discutir de maneira mais aprofundada o problema de unidade da psicologia. Além de ser o primeiro a tentar elucidar a dispersão do pensamento psicológico através de uma alternativa genealógica, também foi pioneiro a associá-la, mesmo que de maneira pouco aprofundada, a questões relativas ao ensino e à profissão e a características ontológicas do objeto de estudo da psicologia. Ele também aprofundou a discussão, trabalhada por AGR, sobre a unidade e cientificidade da psicologia. Apesar de dedicar-se, desde o final da década de 1990 até os dias de hoje, apenas a temática de viés psicanalítico (como, por exemplo, a aproximação do

pensamento de Freud com Heidegger na clínica psicanalítica), durante as décadas de 1980 até meados dos anos noventa, LCF abordou regularmente questões relativas à cientificidade da psicologia e à produção do conhecimento nessa área. Durante esse período de dedicação à epistemologia da psicologia podemos dividir seu pensamento em duas linhas de pesquisa complementares: a da psicologia como um campo de dispersão e da invenção do psicológico e constituição das subjetividades modernas e contemporâneas. (Figueiredo, 2004) Na primeira linha, a psicologia é tomada como um campo de dispersão de saberes e práticas e foi discutida por ele, principalmente no livro – *Matrizes do pensamento psicológico*³⁷ – publicado em 1991 pela Editora Vozes após dez anos de escrito; e o artigo – *Convergências e divergências: a questão das correntes de pensamento em psicologia* – publicado em 1992. De acordo com Figueiredo (2010, p.142), em um artigo sobre sua trajetória pessoal, essa linha de pesquisa foi muito influenciada pela arqueologia dos saberes de Michael Foucault, além das influências de Alexandre Koyré, Georges Canguilhem, Georges Gusdorf e Thomas Kuhn – a quem ele atribui o conceito de matrizes disciplinares. Nesta linha, principalmente no livro *Matrizes*, LCF procurou montar um quadro panorâmico das escolas e sistemas teóricos das psicologias contemporâneas organizadas a partir de suas matrizes (termo será esclarecido posteriormente) que partem de pressupostos ontológicos, antropológicos e epistemológicos diferentes e que operam subjacentemente na produção dos discursos psicológicos. Na segunda linha, agora sobre a influência do Foucault genealogista, LCF buscou, originalmente, elucidar a conjuntura epistemológica da psicologia e entender melhor a dispersão do pensamento psicológico através reconstituição dos processos históricos que presidiram a constituição do espaço sociocultural e político das psicologias. O resultado dessa empreitada foi o livro – *Psicologia: uma introdução*, escrito no final da década de 1980 e reeditado alguns anos mais tarde, em 1991, pela EDUC, em colaboração com o orientando de doutorado Pedro de Santis. Sua tese de Livre Docência foi publicada em 1992 pela Escuta, em colaboração com a EDUC, com o título *A Invenção do Psicológico – Quatro Séculos de Subjetivação e*, logo em seguida, em 1995, pela Escuta, o livro *Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Escritos*. E por fim, alguns anos depois, foi publicada pela Editora Vozes uma compilação de textos de palestras e participações em mesa redondas realizadas entre 1992 e 1995, com o título *Revisitando as Psicologias – Da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos*. Neste,

³⁷ Livro de bastante influência na psicologia brasileira, segundo Figueiredo (2008, p.12), desde 1986 vem sendo usado como livro-base na disciplina de Psicologia geral, na Universidade de São Paulo. No nível de pós-graduação foi adotado no Mestrado da Paraíba e no Doutorado em psicologia social da PUC-SP. Finalmente, em 1991, a Vozes o publicou, e, desde então, as várias edições se sucedem (hoje estamos na 19.ed.).

Figueiredo (2004, p.8) retoma, com novos elementos e ideias, os assuntos de suas duas linhas de pesquisa e marca com nitidez a transição de seu interesse de interpretar as psicologias de uma perspectiva epistemológica para uma interpretação que enfatiza a dimensão ética das práticas e dos discursos psicológicos.

Em ambas as linhas de pesquisa o assunto da unidade/dispersão é muito presente. Ora de maneira mais explícita (na primeira linha), ora de maneira mais implícita (segunda linha). Entretanto, mesmo sendo presente em seus livros, vale salientar que essa temática poucas vezes aparece como assunto central em suas discussões, na maioria das vezes, aparece como uma consequência direta de suas análises sejam elas arqueológicas, sejam genealógicas, sejam dos projetos de uma psicologia como ciência independente.

Em relação ao problema da unidade, podemos dizer que LCF dá continuidade ao posicionamento de AGP e AGR, para reafirmar da sua maneira a tese da irremediabilidade da dispersão e a impossibilidade de sua unificação. Como mencionado antes, também acrescentou novos elementos à discussão e aprofundando alguns tópicos, ambos em relação ao trabalho do segundo teórico como, por exemplo, a discussão sobre a unidade e cientificidade da psicologia e a especificação e o esclarecimento dos vetos ontológicos à unificação que este não mencionava. Cabe lembrar que tanto AGP quanto AGR foram professores de LCF na UFRJ e influenciaram muito seu trabalho sobre o tema. Como podemos ler em suas palavras:

[...] para mim ao menos, a dupla Antonio Penna e Luiz Alfredo formava uma perfeita unidade e explicava de forma cabal a natureza e a importância da Psicologia Geral – História e Filosofia da Psicologia, Teoria e Sistemas Psicológicos e Temas Básicos de Psicologia – no processo formativo do psicólogo. Não é outra a raiz da minha própria ligação com esta disciplina, na qual obtive minha Livre-Docência na USP. (Figueiredo, 2002, p.49)

Não é claro em AGP e AGR a distinção do sentido epistemológico e ontológico dos vetos à unificação da psicologia. Já para realizarmos uma análise dessas em LCF precisaríamos antes esclarecer o que realmente significariam vetos no sentido ontológico e no sentido epistemológico. Discutiremos isso no próximo capítulo. Neste momento, o que podemos dizer em relação ao posicionamento de seus antecessores é que em LCF houve clara radicalização da concepção da irremediabilidade da dispersão do pensamento psicológico. Isso se deveu a sua posição sobre a natureza do objeto da psicologia e a gestão do seu espaço (“território da ignorância”), através de matrizes distintas e modos de subjetivação díspares.

Outra questão importante a ser ratificada é sua importância para a discussão nacional do tema em três tópicos importantes: a relação do problema da unidade da psicologia com questões de ensino e profissão e a introdução da metodologia externalista (genealógica) para analisar e entender o problema da unidade/dispersão e especificação dos vetos ontológicos à unificação da psicologia.

Para entendermos melhor seu pensamento acerca do problema da unidade, iremos dividi-lo em duas partes. A primeira parte terá como objetivo explicitar o posicionamento de LCF sobre a questão unidade/dispersão. Esta será dividida didaticamente³⁸ em quatro subpartes: Posicionamento de LCF sobre o problema da unidade da psicologia: vetos ontológicos; A Unidade/Dispersão – Matrizes do pensamento psicológico; Unidade/Dispersão e a tese sobre a gestão do espaço psicológico no território da ignorância; e, por último, Unidade/Dispersão e a tese da incompatibilidade do projeto epistemológico da modernidade em relação à possibilidade de uma psicologia científica. Na segunda parte, iremos abordar, brevemente, o desdobramento do posicionamento de LCF para a psicologia enquanto instituição, ensino e profissão. Aqui, iremos explicitar as quatro maneiras de lidar com o problema da diversidade e os problemas que o mau entendimento do espaço psicológico como área *sui generis* e de dispersão do saber podem causar para a psicologia enquanto instituto, ensino e profissão.

2.2.3.1. Sobre o problema da unidade da psicologia: vetos ontológicos

O posicionamento de LCF sobre o problema da unidade da psicologia tem duas características bem marcantes: a forte associação da questão unidade/dispersão com a questão da possibilidade de a psicologia ser uma ciência independente (questão essa que discutiremos em outro tópico) e o foco na questão ontológica do objeto da psicologia como justificativa para a irremediabilidade da dispersão e veto à unificação. Semelhantemente a AGP e AGR, ele considera impossível a unificação. Porém, diferentemente de AGR, que apenas aponta para ontologia da psicologia como causa da dispersão e impossibilidade da unificação, LCF especifica duas características complementares da natureza do objeto psicológico que produziriam essas consequências. Segundo Figueiredo (1991, p.19; 2002, p.84), o objeto da psicologia seria a experiência subjetiva dos indivíduos. Sem definir conceitualmente o que é

³⁸ Esta subdivisão é meramente didática. Foi apenas forjada para facilitar o entendimento do posicionamento do autor sobre a temática. Não devemos considerá-las como partes excludentes entre si, mas como um todo articulado.

“vida subjetiva” ou dar alguma explicação sobre natureza, LCF (apesar de ele não colocar nesses termos³⁹) explicita duas características da natureza do objeto da psicologia responsáveis para situação *sui generis* da psicologia: a natureza reflexiva e a natureza histórica e social (construção social do objeto). A natureza reflexiva do objeto apontada por LCF pode ser considerada uma espécie de desdobramento dos vetos de Kant (1989) e de Comte (1973) sobre a impossibilidade de o sujeito ser ao mesmo tempo objeto. Diferentemente desses, LCF, não direciona sua análise a uma crítica à natureza da introspecção (método de estudo do fenômeno psicológico da época), mas foca no que seria a unidade contraditória do objeto da psicologia. Esta natureza se caracterizaria pela simultaneidade dúplici e contraditória do “o sujeito biológico e social, modelador do mundo e modelado por ele, automatizado e orientado para metas, valores e significados, padronizado e individualizado, sujeito e objeto do conhecimento e do controle”. (Figueiredo, 2008, p.203) Desta maneira, segundo Figueiredo (1991, 2002, 2004), a própria natureza do objeto da psicologia seria oposta ao seu projeto epistemológico de ciência moderna, pois a natureza interna (experiência subjetiva) que deveria ser estudada (colocada sob controle) é hostil à disciplina imposta pelo método científico. Assim, segundo Figueiredo (2008, p.19), ao radicalizar o projeto de autocontrole do sujeito nos quadros das ciências naturais, a psicologia assumiria uma natureza autorreflexiva que acabaria transpondo e negando os limites deste mesmo quadro. Isto porque as ciências naturais repousam na suposição de uma exterioridade entre prática de pesquisa e seu objeto: o contraste nitidamente delimitado e rigorosamente controlado entre sujeito e objeto do conhecimento promoveria a multiplicação e o refinamento dos instrumentos conceituais e teóricos de descrição, previsão e controle. Isto, no entanto, não acontece na psicologia. Na psicologia, a “razão instrumental” está sempre e inevitavelmente condicionada e implicada pela existência do seu próprio objeto e isso obstaculizaria a psicologia como uma ciência independente dos moldes do projeto epistemológico de ciência moderna. Já a característica da natureza histórica e social do objeto pode ser traduzida pela capacidade de o sujeito alterar o objeto e o objeto o sujeito na relação produção de conhecimento. Em outras palavras, os objetos seriam socialmente construídos na relação sujeito e objeto ao longo da história da humanidade. Apesar de afirmar a radicalidade da tese da extrema descontinuidade do objeto da psicologia e impossibilidade de qualquer intenção à universalidade das teorias psicológicas oriundas dos estudos biológicos do comportamento,

³⁹ A escolha desses termos deu-se devido a sua frequente utilização na discussão dessa temática na literatura estrangeira.

Figueiredo (2008, p.204) afirma que “não se pode negar, porém, que a tese contenha alguma verdade”. Sem especificar em que medida e como o objeto seria modificado pelas mudanças sócio-históricas (seria totalmente modificado ou apenas alguns aspectos), não podemos afirmar em que nível ele adere a essa tese. Entretanto, Figueiredo (2008) parece corroborar com Serge Moscovici, ao citá-lo para alertar que essa característica do objeto da psicologia não é restrita às ciências humanas, mas, também, às ciências naturais, pois, em última instância, não existira nenhum tipo de percepção ou recorte epistêmico que subsistisse independentemente dos marcadores socioculturais do pesquisador. As hipóteses que um pesquisador faz sobre o objeto investigado não se contrapõem, mas fazem, numa certa medida, parte dele: modelando-o e condicionando-o. Em outras palavras, colocando em evidência o contexto histórico e social para produção do conhecimento, não existiria nenhuma investigação ou explicação da realidade que estivesse isenta de seus marcadores de temporalidade. Não há um ponto de vista soberano, atemporal ou neutro para fundarmos de maneira segura o conhecimento, pois as hipóteses que faríamos dos objetos não os deixariam intactos. Assim, “o conhecimento científico seria então apenas conhecimento de um objeto que se transforma efetuado por um sujeito também em transformação, mas fundamentalmente, um conhecimento das formas históricas das relações práticas que a humanidade instaura com a matéria, criando e recriando assim as ordens naturais”. (p.205)

Em decorrência dessas características do objeto da psicologia, podemos concluir que a dispersão da psicologia, exemplificada pela multiplicidade de abordagens, teorias e práticas, seria irremediável, pois, em última instância, refletiria a natureza dúplice e contraditória de seu objeto (questão da reflexividade) e as diferentes relações sociais instauradas pelos diferentes sujeitos – representantes das diferentes abordagens psicológicas – no momento da produção do conhecimento (questão da construção social do objeto). Assim, a dispersão seria inerente à própria psicologia, nas palavras de LCF, tanto pela questão da reflexividade:

Abre-se então um campo de divergências e oposições que não tem nada de accidental nem parece que possa vir a ser unificado através de um processo de eliminação de alternativas que não suportem o teste empírico ou de paradigmatisação em torno de uma alternativa particularmente bem-sucedida. As divergências parecem, antes, refletir as contradições do próprio projeto que, por sua vez, enraízam-se na ambiguidade da posição do sujeito e do indivíduo na cultura ocidental contemporânea. (Figueiredo, 1991, p.22)

Como, também, pela questão da construção social o seu objeto:

Trazendo este enfoque para psicologia, devemos reconhecer que as diferentes modalidades de teorização e prática psicológica correspondem a diferentes formas de relações que o sujeito instaura entre si no contexto da vida em sociedade. Nesta medida, não é a complexidade da “natureza humana” que poderíamos atribuir à multiplicidade dos enfoques, mas à complexidade e contraditoriedade das formas de relação social. O que se precisa reconhecer é que cada uma destas formas exige uma determinada maneira de ser elucidada, ou seja, um conhecimento rigoroso mas pertinente ao tipo de relação social que ela reflete e legitima. Mas, em contrapartida, deve ficar claro que estas variadas formas de relação social não existem separadas em compartimentos estanques, mas compõem o todo cindido e conflitivo do indivíduo humano. (Figueiredo, 1991, p.205)

Desta maneira, a natureza do objeto da psicologia seria a principal responsável pela legitimação da dispersão da psicologia, consequentemente, pela justificação dos principais posicionamentos de LCF sobre a irremediabilidade da dispersão⁴⁰. Sobre esses cabe a nós acrescentar mais duas questões: a do aspecto produtivo da dispersão em detrimento das tentativas de unificação e a da proposta de assumir a unidade contraditória da psicologia ao invés de buscarmos uma unificação ou dissolução total da psicologia em outras disciplinas. Sobre a primeira, Figueiredo (2008) afirma que as diferentes tentativas de unificação (sintética, eclética e construtiva⁴¹) contribuíram e contribuem muito pouco para produção de conhecimento na psicologia. Neste quesito, para ele, como para Koch, a dispersão seria muito mais produtiva à psicologia. As linhas independentes de pesquisa e teorização sejam psicanalistas, cognitivistas, humanistas e behavioristas contribuiriam “mais e melhor para o conhecimento psicológico do que qualquer messias da reconciliação”. (p.202) Já sobre a segunda, devido à falta de critérios epistêmicos para avaliar as diferentes teorias, Figueiredo (2008, 2004) aponta para a possibilidade quase nula de soluções metodológicas e teóricas que unifiquem a psicologia, e, em decorrência disso, julga que a melhor solução para essa querela seria assumir a unidade contraditória do projeto ao invés de buscarmos a unidade doutrinária e metodológica da psicologia ou apoiar a dissolução da psicologia em outras áreas do saber. A

⁴⁰ Segundo Figueiredo (2008, p.195) a dispersão não foi se acentuando com o passar do tempo. Ela se instalou no seio da psicologia no exato momento em que a disciplina nascia e permanece até o exato momento presente. Pois, se ela fosse se acentuando, poderia favorecer a interpretação deste fenômeno como uma “crise de crescimento”, provavelmente transitória.

⁴¹ Figueiredo (2008) divide as tentativas de unificação da psicologia em três: sintéticas, ecléticas e construtivas. Cada uma tentaria obter a unificação através de diferentes processos. Para unificações sintéticas, a unificação emergiria das convergências e transformações internas nos enfoques e doutrinas originais. Nas ecléticas, marcadas pela forte presença da matriz funcionalista e pela dominância da racionalidade instrumental, a unificação seria promovida através da eficiência das técnicas e em nome da harmonia a qualquer preço, sem levar em consideração as incongruências e incomensurabilidades das diferentes abordagens psicológicas. E por último, as construtivas almejavam unificar a psicologia através da construção de um modelo de inteligibilidade e de prática científica original. É este o caso, por exemplo, do esforço empreendido por R. Harré e P. F. Secord em 1972 no livro *The explanation of social behavior*.

principal tese aqui defendida é a de que precisamos conservar a diversidade na unidade e a unidade na diversidade, ou seja, precisamos reconhecer e respeitar as diferenças em toda complexidade e radicalidade e ao mesmo tempo compreendê-las na sua organização interna, nas suas origens e nas suas implicações colocando-as continuamente em debate e mantendo assim permanentemente em aberto a própria questão (Figueiredo, 1992, p.15). Assim, para Figueiredo (2008, p.206), a única unificação possível dar-se-ia fora do campo da psicologia, no plano de uma crítica histórica e epistemológica à psicologia como ciência independente, vale dizer, na negação deste projeto trazendo de volta a psicologia para junto das ciências sociais e da filosofia. Nesta unificação, contudo, as divergências e conflitos não seriam anulados, mas esclarecidos e conservados. As diferenças não seriam eliminadas ou obscurecidas, as alternativas teriam seus direitos assegurados e suas responsabilidades cognitivas e sociais bem definidas.

1 – Unidade/Dispersão: Matrizes do Pensamento Psicológico

Neste tópico iremos descrever o posicionamento de LCF sobre a questão unidade/dispersão através do viés das matrizes do pensamento psicológico. Este viés foi basicamente trabalhado por ele em seu livro de mesmo título. O intuito de LCF escrever este livro foi o de buscar formas inteligíveis de entender a crise permanente que a psicologia atravessa desde seu nascimento oficial como ciência independente, junto das outras ciências humanas. Esta crise pode ser expressa pela persistente e irreduzível oposição de uma pluralidade de enfoques teóricos e metodológicos. Segundo Figueiredo (2008, p.11), o que mais chama a atenção ao longo deste pouco mais de cem anos de esforços para dar à psicologia um *status* de “verdadeira ciência” é tanto a dispersão como a esperança – reiteradamente frustrada – de reunificação da psicologia, de forma a garantir-lhe uma posição autônoma e indiscutível no quadro geral das ciências. Desta maneira, para entender essa situação, através de uma proposta de interpretar a psicologia e sua história enquanto fenômenos socioculturais, Figueiredo (2004, p.7; 1992, p.21) procurou montar um quadro panorâmico das psicologias contemporâneas a partir da consideração dos pressupostos ontológicos, antropológicos e epistemológicos que operam na produção dos discursos psicológicos – as matrizes⁴².

⁴² Segundo Figueiredo (1992, p. 20-21), o termo “matrizes” e seu escopo de análise é semelhante aos termos “paradigma” tal como empregado por Kuhn (1970), “episteme” tal como empregado por Foucault (1966, 1969), “bases metafísicas” tal como empregado por Burt (1983), entre outros. LCF optou pelo termo “matrizes”, que por sinal também veio a ser proposto por Kuhn (1974) para substituir o de “paradigmas”, porque ele lhe pareceu

No seu livro sobre as matrizes, Figueiredo (2010, p.142), “sem se tornar foucaultiano no sentido estrito”, esboça uma arqueologia dos saberes psicológicos. Sua principal tese é a de que a produção dos saberes psicológicos precisa ser compreendida em um contexto sociocultural bem específico, o da modernidade madura do século XIX. Nesse contexto, emergem quase que simultaneamente as diversas correntes da psicologia contemporânea, com suas diferentes concepções básicas do que é a (1) *realidade* (psicológica e/ou comportamental) a ser conhecida – uma questão ontológica; do que é (2) a *condição humana* a ser estudada – uma questão antropológica; de (3) *como* – uma questão de método – tais estudos podem e precisam ser realizados, bem como (4) de com quais *critérios de verdade e validação* – uma questão epistemológica – devemos trabalhar. Todos esses aspectos estão envolvidos nos projetos de psicologia, se é que queremos fazer ciência e/ou se é que queremos ser psicólogos. A cada conjunto de opções ontológica, antropológica, metodológica e epistemológica, corresponde determinada matriz do pensamento psicológico, e a cada matriz corresponde uma posição ética no campo sociocultural e político da modernidade madura. Em suma, a diversidade de abordagens psicológicas seria um desdobramento oriundo das diferentes matrizes que as subjazem.

Basicamente, o espaço psicológico seria derivado de grandes matrizes antagônicas com concepções irreduzíveis entre si. De um lado, abordagens e movimentos gerados por matrizes científicas que podem ser subdivididas em matrizes: nomotéticas e quantificadoras, atômica e mecanicista, funcionalistas e organicistas e submatriz ambientalista e nativista. Aqui, a especificidade do objeto – a subjetividade e a singularidade – tendem a ser desconsiderada em detrimento da imitação dos modelos e das práticas das ciências naturais. Todas elas, segundo Figueiredo (1992, p.21), pressupõem a crença numa ordem natural e diferem apenas na forma de considerarem esta ordem, as psicologias geradas por estas matrizes seriam construídas como anexos ou segundo aos modelos de outras ciências da natureza, como, por exemplo, a biologia. Como as demais ciências naturais, as psicologias estariam destinadas a fornecer um conhecimento útil para previsão e controle dos eventos psíquicos e comportamentais.

Do outro lado, as abordagens e movimentos gerados por matrizes românticas e pós-românticas que Figueiredo subdivide em matrizes vitalistas, naturistas, compreensivas e suas submatrizes – historicista idiográfica, estruturalistas e fenomenológicas/existenciais. Aqui, o

o mais apto a falar do seu tema: o espaço psi como um espaço de dispersão que, apesar de tudo, não é um espaço de caos absoluto, pois possui uma organização subterrânea a partir da qual podem ser confrontadas, aproximadas ou contrapostas as correntes, as escolas, as seitas, enfim, todos os habitantes graúdos ou miúdos do espaço psicológico. As matrizes são geradoras, elas são fontes, elas instauram os campos de teorização e de ação possíveis, elas inauguram as histórias das psicologias.

objeto da psicologia não são eventos naturais, mas, formas expressivas – atos e vivências singulares, únicas e irredutíveis dotadas de valor e significado. No lugar do interesse tecnológico, domina aqui o interesse estético, contemplativo e apaixonado, em que se anulam as diferenças entre o sujeito e o objeto do conhecimento e a diferença entre o ser e o conhecer. (Figueiredo, 2008, p.32) A subjetividade e singularidade do sujeito são valorizadas e utilizadas como argumento para a total independência da psicologia frente às demais ciências. Entretanto, estas abordagens carecem de formas seguras para justificar e validar seu conhecimento. Por isso, veem-se obrigadas a procurar novos cânones científicos que legitimem suas pretensões. Segundo Figueiredo (1992, p.21), enquanto as psicologias engendradas por matrizes científicas propunham-se como conhecimento apto a previsões e controles e se obrigavam a explicar os eventos psíquicos e comportamentais dentro da ordem natural, as psicologias engendradas a partir das matrizes românticas têm como meta compreender, ou seja, gerar conhecimentos aptos à apreensão das formas expressivas. A meta deste conhecimento seria a de ampliar a capacidade de comunicação entre os homens e de cada um consigo mesmo.

Desta maneira, após essa explanação da unidade/dispersão pelo viés das matrizes do pensamento psicológico, podemos compreender melhor o posicionamento de LCF sobre a problemática. A tese, aqui, levando em consideração as questões ontológicas do objeto da psicologia descritas no tópico anterior, é a de que as diferentes matrizes que sustentam “as práticas teóricas da(s) psicologia(s) contemporânea(s)”, por partirem de pressupostos distintos, refletem e expressam diferentes formas de relações humanas e, conseqüentemente, produzem a dispersão. Nas palavras de LCF:

Sob um poder autoritário absolutista, estritamente aderido a uma lógica instrumental e porta voz exclusivo da razão administrativa, é provável que víssemos um radical enfraquecimento das matrizes compreensivas e o apogeu das científicas; sob uma anarquia utópica, talvez ocorresse o contrário. Mesmo então, a necessidade de legitimação do poder absoluto, de um lado, e a necessidade de socialização e modelação do homem, de outro, dariam lugar às atividades comunicacionais e instrumentais nas relações interpessoais, criando as condições para duas as duas grandes linhas da teorização psicológica. Mas estes são casos extremos e historicamente irrealizáveis. Em todas as situações vigentes e previsíveis, as relações sociais técnico-administrativas a serviço do controle, da eficiência e da solução de problemas e as relações de comunicação e de diálogo não coercitivo estarão presentes a cada momento na vida do indivíduo, nas suas interações com os outros e consigo mesmo. (Figueiredo, 2008, p.205-206)

Para concluir, outro aspecto importante sobre seu posicionamento que merece ser mencionado é o da pluralidade de relações existentes entre matrizes e abordagem da psicologia contemporânea. Ou seja, pode existir uma matriz que influencia várias abordagens, a exemplo da matriz funcionalista que influenciou a psicanálise, behaviorismo, psicologia comparativa e cognitivismo, como, também, cada abordagem pode ter influência de mais de uma matriz, como é o caso da psicanálise⁴³, que é influenciada por diversas científicas e românticas.

2 – Unidade/Dispersão: a gestão do espaço psicológico no território da ignorância

Neste tópico iremos descrever o posicionamento de LCF sobre a unidade/dispersão através de seus estudos genealógicos sobre a gestão do espaço psicológico. Nesta fase, LCF dedicou-se a estudar os processos de subjetivação imperantes na modernidade; entre 1500 e 1900, e as formas de subjetividade que aí foram emergindo e criaram o ambiente e objetos que exigiram e possibilitaram a criação do novo campo de estudos da psicologia como ciência independente e *sui generis*. (Figueiredo, 2010, p.143) Destaca-se aqui como seu trabalho mais paradigmático sobre o tema a sua tese de livre docência, que mais tarde foi publicada com o título *Invenção do Psicológico – Quatro Séculos de Subjetivação*. Segundo ele mesmo esta seria “um passo adiante na tentativa de pensar o nosso espaço e nossa diversidade” (Figueiredo, 1992, p.23). Um dos pontos de partidas utilizado por LCF nesta fase, especialmente nesse livro, foi levar em consideração as pesquisas de historiadores e antropólogos que em seus relatos afirmam que a maneira atual de entendermos nossas experiências como indivíduos autônomos não é natural, nem universal nem necessária, mas sim parte de um movimento de amplas transformações pelas quais o homem tem passado em sua história, sobretudo na modernidade. De forma simplificada, poderíamos dizer que a noção de subjetividade privada data aproximadamente dos últimos três séculos: da passagem do Renascimento para a Idade Moderna (Figueiredo, 2010, p.23), e devido às inúmeras modificações sociais, econômicas, filosóficas, políticas, religiosas, científicas, artísticas e literárias durante esse período, ela foi-se intensificando. Em decorrência dessa premissa, LCF procurou reconstituir os processos históricos que presidiram a constituição do espaço sociocultural e político da psicologia (os modos modernos de subjetivação), ou seja, os processos e os modelos de constituição das experiências subjetivas que desde o século XVI foram-se articulando e sucedendo no Ocidente

⁴³ A psicanálise por ser um conhecimento mais plural em quesito de influências de matrizes e influências dos modos de subjetivação seria um saber paradigmático no campo da psicologia, pois segundo Figueiredo (2004, 2007), além de ela ter mais ferramentas para lidar com a dispersão e multiplicidade do campo e teorizar sobre cisão do objeto da psicologia, a psicanálise possibilitaria exorcizar as ilusões de unidade, plenitude e autoconhecimento típicos da modernidade.

até o século XIX. O objetivo, segundo Figueiredo (2004, p.8) era de mostrar como, no bojo desse processo, foi-se elaborando e configurando o espaço psicológico, ou seja, o espaço que hoje é ocupado e disputado pelas diversas psicologias. Dito de outra maneira, enfocando a problemática da unidade da psicologia contemporânea através do processo histórico de constituição do próprio espaço psicológico, Figueiredo (1992, p.23) buscou entender como e porque ao final do século XIX se abriu um campo no qual vieram a instalar-se diversos projetos de psicologia que, apesar de suas diferenças, tinham em comum a pretensão de estabelecer a psicologia como uma área independente de saberes e intervenções *sui generis*. Ou seja, seu objetivo passou a ser o de compreender a história da constituição do espaço psicológico e de como este espaço se organizou em termos de lugares, cada lugar ensejando uma maneira de teorização e de exercício profissional.

As duas principais conclusões chegada por ele após sua pesquisa foram ambas envolvendo três modos de subjetivação típicos da modernidade – liberal, romântico e disciplinar. A primeira é que o campo psicológico surgiu como possibilidade de ser um discurso científico através da tensão entre a individualidade e liberdade exacerbada erigida após a perda de referências coletivas e contato com o divino durante a passagem ao Renascimento e início da Modernidade. Posteriormente, por sua respectiva crise oriunda dos controles sociais instituídos ao longo do século XIX, o aprofundamento da experiência particularidade subjetiva teria ocorrido através dos modos de subjetivação liberais e românticos e a posterior desconfiança de sua autodeterminação (ruptura com as ilusões de liberdade e singularidade exacerbada) como modo de subjetivação através do modo disciplinar que seriam os polos históricos que balizam a constituição do campo psicológico. Porém, como esse assunto será debatido posteriormente, não entraremos em detalhes agora. A segunda é que a gestão do espaço psicológico tal como hoje o conhecemos, teria nascido e vivido precisamente da articulação conflitiva daquelas três formas de pensar e praticar a vida em sociedade. (Figueiredo, 2007, p.129) Da tensão entre afinidades, conflitos e complementaridade desses três polos constituiu-se um novo território onde as diversas versões da psicologia contemporâneas se estabeleceram no final do século XIX e início do XX. Este espaço foi chamado de “território da ignorância” – um lugar avesso ao olhar epistemológico da modernidade onde escapa a representação; e seria formado dentro do espaço interno de um triângulo cujos vértices seriam representados através dos três modos de subjetivação: o liberal, o romântico e o disciplinar. As conexões entre seus vértices seriam representadas pelos nomes de personalidades históricas: Stuart Mill ou liberal-romântico;

Jeremy Bentham ou liberal-disciplinar, e Richard Wagner ou romântico-disciplinar. Segundo Figueiredo (2004, p.27-28), o que vai caracterizar este território, no qual ainda hoje estaríamos plantados, é a presença conjunta de três polos ou eixos axiológicos balizando e modelando os processos de constituição das subjetividades: há um polo representado pela plataforma liberal, em que dominam as exigências e os valores de uma identidade, claramente estabelecida, autônoma, autocontida e autotransparente; há outro polo representado pela plataforma romântica, em que dominam as exigências e os valores de espontaneidade impulsiva, autenticidade, singularidade e inserção orgânica nos movimentos das forças naturais e históricas; e, ainda, um terceiro polo – o disciplinar, representado pelas novas técnicas de poder, sejam as que se aplicam molecular e calculadamente sobre cada indivíduo na sua pretensa independência (trata-se do poder racionalizante, administrativo e burocrático), sejam as que se aplicam à docilização das massas (trata-se aqui do poder carismático). Entretanto como as relações desses polos entre si são ambivalentes, marcadas por convergências e divergências, o espaço psicológico será caracterizado por uma espécie de “interdição cognitiva” que se “mostrará como o impensável, como o que opera no registro subterrâneo da exclusão, tanto como excluído quanto como o excludente, vale dizer, como o que resiste ativamente a uma incorporação ao universo das identidades e representação”. (Figueiredo, 2004, p.28-29) Daí, podemos entender o motivo do nome território da ignorância. Em decorrência disso, as soluções teóricas das diferentes abordagens psicológicas, levando em consideração seus espaços dentro do território da ignorância e suas relações com os três polos devem ser capazes de tornar inteligível o excluído e fazê-lo perceptível no campo do experimentável. Para isso, as teorias psicológicas devem estabelecer alguma solução para relação entre a experiência observada (fenômeno imediato) e suas condições de possibilidade ocultas dessa experiência (meta-fenomenal). Nesta busca pelo sentido oculto, o lugar do “psicológico” constituir-se-ia, portanto, uma meta fenomenal que busca explicar as condições e como se dá a experiência. Vale lembrar que, para Figueiredo (2004, p.30), meta fenomenal são os aspectos que, embora constitutivos da experiência, não se mostram na própria experiência e nem devem ser buscados a partir da experiência, mas para além dela.

Desta maneira, a dispersão teórica e prática entre as diferentes abordagens psicológicas contemporâneas serão explicadas pelas diferentes relações que essas mantêm com cada vértice do triângulo e, conseqüentemente, diferentes estratégias para lidar com o excluído, seja no plano da prática ou no campo da explicação psicológica. No campo da prática podemos citar, por exemplo, como as abordagens mais próximas do polo disciplinar e

da superfície Bentham como comportamentalismo, teriam como objetivo a redução do excluído (cura dos sintomas); as do polo do romantismo e da superfície Wagner como a “terapia não diretiva” de Rogers, visariam dar vias de expressão ao excluído; as do polo liberal e da superfície Stuart Mill como as leituras americanas da psicanálise, tratariam de proporcionar meios de representação e integração do excluído de forma a ampliar o autodomínio e autonomia do sujeito. No plano teórico, as diferentes relações entre os três polos condicionaria a explicação psicológica sobre o “trânsito entre o campo das representações e das experiências em que alguém pode se reconhecer e o campo do vedado, resistente e obscuro a mesma existência”. (Figueiredo, 2004, p.30) Como, por exemplo, uma teoria psicológica de uma abordagem mais próxima do polo disciplinar, como é caso do Behaviorismo, não tenderia a estabelecer o contato com o campo fenomenal simplesmente para legitimar as formas de controles disciplinares em detrimento da experiência particular subjetiva do sujeito. Já, por outro lado, uma teoria de uma abordagem mais próxima do polo romântico, como é o caso das psicologias humanistas e das fenomenológicas, tenderia a conceder à experiência imediata um acolhimento pretensamente integral, porém, sem ser capaz de problematizar a experiência subjetiva vivida com seu não representável.

3 – Unidade/Dispersão e a tese da incompatibilidade do projeto epistemológico da modernidade em relação ao projeto de uma ciência psicológica

Neste subtópico, iremos descrever o posicionamento de LCF sobre a unidade/dispersão através do viés de sua tese sobre a incompatibilidade do projeto epistemológico da modernidade em relação ao olhar psicológico. Como essa sua tese está mais voltada para discussão sobre a cientificidade do projeto de psicologia como ciência independente e está intrinsecamente relacionada com a natureza do objeto da psicologia, que já foi discutida, não entraremos em muitos detalhes. Apenas iremos restringir nosso enfoque para a questão de como essa tese se relaciona com a questão da unidade/dispersão da psicologia.

De maneira resumida, para Figueiredo (1995; 2000; 2004; 2007), o maior motivo para o conhecimento psicológico ser avesso ao projeto epistemológico da modernidade é a própria natureza do objeto psicológico. Como este apresentaria as características da reflexividade e da construção social, já discutidas anteriormente, a psicologia tornaria antitética os dois pilares⁴⁴, onde o projeto epistemológico da modernidade estaria fundado: a

⁴⁴ Ambos os pilares são reflexos da nova posição do homem diante das coisas, natureza e mundo. Em outras palavras, ambas são contingentes ao processo de aprofundamento da experiência subjetiva individualizada

noção de sujeito como fundamento autofundante e a noção de método como purificação do sujeito epistêmico através do silenciamento do corpo. (Figueiredo, 1996) Desta forma, como o método científico não pode submeter o objeto da psicologia às mesmas práticas de pesquisa das outras ciências ou “operar uma cisão: de um lado, uma subjetividade ascética e expurgada – a do conhecimento ideal – de outro, tudo aquilo que compromettesse a confiabilidade do sujeito epistêmico, tudo que o tornasse variável, singular, desejante, padecente, afetável” (Figueiredo, 2004, p.17); a psicologia estaria fadada a “não encontrar jamais seus próprios fundamentos, a nunca satisfazer os cânones de cientificidade cujo atendimento motivou sua própria emergência como ciência independente”. (Figueiredo, 2008, p.20). Em outras palavras, para LCF, por causa da ontologia do seu objeto, a constituição de projeto epistemológico de uma psicologia como ciência independente, nos moldes de uma ciência moderna, seria autocontraditório, pois, além de não obedecer ao princípio da objetividade científica e não constituir um saber autônomo com relação a outras ciências e formas de saber (biologia, sociologia e filosofia), o lugar que ela ocupa dentro dos parâmetros da epistemologia moderna seria o lugar “do excluído ou do expurgável pelo método, que se constituía como negativo do sujeito pleno”. (Figueiredo, 2004, p.19)

Para a discussão sobre a da unidade/dispersão, a principal consequência dessa tese da incompatibilidade do projeto epistemológico da modernidade em relação à psicologia como ciência independente, seria a impossibilidade de existir critérios epistemológicos unificados para avaliar o conhecimento produzido pelas diferentes teorias psicológicas. Essa impossibilidade, segundo Figueiredo (2008, p.204), descartaria a possibilidade de alguma unificação da psicologia através de soluções metodológicas e teóricas que conquistassem toda a comunidade e desqualificassem as demais como irrelevantes para a psicologia ou não científicas. Na citação a seguir, somada à questão das diferentes matrizes, a dificuldade de fazer avaliações comparativas das teorias e sistemas psicológicos, pode ser destacada:

Não creio, efetivamente, que a avaliação comparativa das teorias e dos sistemas psicológicos pudesse ser feita apenas ou principalmente no plano epistemológico. Não é possível nem faz sentido procurar saber quem é ou foi mais científico: Skinner, Piaget, Freud, Jung, Rogers? O que se passa é que os diversos sistemas de pensamento psicológico não visam os mesmos objetos, da mesma maneira, com os mesmos objetivos e de acordo com os mesmos padrões. As noções de “realidade”, de “psiquismo”, de “comportamento”, etc. variam; igualmente varia o que se

oriundo do período da modernidade. Nesse período, sob o efeito, principalmente, do modo de subjetivação liberal, houve a emergência da noção de sujeito como fundamento autofundante do conhecimento, a separação do sujeito e objeto e método como forma de purificação dessa subjetividade à produção do conhecimento válido e objetivo (tanto na sua versão racionalista com R. Descarte, tanto na sua versão empirista com F. Bacon).

entende por “teoria”, por “conhecimento” e por “verdade”; em decorrência, variam os critérios de avaliação do conhecimento e dos métodos e procedimentos adequados. Nesta medida tais divergências não se resolverão mediante pesquisas já que qualquer pesquisa será efetuada a partir de seus próprios pressupostos. (Figueiredo, 1992, p.20)

Assim, por não ser possível decidir um critério epistêmico no sentido forte do termo na psicologia (avaliarmos e comparamos as diferentes teorias psicológicas através de algum critério epistemológico para termos algum parâmetro de escolha), Figueiredo (1992, 2004, 2008) aponta para derrocada da cultura epistemológica e a transição para uma nova era – a era da cultura pós-epistemológica, onde a ética seria a nova racionalidade de avaliação e comparação das teorias psicológicas. Nas palavras de Figueiredo (2004, p.24):

Ora, se as epistemologias fortes não se sustentam, e apenas delas poderíamos esperar algum critério de decisão, a epistemologia fraca exercida, por exemplo, nos estudos das matrizes, não é, por definição, capaz de nos conduzir a escolhas nem a justificativas racionais a *posteriori*. Será, então, que o abandono do projeto epistemológico moderno e das versões normativas da epistemologia nos deixaria imersos na indecisão e na impossibilidade completa de justificar racionalmente nossas opções teóricas e práticas? É nesta conjuntura que a dimensão ética dos discursos e práticas das psicologias emerge como plano no qual uma nova racionalidade poderá ser exercida.

Essa cultura pós-epistemológica, apesar de ser multifacetada e de difícil definição, se caracterizaria, segundo Figueiredo (2004, p.25), “fundamentalmente, pela superação de hegemonia do pensamento representacional e da noção de verdade por adequação ou correspondência”. Os trabalhos que marcariam essa transição seriam as obras de filósofos como Richard Rorty, Heidegger, Wittgenstein, membros da escola de Frankfurt, Isabelle Stengers, Foucault, Deleuze, Derrida e outros. Para terminar, cabe assinalar que, segundo Figueiredo (1992, p.20), o abandono do projeto fundacionista e a ênfase na investigação dos pressupostos das construções teóricas e das práticas vêm a calhar para uma área como a nossa, marcada pela dispersão. Destarte, não haveria motivos para buscar reconhecimento e legitimação nos tribunais epistemológicos, já que seria quase consenso a todo pensamento contemporâneo que não existem fundamentos onde possa repousar o conhecimento científico em bases sólidas e inquestionáveis. Em outras palavras, seria a passagem de uma “política das certezas” a uma “política do rigor”.

2.2.3.2. Desdobramentos para a psicologia enquanto ensino e profissão

Neste tópico iremos expor os desdobramentos do posicionamento de LCF sobre a questão da unidade/dispersão à temática da psicologia enquanto instituição, ensino e profissão. Iremos pontuar o que ele considera as formas dos profissionais da área lidarem com a diversidade e fragmentação do campo e as implicações desse estado de coisas para questões institucionais. Entre estas últimas, pode-se destacar a dificuldade que certas entidades, como os conselhos e os sindicatos de psicólogos, apresentam para criar uma identidade do campo e consolidar um currículo mínimo obrigatório, assim como questões de ensino de psicologia, a exemplo da disciplina de história da psicologia.

Segundo Figueiredo (1992), existem diferentes maneiras de lidar com a dispersão e as contradições do espaço psicológico. Perante a angústia da experiência de alteridade que se impõem ao adentrar no campo da psicologia (diferentes abordagens, teorias e práticas) e anseio por convergências e unidades, quatro reações são elencadas como tentativa dos profissionais e alunos para lidar com este “mal-estar”. São as posturas: dogmática, eclética, construtiva e reflexiva.

As reações dogmática e eclética, por derivarem de uma superficial compreensão problemática da unidade/dispersão, seriam maneiras mais comuns e perniciosas de se lidar com a situação. No caso do dogmatismo, o psicólogo em formação ou já formado elegeria uma abordagem e seu conjunto de crenças como guias teóricos e práticos e não daria mais atenção para o que as outras abordagens teriam a dizer, a não ser que se encaixassem previamente com as crenças do qual o psicólogo já teria. Já no caso do ecletismo, segundo Figueiredo (2008), seria a posição predominante entre os profissionais e alunos de psicologia, e se caracteriza pela adoção indiscriminada de várias crenças, teorias, métodos, técnicas e instrumentos de abordagens diferentes para solucionar os desafios teóricos e práticos, sem a devida crítica e/ou reflexão. Assim, o psicólogo imerso na prisão do senso-comum⁴⁵ camuflaria as diversidades e contradições do campo através da ilusão de complementaridade entre as diferentes abordagens. Em ambas as reações, há um claro limite e bloqueio ao acesso às experiências novas e a alteridade. Seja no enclausuramento dogmático do que se fecha em

⁴⁵ Segundo Figueiredo (1992, p.18), é neste nível do senso comum que o eclético acha que ‘no fundo’ existe uma unidade entre as teorias e sistemas, que as técnicas e instrumentos se complementam, que ele as avalia, que ele supõe identificar as necessidades de seus clientes, etc., etc. A prisão do senso comum é mais invisível exatamente porque é mais próxima e envolvente, mas ela é, tal como o dogmatismo, um limite e um bloqueio. De fato, seja, enclausurado dogmaticamente na sua teoria ou ingenuamente enclausurado no senso comum o psicólogo que cede à tentação de escapar da angústia através destas formas bastardas de unificação e perde a capacidade de experimentar.

um conjunto de crenças em detrimento das demais. Seja no aprisionamento eclético do senso comum do que “procura manter-se fundamentalmente o mesmo, encobrindo esta imobilidade e esta mesmice impermeável com a fantasia da variedade e da liberdade”. (Figueiredo, 1992, p.18) E, por isso, LCF partindo do pressuposto heideggeriano de que só há experiência onde há diferença e onde novas diferenças são engendradas, consideraria essas maneiras de lidar com a dispersão e as contradições do campo ruins e perniciosas.

Outra maneira de lidar com a angústia que conjuntura do espaço psicológico provoca, seria através da estreita aliança de movimentos construtivos e movimentos reflexivos. Da junção entre esses dois movimentos, encontraríamos, segundo Figueiredo (1992), uma maneira mais madura e profícua para enfrentar esta situação, pois estaríamos mais aptos e abertos para lidar com as experiências novas. Os movimentos construtivos são caracterizados pela produção de conhecimento novo a partir da problematização e associação dos recursos conceituais disponíveis nas teorias com os desafios oriundos das práticas psicológicas. Já os reflexivos teriam três características: as de elucidar os limites e as possibilidades de cada matriz ou sistema a partir da evidenciação de seus pressupostos (muitas vezes não estão explícitos), antecipar as implicações de cada teoria e a de conservar o espaço para experiência sempre aberto ao outro e a transformação.

O posicionamento de LCF sobre as questões institucionais e ensino podem ser considerados desdobramentos de seus pensamentos sobre a gestão e natureza do espaço psicológico. A maioria das querelas e dificuldades nessas áreas, para LCF, derivar-se-iam da má compreensão da natureza e gestão da psicologia como espaço *sui generis* e de dispersão; e elas podem ser exemplificadas pelas perguntas: se “a ocupação do espaço psicológico pelas teorias e sistemas não deu lugar à formação de um continente, mas sim de um arquipélago conceitual e tecnológico” (Figueiredo, 1992, p.16), como ficaria a situação de certas entidades como os Conselhos e os Sindicatos de psicólogos que, para exercerem suas funções, tem que pressupor uma unidade inexistente entre as psicologias? Como criar um currículo mínimo obrigatório para preparação profissional dos psicólogos?

A situação institucional da psicologia é um dilema. Segundo Figueiredo (2000), se por um lado os órgãos como conselhos reivindicam um lugar específico para a psicologia, tanto na teoria (institutos independentes das outras ciências) quanto na prática (demarcar as áreas de atuação legalmente reservadas aos psicólogos), por outro lado não conseguem se desenvolver sem acentuar os laços com as ciências biológicas e as sociais. Entretanto, se essa situação parece reviver os vetos comteanos de que não há justificativa para uma psicologia

independente (seja como ciência, seja como uma instituição), algumas estratégias institucionais parecem opor a essa dispersão e exigem que se pense a psicologia de maneira mais integrada. Para Figueiredo (2004), normalmente em situações em que os interesses psicológicos estão sendo ameaçados por interesses de outras áreas, costuma surgir estratégias de conferir, através de medidas administrativas e institucionais, uma falsa unidade à psicologia para fortalecer sua identidade. Como a questão da dispersão da psicologia é uma questão estrutural desse campo, esse tipo de estratégia prejudicaria mais do que beneficiaria. Pois, ao invés dessas entidades garantirem um espaço de evolução para as abordagens psicológicas através do respeito das diferenças filosóficas, metodológicas e axiológicas, poderiam comprometer esse esforço ao querer tratar todas as abordagens como se constituíssem um todo uno e integrado. E, por fim, essas instituições ficariam presas a infrutíferos embates políticos sobre qual seria o melhor caminho para a psicologia, já que não há critérios epistêmicos para afirmar o que ela é ou não ou avaliar comparativamente qual é teoria mais válida.

Outra questão institucional muito importante é a da formação do currículo mínimo obrigatório para a preparação profissional dos psicólogos. Como uma disciplina que não tem unidade (formada por inúmeras matrizes e modos de subjetivação distintos) conseguiria criar um currículo mínimo satisfatório ao longo dos cinco anos de formação do curso? Como criar um currículo ideal se dentro dos conselhos existem perspectivas totalmente opostas sobre o que seja pensar, fazer, ensinar psicologia? Como se chegaria a um consenso? Essa é uma questão complicada, pois a dificuldade para definir o que é a psicologia ou qual é o lugar da psicologia são ainda muito prementes como, por exemplo, em algumas universidades e vestibulares a psicologia se encontra nas áreas das ciências humanas, em outras, nas áreas das ciências naturais. Na ausência de critérios epistêmicos que possam legislar sobre o espaço psicológico a discussão, fica a deriva de confrontos políticos.

Segundo Figueiredo (1992, p.16-17; 2004, p.114-15), ao ingressarem no curso e entrar em contato com o currículo os alunos podem ficar, de início, com a expectativa de que várias disciplinas irão se organizar harmonicamente, convergindo para uma meta comum, segundo uma concepção compartilhada por todos os professores do que seja pensar e fazer psicologia. Muito rapidamente eles percebem que algo não caminha conforme o esperado. Descobrem que cada professor parte de pressupostos e persegue metas diferentes e mesmo incompatíveis umas com as outras. Até mesmo o assunto e os autores podem ser repetidos

diversas vezes através de diferentes bases teóricas. Em decorrência disso, a sensação de desassossego e insatisfação é geral entre alunos e professores.

Para Figueiredo (2004), essa questão da criação de currículo mínimo para a psicologia é um reflexo da própria natureza da disciplina. Para atenuar essa questão, o primeiro passo seria buscar a compreensão das raízes estruturais do próprio espaço psicológico para entender que a “expectativa de uma formação única e uniforme está, portanto, em franca oposição à realidade do nosso campo”. (p.114) Deste modo, perceberíamos que é impossível conseguir contemplar no currículo todas as diferenças do campo. Nem em dez anos isso seria possível. Utilizando a metáfora winnicottiana da mãe suficientemente boa, Figueiredo (2004) afirma que deveríamos exorcizar as pretensões de criar um “currículo único e pleno” e satisfazer todas as carências na formação dos alunos de psicologia. É preferível deixar os alunos com certa insatisfação ao concluir o curso para que eles sempre tenham desejo de buscar mais. Porém, antes de deixar a desejar (faltar algo) é necessário atender a algumas necessidades básicas para sua formação.

[...] o currículo suficientemente bom seria o que dá sustentação e proteção básicas e comete falhas sob medida, deixando sempre muito a desejar. Supõe-se aqui, naturalmente, que um currículo suficientemente bom não pretenda acompanhar os alunos ou dirigi-los ao longo de toda a preparação profissional, que, na verdade, não termina nunca. Se ele for capaz, contudo, de efetivamente deixar a desejar, caberá dali por diante a cada um assumir sua própria preparação. Deixar a desejar seria exatamente instaurar um campo de insatisfação mobilizadora do trabalho pessoal do aluno. (Figueiredo, 2004, p.117)

É dessa forma que LCF propõe a divisão do currículo em dois eixos complementares por onde se processaria a preparação do psicólogo: o eixo da constituição de um ser-psicólogo e o eixo da habilitação. Ambos os eixos devem ser igualmente desenvolvidos para termos uma melhoria na formação do psicólogo. O eixo de constituição de um ser-psicólogo seria formado por disciplinas de formação. Estas seriam as disciplinas básicas e, independente das escolhas teóricas, teriam a função de ensinar os alunos da área a saber dialogar com a multiplicidade e alteridade do campo, elucidar os pressupostos básicos subjacentes da suas práticas, esclarecer a gestão do espaço psicológico, seus lugares e convocar os psicólogos a tomar lugar de suas posições. Como essas disciplinas seriam promovedoras da constituição de um ser-psicólogo a presença delas, apesar de estarem distribuídas ao longo dos cinco anos, deveria estar mais concentrada no início do curso. São exemplos dessas disciplinas formativas: psicologia geral, história da psicologia, teorias e sistemas, ética, epistemologia da psicologia/psicanálise,

psicobiologia, psicoantropologia, psico-história e outras. As disciplinas de treinamento seriam disciplinas predominantemente de prática de habilidades e teriam a função de ensinar a fazer algo. Porém, como não seria possível ensinar a fazer muitas coisas com um mínimo de profundidade em tão pouco tempo seria em relação a essas disciplinas que o currículo deveria escolher onde falhar ou deixar a desejar. Deste modo, o intuito dessas disciplinas seria o de introduzir aos alunos as habilidades e instigá-los a estarem sempre buscando aperfeiçoamento posterior. São exemplos dessas disciplinas: técnicas de exame e aconselhamento psicológico, psicologia escolar e da aprendizagem, psicologia organizacional, teorias e técnicas psicoterápicas, dos estágios supervisionados e outras.

Por fim, Figueiredo (2004, p.122) afirma que essa discussão da insatisfação com o currículo da psicologia já seria um tema privilegiado no processo de ensino e aprendizagem da disciplina. E a insatisfação, como estratégia mobilizadora, deveria ser considerada como motor e bússola do processo de preparação profissional:

Finalmente, sugiro que tomemos a insatisfação como motor e bússola do processo de preparação profissional. Voltando pelo reverso ao que propus acima, e para mim é mais do que um paradoxo gozado, concluiria dizendo: “ai da faculdade de psicologia que não consegue deixar seus alunos desejosos de mais psicologia, ou seja, fecundamente insatisfeitos”. (Figueiredo 2004, p.122)

Em relação à temática de ensino, Figueiredo (2008) tem a posição de que o campo de docência e os alunos da graduação teriam evidentes vantagens para formar psicólogos se tivessem o conhecimento da natureza e gestão do espaço psicológico como um campo *sui generis* e de dispersão do saber. Pois assim os docentes poderiam orientar os alunos mais claramente e conseqüentemente ajudá-los a terem expectativas mais definidas e concordantes com seu futuro acadêmico e profissional. Porém, hoje o que vemos, é uma formação do psicólogo de natureza polimorfa e superficial e “alunos tão desorientados e indefinidos quanto a própria ‘ciência’ que pretendem estudar quanto à profissão que pretendem exercer”. (p.202) Uma das estratégias para contornar essa situação caótica estaria no ensino da história da psicologia. Mas como essa não poderia ocorrer nos moldes da história das ciências, pois não há nada que nos indique que existe apenas uma história da psicologia, e não várias, seja uma unidade, a acumulação regular de fatos e teorias, um paradigmas dominantes ou critérios para avaliação que sirva para todas as diferentes abordagens. Desta maneira, a história da psicologia deveria ser considerada um instrumento de reflexão crítica e “entendida como história dos conflitos, de suas origens na vida da sociedade e da cultura, de suas implicações

teóricas, ideológicas e políticas”. (p.206) Segundo Figueiredo (1992, p.17), esta já seria uma boa razão para atribuímos ao estudo da história da psicologia, ou das psicologias, um lugar privilegiado na formação do psicólogo. É claro que esta história não poderia ser apenas, como frequentemente ocorre, uma exposição das teorias e sistemas, seria necessário enveredar pelo estudo dos níveis ou planos em que estes sistemas podem ser confrontados e compreendidos como legítimos habitantes do espaço psicológico, seria ainda necessário identificar suas posições particulares dentro deste espaço, com todas as implicações práticas, técnicas e éticas que lhes correspondem. Por isso, essa história da psicologia, ainda por fazer, teria uma função essencial na formação do psicólogo e deveria ser contemplada em todos os currículos de graduação. Ela seria um instrumento de autorreflexão e autoconhecimento que talvez contribuísse tanto para esclarecer ao futuro profissional o verdadeiro significado da dispersão e desconexão das disciplinas e orientações teóricas que enfrentou durante o curso quanto fazê-lo entender o real alcance das suas opções. (Figueiredo, 2008, p.207)

2.2.3.3. Principais questões passíveis de problematização em LCF

As principais questões passíveis de problematizações retiradas do posicionamento de LCF sobre o problema da unidade da psicologia foram: 1) a irremediabilidade da dispersão e impossibilidade da unificação da psicologia seria uma consequência da natureza do objeto da psicologia (reflexividade e natureza sócio-histórica); 2) a irremediabilidade da dispersão e impossibilidade da unificação da psicologia seria uma consequência das diferentes matrizes e diferentes genealogias (modos de subjetivação) das abordagens do campo psicológico; 3) associação da irremediabilidade da dispersão e unificação da psicologia com a impossibilidade da psicologia ser uma ciência independente e coerente aos moldes do projeto da modernidade; 4) o objeto da psicologia é totalmente descontínuo ou há algum aspecto a-histórico (contínuo ou universal)? Podemos dizer que o objeto da psicologia pode ser a subjetividade particularizada? Ele é construído (advento da modernidade)?; 5) falta de especificidade da psicologia no quadro das ciências, influência inconciliável e irreduzível das matrizes biológicas e românticas (retomada dos vetos comteanos); 6) impossibilidade de construir critérios epistêmicos para comparar as diferentes abordagens do campo psicológico e construir uma história da psicologia nos moldes da história das ciências (incomensurabilidade de paradigmas). É impossível fazer epistemologia no sentido forte do termo? Devemos valorar positivamente o estado de dispersão (reconhecendo suas

idiossincrasias) ao invés de buscar soluções epistemológicas para remediá-la?; 7) construção de uma cultura pós-epistemológica (sob influência de filósofos pós modernos) e a dissolução da cultura epistemológica pautada nos princípios epistemológicos da modernidade; 8) se a justificação de conhecimento psicológico não advém do crivo epistemológico (lógica ou de um método especial), mas do crivo político e/ou ético de um agrupamento social, que tipo de conhecimento é esse que o ser humano constrói unicamente através de suas interações sociais, sem nenhuma influência diferencial vinda do contato com uma realidade objetiva que independe tanto dele quanto dessas interações?; 9) o conhecimento da irremediabilidade da dispersão e da impossibilidade da unificação psicologia traria benefícios para a psicologia enquanto instituição (no ensino e na formação do currículo mínimo) e profissionais?

2.2.4. Arthur Arruda Leal Ferreira (AALF) – A psicologia produtora de dispersão

Arthur Arruda Leal Ferreira é o teórico mais recente no debate nacional sobre unidade/dispersão. Ele é um dos maiores estudiosos e o que mais escreveu e escreve sobre o tema. Em seu doutorado, sob a orientação de LCF, com o intuito de compreender a pluralidade do campo psicológico, apresentou em sua tese – *A diferença que nos une: um estudo sobre as condições de surgimento do saber psicológico em sua dispersão* – o germe de seus muitos artigos, capítulos de livros e resumos, e trabalhos completos em anais e congressos. Apesar de ter escrito muito sobre o tema no aspecto de quantidade, pouca é a sua inovação em relação aos próprios escritos (repetição do mesmo aspecto várias vezes) e rupturas bruscas em relação ao posicionamento do seu orientador sobre a questão⁴⁶. Entretanto, o pensamento de AALF apresenta algumas peculiaridades. Dentre essas podemos citar: a apresentação de um novo modelo para entender a multiplicidade e as condições históricas da diversidade do campo psicológico, acento nas práticas psicológicas como produtoras de subjetividade (objeto da psicologia construído pelas suas práticas⁴⁷), forte influência de teóricos pós-modernos, valorização positiva da multiplicidade da psicologia através de um olhar para “além das epistemologias” e influência do pragmatismo na sua concepção sobre a verdade⁴⁸. Contudo, o

⁴⁶ Esses são os motivos para o espaço reservado para esse autor estar reduzido.

⁴⁷ Se em LCF há dúvida de que parte do objeto é contínua, em AALF parece que há uma descontinuidade total, não haveria nada de universal ou transcultural no fenômeno psicológico.

⁴⁸ Influência do pragmatismo é marcante no trabalho de AALF, principalmente, nos trabalhos (Ferreira, 1999, 2005, 2008), onde ele discute a concepção pragmática da verdade como opção a concepção de verdade como representação. Segundo ele, essa concepção de verdade, além de produzir efeitos que devem ser avaliados, também seria excludente e pouco proveitosa à psicologia. Desta forma, para ele a teoria da verdade não poderia

que podemos destacar em seu posicionamento, semelhantemente ao de LCF, é a ênfase na questão ontológica do objeto da psicologia como explicação para sua posição. Porém, diferentemente do seu orientador, AALF, além de explicitar com mais precisão o que seria esse objeto e descrever com mais profundidade suas influências filosóficas, aparenta ter posicionamento de descontinuidade extrema em relação a ele, posição que não podemos determinar em LCF. Essa questão será aprofundada no terceiro capítulo.

Semelhantermente aos demais teóricos abordados, AALF também considera a dispersão como irremediável e a unificação como impossível. A dispersão no campo psicológico não seria pontual como ocorre, por exemplo, a discussão sobre a natureza da luz (dualidade partícula-onda) na física. Não se trataria de discordâncias em questões como a explicação de fenômenos locais, interpretação ou na discussão de resultados. Segundo Ferreira (2001, p.4), a pluralidade aqui referida é de maior monta, não diz respeito à interpretação de fenômenos, mas à própria natureza do saber psicológico, posicionando-se os diversos sistemas como diversos projetos possíveis de ciência, cada qual com sua linguagem, seus objetos (conceitos), seus métodos e suas problemáticas. Representam estilos, irreduzíveis uns aos outros, de se fazer ciência psicológica. Isto sem esquecer que entre os universos dos grandes sistemas gravitam boa dose de microteorias, de autores não sistemáticos e práticas irreduzíveis à ótica de qualquer escola. Desta maneira, devido à natureza do fenômeno psicológico (simultaneidade sujeito – objeto e maleabilidade as influências sociais e históricas), as diversas abordagens com diferentes formas de relacionar o fenômeno psicológico invertê-lo-ia de maneiras diversas, tornando, assim, pela impossibilidade de se obter critérios epistêmicos para avaliá-las, a unificação um sonho impossível, seja através de um método, seja através de um objeto comum⁴⁹. Resta assim apenas a tarefa de justificar e valorizar positivamente esse estado de dispersão do campo psicológico.

Em decorrência dessa situação, a dispersão, segundo Ferreira (2007c), não poderia ser explicada com argumentos do tipo: a psicologia e as ciências humanas são ciências recentes e atingirão seu estado de maturidade (unificação) em um futuro próximo; a dispersão da psicologia seria fruto da complexidade de seu objeto; ou, existiria uma unidade insuspeita na psicologia – seu objeto seria o mesmo para todas as abordagens – e a dispersão ocorreria

ser mais encarada como uma representação adequada de uma realidade eterna e a-histórica, mas como a produção de efeitos úteis na vida a partir de nossas crenças.

⁴⁹ Segundo Ferreira (1999), a unificação pelo objeto pressupõe a existência de um único objeto natural e contínuo para toda a psicologia e que o grande problema da dispersão do campo derivaria de diferentes enfoques sobre o mesmo objeto. Em outras palavras, cada abordagem com pressupostos filosóficos e metodológicos distintos recortaria aspectos diferentes do mesmo fenômeno psicológico. Assim em última instância, o inconsciente, informação, comportamento seriam apenas nomes diferentes de um mesmo objeto.

por causa da dificuldade de articulação das diferentes perspectivas sobre ele. Ou seja, existiria algum aspecto universal e contínuo no objeto da psicologia às diferentes abordagens que se esconderia por detrás da dispersão filosófica, teórica e metodológica. Para ele, esses argumentos não seriam coerentes, pois, respectivamente, existiriam saberes mais recentes. Exemplo: seria a física quântica, que já alcançou o reconhecimento no quadro das ciências, saberes sobre objetos complexos, a exemplo do clima, onde não haveria debate intenso sobre a natureza do seu objeto de estudo, e que a natureza dos próprios seres humanos poderia ao invés de ser descoberta ser criada pelas diferentes teorias psicológicas. Como podemos ver, o posicionamento AALF sobre a dispersão do campo psicológico poderia ser descrito, de maneira geral, da seguinte forma: esta não decorreria das diferentes perspectivas sobre o mesmo objeto complexo, mas dos diversos modos de subjetivação (objetos) produzidos por elas nas suas práticas. Além de essa ser a resposta genérica de AALF para o problema da dispersão do campo psicológico, seria também, segundo ele, a resposta das inúmeras perguntas endêmicas na história desse saber:

1) Por que existem tantas Psicologias (sistemas, projetos, escolas, teorias, hipóteses, orientações práticas, marcas autorais etc.), não concordando os psicólogos nem quanto à definição da Psicologia? 2) Por que não ocorre, como nas ciências naturais (ou duras), o predomínio de um projeto científico sobre os demais? 3) Por que não ocorre, ao menos, a refutação de uma das tendências presentes no espaço psicológico, em que esta se mostre falsa, ou ao menos ineficaz? 4) Por que neste espaço proposições com condições e consequências tão opostas se sustentam? 5) Por que estas contradições se mantêm, ainda que o apelo à investigação empírica seja tão rigoroso e extenso como nas ciências naturais? 6) Por que as psicologias, mesmo as que buscam uma fidelidade mais estrita aos cânones das ciências naturais (seus métodos, seus modelos), não são sempre reconhecidas por estas, nem pelas epistemologias que as sancionam? 7) Por que as práticas psicológicas mais diversas, positivadas em investigações empíricas das tendências mais díspares, se sustentam, ainda que apontem para as técnicas e finalidades mais divergentes? 8) Por que todas psicologias conseguem colher provas empíricas, práticas e argumentativas contra as demais e a favor de si? 9) Por que os psicólogos não resolvem estes impasses ao tomar conhecimento de novas epistemologias, modelos e metodologias científicas, sendo que em nenhum outro saber se discute tanto sobre epistemologia, metodologia, ou modelos científicos? Enfim: 10) Por que a psicologia tende a satisfazer seu público, dividir cientistas, filósofos e epistemólogos, e conduzir as suas partes ao conflito? (Ferreira, 1999, p.6; 2001b, p.103-104; 2004, p.146; 2006, p.228)

Para entendermos melhor esse posicionamento sobre a dispersão do campo psicológico, tomaremos como base a divisão em dois modelos proposta pelo próprio autor: um modelo sincrônico e descritivo, a Máquina de Múltiplas Capturas e outro diacrônico que explicaria historicamente o primeiro, o das Modernidades Cindidas. Porém, antes de seguimos

com suas descrições, faz-se necessário distinguirmos, segundo Ferreira (2001b; 2004; 2007c 2012), entre duas abordagens para explicar a multiplicidade da psicologia. Apesar de considerar essa divisão uma simplificação extrema, ele a divide em abordagem epistemológica e abordagem “para além das epistemologias”. A primeira caracterizaria por considerar que a psicologia possui unidade real ou potencial, sendo sua dispersão derivada de diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto. São, também, características dessa abordagem a assimetria entre o conhecimento comum (refúgio dos erros e ilusões) e o conhecimento científico (sede da verdade), normatividade e noção de progresso do conhecimento científico em direção de uma unidade, a verdade e ao distanciamento do senso comum. Neste quadrante, conhecimento científico de um determinado campo de fenômenos é apresentado como representação progressivamente mais adequada à realidade, ou seja, mais unitária e menos fragmentada. Deste modo, aqui a questão da dispersão da psicologia seria tomada negativamente como marca da acientificidade do seu saber e passível de correção ou purificação num futuro onde as práticas científicas sejam mais bem observadas. Já para a segunda abordagem, por partir de pressupostos diferentes sobre o que é conhecimento válido ou científico, a multiplicidade da psicologia é encarada de maneira positiva e inerente ao próprio campo. Aqui, a dispersão não seria considerada como fracasso epistêmico ou marca da acientificidade desse saber, pois, em última instância, não haveria nenhuma separação entre o senso comum e o conhecimento científico, e, também, se recusaria as noções de verdade como reguladora dos saberes e de progresso. Segundo Ferreira (2012, p.62), ao contrário das teses anteriores, o conhecimento científico é aqui concebido na articulação e coafetação entre entidades, na produção inesperada de efeitos, e não no salto representacional dado na identidade entre uma sentença ou hipótese prévia e um estado de coisas a ser progressivamente desvelado. Tomado como articulação, o conhecimento científico não se distinguiria mais entre boa e má representação, mas boa e má articulação. Outra característica dessa perspectiva seria a busca de referências que visem esvaziar o projeto epistemológico da modernidade, aqui a arqueologia e genealogia de Michael Foucault, a teoria ator-rede de Bruno Latour, Annemarie Mol e John Law, e a epistemologia política de Isabelle Stengers, Vinciane Despret, são exemplos. Também o são pensadores como Henri Bergson, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Martin Heidegger, Emmanuel Lévinas, Friedrich Nietzsche, Richard Rorty e mesmo biólogos como Francisco Varela e físicos como Ilya Prigogine.

Os modelos de compreensão de AALF do problema da dispersão do campo psicológico se encaixam na segunda abordagem. Segundo ele, a abordagem epistemológica,

além de não ser apta para entender ou remediar a dispersão da psicologia por estar embasada em pressupostos obsoletos, acentuaria a fragmentação do campo em sua busca inalcançável por unidade. Por isso, abandonando qualquer tentativa de síntese ou mesmo de seleção científica dentro da psicologia, a questão da dispersão não remeteria mais a soluções “ortopédicas”, ao invés disso, à compreensão, através de abordagens éticas, políticas e até mesmo estéticas, das condições de possibilidade do funcionamento singular desse saber:

Deve-se insistir que esta questão não remete mais para uma solução epistemológica. A recusa a esta solução não se deve apenas a uma escolha pessoal, mas pelo fato de que ela atua na direção inversa de sua busca por unidade: os modelos científicos e as orientações metodológicas importadas das ciências naturais são bem diversos, dando ensejo a escolas e sistemas bem diferentes. De mais a mais, esta aplicação do receituário científico não garante a verificação, ou ao menos a superação de um projeto psicológico em prol dos demais; apenas reforça a tensão no interior deste saber em que cada orientação se arma das provas que ela mesma se dá contra as demais. Descartada a alternativa epistemológica, restam as abordagens éticas, políticas e até estéticas: que formas de vida, que modos de subjetivação são gerados na psicologia? Não se busca aqui apenas uma psicologia que se nutra desta pluralidade, considerando a história com o seu poder de produzir ficções, mas também aquela que faculta o pluralismo em suas práticas, que nos desenraíze de nós mesmos. (Ferreira, 2007c, p.499)

É desta maneira, ao tentar modificar a discussão do problema da unidade/dispersão do plano epistemológico para outros planos, que Ferreira (1999, p.13) afirma que seu desejo não é o de julgar ou fundamentar a psicologia, mas de “a-fundá-la”, repositivando todas as críticas epistemológicas. Ou seja, ainda que a maior parte das epistemologias possua uma intenção ortopédica para com a psicologia, as ferramentas críticas de sua máquina judicativa seriam apropriadas num sentido afirmativo e descritivo deste saber.

2.2.4.1. Máquina de múltiplas capturas

Neste tópico iremos descrever o modelo sincrônico e descritivo de AALF para compreender a dispersão da psicologia. Esse modelo pode ser chamado de a Máquina de Múltiplas Capturas. Entretanto, antes de descrevê-lo é necessário explicitarmos algumas considerações do autor sobre a natureza do objeto da psicologia que são de extrema importância para sua compreensão. Semelhantemente a LCF, AALF considera a subjetividade como objeto da psicologia e aponta para a reflexividade (simultaneidade do sujeito objeto) e a natureza social e histórica como características ontológicas desse. Contudo, diferentemente desse, apesar de não ser recorrente em seus artigos, AALF apresenta uma definição mais

precisa do que venha ser esse objeto. Segundo Ferreira (2011, p.360), a subjetividade pode ser compreendida como um suposto domínio da realidade que se demarca em oposição a uma dimensão exterior (dita objetiva) e que constitui, pelo menos nos ocidentais, um domínio interior, pessoal, centrado na experiência de um “eu”, potencialmente autorreflexivo e pretensamente dotado de leis e princípios que permitem um conhecimento verdadeiro de seu domínio. Porém, essa dimensão subjetiva não será considerada por AALF como um domínio da natureza humana (algo universal ou imutável), mas como construída por intermédio de práticas e dispositivos contingentes da história. Isto é: modificáveis através das mudanças sociais, culturais e históricas. Utilizando Bruno Latour como referência, Ferreira (2011) afirma que supor a realidade como construída não implica em negá-la como falsa ou ilusão, mas sim, devemos entendê-la como verdadeira, uma vez que construída. Deste modo, sua posição seria distinta do realismo (a verdade como correspondência de uma natureza preestabelecida *a priori*) e do construcionismo clássico (a construção como produtora de ficções); seria um construtivismo realista. Ou seja, a subjetividade seria real na medida em que é construída por intermédio de dispositivos sociotécnicos, discursos, práticas. Já em relação às características ontológicas do objeto, Ferreira (1999) acrescenta novos elementos à discussão da simultaneidade sujeito e objeto, e de sua construção social como explicação para a dispersão do campo psicológico e impossibilidade de sua unificação.

Sob a influência explícita de Isabelle Stengers, Ferreira (2001; 2001b) argumenta que por sermos ao mesmo tempo sujeitos e objeto do conhecimento em nossa tentativa de obtermos um conhecimento objetivo para um objeto subjetivo como esse se fosse um ente natural, governada por leis e princípios universais, acabaríamos por construí-lo ao tentar investigá-lo ou explicá-lo. Desta maneira, a psicologia viveria um imenso dilema em suas estratégias de objetivar o sujeito do conhecimento (colocá-lo do lado de “fora” do discurso para poder analisá-lo objetivamente); e este poderia ser traduzido assim: “como se pôr de fora, no exterior de um discurso, em que somos ao mesmo tempo os seus sujeitos e seus alvos?”. (2001, p.8) Para Ferreira (1999, p.10), o problema das psicologias e das ciências humanas, assim como das ciências naturais, seria que seus objetos são também construídos, mas esta construção é mais visível e patente uma vez que suas teorias, hipóteses e teses afetam diretamente nossas crenças sobre nós. Tais conceitos construídos se comunicam imediatamente com subjetividades em construção, o que não ocorre com os demais conceitos científicos. Estes também afetam naturezas e sociedades, mas não de forma imediata e sem comprometer a regularidade do testemunho que tais conceitos são chamados a invocar. O

“mundo natural” oferece um testemunho indiferente, surdo e repetitivo, que parece mais honesto que o humano, Ser crente, falante e lábil em sua história. Em decorrência dessa dificuldade de formar conhecimento seguro dos fenômenos humanos, a psicologia e as ciências humanas de maneira geral sofreriam imensa crise – a crise de conseguir legitimar independentemente suas práticas como discurso científico. Desta forma, como estratégia para solucionar essa questão, as psicologias capturariam das ciências naturais, que já eram consideradas cientificamente legítimas, os conceitos (metáforas, morfismos, imagens de homem etc.) para arrazoar o controle de práticas sociais. É deste modo, segundo Ferreira (2001, p.8; 2001b, p.105), que a psicanálise tomará o psiquismo como um jogo de forças, próprio da física dinâmica; o behaviorismo, nossa conduta como um conjunto de espécies em busca de adaptação; e o cognitivismo, nossos processos superiores, enquanto módulos informacionais, análogos aos de um computador; e desse cruzamento entre aparatos científicos (métodos, modelos formais e conceitos extraídos de outras ciências) e práticas sociais é que surgiriam as diversas orientações psicológicas.

E é assim que surgiria o modelo da “máquina de múltiplas capturas” para compreender todo este processo de dispersão do campo psicológico. Tal “máquina” operaria em três fases que se retroalimentam, retroagem sobre si, sob uma lógica de múltiplos acoplamentos de práticas sociais a conceitos científicos. Em um primeiro momento, segundo (Ferreira, 2010), toma-se uma imagem científica (seja da física, da biologia, ou da informática) em consonância com um conjunto de práticas sociais (cruzamento das psicotécnicas com modelos e métodos de outras ciências). Depois, em um segundo momento, tal imagem, ungida pelo poder de sua inspiração científica (lastro de verdade), se deslocaria sobre os sujeitos, reordenando num terceiro instante um conjunto de suas práticas, de onde ela mesma surgiu, o que viria produzir novas formas de subjetivação dado o poder das diversas psicologias (uma vez que ciência) de enunciar o que seriam as nossas verdades mais profundas.

Assim, a dispersão da psicologia pode ser entendida como uma consequência das diferentes tentativas de aglutinar um conceito científico a uma prática psicológica, porém, esta seria mantida, no terceiro momento, através dos modos de subjetivação produzidos, seja por sua simples difusão social, seja pela intervenção prática desse saber, quando retornariam com o *status* de verdade e aptas para produzir subjetividades (efeito-verdade⁵⁰).

⁵⁰ Segundo Ferreira (1999), as perguntas sobre o que sustentaria a pluralidade de captura da psicologia ou que sustentaria as psicologias erguidas sobre operadores, conceitos e consequências tão diversas, tem uma resposta pragmática: os diferentes efeitos-verdade das práticas psicológicas são o que sustentaria a diversidade do campo psicológico. Pois, em última instância, esses diferentes efeitos produziram diferentes objetos do conhecimento.

É desta maneira, segundo Ferreira (2001b, p.105-106), que a psicologia do desenvolvimento originou-se a partir da invenção da infância, como um frágil período de nossa vida, em que devemos nos manter longe da corrupção do mundo adulto. Surgida sob esta perspectiva religiosa no século XVI, a escola será este espaço de proteção à infância recém-criada, em nome da qual será produzida mais tarde (século XIX) uma psicologia, julgadora do certo e errado de nossas práticas escolares. De igual modo, o behaviorismo nasceu parelho a todo um conjunto de técnicas racionais de divisão e controle do trabalho (como, por exemplo, o taylorismo), retroagindo sobre estas, a fim de julgar sua eficácia.

2.2.4.2. Modernidades cindidas

Neste tópico descreveremos o modelo das Modernidades Cindidas. Aqui, sob influência marcante de Bruno Latour (1994), Michel Foucault (1996) e Figueiredo (1996; 2004, 2007), AALF elabora seu modelo diacrônico no qual explicaria historicamente como surgiram as condições de possibilidades para a existência do cruzamento entre conceitos científicos e práticas sociais postulados pelo modelo da máquina de múltiplas capturas. Segundo Ferreira (2001b, p.106-107), a tese aqui proposta sugere que o campo psicológico é uma invenção moderna, balizado pela invenção de uma série de personagens cindidos como homem X natureza, indivíduo autônomo X controlado e sujeito empírico X transcendental, pares passíveis, contudo, de reagrupamento. Entretanto, antes de prosseguir com essa explanação, ele nos apresenta em três pressupostos sobre o que entende o que seja a modernidade:

- A) Não existe uma única modernidade, mas tantas quantas os referenciais, os valores presentes, as cronologias, seus cortes, seus termos, personagens, condições de surgimento e efeitos. A modernidade implica nossa atualidade como referencial.
- B) Toda modernidade se manifesta de modo complexo, ou seja, sempre é marcada por uma cisão ou bifurcação de valores ou termos. Jamais se dá de modo homogêneo e, portanto, não carece de uma contemporaneidade ou uma pós-modernidade que lhe forneça uma alternativa. Ainda que busquem uma purificação, uma alternativa única, elas são marcadas por uma hibridação de termos e valores.
- C) Todas as psicologias se interpõem nas dobras ou cisões da modernidade, ocupando um espaço intersticial (o campo psicológico), balizado pelos termos das alternativas modernas. (Ferreira, 1999, p.99; 2001b, p.107)

Assim, através das inúmeras cisões que a modernidade instituiu e o espaço do “entre” que as diferentes psicologias ocupavam, é que se constituiu a condição de

possibilidades para as múltiplas máquinas de capturas psicológicas operarem. Sem essas múltiplas cisões entre domínios diferentes não haveria a múltipla possibilidade das psicologias dessa máquina de recombina-las. Segundo Ferreira (2007c), a psicologia surgiu como tentativa de reconciliar (reunir) os entes puros e inconciliáveis cindidos pela modernidade e lidar com suas contradições. E através dessa tentativa de reunir o que a modernidade cindiu, foi que se constituiu o campo de possibilidades de dispersão das psicologias que pode ser exemplificado pelas possibilidades de várias capturas de sujeito/objeto, produção de novas subjetividades e combinações diferentes. Desta forma, Ferreira (1999), ao tomar as diversas cisões de um modo mais amplo, afirma que o triedro de Foucault (1999b) para as ciências humanas e o triângulo das subjetividades modernas de Figueiredo (2007) como modelo para constituição do espaço psicológico seriam insuficientes para explicar a pluralidade da psicologia. Pois, como se tratam de várias modernidades, sendo vários sujeitos, várias práticas sociais e saberes científico-filosóficos para serem aglutinadas pelas psicologias em suas infinitas possibilidades, o desenho que melhor representaria esse espaço seria o de um “poliedro que reunisse vários lados opostos, tantos quantos forem imagináveis, fazendo tal figura tender à circularidade”. (p.111)

Apesar de existirem muitas outras cisões, frutos da modernidade, e todas serem relevantes para a compreensão da dispersão no campo psicológico, apenas três cisões, por se encontrarem de modo mais constante nas experiências de hibridação (religar o que a modernidade separou) que constitui as psicologias, e por constituírem domínios diferentes de análise que as outras estariam baseadas, são consideradas como paradigmáticas para a gênese desse espaço. É deste modo que em cada orientação do campo, segundo Ferreira (1999, p.121-122), será analisada por três domínios e cada um representado por uma cisão: a cisão Homem e Natureza constituiriam o domínio arqueológico das capturas conceituais em que as psicologias operam conectando uma imagem de homem a conceitos científicos; a díade indivíduo e poder estabelece a região genealógica das práticas sociais em que as psicologias se repartiriam politicamente na acepção de um indivíduo soberano e autônomo, e um outro disciplinado e passivo; e a oposição sujeito empírico e transcendental demarca a região ética das práticas de subjetivação, em que as psicologias partem de um polo ou de outro na tentativa de junção, caracterizando alternativas metapsicológicas, conforme a saída seja do domínio empírico, e parapsicológicas, uma vez que a partida seja transcendental.

Assim, nas tentativas de unir a cisão homem e natureza, poderíamos ter, segundo Ferreira (2001b, p.109), no cognitivismo, por exemplo, uma visão racionalista de homem, de

cunho cartesiano, concretizada numa metáfora computacional. Ou, na psicologia behaviorista, uma visão ambientalista do homem encarnada numa biologia da adaptação. Ou ainda, na psicanálise, o cruzamento de uma concepção desejante do homem com os circuitos energéticos do aparelho psíquico, marcado pelo princípio de entropia. Em relação à cisão indivíduo e poder uma determinada teoria, prática ou sistema psicológico valorizará mais o indivíduo em sua suposta de autonomia soberana, ou tomará mais como referência a disciplina, seja em nome da sociedade, do Estado, ou do bem comum. Ou se parte do indivíduo autônomo em direção às disciplinas, como procedem as psicologias humanistas, ou se parte das disciplinas para a constituição do indivíduo, como realiza o behaviorismo. A psicologia se situaria num espaço político entre o indivíduo autônomo do iluminismo/soberania (fonte do poder) e o indivíduo sob controle das disciplinas (alvo dos poderes). (p. 110-11) Já em relação à cisão empírico e transcendental, todas as psicologias tentariam reunir no plano do conhecimento um conceito empírico de outra ciência (em geral das ciências duras ou naturais) a uma determinada concepção transcendental do ser humano; e, no plano ético, um modo de relação entre o nosso sujeito empírico (as nossas experiências conscientes) e um sujeito transcendental (que é em geral um conceito natural); a maior parte das psicologias, a exemplo da Psicologia da Gestalt, a Epistemologia Genética e a Psicanálise, parte da nossa subjetividade empírica para a transcendental (posição metapsicológica), mas outras, como a behaviorista, negando a evidência da mente e da consciência (sujeito empírico) só a atingirão através de um conceito transcendental (posição parapsicológica).

Segundo Ferreira (2001b, p.114), seria através desse duplo modelo que toda a pluralidade do campo psicológico seria produzida e sustentada: algumas práticas sociais (domínio político) atingiriam a condição de verdade (domínio epistêmico), retornariam daí ao espaço íntimo de nossos modos de subjetivação (domínio ético). Assim, todos os saberes que passam por essa máquina de múltiplas capturas produziriam um efeito-verdade, fatos e sujeitos diferentes. E, por esse motivo, a psicologia teria a configuração epistêmica “mais próxima da cartografia de um arquipélago, de uma confederação sem centro de sistemas, escolas, pequenas teorias e práticas dispersas do que do mapa geopolítico de uma nação-continente unificada por um projeto comum, como a chinesa, por exemplo”. (Ferreira, 2006, p. 228)

O modelo da máquina de múltiplas capturas serve como ferramenta para explicar o processo de constituição histórica da dispersão do campo psicológico. Já o modelo das modernidades cindidas e as suas díades (homem X natureza, indivíduo autônomo X controlado e sujeito empírico X transcendental) explicariam historicamente os termos da

máquina de múltiplas capturas. Ou seja, “a máquina serve para explicar o processo de constituição histórica de cada região do campo psicológico, ao passo que a modernidade prismática melhor funciona como um conjunto de coordenadas, em que as tensões e direções da região em questão são mapeadas no espaço psicológico”. (Ferreira, 1999, p.122)

Por fim, vale lembrar, segundo Ferreira (1999), aspectos importantes da junção desse duplo modelo até aqui apresentado. Primeiro, a junção desses modelos nos ajuda perceber as propriedades do campo psicológico que normalmente são excluídas nos livros clássicos de história da psicologia. Características como complexidade, instabilidade, autoprodutividade, pluralidade e hibridez, nos ajudam a sugerir uma história da psicologia diferente de um modelo linear. Ao invés disso, ajuda-nos a percebê-la como uma trama complexa, marcada por tensões e alianças. O segundo seria que esse duplo modelo como explicação da dispersão do campo psicológico com suas condições de possibilidades, além de não ser possível de ser corroborado, não deve ser compreendido como uma forma de solucionar o problema da unidade/dispersão da psicologia. No máximo, pode ser tomado como uma hipótese explicativa e/ou modelo heurístico capaz de ajudar o entendimento dos diversos efeitos de subjetividade produzidos por cada uma das práticas psicológicas e explicar alguns dos seus impasses. E é com relação a esse modelo servir de modelo heurístico que o próprio AALF, em alguns de seus textos (Ferreira, 2004, 2005, 2013), estuda empiricamente as práticas psicológicas como produtoras de subjetividades. Seu objetivo nesses trabalhos não é apenas de rastrear sua produção, mas, também, comparar que tipos de subjetividades e com que força as orientações e enunciados da psicologia as produziriam.

2.2.4.3. Principais questões passíveis de problematização em AALF

As principais questões passíveis de problematizações retiradas do posicionamento de AALF sobre o problema da unidade da psicologia foram: 1) a irremediabilidade da dispersão e impossibilidade da unificação da psicologia seriam uma consequência da natureza do objeto da psicologia (reflexividade e natureza sócio-histórica); 2) a irremediabilidade da dispersão e impossibilidade da unificação da psicologia seriam uma consequência das diferentes abordagens do campo psicológico produzirem novos objetos (modos de subjetivação); 3) o objeto da psicologia é totalmente descontínuo ou há algum aspecto a-histórico (contínuo ou universal)? Podemos dizer que o objeto da psicologia pode ser a subjetividade particularizada? Ele é construído (advento da modernidade)?; 4) falta de especificidade da

psicologia no quadro das ciências, tem que conceitos de outras ciências (retomada dos vetos comteanos)?; 5) impossibilidade de construir critérios epistêmicos para comparar as diferentes abordagens do campo psicológico e construir uma história da psicologia nos moldes da história das ciências (incomensurabilidade de paradigmas); 6) obsolescência da análise epistemológica do problema da unidade e busca de novas formas para “além da epistemologia” (abordagens éticas, políticas e estéticas) para analisar o assunto (ao invés de interpretar a dispersão do campo psicológico como algo negativo, sinônimo de acientificidade e passível de correção, um olhar para além da epistemologia” a interpreta como algo positivo); 7) dissolução do projeto epistemológico da modernidade baseado em noções fundacionistas e da verdade como representação através de novas formas de interpretar o que é o conhecimento científico e validá-lo (influência de teóricos pós-modernos); 8) se a justificação de conhecimento psicológico não advém do crivo epistemológico (lógica ou de um método especial), mas do crivo político e/ou ético de um agrupamento social, que tipo de conhecimento é esse em que o ser humano o constrói unicamente através de suas interações sociais, sem nenhuma influência diferencial vinda do contato com uma realidade objetiva que independe tanto dele quanto dessas interações?

CAPÍTULO 3: AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL E CRÍTICAS

Este capítulo tem três objetivos: apresentar uma breve avaliação da produção acadêmica acerca do problema da unidade da psicologia dentro da psicologia brasileira, organizá-la nas categorias pré-estabelecidas no primeiro capítulo e avaliar criticamente algumas posicionamentos comuns usados pelos teóricos avaliados. Nos dois últimos, o intuito não é de analisar isoladamente o posicionamento de cada teórico, mas sim buscar núcleos comuns de análise para problematizarmos algumas questões. Mesmo sabendo que correríamos o risco de deixar algumas particularidades do posicionamento dos autores analisados no segundo capítulo de lado, ou, até mesmo, de simplificar a complexidade do pensamento de cada um deles, optamos por essa estratégia. Julgamos que seria melhor para facilitar a definição da produção brasileira e sua análise, devido às semelhanças de posicionamentos, abordá-la como se ela constituísse um todo integrado. Desta maneira, para cumprir com esses objetivos, iremos num primeiro momento explicitar as peculiaridades da produção acadêmica acerca do problema da unidade da psicologia dentro da psicologia brasileira e, devido à consonância de posicionamentos dos teóricos avaliados, chamá-los de “teóricos da dispersão”. No segundo momento, iremos avaliar o posicionamento dos teóricos da dispersão com relação às seguintes categorias: natureza do objeto da psicologia (questão ontológica); origem e possibilidade de conhecimento desse objeto (questão epistemológica); metodologia mais apropriada para compreender o problema da unidade da psicologia (internalista ou externalista); a cientificidade do conhecimento produzido pela psicologia e a possibilidade de sua adequação ao projeto epistemológico de ciência moderna, influências filosóficas e, por fim, a estratégia adotada para lidar com o problema da unidade da psicologia. No terceiro, iremos discutir a validade lógica e solidez de premissas de alguns dos argumentos dos teóricos da dispersão: o da dispersão da psicologia ser irremediável e sua unificação impossível (vetos históricos, epistemológicos e ontológicos); o da dissolução do projeto epistemológico da psicologia como ciência moderna, da impossibilidade de existirem critérios epistemológicos para avaliar as diferentes teorias psicológicas e a existência de dois projetos de ciência inconciliáveis; e da falta de especificidade do saber psicológico no quadro das ciências (retomada dos vetos comteanos).

3.1 A PRODUÇÃO NACIONAL E OS TEÓRICOS DA DISPERSÃO

Após a exposição das principais teses defendidas por autores brasileiros com relação ao problema da unidade da psicologia, podemos apontar um retrato panorâmico da produção nacional sobre o tema. Sem a pretensão de darmos um parecer taxativo e/ou conclusivo e, levando em consideração os limites metodológicos, podemos concluir que o debate sobre o tema, de maneira geral, encontra-se hegemonizado, pouco sistemático e institucionalmente pouco desenvolvido⁵¹. Hegemonizado, pois, diferentemente, do debate teórico norte-americano, que apresenta diversas posições sobre o problema (tanto céticos quanto esperançosos na possibilidade da unificação da psicologia), no brasileiro, não há nenhum teórico que aborde diretamente o assunto com assiduidade e profundidade, que apresente relevância para o debate nacional e se posicione a favor de alguma estratégia de unificação da psicologia. Todos os teóricos analisados apresentam posicionamento semelhante em relação ao problema da unidade da psicologia – todos consideram a dispersão como irremediável e a unificação como impossível (tanto por vias epistemológicas quanto por vias ontológicas), e, ao invés de acharem profícua a busca por um antídoto para fragmentação, acreditam que a melhor solução é aceitá-la e valorá-la positivamente. Não há oposição. Os únicos teóricos dentro da psicologia brasileira que fogem à análise da psicologia enquanto espaço de dispersão irremediável do saber e impossível unificação são Gustavo Castañon (2006, 2008) e César Rey Xavier (2008a). Porém, ambos não tratam o problema da unidade da psicologia como temática principal de seus textos e nem apresentam, em relação a temática, nenhuma relevância teórica para o debate. O primeiro, através de uma ousada proposta de demarcação da disciplina entre um campo científico (explicativo e falsificável) e um campo filosófico (compreensivo e explicativo infalsificável), através de nova forma de explicação em psicologia – a explicação condicional, em substituição à dedutivo-nomotética e à probabilística, demonstra, apenas no final de seus textos, esperança em uma unidade futura para psicologia. Em suas palavras:

Creio realmente que se há alguma esperança de unidade futura para a Psicologia, ela não está em explicações causais necessárias e suficientes, mas somente em explicações necessárias, ou seja, condicionais. Em um fenômeno multicausado como o psicológico, sempre haverá disputas de interpretações quanto ao nível

⁵¹ Outras características irão ser evidenciadas no decorrer desse capítulo, a exemplo da má definição conceitual e pouco aprofundamento teórico no uso de alguns termos e a falta de exposição clara dos pressupostos filosóficos básicos (ontológicos e epistemológicos) utilizados para avaliarem o problema da unidade da psicologia.

determinante. Deixemos que continue a haver: estas disputas são metafísicas. A unidade da Psicologia nunca poderá acontecer nas interpretações metafísicas de seus resultados empíricos. A Psicologia pode um dia ser uma disciplina unificada, não em teoria, mas em método. Esta é uma utopia distante. Mas estas sempre valem a pena, pois sem utopias, não há estradas a seguir. (Castañon, 2008, p.16)

Já o segundo, em sua tese de doutorado, através da análise do problema mente-corpo sob a perspectiva de quatro pensadores (Descartes, Ryle, Freud e Jung) ao longo da história, apesar de propor um modelo mais amplo concepção de objeto psicológico, segundo o qual o objeto da psicologia seria entendido como um ente híbrido, cuja fenomenologia poderia ser entendida como “dupla face” (ora circunscrevendo propriedades físicas, características do terreno das ciências da natureza, ora circunscrevendo propriedades abstratas, típicas do terreno das ciências do espírito), não faz nenhuma menção em seu texto de querer discutir aprofundadamente o problema da unidade da psicologia, o que fica a transparecer é que o autor, através da compreensão desta característica intrinsecamente paradoxal do objeto da psicologia, denominada de “imponderável”, está mais interessado em superar o problema mente-corpo na filosofia da mente do que discutir a possibilidade desse modelo conferir unidade à psicologia através de uma definição mais abrangente de objeto.

Salvo estes dois teóricos, que apresentam uma postura favorável a uma futura unificação da psicologia, o que percebemos em relação ao debate nacional é que ele está todo pautado na estratégia cética ou valoração positiva da dispersão com forma de lidar com o problema da unidade desse campo. A estratégia reducionista é meramente citada, sem nenhum aprofundamento teórico, apenas com o intuito de demonstrar a obsolescência das tentativas de unificação. Já a estratégia pluralista é totalmente excluída da discussão. Por esses motivos, devido a essas características peculiares à produção acadêmica dentro da psicologia brasileira, decidimos nomear os teóricos que a constituem, para facilitar nossa análise crítica, de teóricos da dispersão. Apesar de eles apresentarem algumas diferenças em seus posicionamentos e pressupostos básicos com relação ao objeto e método da psicologia, todos argumentam, de uma maneira ou outra, que a dispersão da psicologia é irremediável e sua unificação positiva. Devido a essa semelhança, podemos levantar a hipótese que, provavelmente, será desenvolvida em trabalhos futuros, que esse posicionamento dos teóricos da dispersão perante o problema da unidade pode derivar da mesma matriz comum: AGP. Como todos os outros teóricos abordados, como foi exposto no capítulo anterior, apresentam relações diretas (AGR e LCF) e indiretas (AALF) com o seu trabalho, esta hipótese nos parece bastante plausível.

A produção nacional pode ser caracterizada como pouco sistemática e institucionalmente pouco desenvolvida, por alguns motivos. No entanto, o fator principal é que, excetuando LCF e AALF, não tivemos autores que se debruçaram sobre a temática com profundidade e/ou abordaram a assiduamente como assunto principal de suas pesquisas. A maioria dos autores, pesquisados apenas abordaram o tema de maneira a ilustrar seu tema principal ou apenas se ativeram sucintamente sobre ele (um artigo isolado). A dificuldade em achar os textos através das palavras chaves em sítios computadorizados e a evidência de que alguns dos achados, através da indicação de especialistas, mesmo abordando o tema, não o citavam nem nas palavras chaves ou no seu resumo, exemplificam essa afirmação. Outros fatores que apontam para falta de sistematicidade e desenvolvimento institucional desse debate dentro da psicologia brasileira são: a pouca diversidade de temas e assuntos que poderiam ser relacionados com o problema da unidade da psicologia e a falta de diálogo mais aprofundado com outros autores que já debateram ou debatem o tema dentro da psicologia nacional ou internacional, e a falta de rigor conceitual e clareza na exposição dos seus pressupostos filosóficos⁵².

Apesar de haver algumas digressões históricas para explicar melhor o problema, tentativas de relacioná-lo com temas institucionais e de ensino, como é o caso de Figueiredo (1992, 2004), e descrições de pensamento de teóricos antecessores, não vemos entre os teóricos da dispersão um leque abrangente de temas relacionados à questão da unidade, muito menos um levantamento acurado do posicionamento dos teóricos anteriores que estudaram o tema durante o trajeto da história da psicologia. O que percebermos no capítulo anterior é que a temática da unidade da psicologia para os teóricos brasileiros, além de estar muito atrelada à questão da cientificidade do conhecimento psicológico, está baseada em um conjunto de tentativas pessoais de explicação da problemática. Ou seja, ao invés de buscarem expor o pensamento dos autores antecessores que discorreram sobre a temática ou aprofundar o debate teórico por outros autores, os teóricos da dispersão preferem dar suas próprias posições sobre o assunto. Cabe a nós, perguntarmos: será que a produção dos teóricos da dispersão é tão original assim? A nosso ver, não.

Mesmo que essa seja uma questão para ser discutida em outros trabalhos, Penna (1997) e Garcia-Roza (1975,1977), como vimos anteriormente, apresentam posicionamentos muito semelhantes ao de Canguilhem (1956) sem sequer citá-lo ou descrevê-lo. Figueiredo

⁵² Estes dois últimos serão abordados nos próximos itens junto análise crítica das principais teses e argumentos utilizados pelos teóricos da dispersão.

(2007, 2008), com M. Foucault, apenas evidenciando a sua influência em um artigo que ele conta sua trajetória pessoal em 2010, Ferreira (1999), apesar de evidenciar melhor suas influências, parece apenas aglutinar as propostas de Stengers (1989, 2002) e Bernard (1983) e renomeá-las da sua maneira, tomando Figueiredo (2004, p.113-122) como exemplo, quando ele discute a relação do problema da unidade da psicologia com a formação de uma grade curricular mínima. Em momento algum o vemos mencionar o intenso debate já produzido pelo mundo a respeito da questão por intermédio de referências importantes, como Altman (1987), Spence (1987), Viney (1989), Bower (1993), Benjamin (2001) e outros. O que vemos é apenas a exposição de sua proposta de dividir o currículo de formação mínima do psicólogo em disciplinas formativas e de treinamento. Para essa discussão ser mais sistemática e com maior aprofundamento teórico, LCF deveria pelo menos fazer um apanhado dos teóricos que já discutiram o tema e evidenciar como esse problema é tratado em outros contextos. Diferentemente, Pereira (1996), em seu segundo artigo sobre a questão da metaciência da psicologia, discute os problemas relacionados com detalhes o problema da unidade com a formação do currículo mínimo, apesar dessa discussão ser pano de fundo da discussão principal sobre problemas de caracterização da psicologia enquanto ciência, e psicologia enquanto profissão. Segundo ele, embasado por Altman (1987) e Spence (1987), essa discussão descreve o conflito que se observa na psicologia entre as forças centrífugas e as forças centrípetas. A primeira, partido do pressuposto de que a dispersão da psicologia seria irremediável, desafia o ponto de vista de que a formação do psicólogo depende da aquisição de um conjunto mínimo de habilidades ou que se possa haver algum dia uma unidade nessa formação. O segundo, acreditando que a unificação da psicologia é possível, tentaria preservar ou restaurar a unidade da psicologia através dessa grade de formação comum. Os defensores das forças centrífugas costumam partir da tese que a grade curricular de cada curso de psicologia deve ser modelada de acordo com o perfil específico de psicologia de cada região geográfica ou cultural e, apesar de concordarem com a importância na teoria de disciplinas especializadas em metodologia de pesquisa científica na formação do psicólogo, tenderiam a reivindicar suas substituições por disciplinas focadas em práticas e treinamento profissional. Seu argumento principal seria, mesmo que teoricamente indispensável, as disciplinas de formação em pesquisa estão muito distantes das atividades práticas desempenhadas pela maior parte dos psicólogos. Desta forma, com essa tendência de substituição das disciplinas mais científicas (que partem do pressuposto de unidade e regularidade do objeto e formas mais homogêneas de estudo) por disciplinas mais voltadas para a prática profissional, o currículo mínimo da disciplina seria mais

maleável em relação aos aspectos socioculturais da região e demandas dos alunos, professores e mercado de trabalho.

Já os defensores das forças centrípetas se opõem a esta tendência, que procura diversificar as instâncias de formação do psicólogo e sustentam a tese de que o principal fator de unidade da psicologia é a formação do psicólogo. Os que defendem tal ponto de vista afirmam que, apesar de apenas uma pequena proporção dos psicólogos se dedicarem à pesquisa, o treinamento nessa área seria indispensável para todos, pois qualquer profissional da área deve estar apto a avaliar e estabelecer conclusões sobre demandas que lhes aparecem de maneira rigorosa e sistemática. Por esse e outros motivos é que essas disciplinas deveriam constituir a base comum na grade curricular mínima de formação de todos os psicólogos.

A falta de debate institucional sobre o tema também pode ser percebido na ausência de diálogos críticos entre os textos dos autores na psicologia brasileira. Não há quase nenhum trabalho endereçado a fazer uma análise crítica sobre qualquer posicionamento de um teórico sobre o problema da unidade. O máximo que temos de uma discussão crítica sobre o assunto se encontra em Figueiredo (2002b), onde LCF, ao fazer a biografia do seu professor e amigo AGP, teceu algumas críticas bem sucintas a sua proposta de compreensão do problema da unidade da psicologia através de quatro bases epistemológicas. Dentre elas, a principal é endereçada ao posicionamento de AGP em postular a teoria crítica de inspiração habermasiana como fundamento da psicanálise. Em suas palavras:

Refiro-me, é claro, ao pensamento crítico dos frankfurtianos, Habermas em especial. Não se trata apenas de pôr em questão a tese de que Habermas seria o melhor intérprete epistemológico de Freud, ideia que realmente não me entusiasma, nem, que eu sabia, à grande maioria dos psicanalistas que transitam ou se interessam pelas questões filosóficas. Do meu ponto de vista, o maior problema é misturar relações de natureza distintas entre, de um lado, filosofias e bases epistemológicas e, de outro, produtos científicos ou equivalentes. É difícil, por exemplo, imaginar o behaviorismo sem a base positivista, Skinner, em particular, sem a antecedência de Mach. Mas não só é possível com nem necessário imaginar Freud sem Habermas pela boa razão de que Habermas aprendeu muita coisa com Freud (bem como com Piaget, Köhlberg etc), e Freud criou a psicanálise sem saber que eram ou viriam a ser os frankfurtianos. (Figueiredo, 2002b, p.91-92)

Por fim, no que tange ao debate acadêmico, ainda podemos apontar que a produção sobre o tema dentro da psicologia brasileira se encontra pouco desenvolvida institucionalmente. E em decorrência dessa falta de contraditório, sistematicidade, desenvolvimento institucional, o debate sobre o tema na psicologia brasileira permanece pouco rico e com poucas possibilidades de amadurecimento acadêmico. Em alguns textos dos

teóricos da dispersão, a ênfase é tão grande na dispersão e sua valoração positiva que temos a impressão que a discussão sobre a unificação da psicologia já foi ultrapassada ou se encontra obsoleta, o que não é verdade.

No entanto, apesar de existirem tantos problemas, não podemos perder de vista os méritos e a relevância da discussão proporcionada por esses teóricos sobre o assunto. Primeiro, por terem introduzido a discussão em cenário nacional. Segundo, por terem proporcionado reflexões interessantes que são importantes para o desenvolvimento futuro do debate.

3.2 PRESSUPOSTOS E POSICIONAMENTOS DOS TEÓRICOS DA DISPERSÃO

3.2.1. Posição Ontológica

De maneira geral, os teóricos da dispersão apresentam uma postura hegemonicamente descontinuista em relação à natureza do objeto da psicologia. Excetuando AGP, cujo posicionamento não é tão claro a respeito⁵³, todos os outros teóricos abordados, em maior ou menor grau, apresentam postura crítica sobre a possibilidade de existência de algum aspecto a-histórico, universal ou qualquer continuidade do fenômeno psicológico. As características desse fenômeno como reflexividade e natureza sócio-histórica seriam as bases dessa posição. Pois, devido a elas, o fenômeno psicológico estaria sempre variando de acordo com as diferentes contingências sócio-históricas e relações com seus pesquisadores e, assim, impossibilitando alguma versão trans-histórica ou continuista deste. Vale ressaltar, como veremos nos itens posteriores, que os teóricos da dispersão não apresentam posicionamento claro e em que nível adotam esse pressuposto. Como também, não podemos apontar claramente para uma posição em relação à natureza do objeto. O que fica nos parecendo é que eles, na sua maioria, adotam posicionamentos muito próximos do construtivismo social devido aos seus posicionamentos sobre o sujeito do conhecimento. Uma espécie de realismo atípico onde o que é real é a linguagem e não o sujeito.

Como descrito anteriormente, esse posicionamento metafísico em relação ao objeto da psicologia é um dos pilares do posicionamento dos teóricos da dispersão em relação ao problema da unidade da psicologia e mais importante para o entendimento da tese da

⁵³Apesar da postura de AGP não ser tão explícita podemos inferir a sua simpatia com a posição descontinuista através da sua aproximação do o pensamento do químico russo Ilya Prigogine, que é a maior referência utilizada no seu trabalho de repensar a psicologia, como o de Kenneth J. Gergen, que apresenta uma posição radicalmente descontinuista.

irremediabilidade da dispersão do pensamento psicológico e da impossibilidade de sua unificação que trabalharemos a seguir. Podemos até dizer que, em última instância, os demais posicionamentos são desdobramentos, em maior ou em menor escala, desse.

3.2.2. Posição Epistemológica

No que diz respeito à epistemologia, os teóricos da dispersão são preponderantemente cééticos com relação à possibilidade de conhecer algo sobre o fenômeno psicológico que esteja para além de contingências sociais e históricas na qual ele está situado. Em outras palavras, para eles não haveria nenhum aspecto ontológico comum no fenômeno psicológico que permanecesse o “mesmo”, passível de investigação, por detrás das mudanças sócio-históricas. Outro aspecto epistemológico importante a ser ressaltado é o da postura coletivista em relação à origem e formação do conhecimento psicológico. Aqui, é muito frequente o questionamento da apoditicidade do sujeito epistêmico como fundamento autofundante do conhecimento. Para eles, a noção de sujeito como fundamento do conhecimento e outras normas epistêmicas não seriam necessárias, e sim apenas um recurso contingencial erigido, sobretudo na modernidade. Desta forma, através dessa postura claramente antifundacionista, é frequente entre os teóricos da dispersão a defesa da dissolução da noção epistemológica de que o conhecimento tem sua origem na relação do sujeito com o objeto e a críticas à possibilidade de se fazer epistemologia no “sentido forte do termo”. Por isso buscar diferentes alternativas para estudar esse fenômeno, a exemplo de abordagens arqueológicas, genealógicas, éticas e políticas, é uma constante em seus textos. Esclareceremos melhor essa questão no item em que discutiremos a tese da dissolução do projeto epistemológico da modernidade e a possibilidade de fazermos epistemologia dentro da psicologia.

3.2.3. Posição Metodológica

Em referência à posição metodológica mais adequada para compreender o problema da unidade da psicologia, os teóricos da dispersão consideram predominantemente a abordagem externalista como mais apta. Ou seja, os fatores extracientíficos (sociais, culturais, históricos, psicológicos, políticos e econômicos) seriam privilegiados, em detrimento de fatores de ordem lógica ou teórica, para compreensão desse fenômeno.

Apesar de considerarmos os estudos de AGP e AGR como internalistas (fazem um estudo da história das ideias), podemos considerar este último, junto com LCF e AALF adepto da posição externalista. Em seus trabalhos há clara preocupação em analisar a questão através de uma perspectiva histórica na qual explicita as “condições de emergência do saber psicológico e sua articulação com outros saberes e seu caráter institucional, sem a preocupação de determinarmos a cientificidade ou não cientificidade deste saber” (Garcia-Roza, 1977, p.22), além da forte simpatia pelo trabalho de Nietzsche e Foucault, ambos claramente externalistas em suas análises epistemológicas (ver Foucault 1999; Nietzsche 1984, 2004).

De maneira geral, pareceu-nos mais coerente categorizarmos o posicionamento dos teóricos da dispersão em relação à metodologia mais adequada para compreender o problema da unidade da psicologia como externalista, por dois motivos. Primeiro, sua maior presença e/ou simpatia nos textos dos autores. Segundo, pela sua maior proximidade filosófica com o pressuposto ontológico de descontinuidade do objeto, ceticismo epistemológico e gênese coletiva do conhecimento e, também, com crítica à história da psicologia feita nos moldes da história das ciências, constante nos textos de AGR, LCF e AALF.

3.2.4. Posição em relação à cientificidade da psicologia

De maneira geral, os teóricos da dispersão apresentam postura crítica a respeito da possibilidade de a psicologia ser uma ciência independente ou coerente nos moldes do projeto epistemológico da modernidade e/ou clássico. Normalmente, essa posição é sustentada através de argumentos sobre a ontologia do objeto da psicologia. Em outras palavras, é defendida devido à natureza “inerentemente dispersa”, “dual e contraditória” e “mestiça” do seu objeto. A possibilidade de a psicologia ser uma ciência coerente e independente nos moldes de uma ciência moderna seria quase nula. Desta maneira, a busca por “novas alianças” e novas influências, que dissolvam esse projeto e promovam novos modelos de ciência, seria uma constante no pensamento desses teóricos. Outra característica desse posicionamento é a postura crítica sobre a possibilidade de epistemologia no “sentido forte do termo”. Em outras palavras, os teóricos da dispersão não acreditam na possibilidade de que venha a existir algum critério epistêmico que possa avaliar as diferentes teorias psicológicas de acordo com sua validade empírica ou lógica.

3.2.5. Influências Teóricas e Filosóficas

As influências teóricas e filosóficas dos teóricos da dispersão são majoritariamente de teóricos considerados “pós-modernos”. A influência do pensamento pós-moderno nos teóricos da dispersão é evidente em seus escritos. Autores como F. Nietzsche, B. Latour, R. Rorty, M. Heidegger, L. Wittgenstein, I. Stengers, M. Foucault, G. Deleuze, J. Derrida, entre outros, tanto de maneira explícita ou implícita são referenciados em seus pensamentos.

Como vimos no primeiro capítulo, segundo Eagleton (1998), a pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. [...] vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiosincrasias e à coerência de identidades. (Eagleton, 1998, p.12)

Se consideramos essa caracterização da pós-modernidade como pertinente e levarmos em consideração os posicionamentos dos teóricos da dispersão em relação ao problema de unidade da psicologia e sua estratégia de valoração positiva da dispersão do campo, descrita no capítulo anterior, perceberemos uma forte afinidade entre essas posições.

3.2.6. Estratégia para lidar com o problema da unidade da psicologia

Hegemonicamente, os teóricos da dispersão apresentam estratégia cética ou valoração positiva da dispersão como maneira de lidar com o problema da unidade da psicologia. Como já havíamos mencionado, os teóricos dessa estratégia caracterizam-se pela postura cética no que concerne à unificação da psicologia e aceitação, e valoração positiva do estado de contínua dispersão do campo como se esse fenômeno fosse uma característica intrínseca dessa área do conhecimento ou sinal positivo de crescimento da disciplina. Desta maneira, todos os teóricos da dispersão se encaixam nessa estratégia.

3.3. AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS TEÓRICOS DA DISPERSÃO

3.3.1. A dispersão da psicologia é irremediável?

A tese da irremediabilidade da dispersão da psicologia pode ser exposta de três maneiras diferentes: histórica, epistemológica e ontológica. Ela consiste em afirmar que, por conta de motivos históricos, epistemológicos e ontológicos, não é possível construirmos critérios epistemológicos e racionais para avaliarmos comparativamente as diferentes teorias psicológicas (“fazer epistemologia no sentido forte do termo”), assim, consequentemente, a dispersão do seu campo seria irremediável e sua unificação impossível. Nessas suas três formas, a tese apresenta-se controversa e falaciosa. Apesar de os teóricos da dispersão trabalharem preponderantemente com as acepções ontológica e epistemológica dessa tese, iremos apontar o problema lógico/filosófico nas suas três formas.

1 – Versão histórica

A versão histórica dessa tese consiste em justificar, através de evidências históricas, que a dispersão do campo psicológico é irremediável e que é impossível sua unificação. Apesar desse argumento não ser utilizado como o principal pelos teóricos da dispersão, costuma aparecer em seus textos apenas como ilustração e reforço dos argumentos epistemológicos e/ou ontológicos, como veremos a seguir. Da mesma forma, aparecem digressões históricas sobre as dificuldades epistemológicas da psicologia em encontrar entre a biologia e a sociologia seu espaço no quadro das ciências, método específico e unidade entre as diferentes abordagens do campo. De maneira geral, podemos exemplificá-lo com a seguinte afirmação – Como nunca houve na história da psicologia uma unidade do campo psicológico em torno de uma teoria, método ou objeto, e nenhuma tentativa de unificação até o presente momento, foi bem sucedida; logo, podemos inferir que a dispersão desse campo é irremediável e sua unificação impossível.

Esse argumento é uma falácia bem simples de ser percebida: a indutiva. O problema lógico da indução foi celebrizado pela obra de David Hume (1711-1776), filósofo empirista do século XVIII, e se refere à validade lógico/filosófica de uma generalização ou previsão não dedutiva baseada em uma sequência de acontecimentos repetidos. A indução é o processo pelo qual, a partir de enunciados particulares, inferimos um enunciado universal. Entretanto, para Hume (1995), esse processo apresenta uma aporia – a ausência de necessidade lógica

para que possamos afirmar ou prever algo no futuro através das evidências do passado ou do presente. Ou seja, por mais que tenhamos observado o sol nascer todos os dias de nossas vidas, não temos a certeza lógica que ele venha nascer no dia seguinte. Segundo ele:

[...] é evidente que Adão, com toda a sua ciência, jamais teria sido capaz de demonstrar que o curso da natureza deve continuar uniformemente o mesmo, e que o futuro deve ser conforme ao passado. O que é possível nunca pode ser demonstrado como falso; e é possível que o comportamento da natureza possa mudar, uma vez que podemos conceber tal modificação. Não é só isto; irei além e afirmarei que Adão não conseguiria provar, por quaisquer argumentos prováveis, que o futuro deve ser conforme ao passado. Todos os argumentos prováveis são construídos sobre a suposição de que há esta conformidade entre o futuro e o passado, e, por conseguinte, nunca podem provar tal suposição. Tal conformidade é uma questão de fato, e se deve ser provada, só admitirá prova que resulte da experiência. Mas nossa experiência no passado nada pode provar para o futuro, senão na suposição de haver semelhança entre um e outro. Esse é um ponto, pois, que absolutamente pode ser comprovado e que assumimos como certo sem qualquer prova. (Hume, 1995, p.67)

Assim da mesma forma, por mais que tenhamos constatado historicamente que a psicologia nunca teve uma unidade e que as tentativas de conferir a ela uma unidade fracassaram, jamais poderemos afirmar a irremediabilidade da dispersão ou a impossibilidade de sua unificação com base nisso. Apenas poderíamos fazer tal afirmação se tivéssemos total conhecimento sobre a natureza do objeto da psicologia ou então tivéssemos conhecimento ou pressupormos aspectos a-históricos e universais neste. Porém, como, ainda hoje, não é possível fazer tais afirmações, pois existem poucas evidências palpáveis e consensos sobre natureza do fenômeno psicológico, não podemos dar qualquer resposta conclusiva sobre assunto e conseqüentemente sobre a irremediabilidade da dispersão ou impossibilidade de unificação da psicologia no futuro. A única forma de os teóricos da dispersão afirmarem a irremediabilidade da dispersão seria através da inferência de regularidades ou aspectos a-históricos e universais na natureza dos fenômenos psicológicos. Porém, como veremos nos itens a seguir, eles não o fazem; e se o fizessem, incorreriam em inconsistências internas.

2 – Versão epistemológica

A versão epistemológica da tese consiste em justificar a dispersão do campo psicológico como irremediável em virtude da constatação de que as diferentes abordagens e teorias psicológicas derivam de pressupostos axiológicos, epistemológicos e ontológicos diversos. Deste modo, não poderiam existir critérios epistêmicos ou racionais que pudessem transcender as diferenças constitucionais de cada uma dessas abordagens, pois, em última

instância, essas abordagens seriam incomparáveis entre si, não tendo qualquer elemento em comum. A unificação da psicologia seria, portanto, impossível.

Como vimos anteriormente, essa versão é amplamente utilizada pelos teóricos da dispersão e parece assumir teses problemáticas, como a ideia kuhniana de incomensurabilidade de paradigmas, a noção de verdade como consenso coletivo, o construcionismo social da realidade, o antifundacionismo, o antirrepresentacionismo, o irracionalismo e o relativismo. Neste item, só iremos trabalhar com a versão epistemológica dessa tese e sua relação com a ideia kuhniana de incomensurabilidade de paradigmas. Seus desdobramentos ontológicos e outros questionamentos sobre seus pressupostos básicos serão trabalhados nos itens posteriores.

A ideia kuhniana de incomensurabilidade de paradigmas é bastante problemática. Já foi duramente criticada por vários filósofos da ciência, tanto no seu aspecto lógico quanto nos seus desdobramentos teóricos e práticos. Para entendermos melhor esse conceito e seus desdobramentos no pensamento dos teóricos da dispersão, primeiro, devemos entender o conceito de paradigma e de desenvolvimento científico forjado por Thomas Kuhn em sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*, publicada pela primeira vez em 1963. A princípio, o conceito de paradigma foi definido como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante um tempo, forneceram problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. (Kuhn, 1991, p.13) Entretanto, essa definição, por ter sido considerada ambígua e má definida conceitualmente⁵⁴ (O’Donohue, 1993), foi modificada pelo próprio autor para o conceito de matriz disciplinar e exemplar. Segundo Kuhn (1977), matriz disciplinar seria o conjunto de crenças compartilhadas por um grupo de praticantes especialistas de uma disciplina específica que inclui: generalizações simbólicas, modelos metafísicos, valores epistemológicos, metodologia e exemplos-padrão de problemas resolvidos. Já o exemplar seria um sentido mais estrito do termo paradigma, é um subconjunto da matriz disciplinar e refere-se aos exemplos-padrão de problemas resolvidos que os cientistas encontram nos laboratórios de estudantes e livros texto. Desta maneira, para os propósitos desse trabalho, iremos usar o termo “paradigma”, a partir desse momento no sentido do que Kuhn (1977) denominou matriz disciplinar. Já o desenvolvimento científico para Kuhn pode ser resumido por um percurso cíclico. Primeiro, o período pré-paradigmático que se caracterizaria pela desorganização das atividades e existência de vários paradigmas que

⁵⁴Como exemplo dessa confusão conceitual na definição do termo, temos o clássico artigo de Margareth Masterman (1974) que contou vinte e um sentidos diferentes para o termo na referida.

descrevem e interpretam o mesmo conjunto de fenômenos de uma maneira diferente. Segundo, o período paradigmático ou ciência normal que teria como característica a predominância de um paradigma sobre os demais, devido a sua capacidade de converter a maior parte dos adeptos. Nesta fase, as práticas teóricas e experimentais são regidas pelas regras ou princípios do paradigma vigente, e não os podem contradizer. Terceiro, e por último, período revolucionário ou período da ciência extraordinária que se caracterizaria pela crise do paradigma dominante, por já não conseguir dar mais respostas e explicar alguns fenômenos importantes, e por isso, seria totalmente ou parcialmente substituído por outro, que lhe seria incomensurável e restabeleceria uma nova rede de relações, abrindo um novo período de ciência normal, até surgir uma nova crise e, assim, ciclicamente.

Segundo Kuhn, os paradigmas rivais dentro de uma mesma ciência seriam incomensuráveis ou ontologicamente irreduzíveis, pois, em momento de conflito, seus respectivos partidários defenderiam seus paradigmas com base em argumentos extraídos deles próprios. Assim, cairiam inevitavelmente em uma espécie de “diálogo de surdos”. Desta maneira, por conta dos diferentes paradigmas partirem de pressupostos totalmente diversos não poderia existir nenhum critério epistemológico ou fundamento erigido na racionalidade interna da prática científica capaz de avaliar e comparar as diferentes teorias. Para Kuhn (2001), as mudanças de paradigma nas revoluções científicas, como a escolha entre teorias e abordagens rivais, não seriam realizadas a partir de regras metodológicas com fundamento na racionalidade interna do sistema científico, ao invés disso, seriam realizadas através de critérios externos à lógica da investigação científica, a exemplo de fatores políticos, psicológicos, estéticos e sociológicos de um paradigma sobre o indivíduo. Em outras palavras, não haveria outros critérios para aceitação de um paradigma em detrimento de outro, além de fatores externos à prática científica como, por exemplo, imposição e persuasão das autoridades incorporadas às escolas e às instituições.

Trazendo essa noção kuhniana de incomensurabilidade de paradigmas para a psicologia seria impossível justificar racionalmente a preferência de uma teoria em relação a outras teorias de paradigmas rivais. Não haveria como confrontar teorias de diferentes paradigmas de um mesmo ponto de vista, pois elas não poderiam ser confrontadas umas com as outras, pelo simples fato de não haver critérios neutros para executar essa tarefa. Esta impossibilidade de comparação racional entre duas teorias estaria alicerçada na constatação de que as diferentes abordagens psicológicas apresentariam diferentes “perspectivas epistemológicas” (Penna, 1997), tradições filosóficas ou “grandes regiões” (Garcia-Rosa,

1975) e “matrizes psicológicas”. (Figueiredo, 1992, 2008) Assim, por exemplo, não poderíamos comparar epistemologicamente a teoria de Skinner, Piaget, Freud, Jung, Rogers entre si, pois, segundo LCF:

[...] os diversos sistemas de pensamento psicológico não visam os mesmos objetos, da mesma maneira, com os mesmos objetivos e de acordo com os mesmos padrões. As noções de “realidade”, de “psiquismo”, de “comportamento” etc. variam; igualmente varia o que se entende por “teoria”, por “conhecimento” e por “verdade”; em decorrência, variam os critérios de avaliação do conhecimento e dos métodos e procedimentos adequados. (Figueiredo, 1992B, p.20)

Esse posicionamento comum aos teóricos da dispersão é muito próximo da posição kuhniana de incomensurabilidade de paradigmas e, assim como esse, também apresenta vários problemas filosóficos. Por isso, endereçaremos algumas críticas que, a princípio, foram feitas a essa posição de Kuhn, aos teóricos da dispersão, pois essas ainda são atuais para analisarmos essa versão epistemológica da sua tese, a exemplo do mito do referencial comum, do problema lógico da defesa de teorias rivais como incompatíveis e incomensuráveis, da insuficiência da base empírica como meio de teste de teorias científicas (trabalharemos essa questão com mais profundidade no item posterior – versão ontológica) e da confusão entre o conceito de verdade e conhecimento.

O mito do referencial comum foi, primeiramente, desenvolvido por Karl Popper, em seu artigo *A Ciência Normal e seus Perigos* e tinha o objetivo de criticar algumas das ideias de Thomas Kuhn. Posteriormente, foi estendida, por outros teóricos, ao pensamento de outros autores como W. Quine e B. Whorf. O problema do mito do referencial comum encaixa-se perfeitamente na versão epistemológica da tese dos teóricos da dispersão sobre a irremediabilidade da dispersão do campo psicológico e a impossibilidade da sua unificação. Segundo Popper (1979), o mito do referencial comum é um dos alicerces do irracionalismo e do relativismo, e pode ser traduzido como uma falácia que defende que qualquer tipo de racionalidade só é possível se ao menos os participantes do debate compartilhassem o mesmo quadro de referência comum. Em outras palavras, o que Popper chama de mito do referencial diz respeito à importância e à rigidez dos pressupostos teóricos numa comunidade científica. Sobre sua importância, fica implícito que somente é possível abordar um tema a partir de pressupostos estabelecidos. Mais do que isso, esses pressupostos não poderiam ser criticados. Inclusive a própria estrutura desse argumento não estaria sujeita à crítica. Sobre sua rigidez, fica implícito que os cientistas são pouco autônomos para se livrarem de seus referenciais quando quiserem. Desse modo, o relativismo embutido nesse mito significaria a impossibilidade de os

cientistas julgarem sistemas teóricos sem aceitar previamente algum referencial teórico e escapar deles em suas análises. Isto é: só seria possível abordar um ou outro tema a partir de um ponto de vista estabelecido e que a análise de um problema científico seria relativa apenas aos pressupostos básicos de sua comunidade. Ao passo que o irracionalismo significa a impossibilidade de comparar e avaliar referenciais diversos e/ou concorrentes visto que o juízo ou julgamento das teorias parece que só poderia ser feito dentro de seu próprio referencial. Ou seja, sem uma linguagem e pressuposições compartilhadas pelos diversos referenciais, o debate entre eles seria ineficiente para compará-los. Não haveria meios racionais ou regras estabelecidas para julgar dois sistemas concorrentes. Dito de outra maneira, somente seria possível discutir ou criticar de maneira racional uma teoria em detrimento de outras se elas partissem de um conjunto de pressuposições comuns (pressupostos ontológicos, epistemológicos e axiológicos) ou de algo como uma linguagem comum.

Este tipo de pensamento seria falacioso, segundo Popper (1979), por dois motivos. Primeiro, a confusão entre os conceitos de verdade e conhecimento. Segundo, pela suposição de que os indivíduos integrantes de determinado paradigma não têm nenhuma autonomia em relação a esse. A confusão entre os conceitos de verdade e de conhecimento tem relações diretas com a posição ontológica acerca da realidade. Porém, como já foi dito, não abordaremos isso aqui em profundidade. Essa confusão parte do truísmo de que todas as observações são condicionadas por nossos referenciais teóricos e de que os sistemas de crenças variam de um grupo social para outro, para saltar à conclusão apressada de que a própria realidade seria por esses totalmente modificada. Em outras palavras, se tudo se explica pela posição de quem pensa e age, nada seria transcontextual, imutável ou universal, para que possamos construir critérios objetivos e racionais que sejam capazes de avaliar as teorias com diferentes referenciais. Deste modo, ao defenderem que não existem fatos que possam ser descritos independentemente de seu quadro de pressupostos, esses teóricos acabam por confundir a noção de verdade com a de conhecimento e aderir implicitamente ou explicitamente à posição de renúncia ao realismo ontológico.

Para Popper (1979), a verdade não é conjectural, e não é relativa à modificação de cada quadro de referência teórico, histórico ou cultural. E caso fosse, além de ser contraditório, não seria possível tomarmos qualquer decisão racional. Para ele, a verdade é o ideal normativo e regulador da ciência. Entretanto, nunca alcançável, pois somando a impossibilidade de termos contato direto com a realidade em si, jamais podemos ter o acesso a todas as consequências empíricas possíveis de uma dada teoria sobre o mundo. O máximo

que podemos obter são teorias mais próximas da verdade através confronto dessas com a própria realidade independente (falsificacionismo). Como ele mesmo afirma: “Assim, a ideia de verdade é absolutista, mas não se pode fazer qualquer alegação de certeza absoluta: somos buscadores de verdade, mas não somos seus possuidores”. (Popper, 1975b, p.53) Desta forma, por mais que a verdade não seja alcançável, não podemos considerar a validade do conhecimento limitada a seu grupamento sócio-histórico, pois se definirmos a verdade como correspondência de uma proposição a um aspecto da realidade, e definimos como aproximadamente verdadeira uma asserção sobre a realidade objetiva que em sua estrutura e conteúdo reflete a parcela dessa realidade à qual busca se referir, então uma verdade só existe se existe universalmente para todos os indivíduos, e podemos ter uma teoria melhor que a outra, uma vez que a realidade objetiva é a mesma para todos os indivíduos.

Outra contradição desse posicionamento seria que, uma vez que afirmássemos que a verdade tem validade limitada a um grupamento sócio-histórico, ou seja, se não há verdade universalmente válida, logo, esta própria declaração, também, teria sua validade limitada a um grupo sócio-histórico. Mas como ela se pretende universal e referir-se a uma realidade objetiva (em todos os lugares, grupos e tempos a verdade é relativa), é contraditória. Ou seja, também, seria relativo a um lugar, grupo e tempo, então não poderia propor nada que estivesse para além do seu contexto. Para Popper (1975), esse problema ocorre devido ao posicionamento dos relativistas que normalmente confundem a intuição verdadeira de que todos os conhecimentos são falíveis e de que todas nossas observações estão condicionadas por um referencial teórico com a afirmação de que não há verdade universalmente ou objetiva para avaliarmos racionalmente nossos conhecimentos. O que está implícito nessa afirmação é a pressuposição problemática que traz com si vários problemas ontológicos, que trabalharemos a seguir, de que a verdade é formada através de consensos coletivos e a realidade socialmente construída.

Outro problema oriundo do mito do referencial comum seria a falsa pressuposição de que os indivíduos pertencentes a um paradigma não teriam autonomia ou liberdade em relação ao seu quadro de referências. Para Popper (1979), os indivíduos são reféns de um referencial comum. Mas, diferentemente de Kuhn, julga haver maior liberdade intelectual para que eles saiam de seus referenciais quando desejarem. É nesse sentido que o mito do referencial exagera nessa dificuldade. Os diferentes quadros de referências podem até criar grandes obstáculos a um debate, porém, não obstaculizam que debatedores com diferenças amplas no que diz respeito aos seus quadros teóricos, possam alcançar algum consenso ou acordo.

“Admito que a qualquer momento, somos prisioneiros apanhados no referencial comum de nossas teorias; das nossas experiências passadas; da nossa linguagem. Mas, [...] se o tentarmos, poderemos sair de nosso referencial a qualquer momento”. (Popper, 1979, p.69)

Para Popper, cientistas são racionais e procuram seguir esse padrão de racionalidade. Com isso, eles podem sair de seus referenciais por meio de um esforço intelectual e são capazes de julgar teorias por meio de critérios lógicos e empíricos comuns, alimentados pela crença de que todo conhecimento empírico humano é falível. Assim como os cientistas podem questionar o fundamento de suas teorias através da certeza de que nossas expectativas teóricas sobre o mundo podem ser frustradas por alguma observação, a tese do mito do referencial, segundo Popper, pode ser julgada. Assim, em suas palavras, devido à certeza de que estamos sujeitos ao erro e da existência de uma realidade objetiva que se impõe sobre nossa vontade e teorias, podemos dizer: “A tese relativista de que a estrutura [o mito do referencial comum] não pode ser discutida criticamente pode ser discutida criticamente e não resiste à crítica”. (Popper, 1979, p.69)

O problema lógico da incomensurabilidade é analisado, principalmente, por Scheffler (1982) e Watkins (1979). Suas críticas endereçadas ao conceito de incomensurabilidade de Thomas Kuhn, também, podem ser generalizadas para os teóricos da dispersão, na medida em que eles deixam a entender que as diferentes abordagens psicológicas, por partirem de pressupostos diferentes, são incompatíveis e por isso não poderíamos criar critérios epistemológicos e/ou racionais que sirvam para avaliar todos. Scheffler (1982) argumenta que para chegar afirmação de que dois paradigmas são logicamente incomparáveis, eles devem ser, ao menos em parte, comensuráveis (ter um fator comparável), senão seria impossível fazer essa mesma afirmação. Scheffler se questiona, como Kuhn pode falar em paradigmas em competição se ele mesmo defende que eles são tão diferentes assim? Só se pode falar em rivalidade entre dois ou mais discursos se eles mantiverem algum tipo de característica em comum. “Se eles são de fato rivais, eles devem ser acessíveis a alguma perspectiva compartilhada com a qual eles possam ser comparados. Incomensurabilidade não implica incomparabilidade” (p. 128). Além disso, parece não ser suficiente para concluir que paradigmas são incomensuráveis por serem logicamente incompatíveis, pois, “se os dois [paradigmas] são logicamente incompatíveis, eles devem ser, ao menos em parte, comensuráveis, e, *a fortiori*, comparáveis” (p. 129).

Em outras palavras, se Kuhn defende que paradigmas são rivais, eles necessariamente precisam possuir algo em comum, logo, podem, em alguma medida, ser

comparados. Caso fossem totalmente diversos, eles estariam em planos diferentes e não estariam em disputa ou fariam parte da mesma ciência. Falar em incomensurabilidade de métodos e avaliação de problemas científicos tampouco impede que cientistas possam debater e avaliar méritos com o intuito de deliberar entre um e outro paradigma.

Já Watkins (1979) aponta para o problema lógico na afirmação de que “paradigmas rivais” são incompatíveis e incomensuráveis. Isso porque teorias incomensuráveis, para as quais não existe critério comum de comparação, não podem ser logicamente incompatíveis. Afinal, a incompatibilidade lógica requer que haja algo em comum entre aquilo que é incompatível. Ou seja, para elas serem incomensuráveis não podem ser logicamente incompatíveis. Se for dito que as explicações religiosas e as científicas são incomensuráveis, elas não podem ser logicamente incompatíveis. Ao contrário, se elas são incomensuráveis, elas podem viver em harmonia, sem serem logicamente incompatíveis. (Watkins, 1979, p.47) Duas teorias incompatíveis são teorias rivais porque não é possível adotá-las conjunta e simultaneamente sem que se caia em contradição lógica. Por exemplo, há incompatibilidade ao se defender que os planetas giram em torno do Sol em órbitas redondas perfeitas e ao mesmo tempo em órbitas elípticas. Entretanto, há algo em comum entre essas duas teorias. Elas tratam do movimento dos planetas. Caso fossem incomensuráveis, ambas não teriam nada em comum e poderiam existir em conjunto e em harmonia.

Como podemos ver a versão epistemológica da tese da irremediabilidade da dispersão do campo psicológico e impossibilidade de sua unificação feita pelos teóricos da dispersão apresenta graves problemas lógicos e filosóficos. Além de cair no mito do referencial comum, apresentar problemas lógicos e proximidades com posturas filosóficas pouco consistentes, não obstaculizam em hipótese alguma a possibilidade de existência de critérios epistemológicos e racionais para avaliar as diferentes teorias psicológicas e nem uma possível unificação da psicologia no futuro. O que impediria um psicólogo cognitivista dialogar com outro de outra abordagem, como a comportamental? O que nos impediria de criarmos critérios epistêmicos e racionais para avaliar comparativamente as diferentes teorias psicológicas? A única forma possível para defender esse posicionamento seria inferir uma total passividade do sujeito no ato de conhecer, que a natureza do fenômeno psicológico é totalmente descontínua e aderir a pressupostos controversos como antirrealismo, antifundacionismo e antirrepresentalismo. Isso, como veremos nos próximos itens, também não parecem teses consistentes.

3 – Versão Ontológica

A versão ontológica da tese consiste em justificar a dispersão do campo psicológico como irremediável e sua unificação como impossível em virtude da natureza do objeto da psicologia. Como a natureza desse objeto é, segundo os teóricos da dispersão, descontínua e possui características como a reflexividade e a capacidade de alteração de acordo com as diferentes relações que se tem com ele, não seria possível criar critérios ou fazer “epistemologia no sentido forte do termo”. Ou seja, não seria possível remediar a dispersão do campo e unificá-lo, já que esse objeto não possuiria nenhum aspecto transcultural, universal ou a-histórico. Assim, a única solução possível para esse problema seria a aceitação da fragmentação do campo como característica constitucional da própria área do conhecimento, restando através de novos referenciais (pós-modernos) novas formas de enxergá-la e valorá-la.

Essa versão ontológica da tese é amplamente utilizada pelos teóricos da dispersão e pode ser considerada como o “coração” de seus posicionamentos. Entretanto, apresenta vários problemas filosóficos e mesmo lógicos. Neste item, iremos apontar alguns deles.

O primeiro pode ser caracterizado pela falta de clareza conceitual na definição do que seria o objeto da psicologia e pela falta de especificações sobre sua natureza e os procedimentos utilizados para chegar as suas conclusões. Como legitimar esse argumento sem uma definição conceitual do que viria a ser o objeto da psicologia? Isso não é possível. Se nem eles sabem definir claramente o que é o objeto da psicologia, logicamente não poderão legitimar nenhum julgamento preciso sobre ele.

AGP em todos os seus trabalhos sobre o problema da unidade da psicologia se exime de tecer quaisquer considerações sobre a natureza do objeto da disciplina. Apesar do seu argumento sobre a dispersão e unificação da psicologia apresentar implicitamente claras conotações ontológicas acerca do objeto dessa área, podemos dizer que ele restringe-se apenas a versão epistemológica da tese. Ele apenas se limita a afirmar que a pluralidade do campo e a falta de critérios para definir o que é ou não é a psicologia é, em última instância, é uma consequência direta da diversidade de bases epistemológicas que habitam nele. Garcia-Roza (1977), por outro lado, apesar de basear todo seu posicionamento na tese da inerência da dispersão devido à própria natureza do saber psicológico, não define claramente o que seria objeto da psicologia, apenas se limita a insinuar, em uma passagem, que o conceito de “homem” seria esse objeto.

O importante é compreendermos que seja o homem complexo ou não, não é ele que vai se constituir no objeto da psicologia; da mesma maneira que o objeto da

física não é a pedra que cai. Ciência nenhuma tem por objeto a realidade empírica. O objeto das ciências são os conceitos que estas ciências produzem e não o mundo empírico. Assim sendo, não é a complexidade de que se reveste o comportamento do homem empírico, individual, que é obstáculo à ciência, posto que este indivíduo jamais será objeto de ciência nenhuma. A ciência pode ter por objetivo o homem, já que ela vem explicar a realidade concreta, mas o seu objeto serão os conceitos e as teorias que ela produzir. (p.21)

Porém, apesar de deixar transparecer que o conceito de homem seria o objeto da psicologia, ele não define em nenhum momento o que viria a ser esse conceito. Apenas o joga para o leitor como se ele fosse autoexplicável. Outro problema de seu posicionamento em relação à natureza do objeto da psicologia é o fato de ele, em nenhum momento, deixar claro em que medida esse objeto seria descontínuo e de que maneira seria modificável, ou então, como ele chegou a essa conclusão. Seria parcialmente ou totalmente descontínuo o objeto da psicologia? Quais aspectos se modificam? Por que e como eles se modificam? Quais são as evidências para tal afirmação? Essas são perguntas de extrema importância que deveriam ser respondidas claramente antes de qualquer desdobramento de sua tese. Como já vimos, não é o que acontece. Nem podemos dizer com toda certeza que a tese de AGR sobre a inerência da dispersão da psicologia é, de fato, uma tese epistemológica ou ontológica. Seriam os pressupostos epistemológicos, termos ou conceitos de cada maneira de conceber a psicologia ou seu objeto que se modificariam com as diferentes formas de concebê-lo? A citação a seguir exemplifica bem essa confusão:

Quando afirmamos que a História da Psicologia não é a história de uma coisa única – a psicologia – o que desejamos enfatizar é este aspecto de dispersão e de descontinuidade dos discursos por ela abrangidos. Não podemos falar da história da psicologia da mesma maneira que falamos da história da física, da história da filosofia ou da história de uma pessoa. Nestes casos, há um “mesmo” que permanece por detrás das mudanças. No caso da psicologia, não há este “mesmo”. Tomando o material que nos oferecem as histórias da psicologia, verificamos que entre psicologia entendida como ciência natural e a psicologia entendida como saber sobre o psiquismo, nada há em comum. (Garcia-Rosa, 1977, p.24)

Esse mesmo problema, também, aparece inúmeras vezes nos textos de LCF, porém em menor proporção. Poucas são as vezes que ele expõe de forma direta e clara o que entende como objeto da psicologia. Na maioria das vezes, fica subentendido que a experiência subjetiva dos indivíduos é esse objeto. Poucas são as exceções, como em Figueiredo (2008, p.19), onde ele menciona que o objeto da psicologia seria a “vida subjetiva” e, em outro momento, porém, no final do seu livro e, também, sem nenhum aprofundamento conceitual:

A psicologia tornou-se possível, como ciência independente, no bojo de uma crise. Seu objeto, a experiência subjetiva dos indivíduos, só pode ser tratado cientificamente se for alguma forma superados, isto é, a psicologia está sempre sendo tentada a ir além da experiência imediata para compreendê-la e explicá-la e, nesse esforço, é natural que ela se aproxime de outras áreas do saber, como a Biologia e a Sociologia. (Figueiredo, 2002, p.84)

Em nenhum momento nos textos de LCF podemos apontar uma descrição conceitual acurada sobre o conceito de experiência subjetiva dos indivíduos ou de subjetividade. O que vemos é a utilização do termo de maneira pouco rigorosa. Como se presumisse que leitor já dominasse a fundo o conceito e não precisasse entrar em muitos detalhes, ou pior, presumisse que seu conhecimento já fosse senso comum. Entretanto, diferentemente de AGR, LCF é bem mais claro sobre o caráter ontológico do seu argumento sobre a irremediabilidade da dispersão da psicologia e a impossibilidade de sua unificação. Porém, ainda assim, não é muito claro em que sentido a natureza do objeto da psicologia seria descontínua: parcialmente ou totalmente descontínua? Há momentos em que ele parece defender a coexistência de matrizes científicas e matrizes românticas, como se ambas fossem simultaneamente corretas. Faz isso apesar de saber que parte de um modelo de inteligibilidade que sublinha a regularidade do objeto é “investigar e explicar o real a partir de um ponto de vista soberano e atemporal” (Figueiredo, 2008, p.204), e o outro “sublinha o caráter histórico das relações entre os cientistas e seus objetos”. (p. 204), como se no objeto da psicologia houvesse aspectos contínuos e outros descontínuos.

Negar relevância ou pertinência a uma psicologia como natural, com a alegação de que ela “não respeita a natureza do seu objeto”, é tentar, por um passe de mágica, negar a existência das relações sociais que lhe servem de fundamento e que nela se expressam. Mas, ao contrário, a exclusão das psicologias de inspiração romântica, denunciando-as como não científica, seria excluir do campo da psicologia todas as relações baseadas no diálogo e que visam a mútua compreensão e o consenso, que também são críticos na manutenção da vida em sociedade (mesmo nas autoritárias). (p. 206)

Já em outros momentos, LCF parece aparentemente aderir a um posicionamento totalmente descontínuo em relação ao objeto, como se as características a-históricas do objeto da psicologia fossem meramente uma questão de enfoque do cientista em relação a ele.

Trazendo este enfoque para psicologia, devemos reconhecer que as diferentes modalidades de teorização e prática psicológica correspondem a diferentes formas de relações que o sujeito instaura entre si no contexto da vida em sociedade. Nesta medida, não é a complexidade da “natureza humana” que poderíamos atribuir à

multiplicidade dos enfoques, mas à complexidade e contraditoriedade das formas de relação social. O que se precisa reconhecer é que cada uma destas formas exige uma determinada maneira de ser elucidada, ou seja, um conhecimento rigoroso, mas pertinente ao tipo de relação social que ela reflete e legitima. (p.205)

Outra questão que acentua essa contradição é a consonância do posicionamento de LCF sobre a impossibilidade de se fazer epistemologia no sentido forte do termo em psicologia com a noção de descontinuidade total do objeto da psicologia. Segundo Figueiredo (2004, p.22), a própria natureza do campo inviabilizaria definitivamente o recurso a uma epistemologia forte, por isso não poderíamos criar critérios epistemológicos para avaliar comparativamente as diferentes teorias psicológicas. Caso o objeto da psicologia fosse totalmente descontínuo, esse posicionamento estaria coerente; caso não, existindo qualquer aspecto contínuo, universal ou a-histórico, esse argumento seria falso, pois existiriam possibilidades de construção de critérios epistêmicos a partir dos aspectos comuns desse fenômeno. Assim, como LCF não tem clareza sobre sua posição a respeito da natureza do objeto da psicologia, seu argumento principal sobre o problema da unidade da psicologia fica automaticamente comprometido. Não daria para afirmar a irremediabilidade da dispersão da psicologia, a impossibilidade de sua unificação ou a impossibilidade de construirmos critérios epistêmicos para avaliarmos as diferentes teorias psicológicas, pois, mesmo que tenhamos evidências de que alguns aspectos do objeto da psicologia se alteram com as influências socioculturais, não podemos ainda afirmar taxativamente a existência ou não de alguma característica transcultural nele.

AALF, assim como os outros, também apresenta problemas conceituais na definição do objeto da psicologia. Apesar de avaliarmos que ele é, dentre os teóricos da dispersão, o que se posiciona mais explicitamente sobre a natureza deste, ora o define como sendo o “homem” (Ferreira, 2001, p.1; 2001b, p.105), ora define como sujeito do conhecimento, fenômenos humanos (Ferreira, 2007c, p.497) ou subjetividade (Ferreira, 2012), sem a menor preocupação com a diferenciação conceitual desses termos. Podemos ver essa confusão na passagem a seguir:

A psicologia é, portanto, criada à imagem e semelhança das ciências: psicologia classificatória, mecânica, biológica, física, informacional etc. Desta duplicação virtual, destaca se, não tanto o operar científico, mas uma imagem, uma forma, um morfismo no dizer de Jean Laplanche, uma metáfora segundo David Leary, um como se para Eduardo Passos (1992, p.1), que será decalcado sobre a subjetividade, ou sobre o homem, objeto da mais pura indefinição, ou melhor, definido no ato de se definir através destas formas. E aqui se impõe a psicologia como intermediadora de capturas; a de conceitos e a de artefatos de subjetividade. (Ferreira, 1999, p.39)

Mesmo que sua posição sobre a natureza do objeto da psicologia seja de total descontinuidade, AALF em seus textos não apresenta nenhuma pretensão de fazer uma análise, diferenciação ou definição conceitual dos termos empregados para designá-lo. Uma das poucas exceções em seus textos, por ironia, como vimos no capítulo anterior, está em um artigo de 2011 escrito em espanhol, sob o título – *La experiencia de subjetividad como condición y efecto de los saberes y prácticas psicológicas: producción de subjetividad y psicología*, onde ele faz uma descrição detalhada, explicitando até seus pressupostos ontológicos, seu posicionamento sobre o conceito de subjetividade.

A obscuridade conceitual é um dos maiores problemas para o posicionamento dos teóricos da dispersão. A falta de respostas para perguntas sobre qual seria o tipo de natureza causal que as práticas psicológicas teriam com a natureza de seus objetos (causalidade lógica ou ontológica? Seriam relações necessárias ou suficientes?) e, principalmente, a falta de especificações claras e sistemáticas sobre quais seriam os pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos utilizados para tirarem essas conclusões. É uma constante no trabalho deles. Como vimos, nenhuma dessas questões é esclarecida ou colocada de maneira clara e direta pelos teóricos da dispersão. Apesar de Ferreira (2004; 2005; 2012) tentar, nos trabalhos mais recentes, influenciado por Bruno Latour e Isabelle Stengers, descrever experimentalmente a relação entre as práticas psicológicas e seus objetos (produção de subjetividade), não há especificação nenhuma, além do apelo à autoridade de filósofos ou sociólogos, sobre de que maneira uma prática social ou psicológica afetaria ou construiria a natureza do objeto. Perguntas como: de que maneira fenômenos sociais causariam fenômenos psicológicos? Será que seria possível explicitá-las? São excluídas do debate. Elas precisariam ser respondidas antes de qualquer afirmação a respeito do objeto da psicologia. Entretanto, cabe a nós refletir: por que motivo será que os teóricos da dispersão excluem esses detalhes tão importantes da discussão do tema?

Além dessa confusão conceitual, a versão ontológica da tese da irremediabilidade da dispersão da psicologia e impossibilidade da sua unificação apresenta outros problemas como, por exemplo: problema lógico em afirmar ausência de atributos universais ou a-históricos no objeto da psicologia (petição de princípios e generalização apressada) e a aproximação com posturas filosóficas controvertidas como construtivismo social, antirrepresentacionalismo e antirrealismo, antifundacionismo e morte do sujeito. Apesar de estas posturas estarem de uma ou outra forma associadas, essas três últimas, veremos nos itens a seguir.

O problema lógico da versão ontológica é parecido com o da versão epistemológica, pois se fundamentam na contradição lógica de seus enunciados. Os teóricos da dispersão ao partirem do pressuposto de que a dispersão da psicologia é irremediável e sua unificação impossível, devido à natureza descontinuista de seu objeto, acabam implicitamente inferindo, sem perceber, uma característica universal e trans-histórica para esse objeto. Em outras palavras, como afirmar taxativamente que dispersão da psicologia é irremediável e sua unificação impossível sem a inferência que esse mesmo objeto obedeça a certa regularidade ou tenha certa continuidade que propicie essa asserção? O que impediria esse objeto de tornar-se ou adquirir algum aspecto trans-histórico, senão a certeza de uma característica contínua nele? Esse mesmo problema pode ser apontado quando os teóricos da dispersão atribuem a situação da psicologia a características de seu objeto como a reflexividade e maleabilidade sociocultural. Ao afirmarem que o objeto da psicologia é simultaneamente sujeito e objeto e que se modifica ou é construído de acordo com as diferentes relações sociais que se têm com ele, em última instância, eles estão atribuindo um caráter essencial a esse objeto que permanece imutável as contingências temporais.

O que podemos perceber é que os teóricos da dispersão demonstram pouca prudência e cautela ao basearem seu argumento nessa versão ontológica. Pois, por mais que sua tese esteja embasada em evidências históricas de que o objeto da psicologia se altere, pelo menos em parte, em relação às mudanças históricas e contextuais, nada disso nos permite dizer com absoluta certeza que não haja parte desse objeto que permaneça contínua e inalterada ao longo dos anos. Um bom exemplo disso encontra-se em Kurt Danziger (1990), renomado historiador da psicologia que, apesar de apresentar posicionamento parecido com o dos teóricos da dispersão em relação ao objeto da disciplina, é muito mais cauteloso em suas afirmações sobre a possibilidade da existência de algo a-histórico nesse. Pois, mesmo compartilhando pressupostos de construção social do objeto, de descontinuidade e de ratificar inúmeras vezes as evidências históricas que apontam para a inexistência de uma unidade com relação ao objeto da psicologia, afirma que nada disso é suficiente para se saltar do nível epistemológico para o ontológico. Ou seja, nenhuma evidência histórica e epistemológica, pode-nos levar a afirmar taxativamente a não existência de um nível de realidade psicológica independente do contexto ou não. Sobre essa mesma questão da existência ou não e de um objeto a-histórico, Robinson (2013), em sua defesa da continuidade do objeto em diferentes épocas da humanidade, levanta a seguinte questão: se a cognição humana não fosse universal, como as questões colocadas

por Aristóteles há mais de dez mil anos continuam atuais? Será que a psicologia feita na China, Colômbia, Rússia e em outros países são totalmente diferentes?

Enfim, diante dessa querela sobre a natureza objeto ser ou não ser contínuo, a única coisa que podemos dizer com certeza é que essa discussão ainda está aberta e deve ser levada sempre com cautela, pois ainda não temos evidências sólidas o suficiente para afirmarmos de maneira taxativa a verdade sobre a natureza do objeto da psicologia. Por isso, podemos dizer que os teóricos da dispersão nesse quesito generalizam apressadamente ao dar feição ontológica à sua tese. Além do que, podemos apontar que esse argumento apresenta uma petição de princípios⁵⁵, pois os teóricos da dispersão ao tomarem como ponto de partida a tese filosófica da descontinuidade e constituição social do objeto como premissa verdadeira, estariam utilizando uma ideia que precisaria ser justificada como base da sua conclusão. Para os teóricos da dispersão fugirem desse problema, eles teriam que ter conhecimento conclusivo sobre a natureza do objeto psicológico, coisa que, por princípio, não poderiam ter.

Outra crítica de Scheffler (1982) endereçada à noção kuhniana de incomensurabilidade de paradigmas pode ser direcionada a essa versão ontológica da tese. É impossível afirmar que a ontologia de determinado objeto seria modificada com as diferentes formas de concebê-lo pelos paradigmas rivais. Traduzindo essa discussão para o âmbito da psicologia, podemos dizer assim: por mais que as diferentes abordagens (behaviorismo, cognitivismo, psicanálise e outras) partam de pressupostos diferentes, nada nos permite afirmar que as diferentes formas de conceber e lidar com o fenômeno psicológico possam alterá-lo na natureza. De acordo com Scheffler, não é possível inferir da constatação que cientistas categorizam suas observações de uma maneira diferente, a conclusão de que eles trabalham ou constroem objetos diversos. “Existe um contraste entre ‘ver x’ e ‘ver x como isso ou aquilo’”. (Scheffler, 1982, p.126) Desse modo, não podemos dizer que as diversas formas de categorizar o mundo (ver x como) e percebê-lo (ver x), impliquem que eles não estejam se referindo ao mesmo objeto. Como, por exemplo, podemos perceber a água em seu estado sólido, líquido e gasoso, e podemos atribuir a cada um deles nomes diferentes, porém, nada disso altera sua estrutura molecular que é H₂O. Scheffler também alerta que as diferentes formas de conceber os fenômenos não alteram os significados de uma linguagem. Segundo ele, é errôneo pensar que a mudança de uma linguagem ou da definição de seus termos básicos

⁵⁵ A petição de princípio é uma falácia não formal em que se tenta provar uma conclusão com base em premissas que já a pressupõem como verdadeira. Dito em outras palavras, é utilizar uma ideia que precisa ser justificada como meio de justificação. Ela é costuma ser utilizada como estratégia retórica de persuasão, por isso trata-se de uma falácia de relevância, porque o poder persuasivo do argumento depende de uma manipulação das premissas e não da sua validade lógica ou empírica.

altere inevitavelmente os constituintes dos significados das palavras. Ao pensar assim, confundem-se dois modos de conceber a constituição de uma linguagem, a saber, como a reunião de um vocabulário e de uma gramática e como um sistema de asserções. Assim, dizer que uma mudança paradigmática promove alterações semânticas por meio da alteração do vocabulário e da gramática, não é suficiente para concluir que há mudanças no valor de verdade das asserções. Mesmo que o sentido seja alterado, o valor de verdade das asserções (proposições) pode permanecer o mesmo, pois esse é dependente da referência. Ou seja, se a referência permanece inalterada, as asserções também permaneceriam corretas. O que os teóricos da dispersão, assim como Kuhn, negligenciam, é a possibilidade da mudança de significado ser compatível com a estabilidade do referencial do objeto.

Nesta mesma direção, Putnam (1975), em seu famoso ensaio – *The meaning of 'Meaning'* – realiza o experimento mental da Terra gêmea para refutar a tese que a referência (extensão) de um termo é determinada inteiramente através de conceitos ou estados psicológicos do locutor. O experimento consiste basicamente no seguinte: um grupo de astronautas descobre um novo planeta – a “Terra Gêmea”. Neste planeta tudo é semelhante ao nosso planeta Terra, a não ser pelo fato de que o que lá é denominado de “água” é um líquido em tudo similar a água, mas que não apresenta a estrutura molecular H_2O , e sim um aglomerado complexo de elementos que o autor resume pela sigla de “XYZ”. Então qual seria atitude correta a ser tomadas pelos os astronautas tendo que reportar para a Terra se nesse novo planeta existe água ou não água? Eles poderiam afirmar que lá existe água, já que todas as características físicas dessa substância se assemelham à água, exceto pela sua estrutura molecular? No final do experimento os astronautas acabam reportando que lá não existe água, pois a palavra “água” no planeta Terra não corresponde à mesma coisa que “XYZ”.

O que Putnam está a defender é que termos como “água” ou outros termos que designem substâncias naturais podem até variar de um lugar para outro, porém seu significado (carácter indexical) é definido à custa daquilo que elas são à custa da sua natureza. Indexicais são termos cujo sentido é determinado pelo contexto extralinguístico em que são usados. Mesmo que voltássemos no tempo e realizássemos o mesmo experimento, em 1750, época na qual a composição química da água era desconhecida. Ainda assim não poderíamos chamar a de “água” a substância que se tem lá. Pois aquilo que importa para determinar a extensão do termo “água” é aquilo que a substância realmente é, as propriedades essenciais da água, sejam elas conhecidas ou desconhecidas, e não as qualidades superficiais que satisfazem definições operacionais, mas que não correspondem à verdadeira natureza da água. Aquilo que a água é, a

sua estrutura interna, é o fator determinante para a determinação da extensão do termo “água”. Aquilo que o termo “água” refere é aquilo que a água é de fato, como entidade independente do nosso conhecimento, extrateórica. Para Putnam, as noções de verdade e extensão estão intrinsecamente ligadas. A extensão corresponde ao conjunto de coisas acerca das quais o termo é verdadeiro. Daí que a evolução da ciência e do conhecimento acerca do mundo estaria relacionada com a capacidade de fixar com um rigor cada vez maior a referência das palavras que usamos. E a linguagem seria uma espécie de ferramenta que evolui para uma progressiva aproximação relativamente ao mundo e àquilo que é verdadeiro sobre ele.

Deste modo, trazendo essa discussão para o âmbito do objeto da psicologia, como não sabemos qual é sua real natureza, não podemos ainda, em hipótese nenhuma, afirmar categoricamente o que ele é ou não. Isto é, não sabemos bem ao certo qual é a extensão do conceito de fenômeno psicológico. Nem temos conhecimento científico suficiente para nos permitir a fixação com rigor de um referente para ele. Ou seja, podemos chamá-lo de “alma”, “psique”, “consciência”, “comportamento”, “cognição” e “inconsciente”, mas ainda não sabemos bem ao certo o que é aquilo que esses termos referem. Em outras palavras, isso quer dizer que questões sobre se a natureza do objeto é contínua ou descontínua ainda estão em aberto e devem ser encaradas com cautela. Não temos evidências sólidas o suficiente para afirmarmos de maneira taxativa o que o objeto da psicologia, de fato, deixa ou não deixa de ser. Desta forma, podemos dizer que os teóricos da dispersão nesse quesito são pouco cautelosos ao oferecerem uma versão ontológica de sua tese. Além do que, podemos apontar que esse argumento apresenta uma petição de princípios. Pois, ao partir de pressupostos metafísicos acerca do objeto da psicologia, na tese filosófica da descontinuidade e constituição social do objeto, eles assumem como verdadeira uma ideia (premissa) que precisaria ser justificada antes de qualquer conclusão.

Por fim, a última crítica à versão ontológica dessa tese pode ser endereçada às características do objeto da psicologia, como a reflexividade e o caráter sócio-histórico. Aqui, iremos defender que essas características do objeto não são obstáculos para uma futura unificação da psicologia, muito menos servem de base para afirmarmos a irremediabilidade da dispersão. Os teóricos da dispersão costumam justificar sua tese afirmando que o objeto da psicologia seria passível de modificações estruturais quando em processo de interação social ou condições de pesquisa. Segundo Ferreira (2007c, p.497), “uma possível explicação sobre esta dispersão pode se encontrar no fato dos sujeitos deste conhecimento serem ao mesmo tempo os seus objetos: os indivíduos humanos em busca do conhecimento de si”. AALF, por exemplo,

em vários textos, afirma que a disseminação das teorias psicológicas modifica os padrões de comportamento sobre os quais as teorias foram construídas e assim constroem o próprio objeto da psicologia. Isso se daria pelos motivos mais diversos. Um deles seria o alto valor de verdade que os enunciados da ciência gozam em nossa sociedade, fazendo muitas pessoas orientarem sua conduta de acordo com as teorias psicológicas das quais tomassem conhecimento. Este posicionamento que afirma a alteração do objeto da psicologia pela interação e pelo conhecimento, como podemos perceber, é problemático, pois colocaria em cheque os pressupostos da regularidade e continuidade do objeto. Como vimos anteriormente, só seria possível a afirmação da impossibilidade unificação da psicologia ou da impossibilidade de construção de critérios epistêmicos para avaliar as diferentes teorias psicológicas, se tivéssemos a certeza total sobre a natureza do seu objeto. O que é impossível, no atual momento.

Outro aspecto dessa questão pode ser apontado por Castañon (2006; 2009). Segundo ele, esse problema, apesar de ser um grande complicador metodológico ao estudo do objeto da psicologia, não pode ser interpretado como impedimento de caráter ontológico à sua investigação científica e nem ao descobrimento de leis psicológicas. Através do modelo de *feedback*, modelo matemático oriundo da teoria da informação para lidar com estes processos retroalimentativos, Castañon afirma que, se a alteração que acompanha o objeto de estudo durante a interação for também ela própria regida por um padrão, não temos uma evidência indeterminista, ao contrário, temos a evidência da atuação de alguma lei sobre a interação do objeto em questão com outros. Esta lei, segundo Castañon (2006, p.316), necessariamente terá a forma de uma afirmação de que interagindo com certos objetos ou estando em certas situações o objeto em questão se altera, ou ainda se altera em determinado aspecto e de determinada maneira. Poderia ser possível inclusive, eventualmente, mensurar quantitativamente a natureza desta alteração nas ciências naturais, ou determinar logicamente o tipo dessa alteração, no caso da psicologia. Assim, segundo ele, o recente conceito de *feedback* seria um instrumento adequado para solucionar esta questão. Em outras palavras, o fato de a interação com o sujeito de investigação alterar o comportamento de determinado objeto, não inviabilizaria seu estudo, desde que ele se direcione também para as descobertas dos padrões e leis que regem essa interação mútua. Ou seja, os pressupostos da continuidade e da regularidade do objeto não estão em questão desde que a alteração que acompanha o objeto de estudo durante a interação seja ela própria também regida por uma função, como podemos ver no exemplo abaixo:

Essa interação, como todo sistema que trabalhe com o feedback negativo de informação, tenderá para a auto-regulação e o equilíbrio em algum novo patamar. Calcular essa tendência de limite onde se estabilizará o processo é o objetivo dos sistemas retroalimentativos. Exemplo disso é o processo de ajuste de um míssil guiado pelo calor do alvo, que por sua vez, é móvel e não tripulado (um outro míssil, por exemplo). Disparado em certa direção original, o míssil corrige sua rota de acordo com as informações vindas do ambiente. Por sua vez o alvo móvel, também deve corrigir sua rota em função da presença do míssil, o que provoca a alteração da trajetória do míssil, que provoca a alteração da trajetória do alvo, em ajustes cada vez menores até que um limite de ajuste adequado é alcançado, o que geralmente resulta em grande desgraça para o alvo. (Castañon, 2006, p.73)

Desta forma, mesmo que consideremos que o objeto da psicologia seja alterado pela interação, dificilmente isso constituiria realmente um problema intransponível, já que podemos estabelecer, em sistemas retroalimentativos (*feedback*), padrões desta interação e seus resultados, pelo menos em teoria, de forma previsível. Compreendemos que a natureza do objeto da psicologia dificulta bastante seu estudo, no entanto, não nos parece ser um problema maior que o enfrentado atualmente pela física quântica ou mesmo pela biologia. Pois, desde o advento do método hipotético-dedutivo⁵⁶, qualquer fenômeno que tenha efeitos sobre o mundo físico pode ser estudado. Por isso, o fato de o objeto da psicologia ser simultaneamente sujeito e objeto, não ser observado ou ter caráter intencional e de “primeira-pessoa” (Searle, 1992), não impede que possamos investigá-lo a partir de seus efeitos no comportamento e outros aspectos de seu fenômeno como aspectos de “terceira-pessoa”.

Depois dessa apresentação, podemos perceber que as questões sobre a natureza do objeto (continuismo e descontinuismo) não podem prescindir de um debate filosófico mais aprofundado e evidências científicas mais categóricas. Para avançarmos nas discussões a respeito dessa problemática, devemos tratar com mais cuidado as questões filosóficas, pois essas são essenciais para nosso amadurecimento como disciplina. A clareza filosófica sobre seus pressupostos, limites e possibilidades é fundamental para solução de qualquer questão. No entanto, enquanto não tivermos evidências empíricas suficientes sobre a natureza do objeto da psicologia, conclusões apressadas e taxativas sobre a irremediabilidade da dispersão dessa disciplina e a impossibilidade de sua unificação, deverão ser evitadas. Primeiro, por que

⁵⁶ Segundo Castañon (2006, p. 246), o método hipotético-dedutivo, originalmente desenvolvido por Karl Popper, pode ser descrito como um método que procura uma solução, através de tentativas (conjecturas, hipóteses, teorias) e eliminação de erros. Esse método pode ser chamado de “método de tentativas e eliminação de erros” e é constituído de quatro etapas básicas. A primeira é a da percepção de um problema, através da constatação de que uma observação contradiz uma teoria ou uma expectativa prévia que tínhamos acerca da realidade. A segunda, a da formulação de uma hipótese falsificável que possa explicar a observação problemática. Na terceira, a hipótese é submetida a testes empíricos controlados que tenham potencial para falsificá-la. Na quarta, o teste e seus resultados são submetidos à severa crítica para que se julgue a hipótese provisoriamente é refutada ou corroborada.

não são bem fundamentadas; segundo, por que elas podem desestimular o debate, dando a falsa ideia que ele está encerrado.

3.3.3. A dissolução da cultura epistemológica: a psicologia deve aceitar a dispersão do campo e renunciar a pretensão unificar-se e criar critérios epistemológicos?

A dissolução da cultura epistemológica é um assunto que aparece constantemente nos textos dos teóricos da dispersão, porém, nem sempre é exposto explicitamente. Estando intimamente relacionado com a questão da cientificidade do saber psicológico e com o assunto do item anterior, este argumento costuma, normalmente, ser sustentado através de pressupostos, já discutidos, sobre a natureza do objeto da psicologia. Ele pode ser descrito da seguinte forma: como o esse objeto apresenta obstáculos intransponíveis, sua investigação (avesso ao olhar epistemológico) não seria possível aos psicólogos construir critérios epistêmicos para avaliar as diferentes teorias psicológicas nem tornar a psicologia uma ciência coerente, consolidando uma proposta de unificação. A passagem abaixo caracteriza bem esse argumento:

Quando da elaboração do livro *Matrizes do pensamento psicológico*, eu já percebia as dificuldades de lidar com os corpos doutrinários disponíveis na nossa área a partir de qualquer uma das versões fortes da epistemologia, vale dizer, de qualquer versão que conservasse as pretensões legislativas e judicativas sobre nossos procedimentos e nossas crenças. Já, então percebia que havia entre as teorias psicológicas suficientes diferenças quanto aos pressupostos ontológicos e quanto aos pressupostos epistemológicos – ou seja, quanto às compreensões prévias do que é a realidade a ser estudada e de como produzir sobre ela algum conhecimento – para que se tornasse inviável e sem sentido a tarefa de submeter o conjunto dessas doutrinas a critérios e normas que se justificariam cabal e legitimamente. Nessa medida, não fazia sentido querer decidir uma questão do tipo: quem é mais científico, Rogers ou Jung? Ou uma outra questão tal como: quem faz verdadeiramente psicologia Piaget ou Skinner? (Figueiredo, 2004, p.22)

É deste modo, então, que se apresenta o dilema deste item: os psicólogos devem aceitar a dispersão, valorando a positivamente, ou buscar critérios epistemológicos para unificar a psicologia? Como já sabemos, os teóricos da dispersão optam pela primeira saída e buscam, através de novas formas de compreensão, sem as características da “cultura epistemológica”, entender a pluralidade do campo psicológico. Aqui “cultura epistemológica” (Figueiredo, 2004) é entendida como sinônimo do projeto epistemológico da ciência moderna, e a busca por novas formas de compreensão está associada à busca pela dissolução desse projeto, através do suporte de filósofos pós-modernos. Como grande parte da discussão sobre

a possibilidade ou não da existência de critérios epistemológicos dentro da psicologia e sua possibilidade de unificação já foram debatidos no item anterior, veremos aqui neste item outras matizes dessa tese que, também, são problemáticas. Primeiro, pela má definição conceitual e superficialidade dos termos empregados. Segundo, além da falta de clareza na expressão dos pressupostos, os teóricos da dispersão parecem se arvorar em pressupostos filosoficamente inconsistentes e, como é típico na filosofia pós-moderna, contrários a uma visão de uma ciência psicológica nos moldes da ciência moderna. Defenderemos, aqui, que a psicologia não é avessa a uma epistemologia em sentido forte e que esse argumento dos teóricos da dispersão não veta a possibilidade da unificação da psicologia algum dia. Começaremos fazendo uma breve retrospectiva do posicionamento de cada teórico da dispersão e depois discutiremos os seus problemas.

AGP e AGR, apesar de não se oporem claramente à possibilidade de fazer epistemologia em seus trabalhos, em várias passagens de seus textos se aproximam desse posicionamento. Ambos ratificam ausência de critérios para definir o que é ou não é a psicologia e falta de esperança de que um dia isso possa existir, além de proporem, através de teóricos que buscam dissolver a “cultura epistemológica”, novas formas (“nova aliança”) de repensar a situação peculiar em que se encontra a psicologia. Penna (1997), por exemplo, evocando Prigogine, adverte para a entrada em uma nova era: o mundo das incertezas, onde matéria não é mais regida por leis deterministas, como era no modelo clássico de ciência, mas por modelos de probabilidade. O mundo físico não poderia ser interpretado mais como um relógio, e sim como um caos imprevisível. Em decorrência dessa mudança, seria necessário repensarmos a psicologia. Como AGP não expõe de maneira clara seu posicionamento e nem de que pressupostos filosóficos ele parte para chegar a suas conclusões sobre o assunto, é muito difícil afirmar o que seria esse outro viés. Porém, a passagem abaixo nos leva a crer que essa tarefa (repensar a psicologia) estaria associada aos pressupostos de autores como I. Meyerson, P. Vernant e K. Gergen, que apresentam uma proposta descontinuísta em relação ao objeto psicológico.

Obviamente sua posição se insere na concepção clássica de ciência como tipo de saber que se assenta em proposições universalmente válidas, marcando-se pelo sentido da atemporalidade. No caso de Gergen, a perspectiva adotada revela-se dominada pelo sentido da historicidade inserindo-se na corrente que optou pela produção de uma “psicologia histórica”. Considerando-se as grandes mudanças operadas no campo do conhecimento científico e

representado especialmente pelos trabalhos de Ilya Prigogine, a posição de Gergen ganha vantagem. (Penna, 1997, p.32-33)

Claro que o modelo proposto por Prigogine não nos conduziria necessariamente a uma postura descontinuísta em relação ao objeto psicológico e a uma aderência ao pós-modernismo. Popper (1975), por exemplo, assim como Prigogine, não identificava ciência e certeza, nem ciência e determinismo. Mesmo assim não advogava o fim da possibilidade de fazer epistemologia ou da tentativa de unificar a ciência. Isso somente apenas significaria o fim de uma forma de encará-la, e de encarar o universo que ela investiga: o fim do determinismo laplaceano⁵⁷. Por isso, e também por outros motivos, não podemos determinar a posição de AGP claramente.

AGR, apesar de não pretender explicitamente dissolver a “cultura epistemológica” do debate, durante todos os seus trabalhos deixa transparecer a obsolescência desta para tratar do problema da unidade da psicologia. Primeiro, a própria natureza do objeto psicológico constituiria um obstáculo. Segundo, por expor claramente a impossibilidade da psicologia ser uma ciência coerente. Terceiro e último, cita com entusiasmo as propostas de genealogia nietzschiana e arqueologia foucaultiana, que são obviamente maneiras de repensar o campo psicológico por outro viés. Além disso, alega que essas não implicariam em uma desqualificação do saber psicológico, “a não ser que vejamos a ciência como o valor mais alto da cultura humana. A consideração de que há uma “evolução” ou um “progresso” no saber quando ocorre uma “passagem” da não ciência para a ciência implica numa valorização hierárquica”. (Garcia-Rosa, 1977, p.26)

LCF, diferente dos outros, é explicitamente contrário à possibilidade de se fazer epistemologia no que ele denomina “sentido forte do termo”. Devido à própria natureza do objeto psicológico, só se poderia fazer epistemologia no que seria o “sentido fraco do termo”, ou seja, “de uma epistemologia cuja tarefa estaria limitada à elucidação das condições de possibilidade das diferentes teorias, procurando essas condições nos seus pressupostos implícitos”. (Figueiredo, 2004, p.23) Para LCF, a epistemologia, no sentido forte do termo, seria fruto do projeto epistemológico da modernidade. E este, por fundar-dr no ideal de um sujeito autônomo e unificado e na completa separação deste sujeito plenamente sujeito (pura atividade) e um objeto puramente objetivo (pura passividade), imporá obstáculos intransponíveis a sua

⁵⁷ O determinismo laplaciano assevera, grosso modo, que se pudéssemos ter conhecimento total do presente (todas as leis naturais e condições iniciais) isso implicaria no conhecimento irrevogável do futuro. Ou seja, o universo é absolutamente determinista.

análise. Em outras palavras, do ponto de vista epistemológico, o campo próprio das psicologias, segundo Figueiredo (2004, p.23), “teria o estatuto de dejetos do expurgo operado pelo método no processo de constituição de um sujeito purificado”. Desta forma, como o estatuto epistemológico do conhecimento psicológico seria incompatível com os cânones desse projeto, LCF, tomando como base as inúmeras críticas de filósofos e pensadores, a exemplo de Nietzsche, Marx, Freud e Darwin, aponta para o que seria a derrocada dessa concepção (crise do sujeito autônomo e unificado), a falência do ideal do projeto epistemológico da modernidade e o surgimento de uma cultura “pós-epistemológica” (Figueiredo, 2004), onde a ética seria a nova racionalidade para a psicologia, como podemos ver:

Ora, se as epistemologias fortes não se sustentam, e apenas delas poderíamos esperar algum critério de decisão, a epistemologia fraca exercida, por exemplo, nos estudos das matrizes, não é, por definição, capaz de nos conduzir a escolhas nem a justificativas racionais a *posteriori*. Será, então, que o abandono do projeto epistemológico moderno e das versões normativas da epistemologia nos deixaria imersos na indecisão e na impossibilidade completa de justificar racionalmente nossas opções teóricas e práticas? É nesta conjuntura que a dimensão ética dos discursos e práticas das psicologias emerge como plano no qual uma nova racionalidade poderá ser exercida. (Figueiredo, 2004, p.24)

Esta cultura pós-epistemológica seria caracterizada pela transição de uma cultura regida pelo tribunal epistemológico para uma cultura em que a ética assumiria uma posição central e pela aproximação de teses antirrepresentacionistas, da noção pragmática da verdade (crítica noção de verdade por adequação ou correspondência), antifundacionistas e construtivistas sociais. Esta mudança de uma cultura para outra não encontraria obstáculos intransponíveis, já que os critérios de produção e de validação de crenças do projeto epistemológico não teriam nenhum aspecto de necessidade, seriam, em última instância, produtos do contexto histórico-cultural da época.

Já AALF, apesar de não descartar diretamente a discussão epistemológica do debate, considera utópico achar que a obediência aos cânones da epistemologia garantiria a unificação da psicologia ou o estabelecimento de critérios para avaliar comparativamente as diferentes teorias psicológicas. Muito pelo contrário, ela ampliaria “a sua dispersão, pois os modelos científicos e as orientações metodológicas importadas das ciências naturais são bem diversos, dando ensejo a escolas e sistemas bem diferentes”. (Ferreira, 2001, p.105) Desta maneira, caberíamos adotar uma postura para além das epistemologias para analisarmos o problema da unidade da psicologia (sem a distinção entre doxa e episteme) e buscarmos esvaziar o projeto

epistemológico pautado na noção de verdade como representação (representação progressivamente mais adequada, racional e unitária de um determinado campo de fenômenos), através de pensadores pós-modernos, na sua maioria.

Para além das alternativas históricas e etnológicas, no cenário brasileiro pode ser observado o esforço de cunho mais filosófico de se pensar em uma clínica, e mesmo uma Psicologia, desprovida do ideal epistêmico da verdade como representação. Esta tem sido a marca de grupos como os núcleos de Subjetividade e de Singularidade do Programa de Psicologia Clínica da PUC de São Paulo, e do grupo Sujeito e Subjetividade da UFF/UF RJ, no Rio de Janeiro, e de setores do Instituto de Medicina Social e da Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ. Em todas as vertentes destes grupos, nota-se a busca de outras parcerias que esvaziem a aliança epistemológica firmada pela psicologia desde suas origens. Desta forma, pensadores como Henri Bergson, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Martin Heidegger, Emmanuel Lévinas, Friedrich Nietzsche, Richard Rorty e mesmo biólogos como Francisco Varela e físicos como Ilya Prigogine são convocados à cena. (Ferreira, 2001, p.116)

Segundo Ferreira (2012, p.62), as alternativas interessantes ao pensamento epistemológico podem ser buscadas na Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, Annemarie Mol e John Law, e na Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Tais abordagens recusam qualquer tomada assimétrica entre conhecimento científico e não científico, rechaçando qualquer processo de evolução ou salto epistemológico. Ao contrário das teses epistemológicas, o conhecimento científico é aqui concebido na articulação e coafetação entre entidades, na produção inesperada de efeitos, e não no salto representacional dado na identidade entre uma sentença ou hipótese prévia e um estado de coisas a ser progressivamente desvelado. Desta forma, ao tomar o conhecimento científico como articulação não se distinguiria mais entre boa e má representação, mas boa e má articulação.

O primeiro problema desse argumento contra a possibilidade de se fazer epistemologia no sentido forte do termo (pela dissolução da cultura epistemológica) reside na má definição conceitual dos termos empregados. Muitas são as passagens em que os teóricos da dispersão lançam mão de conceitos importantes sem a menor explicação, aprofundamento teórico e/ou definição conceitual. Como já foi visto, é quase consenso entre os teóricos da dispersão que a impossibilidade de se fazer epistemologia no sentido forte do termo na psicologia e a tese da irremediabilidade da dispersão estão associadas à mudança de paradigma em relação a formas de interpretar o devir científico: novas formas epistemológicas de validação e interpretação do conhecimento. Os problemas nessa argumentação parecem evidentes. O primeiro é a falta de aprofundamento teórico a respeito

do que seria essa mudança. Não há respostas para perguntas chaves como: quais são as características dessa mudança, como ela se apresenta, que teóricos corroboram e que teóricos a rejeitam, e se é ela consenso na comunidade acadêmica. Porém, quando há, como vemos a seguir, os teóricos da dispersão tendem generalizar ou simplificar o posicionamento divergente ou, então, a omitir trabalhos de teóricos importantes que se opõem aos pontos de vista por eles defendidos.

Garcia-Roza (1977), ao defender sua tese sobre a inerência da dispersão ao saber psicológico, deixa transparecer em suas críticas (necessidade de matematização do saber, reduzir um fenômeno a níveis ontológicos mais básicos, críticas ao behaviorismo e associação de ciência com a concepção continuísta de progresso em direção à verdade) que a possibilidade de a psicologia ser uma ciência coerente e unificada dependeria do fato de ela se encaixar ou não nos pressupostos do empirismo positivista. Como o positivismo já foi superado, induz ao leitor, automaticamente, a pensar que não há possibilidades de fazer epistemologia no sentido forte do termo e unificar a psicologia fora dessa concepção, ou, pior, que não há possibilidade nenhuma. O problema desse argumento é apontado por Nobrega (1978) – a confusão entre a negação do reducionismo empirista com a negação da possibilidade de uma psicologia científica. Este argumento seria falso, pois o positivismo é apenas mais uma teoria sobre a ciência, então, ao refutá-lo não se está refutando a possibilidade de a psicologia ser uma ciência e nem de unificá-la. Existem diversos outros modelos de ciência que gozam de credibilidade epistemológica, como é o caso da biologia, e proposta de unificação, como a estratégia pluralista, que não compartilham dos pressupostos do modelo positivista. Sem contar que ele se esquece de citar modelos epistemológicos contemporâneos, à época da publicação do seu artigo, como os de Larry Laudan e Imre Lakatos, que visavam criar critérios epistemológicos para ciência através de pressupostos diferentes do positivista. Igualmente, ele se esquece da mesma forma que Figueiredo (2002; 2004; 2007; 2008) e Ferreira (1999; 2001), que defender uma psicologia científica não implica necessariamente na negação de outras possibilidades de aplicação, estudo e expressão do conhecimento psicológico. Um exemplo de outra possibilidade se encontra na proposta de Castañon (2006; 2008), de demarcação da disciplina entre um campo científico (explicativo e falsificável) e um campo filosófico (compreensivo e explicativo infalsificável), através de nova proposta de explicação em psicologia, a explicação condicional, em substituição à dedutivo-nomológica e à probabilística, sem que uma exclua a outra. Não há porque supor que a discussão entre a psicologia e ciência, nos dias atuais, continue da maneira como era

tratada pelos behavioristas em meados do século XX: limitar o escopo da psicologia para adequá-la à ciência ou querer atribuir o nome de psicologia apenas para o que se considere científico. Desta forma, podemos dizer que AGR reduz o modelo de ciência ao modelo do positivismo, pois, em nenhum momento em seu texto responde à questão do que há, houve ou pode haver de científico na psicologia fora do esquema do positivismo. Como também induz os leitores a pensarem estereotipadamente a discussão entre psicologia e ciência, como se ambas fossem opostas e inconciliáveis.

Penna (1997), de maneira parecida, em sua tarefa de repensar a psicologia e defender sua tese da irremediabilidade da dispersão do pensamento psicológico, induz o leitor erroneamente a associar a possibilidade de unificação da psicologia ao modelo positivista de unificação das ciências. Primeiro, por opor a nova era (nova aliança: base de seu trabalho de repensar e condição de possibilidade para sua tese) ao modelo positivista de ciência. Segundo, por associar, mesmo que acertadamente, diversas vezes, sem as devidas especificações, a aspiração por unidade e unificação do behaviorismo ao do positivismo, como podemos ver a seguir:

A aspiração de se alcançar a unidade desse domínio do saber sempre esteve presente entre os integrantes do movimento behaviorista, de resto expressando o amplo projeto de unificação das ciências que se revelou central no positivismo. (Penna, 1997, p.57-58)

Não podemos associar as propostas de unificação de uma ciência regional como a psicologia com a proposta de unificação de todas as ciências pelo positivismo, como AGP faz em uma entrevista, quando perguntado sobre problema da unidade da psicologia: “Então, pensar na unidade da Psicologia é, a meu ver, difícil de conseguir, embora tenha sido sonho dos positivistas” (Penna, 1997b, p.123-124) Os problemas desse posicionamento de AGP são vários. Primeiro, é o erro de categoria. É muito diferente propor a unificação de uma disciplina regional como a psicologia e propor a unificação de todas as ciências. As propostas de unificação da psicologia se restringem apenas a sua unidade regional, contrária a dos positivistas, que visam à unificação de todas as ciências. Segundo, de acordo com Simanke (2009), o projeto de unificação ou unidade entre as ciências não é exclusivo do positivismo. Existem vários outros projetos de unificação das ciências que não compactuam das premissas do positivismo. Terceiro, como vimos, dentro das propostas de unificação da psicologia existem outras propostas de unificação, a exemplo da pluralista, que são diferentes da tentativa fisicalista do positivismo de unificar as ciências através da redução epistemológica do modelo explicativo de todas as ciências aos modelos explicativos da física. Como em seu texto, em nenhum

momento, há essas especificações, podemos inferir que AGP, ao apresentar o modelo positivista como superado pelas mudanças na concepção de saber científico e associá-lo com a proposta de unificação da psicologia, sem maiores esclarecimentos, pode induzir o leitor a achar que essa não é mais uma questão relevante a ser discutida. Esse mesmo problema também é observado no posicionamento de todos os teóricos da dispersão na oposição entre modelos (matrizes) de ciências naturais e ciências humanas e na definição de “cultura epistemológica” ou forma epistemológica de analisar o problema da unidade da psicologia.

No primeiro caso, os teóricos da dispersão, normalmente, colocam a oposição dos domínios das ciências naturais e ciências humanas como se essas fossem irreduzíveis umas as outras e não houvesse propostas de unificação entre elas ou alertas para a falsa cisão entre elas. No caso da psicologia, que abarca essa oposição (biologia x sociologia, métodos nomotéticos x idiográficos) desde sua constituição, essa questão seria acentuada e, desta maneira, a criação de critérios epistemológicos que abarcam a ambos os domínios para unificar a psicologia se tornaria uma proposta impossível. Explicaremos melhor no item seguinte os equívocos desse argumento. Aqui, a pretensão é apenas expor a falha dos teóricos da dispersão ao abordá-lo, pois, em momento algum eles mencionam a existência de posicionamentos que julgam que essa cisão é um equívoco filosófico ou estratégias para lidar como essa cisão, no âmbito da ciência (como é o caso do surgimento de novas subdisciplinas, como a neuroética ou a ecologia humana, que começam a dissolvê-la).

No segundo caso, os teóricos da dispersão, além do problema da má definição conceitual do termo, associam indevidamente à “cultura epistemológica” os ideais de progresso em direção a uma verdade unitária, verdade como representação e/ou por correspondência, fundacionismo e representacionalismo. O problema nessa associação é que ela exclui do debate inúmeras propostas de epistemólogos que abordam o problema do conhecimento sem partir de nenhum desses pressupostos como, por exemplo, as propostas antirrealistas de Larry Laudan e Bas van Fraassen que abordam a questão da racionalidade e o progresso na ciência sem partir de pressupostos fundacionistas, representacionalistas e nem noções de verdade por correspondência. A má definição conceitual e a falta de aprofundamento teórico, também, é um problema na definição do que vem a ser a “cultura epistemológica”. Muitas vezes, os teóricos da dispersão apenas jogam na cara do leitor conceitos sem a menor problematização como se esses já fossem conhecidos ou como se já fossem unanimidades no contexto acadêmico e não precisassem mais ser debatidos. Figueiredo (2004), por exemplo, ao descrever características da cultura “pós-epistemológica”

como a “superação da hegemonia do pensamento representacional e da noção de verdade por adequação ou correspondência (p.25), não faz nenhuma definição desses conceitos e nem explica por que esses pensamentos já foram superados. Assim, como se a noção de “crise do sujeito moderno pela destituição do ‘eu’ de seu lugar privilegiado de senhor, de soberano” (p.36), já fosse consenso no meio acadêmico e não demandasse um debate mais aprofundado para além das referências por ele utilizadas. Essa forma de argumentar, também, pode ser percebida em Figueiredo (1992), ao falar do crescente abandono dos projetos fundacionistas: “cabe assinalar que o abandono do projeto fundacionista e a ênfase na investigação dos pressupostos das construções teóricas e das práticas vêm a calhar numa área como a nossa, marcada pela dispersão”. (p.20) A estratégia também se vê na definição conceitual de construtivismo, como podemos analisar na citação a seguir:

Há, entre os autores mencionados, posições mais nitidamente construtivistas do que outras; há diferenças significativas também, quanto ao estatuto da linguagem e – mais ainda – quanto ao estatuto da fala e de suas implicações ontológicas; contudo, que as linguagens, e principalmente, as línguas no seu uso, enquanto falas, sejam o meio universal da experiência, na qual objetos e sujeitos se constituem – vindo a ser – e se encontram uns com os outros, não acha entre estes autores nenhuma oposição. (Figueiredo, 2004. p.25-26)

Como podemos perceber nessas passagens, não há aprofundamento teórico a respeito desses pressupostos utilizados. Ferreira (2001), também, na sua busca por parcerias que esvaziem a aliança epistemológica regida pelo “ideal epistêmico da verdade como representação” (p.116) comete o mesmo erro que LCF – falta de aprofundamento teórico e má definição conceitual dos termos empregados. Não há em seus textos nenhuma menção de explicitar, descrever ou aprofundar teoricamente o que seria esse ideal epistêmico da verdade como representação. Porém, diferentemente do seu mentor, AALF não aparenta presumir que o debate sobre essa questão está encerrado. Entretanto, o que percebemos aqui nessa forma de expor seus argumentos é a falta de cuidado ao definir conceitos importantes, pois, além da exclusão de referências importantes para o debate, o autor confunde o uso dos termos empregados. Isto pode ser evidenciado pela não existência, em nenhum manual de filosofia, de algo como verdade como representação. Não existe nenhuma teoria da verdade com esse termo. O que existe é a teoria da verdade como correspondência. O máximo que o autor poderia fazer sobre associação desses conceitos era discutir a relação entre a verdade e a representação na modernidade, mas jamais afirmar algo como “ideal epistêmico da verdade como representação”.

A falta de cuidado na discussão de alguns conceitos e temas é tão grande por parte dos teóricos da dispersão, que fica parecendo que esta falta de atenção não passa de uma estratégia retórica de persuasão do leitor. Pois, a apresentação de um tema sem a evidenciação dos contraditórios e das problematizações sobre o assunto induziria os leitores a pensarem que o debate já está encerrado e seus posicionamentos são os mais corretos. Como veremos mais a seguir nesse item, os pressupostos por eles adotados são em sua maioria filosoficamente inconsistentes, o que também nos leva a crer na hipótese de que a fuga do esclarecimento teórico não é mero desleixo ou descuido, e sim uma estratégia retórica de convencimento. Exemplo maior desse “descuido” pode ser encontrado em Figueiredo (2004) na sua descrição de projeto epistemológico moderno ou cultura regulada pelo “ideal epistemológico”. Ele a descreve com as características de “separação entre sujeito plenamente sujeito (pura atividade) e um objeto puramente objetivo (pura passividade)” (p.23) e as tentativas de expurgarmos do sujeito do conhecimento, através do método, tudo que o “tornasse suspeito, não confiável, irregular e idiossincrático de forma a constituir a partir desta exclusão uma subjetividade purificada e elevada (reduzida) ao exercício da razão e da experiência na sua invariância e na sua universalidade”. (p.17) Estas características são, para ele, visceralmente avessas ao olhar psicológico e teriam induzido a psicologia a constituir-se à margem dessa tradição epistemológica.

Os problemas com essas afirmações são alguns. Em primeiro lugar, ela se constitui uma generalização grosseira do projeto epistemológico moderno com essas características. O projeto epistemológico da modernidade não é monolítico. Ele se constitui de inúmeras bases epistemológicas diferentes com pressupostos distintos sobre a relação sujeito do conhecimento e objeto. A fenomenologia husserliana, por exemplo, é considerada uma epistemologia moderna e não apresenta uma separação nítida entre sujeito e objeto, além de ter sido uma das bases epistemológicas da psicologia da Gestalt. O próprio empirismo inglês, um dos maiores pilares da epistemologia moderna que influenciou bastante o movimento do behaviorismo, apresenta em algumas de suas acepções uma imagem de sujeito passivo na relação com o objeto do conhecimento, o que o opõe à definição de separação entre sujeito plenamente sujeito (pura atividade) e um objeto puramente objetivo (pura passividade). Poderia me estender com outros exemplos, no entanto, o mais importante é frisarmos que não se pode reduzir o projeto epistemológico da modernidade e suas possibilidades apenas a esses atributos. Além de ser um equívoco teórico, corre o risco de criar preconceitos com essa área do conhecimento, que vem crescendo constantemente dentro da própria psicologia (ver

O'Dohonue e Kitchener, 1996), ainda mais no Brasil onde a discussão filosófica a respeito é muito deficitária (Pereira, 1995). Cabe lembrar que as possibilidades de estudo epistemológico dentro da psicologia são vastas. De acordo com Castañon (2012), a epistemologia da psicologia pode ser dividida em quatro aspectos: análise da cientificidade da psicologia, análise da natureza das leis e explicações psicológicas, adequação das metodologias, integração multidisciplinar. É justamente nesse primeiro aspecto que é definido como área que analisa as limitações ontológicas, epistemológicas e metodológicas da psicologia moderna e suas relações com determinada concepção de objeto e teoria em filosofia da ciência que o próprio trabalho de LCF se encaixa.

Segundo, nem toda epistemologia é avessa ao olhar psicológico. Como já discutimos antes, apesar das dificuldades intrínsecas ao seu objeto, nada impede que avaliemos epistemologicamente as diferentes teorias psicológicas. Um exemplo dessa possibilidade nos é exposta por Castañon (2009), quando ele afirma que “método hipotético-dedutivo é aplicável a qualquer fenômeno que tenha efeitos sobre o mundo físico, inclusive os psicológicos”. (p.26) De fato, colocar a psicologia como avessa ao projeto epistemológico moderno não soluciona nem elucida o problema da unidade da psicologia, pois, além de constituir-se num equívoco teórico, alimenta preconceitos com o método da ciência moderna na psicologia. Porque, em última instância, “o problema se trata de como aplicar o método mais bem sucedido na história da humanidade em obter conhecimento sobre o mundo natural ao fenômeno psicológico e não renunciar a ele”. (p.26)

O terceiro problema que podemos apontar nesse argumento é a falta de clareza na exposição dos pressupostos filosóficos utilizados e, principalmente, quando utilizados, a falta de consistência desses para embasar essa dissolução de “cultura epistemológica” ou de uma estratégia epistemológica, para analisar o problema da unidade da psicologia. Em poucos momentos nos textos dos teóricos da dispersão podemos apontar com clareza os pressupostos filosóficos dos quais eles partem. Sejam ontológicos ou epistemológicos. Nenhum é claramente exposto. Uma das poucas exceções se encontra em Ferreira (2011), que expõe claramente, sem muitas explicações, parte de um confuso posicionamento construtivista realista, proposto por Latour, onde tudo seria simultaneamente construído e real. Entretanto, apesar de AALF expor nesse texto que ele parte desse pressuposto, não podemos generalizá-lo para seus outros trabalhos sobre o tema. Desta maneira, como os pressupostos utilizados pelos teóricos da dispersão são mal definidos, superficialmente expostos e sem clareza, não podemos analisá-los com tanta profundidade, pois não sabemos em que medida os teóricos da

dispersão realmente aderem a eles. E para não cometermos a falácia do espantalho⁵⁸, não debateremos a fundo (origens, teóricos, diferentes versões e desdobramentos) todos os pressupostos. Iremos apenas debater brevemente alguns como antirrepresentacionalismo, noção pragmática da verdade, construtivismo social, crítica à separação entre doxa e episteme (dissolução do privilegio epistêmico da ciência frente a outros conhecimentos) que aparecem em seus textos. Aprofundaremos especialmente o debate sobre o pressuposto do antifundacionismo (crítica à noção de sujeito como fundamento autofundante) que tem maior relação com a temática do item. O intuito aqui é apenas de demonstrar as suas inconsistências, suas contradições com uma proposta de ciência moderna e afirmar que eles não obstaculizam, em hipótese nenhuma, uma possível unificação da psicologia.

Apesar de não ser explícito nos textos dos teóricos da dispersão, cabe apontarmos que a maioria desses pressupostos adotados, de uma maneira ou de outra, são ataques ao realismo ontológico. Pois o negando, estaremos simultaneamente afirmando a impossibilidade de fundarmos o conhecimento em bases seguras que transcendam as contingências sócio-históricas (fundacionismo); de haver uma relação estável entre as palavras e o mundo que elas representariam (representacionalismo); de existir o princípio da correspondência como critério de verdade e a separação da doxa (opinião) e da episteme (conhecimento científico). Segundo Castañon (2001; 2006; 2009), a adoção do realismo ontológico (no caso realismo crítico) é uma condição necessária para a atividade científica, pois qualquer atividade de pesquisa pressupõe antes de qualquer coisa a existência do objeto que está sendo pesquisado, sua existência num campo do real que independe do observador humano. Negar o realismo é, de uma maneira ou de outra, negar que os objetos do conhecimento científico existem independentemente das mentes ou atos dos cientistas, e a possibilidade de as teorias científicas corresponderem aproximadamente à realidade tanto em seus aspectos observáveis como inobserváveis. No caso particular do construcionismo, negar o realismo é pressupor ainda que não existe realidade além da linguagem construída pelo sujeito através de suas interações sociais e que, mesmo que ela exista, é inacessível (pessimismo epistemológico). Segundo Putnam (1975), através do seu famoso argumento do milagre, o realismo seria a única filosofia que não faz do sucesso da ciência um milagre, pois se as teorias científicas bem sucedidas não correspondessem ou fossem mais próximas da realidade, a empresa da ciência moderna não seria tão bem sucedida em prever e controlar os fenômenos da natureza. Desse modo, o argumento do milagre defende a

⁵⁸ Comete-se a Falácia do Espantalho ou Homem de Palha quando se atribui a outrem uma opinião fictícia ou se deturpam as suas afirmações de modo a terem outro significado.

alegação realista de que as teorias científicas bem-sucedidas empiricamente deveriam ser aceitas como aproximadamente verdadeiras em relação ao mundo e que outros esquemas de explicação para o êxito científico baseados em visões antirrealistas ou não realistas da ciência são insatisfatórios.

Em outro argumento em favor do realismo, Ryan (1999, p.493) afirma que a realidade independente ao sujeito tem papel fundamental na obtenção do conhecimento e que seria um erro pensar que o significado que resulta do contato do sujeito do conhecimento com o objeto físico é somente o resultado das interações sociais do primeiro. Em virtude de o objeto físico ser relativamente estável e independente do seu sentido atribuído socialmente, ele apresenta suas próprias características que são trazidas para os encontros com os sujeitos e tende a trazer sempre as mesmas características para todo encontro com o sujeito do conhecimento. É por causa disso que os significados que emergem destes encontros entre sujeitos e objetos físicos têm geralmente uma consistência muito grande entre sujeitos os mais diversos.

Já em Popper (1975b), em sua defesa do caráter objetivo do conhecimento científico, temos o que considero a melhor defesa do realismo. Segundo ele, o erro seria a prova racional da existência do mundo exterior. Uma vez que nossas expectativas sobre o que vamos observar no mundo nem sempre se realizam, fica perceptível a existência de alguma realidade independente a nós mesmos ou algo exterior à nossa consciência. Dito de outra forma, caso nossas teorias sobre a realidade a determinassem, jamais teríamos frustradas quaisquer expectativas ou vontades nossas e, fatalmente, continuaríamos eternamente com o mesmo conhecimento com o qual viemos ao mundo. Apesar de concordar com que não existe observação que não se faça à luz de uma teoria e as nossas expectativas teóricas sobre o mundo condicionarem muito do que vemos nele, para Popper, não podemos dizer que elas a determinam, pois sempre podem ser frustradas por alguma observação que nos revela algo que nunca esperaríamos observar. É desta forma que Popper defende que não é possível negar existência de uma realidade objetiva independente a nós mesmos. Primeiro, seria um erro lógico dizer que a existência do erro é um erro, segundo, seria contrafactual negar a possibilidade de erramos.

O pressuposto do antirrepresentacionismo, segundo Castañon (2001), é o de que não há nem poder haver uma relação estável entre as palavras e o mundo que elas representariam. O significado não se basearia nos objetos ou no processo mental, pois, fora da linguagem não haveria ponto de apoio objetivo nem independente para o pensamento. Desta forma, a linguagem seria autorreferente, não representaria nada fora dela mesma e o significado seria

adquirido através do contato social. Segundo esse autor, esse pressuposto seria problemático por dois motivos. Primeiro, pela desatualização em relação aos avanços da ciência cognitiva, teoria da informação e filosofia da mente, que indicariam a existência de estruturas e regras inatas que independem do contexto ou conteúdo semântico para existir. Desde o estudo clássico de Roger Shepard (Shepard & Metzler, 1971) sobre o pensamento por imagens, uma enorme quantidade de evidências experimentais se acumularam, de que seres humanos pensam ou processam informações independentemente da linguagem e, por isso, não poderíamos equiparar o pensamento à linguagem. Segundo, ao negarmos o representacionismo, em última instância, estaríamos negando o realismo ontológico, ou seja, a possibilidade de construir critérios epistemológicos objetivos que transcendam as contingências socioculturais, o que seria um equívoco. Maze (2001), também fazendo essa analogia do antirrepresentacionalismo com o antirrealismo, por outro lado, aponta para o problema da contradição lógica do antirrepresentacionalismo. Para ele, os teóricos que adotam esse pressuposto não poderiam propor a dissolução de nenhum outro pressuposto, pois, ao negar a existência de realidades independentes a serem referidas por nossas assertivas, eles estariam negando suas próprias possibilidades de reivindicação, na medida em que não existe critério objetivo para fundar o conhecimento. Outro problema, similar ao do antirrealismo, é que esse posicionamento retira qualquer privilégio epistemológico especial à ciência (equiparando-a a intuição ou ao mito) e coloca o seu sucesso preditivo sobre a natureza como esse se fosse um milagre ou coincidência cósmica. Seria o mesmo que afirmar que as decisões científicas sobre qualquer coisa seriam realizadas através da força, retórica e autoritarismo. Sem contar que, de acordo com Domingues (2007), o ato de representação é natural à esfera do conhecimento e da linguagem e não teria como impugnar esse pressuposto. Seria o mesmo de negar a possibilidade do conhecimento.

Fico espantado também que não cause o menor embaraço ao filósofo o fato de ela ser usada no teatro e no cinema enquanto veículo e expressão da ação: por que ela constitui problema nas esferas do conhecimento e da linguagem? Confesso que não entendo. Um matemático quando traça uma figura e propõe uma equação não está lidando com representações, uma pictórica e outra simbólica? Um astrônomo, um físico e um biólogo quando figuram aspectos do universo e do mundo em que vivemos com a ajuda da computação gráfica, não estão moldando representações, a exemplo da dupla hélice ao figurar a estrutura do DNA? Um economista ao usar a curva de Gauss, um sociólogo ao manejar uma tabela estatística e um linguista ao propor o algoritmo do significado não estão figurando representações? Se não é representação, o que é então? (Domingues, 2007, p.13)

A tentativa de dissolução do correspondentismo como critério de verdade pela substituição pelo critério pragmático de verdade é outra questão problemática. A rejeição do princípio da correspondência como critério de verdade, através da adoção da posição de que o que importa numa sentença não é se ela corresponde em sua estrutura sintática e semântica ao real, e sim suas consequências ou utilidade prática, é insustentável. Segundo Domingues (2007), reduzir a verdade às suas consequências práticas, utilidade ou a consensos intersubjetivos não soluciona os impasses das teorias correspondencialistas, pois, se avaliarmos a veracidade ou a falsidade de uma asserção através da averiguação das suas consequências práticas, a verdade e a mentira, a episteme e a opinião teriam o mesmo estatuto epistemológico. Isto, como já foi explicado, seria contraditório com o sucesso do empreendimento científico em prever e controlar a natureza em detrimento a outras explicações, a exemplo das religiosas e míticas. Além do que, a mentira e a ilusão podem ser úteis e trazer muitos ganhos ou vantagens e, desta maneira, não estaríamos permitindo a instauração da verdade, mas sim a cristalização da mentira e da falsidade.

Não podemos dizer que os elementos pragmáticos do conhecimento eliminam a noção de verdade por correspondência ou constituem um critério de verdade independente desse, pois, em última instância, as consequências práticas de uma teoria são fortes indícios de correspondência de um enunciado com a realidade. Quer dizer, não anulam, apenas corroboram. Já, por outro lado, constatar a eficiência prática de algo não ajuda a explicá-lo e nem a compreendê-lo melhor. Não acrescenta muito para compreensão teórica dos fenômenos estudados. Se passássemos a utilizar o critério de verdade pragmático como o principal critério de verdade científica, as possibilidades de explicação teórica ficariam limitadas. Como explicar que um fenômeno testado repetidas vezes, em condições ideais, acontece sempre daquela maneira, a exemplo da mistura química de um ácido e uma base produz sempre sal e água, sem corresponder, ao menos, aproximadamente a realidade? O critério de verdade pragmático não responde essa questão.

Outra crítica a esse posicionamento é feita por Stroebe e Kruglansky (1989) em sua crítica a epistemologia social. Ele afirma que abandonar o critério de correspondência que apresenta a realidade como critério de escolha entre teorias, seria o mesmo que converter a epistemologia em política. Pois, já que uma teoria não precisa ser sequer internamente coerente (válida logicamente) ou corresponder à realidade (validade empírica), ela seria apenas útil aos interesses políticos de uma comunidade científica específica. As teorias não seriam mais aproximadamente verdadeiras ou falsas, mas sim “boas” ou “ruins” de acordo com utilidade

delas para a comunidade que a utiliza no âmbito das práticas. Explicaremos mais a frente esse equívoco de mistura do conhecimento epistemológico com a posição política.

O construtivismo social é a crença de que o ser humano constrói o conhecimento através apenas da linguagem de suas interações sociais, ao invés de descobrir uma realidade objetiva e independente. Segundo Zuriff (1998), o pressuposto central dessa crença é a posição ontológica acerca da natureza sócio-histórica da realidade e do conhecimento. Esse pressuposto é um dos mais problemáticos da filosofia. Apesar de sua gênese ser antiga e remontar aos embates entre socráticos e sofistas, nos dias atuais, apresenta novas acepções. Nos teóricos da dispersão, esse posicionamento pode ser constatado nas afirmações de LCF e AALF sobre a natureza e gestão do espaço psicológico. Porém, como essa discussão não é bem definida claramente em seus textos, não podemos direcionar nossa crítica diretamente aos seus argumentos, porque não sabemos quão de construtivismo eles adotam. Desta forma, iremos apenas apontar alguns contradições desse posicionamento⁵⁹, sem a pretensão de discorreremos exaustivamente sobre ele.

Além dos problemas relacionados ao antirrealismo, antirrepresentacionalismo, dissolução do critério correspondentista de verdade e da distinção entre doxa e episteme, já abordados anteriormente, o primeiro problema desse posicionamento é etimológico. O construtivismo social, de acordo com Castañon (2009, p.185), não deveria usar o termo “construtivismo” para se denominar, pois não pertence à tradição filosófica construtivista. O construtivismo é uma resposta para a antiga questão da origem do conhecimento e sua relação com a realidade derivado da tradição kantiana que afirma que o sujeito não constrói a realidade, mas sim suas representações sobre ela. O construtivismo tradicional é realista, mas existem variações idealistas da posição. Isso porque o que define a posição construtivista não são teses ontológicas, mas epistemológicas. Para todo tipo de construtivismo o sujeito é ativo na construção de suas representações da realidade. De maneira oposta, o construtivismo social parte do princípio de que as representações que temos da realidade são causadas por processos sociais e estímulos sensoriais; as hipóteses que temos sobre como o objeto funciona são condicionadas pela linguagem e causadas socialmente. Para este, o sujeito individual não é o agente do conhecimento, mas sim a sociedade ou algo indefinido. Desta forma, o construtivismo social não seria um construtivismo, pois não seria aceitável, nem para a mais simples análise etimológica, conceber um construtivismo sem sujeito.

⁵⁹ Para maiores esclarecimentos e aprofundamentos das críticas ao construtivismo social sugiro a leitura de Castañon (2001; 2009).

Outro problema desse pressuposto seria o problema lógico de sua afirmação. Kukla (2000) expõe claramente dois problemas lógicos da tese da construção social do conhecimento e dos fatos. O primeiro é o problema da regressão ao infinito. Segundo ele, esse problema pode ser exposto da seguinte maneira: se toda crença é socialmente causada, então a crença C' de que toda crença C é socialmente causada deve ter sido ela mesma socialmente causada, e a crença C' de que C' foi socialmente causada deve ter sido causada socialmente e assim sucessivamente, gerando o problema da regressão infinita. Como seria ilógico, para considerar C como uma crença socialmente causada, afirmar que ela deveria ser causada por um número infinito de crenças, C não seria possível. Mas se tomarmos como base o fato que C já existe, então a tese de que ela requer uma quantidade infinita de trabalho para ser feita, também, deve ser falsa. Logo, a tese de que todas as crenças são causadas socialmente é falsa, e esse problema da regressão ao infinito torna-se um obstáculo quase intransponível nessa posição. Cabe lembrar que esse argumento, também, pode ser utilizado com a tese ontológica da construção social dos fatos ou objetos. Ou seja, se todo fato é construído, então o fato F' de que o fato F foi construído, deve ter sido ele mesmo construído socialmente, o fato F'' de que F' foi construído, deve ter sido construído socialmente e assim sucessivamente.

Segundo, o problema da não contradição⁶⁰ Kukla (2000) demonstra que podemos paradoxalmente construir fatos científicos opostos que anulam um ao outro em tempos diferentes e ambos com pretensão de dizer a verdade. Como não poderiam existir dois fatos opostos e verdadeiros ao mesmo tempo, a contradição está consolidada, como podemos ver a seguir:

[...] podemos construir no ponto T1 do tempo o fato X0, pretendendo que ele, a partir de T1 tenha sido sempre verdadeiro. No momento T2, posterior a T1, a contingência da produção científica pode nos levar a construir o fato $\neg X0$, e isso implicaria que ele também sempre existiu. Mas como X0 e $\neg X0$ podem ser verdadeiros ao mesmo tempo? Contradição. Como afirma Kukla, se você concluir que um dos dois fatos não pode ser construído, então existem fatos independentes. (p.111)

O problema da causação retroativa é sem dúvida um dos maiores problemas do construtivismo social. Ele pode ser descrito da seguinte maneira: se o objeto da ciência é construído por práticas representacionais e redes sociais no momento da pesquisa, os objetos, como o planeta terra, montanhas e mente, não existem antes de sua “descoberta” ou estabelecimento científico, só depois. De acordo com Boghossian (2006), essa tese da

⁶⁰ O princípio da não contradição é um principio da lógica clássica, formulado por Aristóteles, que afirma que duas afirmações contraditórias não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo.

construção social dos fatos implica em uma bizarra forma de causalidade para trás, onde a causa (nossa atividade) vem depois do efeito (planeta, montanha, mente). Essa afirmação, segundo Castañon (2009, p.193), é equivalente a declarações que, em outro contexto, como uma entrevista inicial em hospital psiquiátrico, são tomadas para diagnosticar esquizofrenia. Como aponta Niiniluoto (1999, p.274), seria o mesmo que culpar contraditoriamente o doutor Robert Gallo por todas as infecções causadas pelo vírus HIV, já que sua existência passou a ser verdadeira somente depois de sua construção social e afirmar que os casos anteriores não passaram de ficção. A partir daí, segundo Castañon (2009, p.198), também seria fácil concluirmos que cientistas não deviam mais se dedicar a descobrir (construir) novos vírus e bactérias, ou procurar prever terremotos, nem rastrear asteroides candidatos a se chocar contra a Terra, o que seria um absurdo!

Outro problema dessa causação retroativa seria sua inconsistência lógica. Boghossian (2006, p.39), tomando como pressuposto a posição padrão da física de partículas, argumenta que os elétrons constituem os objetos que vemos e com os quais interagimos, inclusive nossos próprios corpos, mesmo que supuséssemos que o universo só existe enquanto existirmos, não poderíamos afirmar a existência dos elétrons a partir da nossa descrição já que, também, somos construídos por elétrons. Seria uma contradição.

O antifundacionismo pode ser definido como a descrença na possibilidade de fundar o conhecimento em bases seguras para além das práticas e contingências sócio-históricas. Em outras palavras, é a afirmação de que não temos uma fundação epistemológica segura sobre a qual o conhecimento possa ser sedimentado, tanto seu conteúdo quanto nossas normas epistêmicas são construções sociais contingentes ao seu tempo e contexto. Ou seja, o conhecimento seria mais um acordo intersubjetivo entre redes sociais (crença socialmente compartilhada), já que não existiria nada de universal, objetivo ou a-histórico para legitimá-lo. Esse tipo de pressuposto, apesar de parecer na maioria das vezes implicitamente nas análises externalistas de LCF e AALF sobre as condições de possibilidade de formação da psicologia como uma disciplina científica (série de transformações culturais, sociais, econômicas e políticas) e nas afirmações de impossibilidade de fazer epistemologia no sentido forte do termo (estabelecimentos de critérios), aparece citado diretamente em Figueiredo (1992, p.19-20):

Em primeiro lugar, a centralidade das questões epistemológicas no campo da cultura moderna e científica tem sido cada vez mais problematizada (Rorty, 1979, 1982, 1990); observa-se em todo o pensamento contemporâneo um abandono progressivo e às vezes dramático do projeto fundacionista, ou seja, do intento de fazer repousar o conhecimento científico em bases sólidas e inquestionáveis, isto é,

em alguma forma de conhecimento imediato e indiscutível tal como foram os projetos e epistemológicos da modernidade, sejam os de inspiração baconiana, sejam os oriundos da tradição cartesiana. Ao contrário disso, já se torna quase consenso a aceitação de que não há tais fundamentos, de que não há conhecimento sem pressupostos sendo que estes podem se explicitados, e é bom que sejam, mas jamais serão verificados ou refutados. No máximo eles poderão ser avaliados em suas propriedades heurísticas, ou seja, na sua fecundidade e na sua eficácia.

O ataque central LCF ao fundacionismo é também o ataque à noção moderna de sujeito como fundamento autofundante de todo conhecimento. Segundo ele, esse pressuposto para validação do conhecimento seria apenas um consequência contingente aos processos de subjetivação oriundos da modernidade, assim como, também, suas estratégias através do método de purificar acesso ao conhecimento. Cabe ressaltarmos que esse pressuposto tem correlações fortes com todos os outros pressupostos que já foram debatidos e apresenta uma série de problemas como, por exemplo, o problema lógico de sua própria validação; a proximidade do conceito de incomensurabilidade de paradigmas; a dissolução do contexto de descoberta e contexto de justificação e a dissolução da noção de sujeito ou mente para psicologia.

O problema lógico pode ser traduzido da seguinte forma: como os teóricos da dispersão podem afirmar que o antifundacionismo seria um pressuposto filosófico mais correto a ser adotado, se, no entanto não existe nada que possa fundamentar essa sua posição epistemológica? Os teóricos da dispersão ao afirmarem o pressuposto antifundacionista em detrimento do fundacionismo caem em contradição, pois obviamente defendem que essa é uma posição epistemológica mais correta. No entanto, não possuem recursos nenhum para validar suas afirmações, já que eles mesmos afirmam que não há parâmetro ou fundações epistemológicas seguras para avaliar qualquer conhecimento. Então fica a pergunta: como foi possível chegar a essa conclusão acerca da validade do conhecimento (ou seja, a da não validade) e como podemos entendê-la como válida, já que nenhum conhecimento possui fundamentação segura?

Outra crítica direcionada ao antifundacionismo é sua aproximação com o conceito kuhniano de incomensurabilidade dos paradigmas. Segundo Castañon (2004, p.76), uma vez que se admite que as normas epistêmicas são meras construções nossas e que, portanto, nós não teríamos uma fundação epistemológica segura sobre a qual o conhecimento poderia ser construído, estaríamos repetindo de outra maneira a alegação kuhniana de incomensurabilidade dos paradigmas. Além de ela apresentar problemas lógicos incorrigíveis, como apresentado no item anterior, apresentaria uma forte oposição à noção de contexto de descoberta e contexto de justificação que é essencial para ciência moderna. De maneira geral, o contexto de descoberta

seria o conjunto de aspectos contingentes na produção de uma teoria (políticos, sociais, culturais, econômicos etc.), e o contexto de justificação seriam os aspectos que não dependem do contexto: regras lógicas e realidade empírica. Segundo Castañon (2001, 2006, 2009), a distinção clara entre esses contextos é um dos pilares da epistemologia moderna e uma condição necessária para que haja a possibilidade de construção de critérios epistemológicos objetivos para avaliar o conhecimento. Segundo ele, baseado em Popper (1975), seria um erro dissolvê-la, principalmente, por dois motivos. O primeiro seria inverossímil afirmarmos que os fatos são determinados pela estrutura teórica que é criada no contexto da descoberta. Para Castañon (2006, p.77), afirmar que o condicionamento da observação de certos fatos à nossa estrutura teórica não é idêntico à sua determinação por essa estrutura. A adesão a essa posição seria a renúncia ao realismo ontológico, ou seja, a crença de que existe um mundo que é, ao menos em parte, responsável por nossas impressões sensoriais. Isso seria contrário a uma concepção moderna de ciência. Em outras palavras, o que os teóricos da dispersão estariam fazendo ao adotar a postura antifundacionista sobre a possibilidade de existir fundamentos seguros para validação do conhecimento é, de uma maneira ou de outra, compactuar com teses antirrealistas como: a inexistência de realidade independente de nossa consciência ou, no mínimo, a impossibilidade de acesso a essa. Isso evidentemente coloca em dúvida a possibilidade de a psicologia ser uma ciência moderna. Segundo Popper (1975), como vimos antes, esse posicionamento não é sustentável, pois nossas observações são condicionadas por nossas teorias, porém, não determinadas por elas. E isto pode ser constatado tanto no plano prático, quando nossas expectativas teóricas sobre o mundo são frustradas por alguma observação (ou seja, quando a realidade se impõe independentemente de nossa vontade e nossas teorias), quanto no plano lógico, pois seria uma contradição afirmar que o erro não existe. Isto seria o mesmo que afirmar que o erro é um erro.

Segundo, ao afirmar que não temos nenhuma fundação epistemológica segura, além de ignorar deliberadamente o fato evidenciado através de todas as conquistas da ciência moderna de que nós podemos avançar em nosso conhecimento sobre a realidade, se compromete implicitamente com a tese epistemológica de que não podemos avançar de teorias inseguras para teorias seguras. (Castañon, 2004, p.75) Segundo Popper (1975), isso não é verossímil, pois podemos certamente avançar de teorias inseguras para teorias menos inseguras através de um processo de tentativa e erro, conjecturas e refutações. Desta forma, o progresso na ciência poderia ser alcançado. Ao considerar que as teorias não podem ser nunca verificadas ou demonstradas verdadeiras apenas falseadas, Popper afirma que uma teoria

poderia ser considerada mais segura do que outra, quando ela se constitui por um conjunto de enunciados logicamente consistentes entre si, falseáveis e resistente às refutações empíricas da realidade. De acordo com Oliva (1990), afirmar que não há regras ou fundamentos epistemológicos que transcendam as modificações sócio-históricas, seria o mesmo que decretar a falência da própria pretensão de regulamentar a atividade de produção de conhecimento chamada ciência, o que seria muito diferente de declarar a falência do modelo positivista de ciência que tinha apenas na observação empírica o seu fundamento. Segundo ele, a ciência pode ser descrita como o processo no qual nossas teorias são julgadas por fatos e consistência lógica e de que só podemos corroborá-las quando respaldadas por esses critérios e refutá-las quando conflitam com contraexemplos. Fora desse modelo cairíamos em um terrível ceticismo epistemológico que transformaria a ciência em política, onde imperaria a força e autoritarismo da opinião. Seguindo essa posição, Castañon (2004, p.79) afirma que o modo de obtenção de conhecimento que aspira a formular, mediante linguagens rigorosas e apropriadas (e sempre que possível matemática), leis universais que expliquem, ainda que probabilisticamente, fenômenos da realidade objetiva não são meramente um ideal modernista de ciência. É um ideal de conhecimento seguro sobre os fenômenos que permitiu à espécie humana um amplo aumento de sua liberdade frente às limitações que o meio-ambiente impunha sobre sua existência na Terra. Em decorrência disso, a ciência, através da força dos fatos empíricos (critérios públicos de verificação), da clareza, consistência e coerência teórica, possibilidade de falsificação e repetição dos resultados pragmáticos de sua aplicação, seria uma das maiores forças emancipatórias da humanidade e um empreendimento essencialmente democrático, já que nos permite estabelecermos consensos sobre as coisas sem o autoritarismo da opinião, opressão ou irracionalismo de alguns grupos ideológicos, fundamentalistas ou dogmáticos.

Outro problema desse pressuposto antifundacionista, o último que abordaremos, é a proximidade com noção pós-moderna de morte do sujeito. Essa noção pode ser caracterizada pela dissolução do sujeito como fundamento do conhecimento nas redes de relações linguísticas sociais em que está inserido. Aqui, a noção de sujeito epistêmico como fundamento para o conhecimento perde força em detrimento da provisoriade dos acordos sociais como forma de validação desses. Em outras palavras, o sujeito seria apenas uma construção de sentidos linguísticos, num dado momento histórico, social, vocabular. A capacidade de observar, analisar, raciocinar não seria devida a uma natureza imanente, que nos conecta com uma instância superior, seja a alma, Deus ou a natureza. Seriam apenas

capacidades que só existem no universo da palavra, do conceito, dos sentidos atribuídos dentro de uma comunidade de falantes onde esses termos são entendidos. Segundo Kvale (1992), essa mudança na forma de encarar os processos de validação do conhecimento equivaleria ao absurdo de decretar a morte da psicologia como ciência moderna. Castañon (2006, 2009) concorda com Kvale nessa posição. Segundo ele, o projeto da psicologia como uma ciência moderna ainda está vivo e a maioria das críticas a ele direcionada são estéréis por estarem embasadas em pressupostos filosoficamente incoerentes, na sua maioria pós-modernos, e más interpretações dos avanços científicos. A dissolução do sujeito como fundamento seguro para o conhecimento seria similar à dissolução da epistemologia como estratégia para validá-lo, e sua substituição por abordagens política e ética, seria mais um deles. O principal problema dessa modificação, segundo ele, estaria relacionado com o erro filosófico de confundir a esfera ética, política e moral com a epistemológica. Segundo Castañon (2004b, p.162), esse é um dos equívocos mais característicos do pensamento pós-moderno: a confusão entre o objetivo epistemológico de conhecer a verdade e as metas políticas de poder e transformação social. O objetivo da ciência é a obtenção de conhecimento sobre a realidade, não a transformação desta, que é o objetivo da ação social e política. Para Seminário (1980), não haveria relação direta entre as demandas ético-políticas com o conhecimento da natureza das coisas. Para ele, apesar de considerar a importância do diálogo entre essas esferas do conhecimento, não devemos misturá-las, pois os problemas éticos e políticos do conhecimento não anulam o conhecimento epistêmico sobre as coisas.

[...] Se nós quiséssemos questionar a cientificidade da física nuclear por ter sido usada na bomba atômica, deveríamos concluir que essa bomba nunca explodiu. Foi um ato de pensamento mágico ou uma fantasia. Se ela foi real é porque existe um conhecimento empírico autêntico da infraestrutura do átomo. E esse conhecimento – aspecto semântico do problema – poderá vir a ser utilizado em infinitas técnicas – aspectos pragmáticos. Da mesma maneira, uma guerra bacteriológica nunca invalidaria o saber científico da biologia e tampouco seus usos para salvar vidas humanas. E o mesmo raciocínio é aplicável à psicologia ou a qualquer ciência. O tabu da não utilização de uma ciência porque já serviu a fins maléficos é, no fundo, um pensamento mágico porque todas as condutas humanas já tiveram ao longo da história algum uso nefasto. (p.27)

Após essa análise dos problemas conceituais e dos pressupostos utilizados pelos teóricos da dispersão, podemos chegar a algumas conclusões. Como vimos, os argumentos utilizados para dissolver a cultura epistemológica e que afirmam a impossibilidade de se fazer epistemologia no sentido forte do termo em psicologia apresentam uma série de problemas,

pois, além de serem mal definidos conceitualmente e pouco aprofundados teoricamente, estão ancorados em pressupostos filosóficos inconsistentes, tanto filosoficamente quanto cientificamente e, também, contrários aos ideais de uma psicologia como ciência moderna. Por isso, para concluir esse item, podemos afirmar que, independentemente da natureza altamente complexa e das dificuldades epistemológicas e metodológicas de estudo do objeto da psicologia, nenhum desses argumentos dá como encerrada a discussão do assunto e a possibilidade de unificação na psicologia ou criação de critérios epistemológicos para ela.

3.3.4. A dispersão da psicologia seria irremediável e sua unificação impossível devido à existência nela de dois projetos de ciência inconciliáveis e falta de especificidade do seu saber?

O argumento da existência de dois projetos de ciência inconciliáveis em seu campo e falta de especificidade de seu conhecimento são, frequentemente, usados pelos teóricos da dispersão para justificar a irremediabilidade da dispersão da psicologia e da impossibilidade da sua unificação. Esse posicionamento pode ser descrito da seguinte forma: como no interior do campo psicológico existem dois modelos de ciência opostos e irreduzíveis um ao outro (modelo de ciências naturais e de ciências humanas) e seu conhecimento não tem nenhuma especificidade em relação às biológicas e à sociologia no quadro das ciências, a dispersão da disciplina seria irremediável. Utilizando argumentos que vão desde a retomada do projeto de Wundt como indício dessa cisão e retomadas dos vetos comteanos à possibilidade de a psicologia tornar-se uma ciência independente, os teóricos da dispersão tentam legitimar seu posicionamento. Porém, como esses argumentos não são seus principais acerca do problema da unidade da psicologia, iremos aqui apenas apresentar alguns problemas sobre eles.

Com relação à cisão da psicologia em dois modelos irreduzíveis, Penna (1997), por exemplo, defende que, desde a obra de Wundt, há polarização entre o fisiológico/biológico e o social e que “daí em diante, a polarização básica da psicologia permanece centrada, de um lado, no fisiológico e, de outro, no social com uma compartimentação excessiva no que toca à pesquisa”. (p.26) Figueiredo (2008) aponta para as diferentes matrizes – cientificistas e românticas – inconciliáveis dentro do projeto da psicologia como ciência independente, como uma das geradoras da dispersão no campo psicológico. Já em citações sobre a atualidade ou a superabilidade dos vetos comteanos (Garcia-Roza, 1977, p.21; Figueiredo, 2002, p.16-17; Ferreira, 1999, p.37), eles afirmam a falta de identidade e especificidade da psicologia em

relação às outras ciências. Diante desse quadro, defenderemos aqui que a distinção entre esses dois modelos de ciência não é intransponível, como também não é o argumento de que a psicologia não apresenta nenhuma especificidade no quadro das ciências. Essas questões ainda estão em aberto e precisamos de maiores esclarecimentos sobre o assunto antes de usá-las como argumento para o impedimento de uma possível unificação da psicologia.

A proposta de Wundt, considerada uma das pioneiras da psicologia como disciplina independente, desde o início para alguns teóricos da dispersão já apresentava uma cisão entre as ciências naturais e as ciências humanas. De um lado, a “Psicologia fisiológica”, supostamente com o método experimental característico das ciências naturais (viés empírico) e foco no estudo dos processos elementares da consciência; do outro, a “Psicologia dos Povos” que enfocava o estudo das produções da mente coletiva (fenômenos culturais) pelos métodos comparativos e descritivos característicos da antropologia e das ciências sociais. Apesar de sua proposta, a princípio, afirmar apenas a especificidade metodológica, outras propostas condensadas na célebre oposição entre explicação e compreensão, de W. Dilthey, no entanto, rapidamente levaram essa cisão do plano metodológico ao plano ontológico. Dentro da psicologia, essa oposição pode ser evidenciada principalmente no embate entre behavioristas e humanistas onde, enquanto os primeiros queriam reduzir a psicologia a associações entre estímulos e respostas, os segundos, justificando através da irreducibilidade das ciências humanas a especificidade ontológica do objeto psicológico, queriam o constituir exceção à ordem da natureza. A separação da pesquisa psicológica nomotética e idiográfica pode ser apontada como outro exemplo. Como expõe Krüger (1997), a pesquisa psicológica nomotética partiria dos pressupostos da crença ontológica da regularidade do objeto, ou seja, que existam relações funcionais estáveis entre variáveis antecedentes e variáveis consequentes e teria a pretensão de obter de teorias e hipóteses de aplicação geral sobre o fenômeno psicológico. Já a pesquisa idiográfica partiria da posição ontológica da relativa autonomia do objeto da psicologia frente aos condicionamentos que lhe são impostos. Esta orientação de pesquisa teria como pretensão na investigação psicológica a busca de compreensão do significado da experiência humana e não a busca de teorias e hipóteses de aplicação generalizada. Em suma, o campo da psicologia poderia ser separado em dois domínios irreduzíveis um ao outro. De um lado, perspectiva nomotética que busca explicar as causas do comportamento; do outro, a perspectiva idiográfica que busca compreender os motivos.

Já Comte, em seu *Curso de Filosofia Positiva*, por volta de 1836, afirmava que não havia espaço para uma ciência psicológica. A psicologia seria uma ciência redundante, pois se

tomasse como objeto o indivíduo, ela seria reduzida à biologia; se tratasse dos aspectos sociais do homem, seria reduzida à sociologia. Em outras palavras, de acordo com a concepção de ciência do pai do positivismo, uma ciência psicológica seria um projeto impossível.

Ambos os argumentos utilizados para vetar uma possível unificação da psicologia são problemáticos. Tanto os que afirmam a inconciliabilidade das ciências naturais e as ciências humanas, quanto os que defendem os vetos com base na falta de especificidade da psicologia no campo das ciências. Este problema que a psicologia enfrenta, segundo Araújo (2002, p.54), está relacionado com o problema de definição do objeto da psicologia. Como até o momento não existiria consenso ou resposta definitiva sobre essa questão, a psicologia tem, constantemente, sua autonomia e identidade ameaçadas. Para os teóricos da dispersão, com exceção de AALF, que apresenta uma postura emblemática sobre a natureza do saber psicológico⁶¹, um dos motivos para essa crise de identidade da psicologia adviria da existência de dois modelos inconciliáveis de ciência no seu campo. Assim, desta maneira, por conta de a psicologia ocupar ora um lugar nas ciências da natureza e ora se instalar no interior das chamadas ciências humanas, a dispersão da psicologia seria irremediável, pois seria impossível construir critérios epistemológicos que abarcassem as diferenças entre elas. Colocando o problema nos termos de Figueiredo (2008): como unificar o espaço psicológico, já que dentro dele habitam duas grandes matrizes antagônicas com concepções irreduzíveis entre si? De um lado, abordagens e movimentos psicológicos gerados por matrizes científicas que tomam como base o modelo das ciências naturais e partem do pressuposto de que existe uma ordem natural ou regularidade do objeto psicológico, leis psicológicas a serem descobertas e a possibilidade de fornecer um conhecimento útil para a previsão e o controle dos eventos psíquicos e comportamentais. Do outro lado, as abordagens e os movimentos gerados por matrizes românticas e pós-românticas que tomam como base o modelo das ciências humanas e partem do pressuposto de que o objeto da psicologia não são eventos naturais, mas, formas expressivas – atos e vivências singulares, únicas e irreduzíveis dotados de valor e significado. Aqui, segundo Figueiredo (1992b, p.21), enquanto as psicologias engendradas por matrizes científicas propunham-se como conhecimento apto a previsões e controles, e, nesta medida, obrigavam-se a explicar os eventos psíquicos e comportamentais, os inseridos numa ordem natural, as psicologias engendradas a partir das

⁶¹ AALF apresenta uma posição construtivista realista, influenciada pela teoria do ator-rede de Bruno Latour, sobre a ontologia, onde a cisão entre as ciências naturais e ciências humanas seria um desdobramento projeto de uma modernidade impossível, notadamente na cisão entre dois entes purificados. Porém, nem em Latour e nem AALF, há clareza nos limites ontológicos dessa dissolução.

matrizes românticas têm como meta compreender, ou seja, gerar conhecimentos aptos à apreensão das formas expressivas.

Essa distinção de dois modelos antagônicos que residiriam no seio do espaço psicológico é utilizada com frequência pelos psicólogos. Gregory Kimble (1984), por exemplo, em seu famoso artigo *Psychology's two cultures* na *American Psychologist*, defende que as grandes diferenças dentro da psicologia em termos de valores profissionais e científicos, pressupostos epistemológicos e perspectivas entre os vários grupos de psicólogos, derivavam da existência de dois sistemas de valores divergentes: o naturalismo e o humanismo. Posteriormente, esse seu estudo serviu como referência para inúmeros outros trabalhos que atestam para a existência de bem mais do que duas “culturas” distintas dentro da psicologia. Entretanto, todos tinham como base das suas discussões sempre a cisão ontológica entre os dois modelos de ciências – o das ciências naturais e o das ciências humanas.

De acordo com Simanke (2009, 2014), essa distinção é extremamente problemática por diversos motivos. Primeiro, porque remete a uma controversa tese da excepcionalidade humana, a qual partiria do pressuposto de que o ser humano pertence a uma dimensão ontológica distinta do resto da natureza. Esta distinção, baseada no dualismo ontológico, colocaria o ser humano com características antinaturais e, por isso, não deveria ser estudado por métodos das ciências da natureza, apenas por metodologias provindas das ciências humanas, quando possível. Desta forma, questões, como sentido e valor, por serem características exclusivamente humanas não seriam abordáveis numa perspectiva naturalista. Segundo Simanke, embasado em J. M. Schaeffer, esse posicionamento não passaria de uma vaidade antropocêntrica dos seres humanos, pois não haveria critério algum para legitimar como artificiais ou sociais os objetos que dependem da ação humana, e de naturais os que dependem da ação de outros seres para existir, como as colmeias de inseto, ninhos de pássaros ou represas de castor. Como, também, não acompanhariam os avanços nas ciências, pois não levam em consideração os inúmeros estudos, a exemplo da semiologia morfodinâmica, sociobiologia, a neuroética ou a ecologia humana, que abordam questões consideradas da “área das humanas” através de uma perspectiva naturalista. Para Simanke (2009, p.224), com as implicações do surgimento dessas novas subdisciplinas é possível começar-se a duvidar de que o pertencimento das mesmas ao campo das ciências humanas ou das ciências naturais seja ainda uma questão produtiva ou epistemologicamente fecunda. Em suas palavras:

Talvez no contexto de uma concepção da natureza como história, o problema de como um ser natural pode vir a ser um sujeito sem deixar de ser parte da natureza –

crucial para a superação da dualidade entre ciências humanas e naturais – possa ser mais bem equacionado. Mais recentemente, uma filosofia das ciências sociais fundamentada em uma visão realista das ciências (cf. Bhaskar, 1989; Keat, 1981, entre outros) procurou resgatar um naturalismo qualificado capaz de promover a integração metodológica das ciências humanas e naturais e ultrapassar, eventualmente, a fratura ontológica que serve de base a essa dualidade. (Simanke, 2009, p.234)

O segundo problema é que normalmente esse debate sobre a cisão entre ciências naturais e ciências humanas em domínios distintos e variedades metodológicas, epistemológicas e ontológicas, comete o erro de achar que só a versão positivista do naturalismo científico é concebível, como, também, apresenta implicitamente, ao circunscrever um domínio epistemologicamente excepcional para a investigação exclusiva dos fenômenos humanos, uma visão ainda positivista da ciência da natureza (no caso, o neopositivismo). No primeiro caso, porque existem outros modelos de naturalismo e outras várias propostas distintas do positivismo defendendo a extinção da cisão entre as duas ciências (ver Simanke 2009, 2014). No segundo caso, porque a distinção taxativa entre fato e valor e aspectos abordáveis por uma metodologia naturalista é típico dessa filosofia.

Apesar da virtual dissolução do programa neopositivista a partir do final da década de 1960, percebemos que ainda hoje permanecem inúmeros estigmas e mal entendidos em relação à cisão entre as ciências e as propostas de unidade da ciência. Além do que, essa separação seria semelhante à anacrônica oposição entre “conceito” e “observação empírica” (mito da neutralidade científica), enquanto alguns estudos contemporâneos sobre a percepção supostamente a desmentiriam. Trabalhos como o de R. L. Gregory (1979) indicam que toda percepção, por mais elementar que seja, já é ela mesma uma “construção” sobre a realidade, uma hipótese que o cérebro faz sobre a realidade. De acordo com esses estudos, podemos confirmar a premissa popperiana de que toda observação só pode ser feita à luz de uma teoria e, assim, embebida de valores, o que dificultaria qualquer separação precisa entre conceito e observação empírica ou fato e valor. Não é à toa que, para Popper, a oposição entre as ciências naturais e as humanas não é legítima. Ele acreditava na possibilidade de unificação das duas através do método hipotético-dedutivo.

Por outro viés, Castañon (2006), em sua proposta de demarcação do campo psicológico, também, questiona essa cisão entre ciências naturais e ciências humanas. Para ele, não existe a separação do campo da ciência entre dois tipos de ciência, mas, sim, a separação entre o campo a ciência, onde ela trabalharia em parceria com a filosofia, e o campo de domínio exclusivo da filosofia. Para ele, a cisão entre duas formas distintas de

conceber a ciência seria um erro filosófico muito comum e se caracterizaria pela confusão entre o domínio da ciência e o domínio da filosofia. O domínio da ciência seria o campo das causas eficientes; já o domínio da filosofia seria, além disso, o campo das causas finais ou teleologia. Em outras palavras, a distinção de Dilthey entre ciências naturais e humanas (Naturwissenschaften e Geisteswissenschaften), o contraste metodológico de Max Weber entre explicação e compreensão, entre causas e razões, não separariam no seu entendimento o campo entre dois tipos de ciência, mas, sim, o campo entre um domínio onde a ciência pode atuar em complementaridade com a filosofia e um domínio exclusivo da filosofia. Desta forma, segundo Castañon (2006, p.85), sentido, motivos, valores, razões, criatividade, liberdade, justiça, não seriam questões da ciência, mas questões exclusivas da filosofia, pois, última instância, baseado em Robinson (1985), a própria ideia de uma ciência do singular seria um contrassenso. Toda ciência, segundo ele, seria nomotética e visaria estabelecimento de leis ou padrões universais, e a investigação do individual pode se valer de técnicas surgidas das ciências nomotéticas, mas ainda assim seria sempre interpretativa e filosófica. Por isso, partindo do pressuposto da multicausalidade do fenômeno psicológico e da impossibilidade de reduzi-lo a uma única esfera de causalidade ou um único nível de explicação – física, biológica, lógica e social, Castañon (2006, 2010) propõe um novo modelo de demarcação da psicologia baseado em sua proposta de explicação psicológica – a explicação condicional, em substituição à dedutivo-nomológica e à probabilística, onde dividiria o campo em duas abordagens complementares e irreduzíveis – explicativo e falsificável (campo científico/filosófico) e compreensivo e explicativo infalsificável (campo exclusivo da filosofia. Através dessa nova proposta de natureza da explicação psicológica, ele aponta uma saída para unir aspectos que são considerados “típicos das ciências humanas”, como o pressuposto da liberdade relativa do ser humano em relação aos condicionantes biológicos, psicológicos, físicos e sociais, com aspectos considerados típicos das ciências naturais, como o pressuposto de rigor e precisão, e a pretensão de descobrir leis universais.

Já com relação à falta de especificidade da psicologia no quadro das ciências (a retomada dos vetos comteanos), acabamos em outra controvérsia. Não há resposta definitiva sobre o assunto. Entretanto, apesar de muitos ratificarem a falta de identidade da psicologia, existem alguns teóricos que defendem que ela já tem um lugar específico e de distinção das outras ciências. Porém, antes de falarmos sobre essas defesas, cabe a nós evidenciarmos que essa discussão está intrinsecamente relacionada com a questão do reducionismo ontológico do objeto da psicologia.

Segundo Castañon (2009, p.28), a redução ontológica em psicologia pode ser definida como a tendência a reduzir todos os fenômenos psicológicos a um único princípio causal não psicológico, que permaneceria inalterável no decorrer de todas as transformações que os fenômenos experimentam. Em psicologia podemos apontar duas espécies diferentes de reducionismo: o fisiológico (neurológico) e o sociológico ou linguístico. Ambas as formas, devido à falta de especificidade da psicologia, de uma maneira ou outra, advogariam seu fim. A primeira proposta, bastante associada com os avanços da neurociência, consistiria em sustentar que todos os fenômenos psicológicos são fundamentalmente de natureza biológica. Assim, os termos e as leis específicos da psicologia poderiam e deveriam ser reduzidos aos da biologia, os da biologia aos da química, e os da química aos da física. A segunda, muito característica do construcionismo social e das abordagens pós-modernas, consistiria em reduzir o fenômeno psicológico aos sociológicos. Como podemos perceber, esse tipo de reducionismo é atípico, pois se trata de um tipo estranho de reducionismo “para cima” (se é possível?), uma vez que o fenômeno sociológico é de uma ordem de complexidade superior ao fenômeno psicológico. Para Castañon (2009, p.29), esta posição surge quando se interpretam as reações individuais unicamente em função das interações entre estruturas culturais de grupos sociais. Dessa forma, reduzimos o processo psíquico às influências socioculturais. Quer dizer, quando se defende que os seres humanos, suas alegações de conhecimento e jogos de linguagem são fruto única e exclusivamente do ambiente sociocultural onde estão imersos, reduz-se o fenômeno psicológico a um fenômeno sociológico que, em última análise, é ele mesmo, nada mais que um fenômeno linguístico. Ambas as formas foram duramente criticadas pelas suas inconsistências tanto na sua versão fisiológica quanto na sua versão sociológica, respectivamente, por Araujo (2002, 2003) e por Castañon, (2004a, 2004b).

Para alguns teóricos, a exemplo (Neisser, 1967) e Hatfield (2002), o problema da falta especificidade do objeto de estudo da psicologia já foi solucionado. O problema da falta de objeto próprio e de distinção das outras ciências não existe mais dentro da psicologia. Para Neisser (1967), essa mudança só foi possível com o advento da metáfora computacional originada das teses funcionalistas de Hilary Putnam, onde as funções psicológicas, de maneira análoga ao *software* e o *hardware* de um computador, passaram a ser compreendidas como propriedades emergentes de um cérebro e, assim, do mesmo modo que a forma física de uma máquina seria irrelevante para a determinação do papel funcional que ela realiza, a compreensão dos estados mentais de uma pessoa não dependeria de seus estados

neurofisiológicos. Dito isso, em outras palavras, assim como os estados lógicos de uma máquina não dependeriam dos estados físicos dela, o entendimento de um determinado padrão de processamento de informação psicológica não requereria o entendimento da forma pela qual ele está sendo fisicamente processado. É por isso que, para Neisser, a preocupação dos neurocientistas em como e onde a memória estaria armazenada seria pouco relevante para o psicólogo, pois a maior preocupação dos psicólogos seria entender como funciona o processamento cognitivo e não saber onde representações são registradas e armazenadas no cérebro. Como observa Neisser (1967, p.6), em *“Cognitive Psychology”*, reduzir o escopo investigativo e de análise do psicólogo ao do neurocientista seria o mesmo de exigir que um economista procure entender os fluxos monetários de capitais na economia e se dedique ao estudo de, se as moedas físicas efetivamente utilizadas em certa transação foram de ouro, prata, cobre, ferro, papel ou ainda cheques. Desta forma, o reducionismo, tanto fisiológico e o sociológico, não poderia ser mais aplicável à psicologia, pois seu objeto seria produto de propriedades emergentes de organizações complexas de elementos constituintes mais básicos e apresentariam dois níveis de análise bem distintos: domínio de análise físico-cerebral e outro psicológico-mental no Ser Humano. Isto, de uma forma ou de outra, legitimaria, pelo menos no que diz respeito às funções cognitivas, um domínio exclusivo da psicologia no quadro das ciências e um objeto irreduzível a objetos de outras disciplinas.

De maneira semelhante, Hatfield (2002) argumenta que a psicologia apresenta papel distintivo das outras ciências no campo do conhecimento. Para ele, mesmo que trabalhando em campo interdisciplinar e estabelecendo parcerias com outros campos, a psicologia apresentaria características que a diferenciariam das neurociências, da inteligência artificial, da linguística e da antropologia. Nenhuma outra ciência ou do conhecimento poderia suprir e replicar suas contribuições específicas. A principal característica distintiva do conhecimento psicológico em relação aos demais seria a construção de modelos psicológicos para compreensão dos processamentos internos, dos aspectos funcionais dos fenômenos, a exemplo da percepção.

No momento, tal processamento no nível funcional em sistemas biologicamente reais é primariamente uma responsabilidade das investigações psicológicas. Como é necessária, porém uma teoria funcional para perguntar se e como o cérebro realiza os processos descritos na teoria, parece que a neurociência permanecerá dependente da ciência psicológica para fazer caracterizações do funcionamento cerebral global na percepção. (Hatfield, 2002, p.252-253)

Como podemos perceber, a discussão sobre a existência de dois modelos de ciência opostos e irreduzíveis um ao outro (modelo de ciências naturais e de ciências humanas) e falta de especificidade da psicologia no quadro da ciência ainda não está encerrada. Ainda precisamos de muitos avanços na investigação sobre os assuntos antes de afirmarmos de maneira peremptória qualquer tese baseada neles sobre a irremediabilidade da dispersão da psicologia e a impossibilidade de sua unificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central dessa dissertação foi investigar e analisar criticamente como o problema da unidade vem sendo tratado por teóricos dentro da psicologia brasileira. Discutimos aqui quais eram suas principais características, peculiaridades, pressupostos, influências filosóficas, posições, estratégias de enfrentamento do problema e consistência filosófica de suas teses centrais.

No capítulo um, fizemos uma breve introdução sobre o problema da unidade da psicologia. Apresentamos um panorama das principais questões relacionadas com o problema: primeiras declarações de crise, explicações, justificativas e posicionamentos. Vimos que em torno do problema da unidade da psicologia não existe um único consenso, exceto que a psicologia parece encontra-se num profundo estado de fragmentação. Como e se isso deve ser resolvido, parece estar longe de ser decidido.

Logo em seguida, descrevemos três estratégias para lidar com ele: a reducionista, a pluralista e a cética ou valoração positiva. A estratégia reducionista foi apresentada através das propostas de Politzer, Lewin, Vygotsky, Lagache e Staats. A pluralista, por Royce, Goertzen, Robert Sternberg e Elena Grigorenko. A cética ou valoração positiva, por Canguilhem, Koch e Bernard. E, por fim, para concluir o capítulo, descrevemos as seis categorias de análise que usamos para avaliar os teóricos que discutem o tema dentro da psicologia brasileira. As categorias foram sobre natureza do objeto da psicologia (questão ontológica), origem e possibilidade de conhecimento desse objeto (questão epistemológica), metodologia mais apropriada para compreender o problema da unidade da psicologia (internalista ou externalista), a cientificidade do conhecimento produzido pela psicologia e a possibilidade de sua adequação ao projeto epistemológico de ciência moderna, influências filosóficas e, por último, a estratégia adotada para lidar com o problema da unidade da psicologia. A categoria de análise de cunho ontológico visou classificar o posicionamento dos teóricos sobre a natureza do fenômeno psicológico (é real, ideal ou uma construção social?) e a questão da continuidade ou descontinuidade desse fenômeno. A categoria de cunho epistemológico, tendo em vista o problema ontológico da continuidade ou descontinuidade, visou elucidar a avaliação dos teóricos analisados sobre a possibilidade de conhecer o fenômeno psicológico. É possível conhecer algo sobre essa suposta característica trans-histórica e universal dos fenômenos psicológicos que existem independentemente da mente do investigador? Como se dá o

conhecimento do fenômeno psicológico? A resposta à primeira pergunta foi classificada em três posições: dogmatismo (é possível conhecer o objeto em si mesmo), criticismo (é possível conhecer o modo como os objetos afetam nossas representações sensíveis) e ceticismo epistemológico (não é possível conhecer nada sobre esses aspectos do fenômeno psicológico para além de contingências sociais na qual ele está situado). A segunda pergunta teve suas respostas classificadas em posicionamento individualista e posicionamento coletivista. A categoria de metodologia visou classificar qual a usada por cada teórico para compreender o problema da unidade da psicologia: a internalista ou externalista. A categoria sobre o posicionamento em relação à cientificidade do conhecimento produzido pela psicologia visou categorizar a posição dos teóricos que analisamos dentro da psicologia brasileira sobre a possibilidade de a psicologia se adequar aos moldes de uma ciência moderna. A categoria das influências filosóficas teve como objetivo evidenciar se as influências filosóficas utilizadas pelos teóricos que estudamos, estavam mais próximas dos cânones da modernidade ou mais próximas da filosofia “pós-moderna”. A categoria sobre a estratégia de enfrentamento do problema da unidade teve objetivo de classificar qual estratégia mais utilizada: a reducionista, a pluralista ou a cética ou valoração positiva.

No capítulo dois, foi feita a descrição da metodologia e procedimentos de pesquisa, onde se explicitou a orientação geral do trabalho, procedimentos realizados, as dificuldades metodológicas para a realização dessa pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão de textos, e, por fim, justificar, os motivos de seleção de determinados autores. Devido às dificuldades encontradas como: encontrar os artigos e materiais publicados utilizando as palavras chaves em base de dados computadorizadas, textos indicados por especialistas e/ou encontrados nas bases de dados, apesar de apresentarem algum vínculo ou citarem o problema da unidade da psicologia no corpo do texto, não faziam referência direta alguma ao assunto (seja na sua introdução, resumo ou palavras chaves) e a escassez de teóricos que se debruçaram sobre o tema não apresentam assiduidade e sistematicidade na sua produção acadêmica sobre o mesmo. Dentre os teóricos que constituem o debate sobre o problema da unidade dentro da psicologia brasileira, os selecionados foram apenas quatro: Antônio Gomes Penna, Luiz Alfredo Garcia Roza, Luís Cláudio Figueiredo e Arthur Arruda Leal Ferreira. Logo em seguida foi feita extensa descrição das principais teses e argumentos de cada um deles sobre o tema em questão.

No capítulo três, avaliamos a produção acadêmica acerca do problema da unidade da psicologia dentro da psicologia brasileira como sendo homogenizada, pouco sistemática e institucionalmente pouco desenvolvida. A característica homogenizada foi atribuída por conta

da semelhança de posicionamento entre todos teóricos analisados em relação ao problema da unidade da psicologia. Todos eles consideraram a dispersão do campo psicológico como irremediável e sua unificação como impossível. Poucos teóricos dentro do debate nacional apresentaram posicionamento divergente, e quando apresentam não a desenvolvem como assunto central de seus trabalhos. Este foi um dos motivos para as suas exclusões. Dessa maneira, resolvemos chamar os estudiosos que constituem o debate dentro da psicologia brasileira de Teóricos da Dispersão. Já as características de pouca sistematicidade e desenvolvimento institucional foram atribuídas a diversos fatores como: presença de poucos autores que se debruçaram sobre a temática com certa profundidade e/ou abordaram a temática como assunto principal de alguma de suas pesquisas; dificuldade em achar os textos através das palavras-chaves em sítios computadorizados; pouca diversidade de temáticas relacionada ao problema de unidade; maioria de autores envolvidos concentrando-se principalmente na relação do problema com o da cientificidade da psicologia; falta de rigor conceitual; falta de clareza sobre a natureza dos pressupostos utilizados para embasar suas teses; falta de aprofundamento teórico sobre as referências utilizadas; e a ausência de diálogos críticos e institucionalmente estabelecidos entre os teóricos que constituem o debate.

Em seguida, enquadrámos os Teóricos da Dispersão nas categorias preestabelecidas no primeiro capítulo para avaliarmos os pressupostos básicos de suas teses e argumentos. Verificamos que, com relação à questão ontológica, eles apresentaram majoritariamente uma postura descontinuista e uma espécie de realismo atípico, próximo do construtivismo social, onde o que é real é a linguagem e não o sujeito. No que diz respeito à questão epistemológica, exibem uma postura cética em relação à possibilidade de estudo de alguma característica a-histórica e universal do objeto psicológico e um posicionamento sobre a origem do conhecimento mais próximo de uma perspectiva coletivista. No que se refere à posição metodológica, aderem, na sua maioria, à posição externalista como forma mais adequada de compreender e estudar a questão. Já no que concerne a posição em relação à cientificidade da psicologia, eles apresentam postura crítica em relação à possibilidade de a psicologia ser uma ciência independente ou coerente nos moldes do projeto epistemológico da modernidade e/ou clássico. Apresentam majoritariamente forte influência de teóricos considerados “pós-modernos”. E, por fim, quanto à estratégia para lidar com o problema da unidade, todos adotam a estratégia cética ou de valoração positiva da dispersão.

Depois desse processo de descrição e categorização da produção nacional sobre o tema, analisamos criticamente e discutimos a validade lógica e solidez das premissas de

algumas das teses e argumentos dos teóricos da dispersão. Entre essas, a tese da irremediabilidade da dispersão da psicologia e a impossibilidade de sua unificação (tanto nas suas versões históricas, epistemológicas e ontológicas), a da dissolução do projeto epistemológico da psicologia como ciência moderna, da impossibilidade de existirem critérios epistemológicos para avaliar as diferentes teorias psicológicas, da existência de dois projetos de ciência inconciliáveis e da falta de especificidade do saber psicológico no quadro das ciências (retomada dos vetos comteanos). Concluimos que a maioria dos argumentos utilizados pelos Teóricos da Dispersão, apesar de aparentarem, não encerram a discussão sobre o problema da unidade da psicologia. Por apresentarem problemas conceituais, falta de clareza dos pressupostos básicos utilizados e inconsistências filosóficas, não apresentam obstáculo relevante à possibilidade de unificação da psicologia. Não há motivo nenhum para considerar necessária a tese da irremediabilidade da dispersão do campo psicológico e a impossibilidade de sua unificação, além disso, podemos apontar alguns perigos para a disciplina desse posicionamento perante o problema da unidade da psicologia. Por adotarem uma postura cética ou valorização positiva da dispersão, eles podem acabar transformando as limitações do conhecimento em virtudes epistêmicas. Isso poderia acarretar um perigoso processo desmotivador de busca do conhecimento. Além do que, por apresentarem uma postura crítica em relação à cientificidade da psicologia, podem aumentar os preconceitos e as rivalidades entre a psicologia compreendida como ciência e como profissão, o que não seria nada saudável para o campo.

Apesar da dificuldade por conta de toda a diversidade do campo, em vários âmbitos, exemplificada nos capítulos anteriores, nada indica que a unificação da psicologia seja categoricamente uma impossibilidade. Desta maneira, percebemos que o debate brasileiro sobre o problema da unidade precisa melhorar em vários de seus aspectos. Desde a presença de um número maior de teóricos que participem, a inclusão de perspectivas diferentes sobre o tema, até um debate crítico mais estabelecido institucionalmente onde cada um possa avaliar a proposta do outro, maior rigor conceitual e clareza na exposição dos pressupostos básicos utilizados. A mudança nesses aspectos só iria aprimorar a qualidade do debate acadêmico nacional sobre o tema. Por isso, minha conclusão, após este longo trabalho de investigação e análise crítica, é que, devido à natureza múltipla das pressões que marcaram a psicologia desde suas origens, não parece admissível que em curto prazo tenhamos qualquer solução satisfatória para o problema da diversidade da psicologia.

A meu ver, a estratégia cética ou valoração positiva me parece ser uma fuga do debate filosófico sobre as condições epistemológicas da psicologia. É como desistir daquilo que não parece possível. Além disso, corrobora com as perspectivas relativistas e irracionais dentro do campo, devido à forte influência do pós-modernismo, e cria, como vimos, preconceitos relativos à ciência moderna. Também cabe salientar que esse posicionamento não parece corresponder à realidade de nossa disciplina, pois, se a dispersão fosse tão positiva assim, não conviveríamos com o abismo cada vez maior entre as diferentes abordagens e áreas dentro da psicologia. Sem contar com as diversas disputas entre as “psicologias” que chegam até a ser noticiadas em jornais, sobre qual é abordagem mais adequada para tratamento de determinado problema psicológico.

As estratégias reducionistas e pluralistas, por reconhecerem na fragmentação do campo um problema que necessita de algum projeto de unificação ou enfrentamento, parecem-nos o caminho mais acertado. Porém, também, apresentam falhas. A reducionista, como a história da psicologia nos mostra, por querer resolver o problema através de decretos unilaterais “de cima para baixo”, apenas com o poder da evidência científica, parece tender sempre ao fracasso. Já a estratégia pluralista, por querer aproveitar toda a diversidade da psicologia de maneira ilimitada, parece nos oferecer uma solução, porém, sem coerência e sem rigor científico.

Em decorrência disso tudo, uma estratégia adequada para lidar com o problema da unidade da psicologia parece estar em algum lugar entre o casamento do espírito ecumênico do pluralismo e coerência teórica e rigor científico defendido pelo reducionismo, uma vez que a tese da impossibilidade de unificação da psicologia, tomando as teses e os argumentos analisados, não parece bem fundamentada. Meu argumento aqui, isto provavelmente será mais bem desenvolvido em um futuro projeto de doutorado, é que a solução para o problema da unidade encontra-se na interseção entre a abrangência da pluralidade das disciplinas psicológicas e o rigor filosófico e científico na produção do conhecimento dos fenômenos psicológicos que escolhemos para estudar. Caso contrário, permaneceremos da mesma maneira que os sete sábios de uma famosa parábola hindu: “Os cegos e o elefante”. Cada um pegando uma parte do animal pensando que estamos em contato com o todo dele. Desta maneira, como não acredito na possibilidade da modificação do conceito da ciência para adaptá-lo a tipos de psicologia (vide a psicologia pós-moderna), nem na redução do escopo da psicologia para se transformar em ciência moderna, defendo que propostas de divisão da psicologia entre um campo científico (explicativo e falsificável) e um campo filosófico (compreensivo e explicativo

infalsificável), como a feita com base na explicação condicional apresentada por Castañon (2006), seja um dos caminhos interessantes a ser explorados para se pensar na unificação da psicologia. Esse tipo de proposta conseguiria, em tese, unir a diversidade do campo e o rigor científico sem excluir um em detrimento no outro.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia*. 5a ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Abib, J. A. D. (2009). *Epistemologia pluralizada e história da psicologia*. *scientiæ studia*, 7(2), 195-208.
- Altman, I. (1987). *Centripetal and centrifugal trends in psychology*. *American Psychologist*, 42(12): 1058-1069.
- Araujo, S. F. (1997). *A influência de Karl Popper na psicologia brasileira: uma análise bibliométrica*. Monografia de Conclusão de Curso. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Araujo, S. F. (1998). *A Influência de Karl Popper na Psicologia Brasileira: Uma Análise Bibliométrica*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB. Impresso)*, Brasília, v.14, n.2, p.111-119.
- Araujo, S. F. (2002). *O Materialismo Eliminativo e o Problema Ontológico da Psicologia*. *Ética e Filosofia Política*, Juiz de Fora, v.5, n.2, p.54-61.
- Araujo, S. F. (2003). *Psicologia e Neurociência: Uma Avaliação da Perspectiva Materialista no Estudo dos Fenômenos Mentais*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Araujo, S. F. (2007). *A fundamentação filosófica do projeto de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Atkinson, R. L., Atkinson, R. C., Smith, E. E., Bem, D. J., & Nolen-Hoeksema, S. (2002). *Introdução à Psicologia de Hilgard*. Porto Alegre: Artmed.
- Barreto, C. L. B. T., & Morato, H. T. P. (2008). *A dispersão do pensamento psicológico*. *Boletim de Psicologia*, v. LVIII, p.147-160.
- Bernard, M. *A psicologia*. (1983). Em Chatelêt, F. (Org.). *História da Filosofia*. Idéias, doutrinas. Vol. 7. Lisboa: Dom Quixote.
- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. (1999). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Bower, G. H. (1993). *The fragmentation of psychology?* *American Psychologist*, 48(8), 905–907.
- Brentano, F. (1973). *Psychology from an Empirical Standpoint*, transl. by A. C. Rancurello, D. B. Terrell, and L. McAlister, London: Routledge
- Bunge, M. (1990). *What kind of discipline is psychology?* *New Ideas in Psychol*, v.8, n.2. p.121-137.
- Bunge, M. (1991). *A skeptic's beliefs and desbeliefs*. *New Ideas in Psychology*, 9, 2, 131-149.

- Canguilhem, G (1956). *O que é psicologia?*, de http://posds.idance.com.br/wp-content/uploads/2009/07/que_psicologia.pdf.
- Castañon, G. (2001). *Pós-modernidade e psicologia social: uma crítica epistemológica*. Dissertação de mestrado da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Castañon, G. (2004). *Construcionismo Social: Uma Crítica Epistemológica*. *Temas em Psicologia*, 12(1), 68-82.
- Castañon, G. (2004b). *Pós-modernismo e política científica na psicologia contemporânea: uma revisão crítica*. *Temas em Psicologia*, 12(2), 155-167.
- Castañon, G. (2006). *O cognitivismo e o desafio da psicologia científica*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Castañon, G. (2008). *Filosofia como fundamento e fronteira da psicologia*. *Revista Universidade Rural. Série Ciências Humanas*, v. 30, p.10-18.
- Castañon, G. (2009). *Psicologia como ciência moderna: vetos históricos e status atual*. *Temas psicol.* [online]. v.17, n.1, p. 21-36. ISSN 1413-389X.
- Castañon, G. A. (2009b). *Construtivismo social: a ciência sem sujeito e sem mundo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Castañon, G. (2012). *Filosofia da Psicologia: Uma Taxonomia*. In: Saulo de Freitas Araujo. (Org.). *História e Filosofia da Psicologia: Perspectivas Contemporâneas*. 1ed.Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 1, p.187-221.
- Clegg, J. (2013). *The Fragmented Object: Building Disciplinary Coherence Through a Contextual Unit of Analysis* *Review Of General Psychology*, 2013, v. 17 (2), p.151155
- Comte, A. (1973). *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Abril Cultural.
- Cronbach, L. J. (1957). *The two disciplines of scientific psychology*. *American Psychologist*, 12, 671-684.
- Danziger, K. (1990). *Constructing the Subject*. Historical Origins of Psychological Research. Cambridge: Cambridge University Press.
- Derksen, M. (2005). *Against integration: why evolution cannot unify the social sciences*. *Theory e Psychology*, 15(2), 139–162.
- Domingues, Ivan.(2007). *Rorty, a questão fundacional e o problema da verdade*. Belo Horizonte: Laboratório de Filosofia – UFMG.
- Drob, S. L. (2003). *Fragmentation in contemporary psychology: A dialectical solution*. *Journal of Humanistic Psychology*, 43, 102–123. doi: 10.1177/0022167803257110.
- Eco, U. (1995). *Como se Faz uma Tese*. São Paulo, Perspectiva.
- Eagleton, T. (1998). *As Ilusões do Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Ferreira, A. A. L. (1999). *A diferença que nos une: um estudo sobre as condições de surgimento do saber psicológico em sua dispersão*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Ferreira, A. A. L. (2001). *Por que existem tantas psicologias?*. Revista do Departamento de Psicologia (UFF), Niterói, v.13, n.1.

Ferreira, A. A. L. (2001b). *As modernidades cindindas: um estudo sobre as condições de surgimento do campo psicológico em sua multiplicidade*. Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ), Instituto de Psicologia – UERJ, v.2, n.1, p.111-127.

Ferreira, A. A. L. (2002). *Para além da história das ciências: as novas histórias em diálogo com a história da psicologia*. In: V Congresso Clio-Psyché – Historiografia psicológica e subjetividades. Rio de Janeiro. V Congresso clio-psyché -historiografia, psicologia e subjetividades. Rio de Janeiro: UERJ/Núcleo Clio-Psyché do Departamento de Psicologia Social e Institucional, v. I.

Ferreira, A. A. L., Velasquez, B. B., Lima, F. N. M., Monteiro, L. A., Carvalho, M. M., Paula, E. O., Halbriter, P., Baptista, I., Bueri, F., & Roitman, M. (2004) *A psicologia como instrumento de produção de subjetividades*. Temas em Psicologia (Ribeirão Preto). , v.2, p.5 (edição eletrônica).

Ferreira, A. A. L. (2004b). *O múltiplo surgimento da psicologia*. Boletim do CDPHA, Belo Horizonte, v. 17, p.58-69.

Ferreira, A. A. L., Carvalho, M. M., Leitão, A. N., Halbriter, P., Zidan, P., & Basílio, E.G. (2005) *A psicologia no mundo das subjetividades em produção*. Série Documenta (UFRJ). , v.16 (edição eletrônica).

Ferreira, A. A. L. (2005b). *F. Nietzsche e W. James: duas estratégias de combate em torno da verdade*. Morpheus, UNI-RIO, v. 6, p.3, de <http://www4.unirio.br/morpheusonline/Artur%20Arruda.htm>.

Ferreira, A. A. L. (2005c). *A múltipla irrupção da psicologia*. Mnemosine (Rio de Janeiro), v. 1, p.2 .

Ferreira, A. A. L. (2005d). *A história das ciências, a história da psicologia e o campo epistêmico*. In: Ana Maria Jacó-Vilela, Heliana de Barros Conde, Antônio Carlos Cerezzo. (Org.). Anais do IV Encontro Clio-Psyché História e Memória. 1ed. Juiz De Fora: Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, v. IV, p.18-31.

Ferreira, A. A. L. (2006). *A Psicologia como saber mestiço: O cruzamento múltiplo entre práticas sociais e conceitos científicos*. História, Ciências e Saúde, 13 (2), 27-238.

Ferreira, A. A. L. (2006). *O múltiplo surgimento da psicologia*. In: Arthur Arruda Leal Ferreira, Aana Maria Jacó-Vilella. (Org.). História da Psicologia: Rumos e Percursos. Rio de Janeiro: Editora Nau, v. 1, p.13-46.

Ferreira, A. A. L. (2007). *Antônio Gomes Penna: cartógrafo, olheiro e estudante incondicional*. Mnemosine (Rio de Janeiro), v. 3, p.11-11.

Ferreira, A. A. L. (2007b). *Para além dos fundamentalismos epistemológico: o encontro de Michel Foucault e Bruno Latour na construção diferencial de um mundo comum*. Revista Aulas (UNICAMP), v. 3, p.1-29.

Ferreira, A. A. L. (2007c). *A diferença que nos une: o múltiplo surgimento da psicologia*. Revista do Departamento de Psicologia – UFF, v.19 – n.2, p.477-500, Jul./Dez.

Ferreira, A. A. L.(2008). *A verdade a serviço da vida: ressonância entre os pensamentos de William James e Friedrich Nietzsche*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v.18, n.3/4, p.189-205, mar./abr.

Ferreira, A. A. L. (2010). *Introdução Geral*. In: Arthur Arruda Leal Ferreira. (Org.). A pluralidade do campo psicológico: principais abordagens e objetos de estudo. Rio De Janeiro: UFRJ, v. 1, p.13-16.

Ferreira, A. A. L. (2010). *Conclusão*. In: Arthur Arruda Leal Ferreira.(Org.). A pluralidade do campo psicológico: principais abordagens e objetos de estudo. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, p.379-382.

Ferreira, A. A. L. (2011). *La experiencia de subjetividad como condición y efecto de los saberes y prácticas psicológicas: producción de subjetividad y psicología*. Estudios de Psicología (ed. impresa), v.32, p.359-374 .

Ferreira, A. A. L. (2011b). A psicologia para além das epistemologias: uma tomada positiva do seu estatuto plural. Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade, 4., Curitiba.

Ferreira, A. A. L., Correia, B. G. C., Azevedo , Gavazzai, P., Quaresma, J., Pereira, N. B., & Madeira, R. J. P. (2012). A psicologia para além das epistemologias: um espaço plural de produção de subjetividades. Redes, v.18, p.59-84.

Ferreira, A. A. L., Pereira, N. B., Miguel, M. V., Brandao, J. T., Foureaux, B., & Ruthes, K. (2013). A produção de subjetividades em rede: Seguindo as pistas de uma divisão de psicologia aplicada. Universitas Humanistica, v.76, p.371-392

Figueiredo, L. C. (1986). *Novas reflexões acerca da teoria do conhecimento psicológico*. In: Arquivos Brasileiros de Psicologia, v.38, n.2. Rio de Janeiro.

Figueiredo, L. C. (1992). *Convergências e divergências a questão das correntes de pensamento em psicologia*. Transinformação, 4(1, 2, 3) 15 -26, jan/dez.

Figueiredo, L. C. (1996b). *Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Ensaios*. São Paulo. Educ/Escuta. Figueiredo, L. C. (2004). Revisitando as Psicologias: Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. 3a ed.. Petrópolis: Vozes.

Figueiredo, L. C., & Santi, P.L. (2002). *Psicologia uma (nova) introdução: Uma visão histórica da Psicologia como ciência*. 3.ed. São Paulo: EDUC.

Figueiredo, L. C. (2002-B). *Antonio Gomes Penna*. Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira, 9. Rio de Janeiro: Imago.

Figueiredo, L. C. (2004). *Revisitando as Psicologias: Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. 3a ed. Petrópolis: Vozes.

Figueiredo, L. C. (2007). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. 7a ed. São Paulo: Escuta/Educ.

Figueiredo, L. C. (2008). *Matrizes do pensamento psicológico*. 14a ed. Petrópolis: Vozes

Figueiredo, L. C. (2010). *Epistemologia, História, e além: reflexões sobre uma trajetória pessoal*. *Psicol. cienc. prof.*[online], v.30, n.spe, p. 140-148. ISSN 1414-9893.

Fine, A. (1998). *Scientific Realism and Antirealism*. *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, 8, 581-584.

Fishman, D. B. (1987). *Unification in psychology: Epistemological prerequisites*. *International Newsletter of Uninomic Psychology*, 3, 25- 34.

Foucault, M. (1999). *A Psicologia de 1850 a 1950*. In *Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria, Psicanálise (Ditos e Escritos, v.1)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Original de 1957.

Foucault, M. (1999b). *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8a ed. São Paulo: Martins Fontes.

Garcia-Roza L. A. (1975). *Esboço de uma história do saber psicológico*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

Garcia-Roza, L. A. (1977). *Psicologia: um espaço de dispersão do saber*. In *Revista Radice*, 4, p.20-25 , ano 1. Rio de Janeiro.

Gardner, H. (2005). *Scientific psychology: Should we bury it or praise it?* In: R. J. Sternberg (Ed.), *Unity in psychology: Possibility or pipedream?* (p. 77–90). Washington, DC: American Psychological Association. doi:10.1037/10847-005

Gosling, J. (1986). *Analysis and strategy in the search for unity: Epistemic principles for psychology*. *International Newsletter of Uninomic Psychology* 2, 13-19.

Goertzen, J. R. (2000). *Complexity theory, critical realism, and the crisis in psychology*. In: T. Teo, p. Stenner, A. Rutherford, E. Park, e C. Baerveldt (Eds.), *Essays in theoretical psychology*. Concord, ON: Captus.

Goertzen, J. R. (2006). *Against integration or against using evolutionary theory to homogenize psychology?* A comment on Derksen. *Theory e Psychology*, 16(4), 565–570.

Goertzen, J. R. (2008). *On the possibility of unification: the reality and nature of the crisis in psychology*. *Theory e Psychology*, 18(6), 829–852.

Goertzen, J. R. (2009-B). *Intercontextualism: a philosophical foundation for a scientific psychology*. Unpublished doctoral dissertation, York University, Toronto, Ontario, Canada.

- Goertzen, J. R. (2010). *Dialectical pluralism: A theoretical conceptualization of pluralism in psychology*. *New Ideas in Psychology*, 28, p.201–209, de <http://dx.doi.org/10.1016/j.newideapsych.2009.09.013>.
- Goia, J. (2007). *Memórias de um corpo esquecido*. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, 19(1), 101-109.
- Green, C. D. (1992). *Is unified positivism the answer to psychology's disunity?* *American Psychologist*, 47, 1057-1058.
- Gregory, R. L. (1979). *Olho e Cérebro: Psicologia da Visão*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Hatfield, G. (2012). *Psicologia, Filosofia e Ciência Cognitiva: Reflexões Sobre a História e a Filosofia da Psicologia Experimental*. In: ARAÚJO, S. F. (Org.). *História e Filosofia da Psicologia: Perspectivas Contemporâneas*, ed. Saulo de Freitas Araujo (p. 223-258). Juiz de Fora (Brasil): UFJF. (Original English version, 2002.)
- Henley, Johnson, Jones e Herzog.(1990). Definitions of psychology. *Psychological Record*, 39, 143-152.
- Hume, D. (1995). *Resumo de Um Tratado da Natureza Humana*. Trad. Rachel Gutiérrez e José Sotero Caio. Porto Alegre, Paraula.
- Jacó-Vilela A. M. (1999). *Formação do psicólogo: um pouco de história. Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 8(4): 79-91. Supl. jul./dez.
- Jacó-Vilela, A. M. (2001). *Eliezer Schneider, professor: o afeto como método*. In: A. M. Jacó-Vilela (Org.). *Eliezer Schneider* (p. 11-22). (Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira, 1). Rio de Janeiro: Imago.
- Jacó-Vilela, A. M. (2010). *Antonio Gomes Penna: psicologia, história e filosofia em uma trajetória dedicada ao ensino*. *Memorandum*, 19, 239-248. Retirado em / / , da World Wide Web <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a19/jacovilela02>
- Japiassu, H. (1983). *A psicologia dos psicólogos*. 2a ed. Rio de Janeiro: Imago.
- Kant, I. (1989). *Principios Metafísicos de La Ciência de la Naturaleza*. Madrid: Alianza Editorial (Trabalho original publicado em 1786).
- Kantor, J. R. (1922). *Can the psychophysical experiment reconcile introspectionists and objectivists?* *American Journal of Psychology*, 32, 481-510.
- Kantor, J. R. (1979). *Psychology: Science or nonscience?* *The Psychological Record*, 29, 155–163.
- Kvale, S. (Ed.). (1992). *Psychology and postmodernism*. London: Sage.
- Kimble, G. A. (2005). *Paradigm lost, paradigm regained: Toward unity in psychology*. In: R. J. Sternberg (Ed.), *Unity in psychology: Possibility or pipedream?* (p. 91–106). Washington, DC: American Psychological Association. doi:10.1037/10847-006

- Koch, S. (1969). *Psychology cannot be a coherent science*. Psychology Today, p. 14, 64, 66-68. (a)
- Koch, S. (1981). The nature and limits of psychological knowledge: Lessons of a century qua “science”. *American Psychologist*, 36, 257– 269. doi:10.1037/0003-066X.36.3.257.
- Koch, S. (1993). “Psychology” or “the psychological studies”? *American Psychologist*, 48(8): 902-904
- Krüger, H. (1984). *Fundamentos da Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (tese de doutorado).
- Krüger, H. (1997). *A pesquisa científica como objetivo do Curso de Psicologia da Universidade Gama Filho*. Anais do I Congresso de Psicologia da UGF.
- Krüger, H. (1998). *Contribuição de Antônio Gomes Penna para a História da Psicologia*. Em: Guedes, Maria do Carmo (Org.). *Historiografia e história da psicologia*. São Paulo: EDUC.
- Kunh, T. (1977). *Reconsiderações acerca dos paradigmas*. In: *A Tensão Essencial*. Lisboa: Edições 70. p.353-382
- Kukla, A. (2000). *Social Constructivism and the Philosophy of Science*. Londres: Routledge.
- Lagache, D. (1988). *A unidade da psicologia*. Lisboa: Edições 70
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lewin, K. (1973). *Princípios de Psicologia Topológica*. (Á. Cabral, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1936).
- Lyotard, Jean-François. (1990). *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MacIntyre, R. B. (1985). *Psychology’s fragmentation and suggested remedies*. International Newsletter of Paradigmatic Psychology, 1, 20- 21
- Maher, B. A. (1985). *Underpinnings of today’s chaotic diversity*. International Newsletter of Paradigmatic Psychology, 1, 17-19.
- Maluf, U. (2002). *Cultura e Mosaico: Uma Introdução à Teoria das Estranhezas*. Rio de Janeiro: Booklink.
- Marx & Hillix. (1973). *Sistemas e Teorias em Psicologia*. São Paulo: Cultrix.
- Mastermann, M. (1974). *The Nature of a Paradigm*. In: Lakatos e Musgrave (ed.). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press. p.59-89.
- McNally, R. J. (1992). *Disunity in psychology: chaos or speciation?* *American Psychologist*, 47, 1054.
- Miotto, M. L. (2007). *O Problema do Homem e a Dispersão da Psicologia*. Adverbum (Campinas), v. 2, p.128-136.

- Mora, J. F. (1994). *International Encyclopedia of Philosophy*. Barcelona: Ariel S.A.
- Moraes, M. (2004). O que é a Psicologia? *Revista de Psicologia da UnC*, Santa Catarina, v. 1, n.2, p.69-73 .
- Moura, M.L. (1998). *Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ.
- Mülberger, A.(2012). *Psicologia e Crise: Estudo de uma Relação Histórica*. In: ARAÚJO, S. F.(Org.). . História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas. Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- Mülberger, A. (2012b). *A psicologia, uma ciência em crise? Visões divergentes entre 1897 e 1911*. En A. M. Jacó-Vilela e F. Teixeira Portugal, *Clio-Psyché* (Gênero, história, psicologia) (p. 235-250). Brazil: UERJ.
- Neisser, U. (1967). *Cognitive Psychology*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Nietzsche, F. (1984). *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. In: Livro do filósofo. Porto: Rés.
- Nietzsche, F. (2004). *Genealogia da Moral*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras.
- Nóbrega, J. (1979). *Ciência, critérios e obstáculos*. In: Rádice – Revista de Psicologia. Rio de Janeiro: ano 2, n. 5, s/d.
- O'donhue, W. (1993). *The spell of Kuhn on psychology: an exegetical elixir*. *Philosophical Psychology*, 6(3): 267-287.
- O'donhue, W., & Kitchener, R. (1996). *The philosophy of psychology*. London: Sage.
- Oliva, A. (1990). *Epistemologia: A Cientificidade em Questão*. Campinas: Papirus.
- Penna, A. G. (1952). *O Problema da Unidade da Psicologia*. Boletim do Instituto de Psicologia, , v.3, 4.
- Penna, A. G. (1978). *Introdução à história da psicologia contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Penna, A. (1991). *História das idéias psicológicas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Penna, A. G. (1999). *Minha caminhada na Psicologia*. Em A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur e H. Conde. *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil* (p. 07-19) Rio de Janeiro: UERJ, Nape.
- Penna, A. G. (1997). *Repensando a Psicologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Penna, A. G. (1997b). *Entrevista Antonio Gomes Penna. Estudos de Psicologia (Natal)*, 2 (1), 109-134. Retirado em 21/09/2010, de World Wide Web:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000100007&script=sci_arttext
- Penna, A. (2000). *Introdução à epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago.

Penna, A. G. (2004). *Minha Caminhada na Psicologia*. Mnemosine, v.1, n.0, p.3-18

Pereira, M. E., Araujo, S. F., & Vianna, S. (1995). *Crenças e opiniões de pesquisadores e profissionais da área de psicologia sobre temas de metaciência da psicologia*. Relatório de pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq-Universidade Federal de Juiz de Fora

Pereira, M. (1995). *Notas sobre a metaciência da psicologia*. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 47, (1), 102-117.

Pereira, M. E., Araujo, S. F., & Vianna, S. (1996). *Crenças de psicólogos sobre algumas questões metacientíficas: um estudo qualitativo*. Relatório de pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq- Universidade Federal de Juiz de Fora

Pereira, M. E. (1996-B). *Notas sobre a Metaciência da Psicologia II*. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p.30-53.

Politzer, G. (1998). *Crítica aos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba: UNIMEP.

Popper, K. (1975). *A Lógica da Investigação Científica*. São Paulo: Abril Cultural.

Popper, K. (1975b). *Conhecimento Objetivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Popper, Karl R.(1979). *A ciência normal e seus perigos*. In: Lakatos, I., & Musgrave, A. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix.

Putnam, H. (1975). *Mathematics, matter and method*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ral, J. (2006). The unity and diversity of psychology. *Psychology in Spain*, 10, 110-116, de http://www.psychologyinspain.com/_content/full/2006/full.asp?id_10011

Richards, G. (1987). *Of what is history of psychology a history?* British Journal for the History of Science, 20, 201–211.

Ryan, B. (1999). *Does postmodernism mean the end of science in the behavioral sciences, and does it matter anyway?* Theory and Psychology, 9 (4) 483-502.

Robinson, D. (1985). *Philosophy of Psychology*. New York: Columbia University Press.

Robinson, D. (2013). *Historiography of psychology: A note on ignorance*. Theory e Psychologu, 23 (6), 819-828.

Rouanet, S. p.(1993). *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Royce, J. R. (1976). *Psychology is multi-: methodological, variate, epistemic, worldview, systemic, paradigmatic, theoretic, and disciplinary*. In: W. J. Arnold (Ed.), Nebraska symposium on motivation, 1975 (p.1–63). Lincoln, NB: University of Nebraska Press.

Royce, J. R. (1977). *Toward an indigenous philosophy of psychology*. The Ontario Psychologist, 9, 16–32.

Royce, J. R. (1985). *The problem of theoretical pluralism in psychology*. In: K. B. Madsen, e L. P. Mos (Eds.), *Annals of theoretical psychology*, Vol. 3 (p. 297–311). New York, NY: Plenum Press.

Royce, J. R. (1987). *A strategy for developing unifying theory in psychology*. In: A. W. Staats, e L. P. Mos (Eds.), *The annals of theoretical psychology*, Vol. 5 (p. 275–286). New York, NY: Plenum Press.

Santos, A.; Jaco-Vilela, A. M. (2005). *Rádice: past and future*. Psicol. Soc., Porto Alegre, v.17, n. 3.

Schneider, S. (1990). Psychology at a crossroads. *American psychologist*, 45, (4), 521-529.

Searle, J. (1992). *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

Searle, J. (2000). *Mente, Linguagem e Sociedade: Filosofia no Mundo Real*. Rio de Janeiro: Rocco.

Senne, W. A. (2005). *Psicologia e Psicodiagnóstico: bases epistemológicas*. Petropolis: Vozes.

Simanke, R. T. (2009). *Realismo e antirrealismo na interpretação da metapsicologia freudiana*. *Natureza humana*, 11(2), 97-152. Recuperado em 08 de junho de 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302009000200004&lng=pt&tlng=pt.

Simanke, R. T. (2014). *O Humanismo e a Tese da Excepcionalidade Humana*. In: S. F. Araujo, F. Caropreso, G. Castañon, & R. T. Simanke (Eds.), *Fundamentos filosóficos da psicologia contemporânea* (p.199-215). Juiz de Fora: Ed. UFJF.

Simonton, D. K. (2004). *Review of General Psychology*, v.8(1), 59 67. <http://dx.doi.org/10.1037/1089-2680.8.1.59>

Shapin, S. (1992). *Discipline and bounding: The history and sociology of science as seen through the externalism-internalism debate*. *History of Science* 30: 333-369.

Sheffler, I. (1982). *Science and subjectivity*. 2a ed. Cambridge: Hackett Publishing Company.

Shepard, R., & Metzler, J. (1971). *Mental rotation of three dimensional objects*. *Science*. 171(972): 701-3.

Sokal, A., & Bricmont, J. (2001). *Imposturas Intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record.

Smith, R. (2012). *A história da psicologia tem objeto?* In: S. F. Araújo (Ed.), *História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas* (p.15-56). Juiz de Fora: Ed. UFJF.

Snow, C. P. (1964). *The two cultures and a second look*. London, England: Cambridge University Press.

Staats, A. W. (1983). *Psychology's Crisis of Disunity: Philosophy and method for a unified science*. New York: Praeger Publishers.

Staats, A. W., & Eifert, G. H. (1990). *The paradigmatic behaviorism theory of emotions: Basic for unification*. *Clinical Psychology Review*, 10, 539-566.

Staats, A. W. (1991). *Unified positivism and unification psychology*. *American Psychologist*, 46(9): 899-912.

Staats, A. W. (2005). *A road to, and philosophy of, unification*. In: R. J. Sternberg (Ed.), *Unity in psychology: Possibility or pipedream?* (p.159–177). Washington, DC: American Psychological Association. doi:10.1037/10847-010.

Stam, H. J. (2004). *Unifying psychology: Epistemological act or disciplinary maneuver?* *Journal of Clinical Psychology*, 60, 1259–1262. doi:10.1002/jclp.20069.

Stengers, I. (1989). *Quem tem medo da ciência?* São Paulo: Siciliano.

Stengers, I. (2002). *L'invention des sciences modernes*. Paris: La Découverte.

Sternberg, R.J., & Grigorenko, E.L. (2001). *Unified psychology*. *American Psychologist*, 56 (12), 1069-1079.

Sternberg, R. J. (2005). *Unifying the field of psychology*. In: R. J. Sternberg (Ed.), *Unity in psychology: Possibility or pipedream?* (p. 3–14). Washington, DC: American Psychological Association. doi:10.1037/10847-001

Stroeb, W. & Kluglanski, W. (1989). *Social psychology at epistemological cross-roads: On Gergen's choice*. *European Journal of Social Psychology*, 19 (5) 485-489.

Toulmin, Stephen. (1972). *Human understanding: the collective use and evolution of concepts*. New Jersey.

Vieira, E. M., e Boris, G. D. (2012). *O plantão psicológico como possibilidade de interlocução da psicologia clínica com as políticas públicas*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(3), 883-896.

Viney, W. (1996). *Disunity in psychology and other sciences: the network or the block universe?* *Journal of Mind and Behavior*, 17(1), 31–43.

Vygotsky, L. S. (1999). *O significado histórico da crise na Psicologia*. In: *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Walsh-Bowers, R. (2010). *Some social-historical issues underlying psychology's fragmentation*. *New Ideas in Psychology*, 28, 244–252. doi: 10.1016/j.newideapsych.2009.09.018.

Weiten, W. (2002). *Introdução à psicologia: temas e variações*. São Paulo: Pioneira Thomson.

Watkins, J. W. N. (1979). *Contra a ciência normal*. In: Lakatos, I., & Musgrave, A. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix.

Wertz, F. J. (1999). *Multiple methods in psychology: Epistemological grounding and the possibility of unity*. Journal of Theoretical and Philosophical Psychology, 19, 131–166. doi:10.1037/h0091173.

Xavier, C. R. (2008). *Diálogo do Imponderável: cinco ensaios sobre o objeto psicológico a partir da filosofia da mente*. Tese de Doutorado, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

Xavier, C. R. (2008b). *Sobre o objeto psicológico: pontos de vista ou as vistas de um ponto?* Cadernos da Escola de Saúde, v.1, p.1-8 .

Yanchar, S. C., & Slife, B. D. (1997). *Pursuing unity in a fragmented psychology: Problems and prospects*. Review of General Psychology, 1, 235–255. doi:10.1037/1089-2680.1.3.235

Yurevich, A. (2009). *Cognitive frames in psychology: demarcations and ruptures*. Integrative Psychological e Behavioral Science, 43(2). doi:10.1007/s12124-008-90827.

Zittoun, T., Gillespie, A., & Cornish, F. (2009). *Fragmentation or differentiation: Questioning the crisis in psychology*. Integrative Psychological e Behavioral Science, 43, 104–115. doi:10.1007/s12124-008-9083-6.